

ENTRE MODERNIDADES, VERTICALIZAÇÃO

Arquitetura e cidade de
Campina Grande-PB (1942-1969)

Jéssica Macêdo

Jéssica da Silva Macêdo

ENTRE MODERNIDADES, VERTICALIZAÇÃO:

Arquitetura e cidade de Campina Grande-PB (1942-1969).

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Arquitetura e Cidade.
Linha de pesquisa: Projeto do edifício e da cidade.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Cotrim Cunha

João Pessoa/PB, 2020

Apoio: CAPES – Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Catálogo na publicação
Seção de Catálogo e Classificação

M141e Macêdo, Jéssica da Silva.

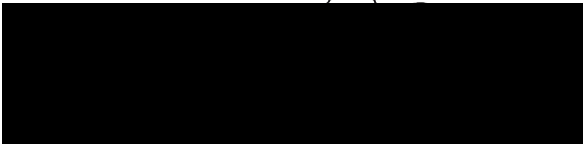
Entre modernidades, Verticalização:
Arquitetura e cidade de Campina Grande, PB
(1942-1969) / Jéssica da Silva Macêdo. - João
Pessoa, 2020.
292 f. : il.

Orientação: Marcio Cotrim Cunha.
Dissertação: (Mestrado) - UFPB/CT.

1. Arquitetura - Campina Grande (PB). 2.
Verticalização - Campina Grande (PB). 3.
Modernização
I. Cunha, Marcio Cotrim. II. Título.

ENTRE MODERNIDADES, VERTICALIZAÇÃO:
Arquitetura e cidade de Campina Grande-PB (1942-1969).

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.


Prof. Dr. Marcio Cotrim Cunha
Orientador | UFPB


Prof. Dra. Maria Berthilde Moura Filha
Membro interno | UFPB


Prof. Dr. Francisco Sales Trajano Filho
Membro externo | EESC-USP





À minha família e amigos.
À Campina Grande.

AGRADECIMENTOS

Dos primeiros rabiscos até o instante em que escrevo essas linhas, muitos foram os aprendizados, as inseguranças, as frustrações e descobertas experimentadas no desenrolar dessa pesquisa. Por trás desse volume estão pouco mais de dois anos de conhecimentos adquiridos e vivências compartilhadas entre amigos, professores, familiares e um bom punhado de desconhecidos que, juntos e cada um a seu modo, foram contribuindo nesse processo de engrandecimento pessoal e profissional que se tornou o mestrado para mim. A essas pessoas, meus agradecimentos. Com carinho especial, destaco:

O professor Dr. Marcio Cotrim, por sua orientação generosa e paciente. E os professores Dra. Nelci Tinem (*in memoriam*) e Dr. Francisco Sales, pelas ideias e críticas, pelas novas literaturas e pelos caminhos sugeridos durante o exame de qualificação, de fato, decisivos para o amadurecimento deste trabalho.

O amigo e professor Dr. Marcus Vinicius, pela colaboração no processo seletivo, pelas conversas e indicações posteriores, e pelo amor inspirador e contagiante que tem por sua Campina Grande. A ele devo meus primeiros passos em direção à pesquisa científica, ainda durante o período de graduação, e muito da compreensão sobre como ser uma pesquisadora.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo imprescindível apoio financeiro e institucional, sem o qual não poderia realizar essa pesquisa.

Os professores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB, pela recepção e ensinamentos (Lucas Figueiredo, Marcele Trigueiro, Berthilde Moura, Doralice Maia, Luiz Amorim, Jovanka Scocuglia, Geovany Silva).

Os funcionários de cada repartição pública, biblioteca e arquivo consultados, que com eficiência auxiliaram nas descobertas em torno desta pesquisa. Entre as casas visitadas estão: Arquivo Público Municipal de Campina Grande, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da PMCG, Secretaria de Planejamento da PMCG, Museu

Histórico de Campina Grande, Biblioteca Átila de Almeida da UEPB, Biblioteca Central da UFCG, Biblioteca Municipal de Campina Grande, Biblioteca Nacional e Biblioteca da UFPB.

Myllena Melo, companheira de apartamento, de curso e confidente ao longo desses anos de estadia na capital paraibana, por assumir tão tranquilamente a difícil tarefa de compartilhar o espaço do morar e fazer dele nosso lar.

Os colegas e amigos conquistados na Universidade Federal da Paraíba, de alguma forma sempre presentes: Mariana Ribas, Vinícius Albuquerque, Deivid Borges e, em especial, Filipe Valentim pela amizade, apoio, conselhos e trocas de ideias dentro e fora do âmbito acadêmico.

Alberto Voulban, Ândrea Terruggi e Erick Vinicius, amigos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG, pela companhia e colaboração no processo de coleta de dados. Esta pesquisa teve início em 2011, durante os primeiros anos de graduação, quando, juntos, desenvolvemos uma pesquisa sobre os primeiros registros de verticalização na Campina Grande das primeiras décadas do século XX.

Rafael Patrício, por toda sua paciência e amor. Por transformar, juntamente com seus pais (Dona Sônia e Sr. Raimundo), a sua casa em Campina em meu refúgio nos dias de inquietação.

A minha família (mãe, irmã, cunhado e avó), pelo suporte e incentivo diante minhas escolhas, pelas saudades e esperas sentidas, por suas importantes sabotagens, seus dramas, seu otimismo, assim como pela compreensão e carinho. Mesmo distante, ela sempre esteve comigo.

MACEDO, Jéssica da Silva. Entre modernidades, verticalização: Arquitetura e cidade de Campina Grande-PB (1942-1969). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: 2020.

RESUMO

Discute o processo de verticalização da cidade de Campina Grande, Paraíba, entre os anos de 1942 e 1969. O recorte temporal se inicia com o registro do primeiro edifício campinense a utilizar o elevador, elemento potencializador da multiplicação do número de pavimentos, e tem fim com o arrefecimento e a mudança de parâmetros desse tipo de construção no município. O intuito é estudar esta produção através das suas relações com a cidade, procurando compreender de que contextos emergiu, quais foram os agentes envolvidos e a forma com a qual se constituíram como emblemas da modernidade no imaginário local. Também pretende averiguar as vinculações, as técnicas construtivas, as linguagens arquitetônicas assumidas e as espacializações elaboradas a partir de então (comércio, serviço e habitação), com atenção especial para o surgimento de um novo ambiente doméstico e sua aceitação na cidade. Para tanto, levanta documentação primária do período (desenhos técnicos, anúncios, jornais, legislações, memórias etc.), analisada por meio de levantamento bibliográfico que trate de temas similares em âmbito nacional, de maneira a subsidiar análises, questionamentos e considerações acerca do processo, com a perspectiva de que possam contribuir à memória arquitetônica e urbanística campinense e aos estudos sobre verticalização, habitação e cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura. Modernidade. Verticalização. Campina Grande-PB.

ABSTRACT

It discusses the process of verticalization in the city of Campina Grande, Paraíba, between the years 1942 and 1969. The time frame begins with the recording of the first building in the city to use the elevator, an element that enhances the multiplication of the number of floors and ends with the cooling and changing parameters of this type of construction in the municipality. The aim is to study this production through its relations with the city, trying to understand from which contexts it emerged, who were the agents involved and the way in which they were constituted as emblems of modernity in the local imaginary. It also intends to investigate the links, the construction techniques, the architectural languages used and the spatializations developed from then (commerce, service and housing), with special attention to the emergence of a new domestic environment and its acceptance in the city. In order to do so, it raises primary documentation from the period (technical drawings, advertisements, newspapers, legislation, memoirs, etc.), analyzed by means of a bibliographic survey that deals with similar themes at national level, in order to support analyzes, questions and considerations about the progress, with the aim of contributing to the architectural and urban memory of Campina Grande and to studies on verticalization, housing and the city.

KEYWORDS: Architecture. Modernity. Verticalization. Campina Grande-PB.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
OS CAMINHOS E OS MÉTODOS	23
I. MODERNIDADE, PROGRESSO, VERTICALIZAÇÃO: CAMPINA GRANDE EM TRANSFORMAÇÃO	
RUMO À MODERNIDADE: OS PRIMEIROS SIGNOS DO MODERNO	33
PERMANÊNCIAS E RUPTURAS: AS DÉCADAS DE 1930-1940	44
UMA CIDADE BULIÇOSA, METIDA À CAPITAL: AS DÉCADAS DE 1950-1960	61
II. PROCESSO, DISCURSO E LUGAR: A VERTICALIZAÇÃO RESSIGNIFICANDO PAISAGEM E SOCIEDADE	
ATORES E ATOS: OS INTERESSES E PERSONAGENS DA VERTICALIZAÇÃO	79
A FANTASIA DA MODERNIDADE E AS PERCEPÇÕES AO CRESCIMENTO VERTICAL: RECORTES E ESPECULAÇÕES	95
LOCALIZAÇÃO, LOCALIZAÇÃO, LOCALIZAÇÃO: A GEOGRAFIA DA MULTIPLICAÇÃO DO ESPAÇO	115
III. ENTRE O REAL E O ABSTRATO: OS FEITOS DA VERTICALIZAÇÃO CAMPINENSE	
OUTROS CAMINHOS, NOVAS DESCOBERTAS: A CONSTRUÇÃO DE UM ROTEIRO DE ANÁLISE	129
MODERNIDADE PROJETADA: AS ARQUITETURAS DA VERTICALIZAÇÃO	133
POR ENTRE PROJETOS: USOS, FORMAS E DIÁLOGOS COM A CIDADE	217
ENTRE MODERNIDADES, VERTICALIZAÇÃO	237
REFERÊNCIAS	241
APÊNDICE	251



01. Praça da Bandeira em meados dos anos 1980. Destaque aos edifícios Rique (à esquerda) e Lucas (ao centro) pontificando a paisagem. Fonte: Acervo pessoal Saulo Pereira.

INTRODUÇÃO

Estamos na movimentada Avenida Floriano Peixoto. No percurso, avistamos os prédios do Grande Hotel, da Prefeitura Municipal e da Associação Comercial. Pouco mais acima, em direção à Praça da Bandeira, além dos pombos e dos senhores no Café, os Edifícios Rique e Lucas emolduram ao fundo a Rua Marquês do Herval, donos da paisagem, os mais altos da cidade. No ponto alto da Praça Clementino Procópio, embora já cansados, não ficaremos no Cine Capitólio, outrora o melhor cinema do estado, voltaremos a descer a Rua Irineu Joffily, em direção ao Cine Babilônia, este sim o mais bem instalado da cidade, “o preferido das elites locais”. Estamos na década de 70, prestes a encontrar Zé Porteiro na entrada e alguns cineclubistas discutindo a sétima arte. A sala de exibição nos parece enorme.

15

O filme começa. Na tela vemos um estádio com personagens esfomeados. Sentados à imensa mesa, eles esperam o novo empreendimento que o Arquiteto irá demonstrar numa apresentação teatral. Um ator travestido manuseia leques de pluma, uma música soa e dois volumes cobertos aparecem ao centro; forma-se o quadro, cria-se expectativa. Os volumes se descobrem. De um, surge um caixão preto e, do outro, uma mulher que, domada, adentra no caixão e despede-se. O Arquiteto então se dispõe a exhibir como se comporta a invenção aludida. Trata-se de uma nova forma de morar. Um caixão amplo, acolchoado, reclinável, que abre e fecha abrigando seu proprietário com conforto e luminosidade adequados para uma noite de sono tranquila. O homem moderno poderia dispensar antigas preocupações, tudo que lhe ocupa e lhe detém nos afazeres domésticos, e fazer da sua casa tão somente um abrigo para dormir. Edifícios de caixões para moradia! Bairros inteiros! Eis o futuro! “O homem só precisa de um abrigo!” sentencia o Arquiteto. Essa cena é de um Jodorowsky crítico e surreal em *The Holy Mountain* (1973) e, embora nos pareça exagerada, funciona como alegoria para decodificar alguns caminhos que se cruzarão neste estudo e que comporão a narrativa

historiográfica cujos edifícios construídos entre 1942 e 1969 em Campina Grande serão os protagonistas.

A proposta do Arquiteto demonstra como a modernidade pode imprimir transformações na forma como o homem cria e ocupa seu espaço, construindo suas narrativas, elaborando sua política-vida, impondo-se “no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes”, como nos lembra Le Goff (1990, p. 179). O Arquiteto, ao argumentar que construir edifícios comuns foi um mau investimento e que sua nova invenção permite a tão perseguida liberdade, constrói mais um ideal de como a busca pelo novo deveria ser edificada e sob que condições esse homem e essa sociedade, agora modernos¹ e, portanto, “expressão objetiva de uma atualidade do espírito do tempo que espontaneamente se renova” (HABERMAS, 1992, p. 101), deveriam se colocar diante da expectativa de progresso à qual, inevitavelmente, não estariam imunes.

Ao que parece, para nosso personagem – assim como talvez tenha sido para muitos de seus expectadores – a experiência da modernidade se entrelaçava à ideia de “uma reflexão principiante, um esboço mais ou menos adiantado de crítica e de autocrítica” (LEFEBVRE, 1969, p. 4) ou mesmo, como nas palavras de Giddens (2002, p. 21), a uma “ordem pós tradicional” onde o questionamento sobre como viver deveria ser tanto respondido “em decisões cotidianas sobre como comportar-se, o que vestir, o que comer – e muitas outras coisas – quanto ser interpretada no desdobrar temporal da auto-identidade”.

Poderíamos, então, propor, entre essas “outras coisas” a que se refere Giddens, novas perguntas: “como morar?”, “onde trabalhar?”. E, assim, nos levar a investigações intrínsecas: “como construir?”, “o que construir?” e “onde construir?” A verticalização, com seus “edifícios de caixões”, poderia assim ser a resposta a essas perguntas, tendo a modernidade impressa em si sob diversas facetas na cidade de Campina Grande. Primeiro, na formação de um imaginário que via o edifício como símbolo de progresso, tributário da sedução de um skyline formado por silhuetas de arranha-céus, por um modo de vida civilizado, urbano, ideal para o homem moderno. Segundo, na aceitação que passa a ter no Brasil, já que antes era negada por entender-se associada à moradia coletiva, anti-higiénica, perigosa e promíscua (Bonduki, 2004; Correia, 2004; Reis Filho, 2014; e Vaz, 2002).

¹ Ser moderno assume diferentes conotações no passar dos séculos, reportando noções de oposição (como os pares antigo/moderno, passado/presente) ou correspondência (como sinônimo de novo, recente) a depender dos diferentes contextos e conjunturas ao longo da história. Para uma incursão etimológica mais aprofundada sobre seus significados e seus reflexos na leitura da modernidade, ver: Simmel (1967), Lefebvre (1969), Karl (1988), Bradbury e Macfarlane (1989), Le Goff (1990), Berman (2007), Habermas (1992 e 2000), Giddens (2002), Heynen (2006), Harvey (2008).

Terceiro, no desenvolvimento do sistema de incorporação e seus processos associados de especulação imobiliária e através da ação dos produtores do espaço urbano (Somekh, 1997; Souza, 1994).

Porém, quando nos apropriamos das discussões oferecidas em torno da modernidade e transfiguramos para as condições históricas, econômicas e sociais, que permeiam o objeto de estudo, se faz necessário rever, ponderar, reavaliar conceitos que impõem claramente dimensões diversas entre as metrópoles europeias que se industrializaram em fins do século XIX – e das quais partem grande parte dos teóricos da modernidade – e Campina Grande, que embora possuísse uma dinâmica que a destacava na região e um crescimento expressivo à época, estava situada num nordeste brasileiro de oligarquias agrárias, infraestrutura incipiente e industrialização tardia estando sua modernidade assim, corporificada nas diferentes pautas da modernização, dos signos e discursos de progresso que prometiam libertá-la do atraso e do subdesenvolvimento. Isso se entrelaça, inadvertidamente, aos princípios da urbanização, da sociologia urbana e da estética das cidades, sintetizados por uma longa tradição de interpretação nacional.

Para nos aproximarmos então dessa nossa modernidade, recorremos a Gorelik e suas incursões sobre a América Latina. Em suas investigações à procura de um sentido de modernidade que nos permita entender aquela à qual vivemos, Gorelik a apresenta não como consequência, mas como parte indissociável das pautas da modernização, um caminho ou vontade ideológica que se impôs dentro de uma política deliberada para conduzir-nos a um determinado tipo de transformação estrutural das cidades (1999, p. 58-62). Por isso, debater sobre a modernidade para o autor é debater a cidade, é entendê-la como “ethos cultural mais geral da época, como os modos de vida e organização social” e a modernização, como “aqueles processos duros que continuam transformando materialmente o mundo” (GORELIK 1999, p. 62).

A compreensão dessa relação intrínseca entre arquitetura e cidade, ideologia e ação, modernidade e modernização coincide com a leitura dos acontecimentos que foram moldando a ideia de moderno em Campina Grande e, não por acaso, sua estrutura socioespacial. Tomando como exemplar dicotômico dessa análise as considerações de Gervácio Aranha – historiador que se dispôs a decifrar a modernidade na cidade, ou melhor, sua não modernidade – a noção de moderno vem aqui cercada por símbolos e sonhos. Para Aranha (2005), falar de modernidade em cidades nortistas e, assim, em Campina Grande, seria algo impraticável e, essencialmente, errôneo pela ausência dos grandes estímulos, pelo ritmo social desacelerado, pelo tamanho reduzido (limite físico), pela falta de pressa e do

múltiplo (elementos que caracterizam os grandes centros urbanos da Europa oitocentista), ainda que estas fossem representadas, em suas áreas de influência, com ares de grandeza.

Assim, na impossibilidade de pensar a experiência urbana nortista, em seu vínculo com a ideia de vida moderna a partir dos chamados ritmos sociais, resta a alternativa de pensá-la com base no impacto provocado por certas conquistas materiais que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno (ARANHA, 2005, p. 79).

Dessa forma, aos campinenses podemos atribuir contato apenas com os símbolos do moderno, signos materiais que remetiam à ideia de conforto e racionalidade, eficiência, higiene do corpo, economia e rapidez dos fazeres, de tudo aquilo que o presente lhes era apresentado como futuro. Essas novidades vieram com a chegada do trem à cidade em 1907, estiveram associadas à agilização dos meios de transporte, dos correios e da divulgação dos órgãos de imprensa, assim como à criação de produtos de sociabilidade, onde convergiam os interesses coletivos em seus laços com o exterior. Um processo que, em seus diversos movimentos, desencadeou impacto na vida cotidiana local, aportando, com silvos e vapor, a cidade numa nova época, aquela que imprimiu uma modernidade que passa a assumir contornos na sociedade campinense entre as décadas de 10 e 40, associada a uma disciplina e docilização do corpo, à oposição entre o rural (sinônimo de lentidão, atraso e superstição) e o urbano (locus da produção humana e científica e da velocidade), o tradicional e o moderno.

E esse advento da modernidade não se limitou às novas invenções, mas reverberou em outros sistemas, em prol de incluir Campina no mundo civilizado, despertada pelo progresso. Junto à ferrovia e às técnicas de controle médico, esteve o urbanismo, a arquitetura moderna e a verticalização. Junto à inclusão da cidade na rota da Great Western Company em 1907 e à polêmica reforma urbana e social do começo do século XX, esteve o Edifício Rique, despontando, em 1958, com seus 14 pavimentos no céu de Campina. E é sobre essa última de suas facetas, a da verticalização, que os discursos modernizadores, a celebração do progresso e status social vieram, novamente, atrelados.

Desvendar e refletir sobre essas questões é pensar as potencialidades e as possibilidades que relacionam cidade, sociedade e arquitetura, especialmente aquela que agora se verticaliza e ressignifica sua histórica busca pelo novo. É assegurar a memória e identidade coletiva do lugar, suas técnicas e tecnologias aplicadas, seus agentes, suas formas de pensar, construir e habitar a cidade. É não

negar o peso, ou a inevitável leveza², dessa herança e do desejo pelo moderno.

Diante do exposto, esta pesquisa tem por objetivo investigar o processo de verticalização em Campina Grande, Paraíba, entre os anos de 1942 e 1969, procurando entender momento e sociedade diante das transformações urbanas e arquitetônicas ocorridas na cidade nas primeiras décadas do século XX. O intuito é identificar seus agentes, profissionais e personalidades envolvidos na construção física e ideológica da arquitetura e do edifício vertical da cidade paraibana. E, por fim, compreender as conexões entre verticalização, progresso e modernidade junto às formas (técnicas construtivas e soluções plásticas e espaciais), usos (definição dos programas) e diálogos com a cidade.

Para tanto, tem como pressuposto a definição de Somekh (2014) sobre verticalização, ao utilizar como critério a presença de elevador, elemento que possibilitou a multiplicação efetiva do solo urbano. Deste modo, o recorte temporal escolhido evidencia com propriedade a relação entre esse fenômeno e o período histórico ao qual fazemos referência, isto é, a modernidade: 1942 marca o início das construções de edifícios altos com presença de elevador, ao passo que 1969 inaugura uma Campina Grande em declínio econômico, onde supomos marcar o fim do ciclo inaugural e a mudança de parâmetros desse tipo de construção erguida na região central do município.

19

Curiosamente, esse é um período ainda pouco estudado das culturas arquitetônicas e urbanísticas campinenses, com significativas inserções nos panoramas regional e nacional. Grande parte dos trabalhos acadêmicos se volta para a primeira metade do século XX, em especial para o caso das reformas urbanas das décadas de 1930 e 1940. Os anos subsequentes deram continuidade aos discursos progressistas irrompidos no começo do século, embora tenham encontrado outros meios e padrões estético-construtivos para materializá-los. Os ensaios apresentados por Tinem e Cotrim (2014) (Na urdidura da modernidade: Arquitetura moderna na Paraíba) estabelecem subsídios para uma construção historiográfica da arquitetura moderna na Paraíba com algumas avaliações dessa produção e anotações sobre um conjunto de obras construídas no estado, embora não se aprofundem na especificidade da arquitetura verticalizada encontrada em Campina. As pesquisas da arquiteta Adriana Freire (2007 e 2010) (Arquitetura moderna residencial de Campina Grande: registros e especulações, 1960-1969; Modernização e Modernidade: uma leitura sobre a arquitetura moderna de Campina Grande, 1940-1970) são algumas das poucas a se voltarem para a arquitetura campinense pós-

2 Fernando Lara (2005) em “A insustentável leveza da Modernidade”.

reformas urbanas, contudo, estabelecem diferentes focos de análise da produção local. Já o artigo desenvolvido por Queiroz e Rocha (2014) (Linhas cúbicas, quebradas e funcionais: arquitetura moderna em Campina Grande) tem um viés mais panorâmico, sem se centrar nas especificidades das variadas produções. Destaca-se ainda a pesquisa realizada no Programa de Voluntários de Iniciação Científica no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande entre os anos de 2010 e 2011, intitulada Habitação, verticalização e arquitetura moderna em Campina Grande (1945-1970): formas, usos e diálogos com a cidade³. Onde foram iniciadas parte do levantamento documental dessa produção, porém sem resultar grandes aprofundamentos de análise.

Assim, a compreensão do processo de verticalização em Campina Grande, seus personagens, edifícios e relações com a cidade ainda é parcial, permeada por lacunas. O que nos faz indagar quais são as aproximações e os afastamentos entre a arquitetura verticalizada de Campina Grande e a produção em outras cidades brasileiras? Em que medida eles estavam vinculados aos esforços para a modernização da arquitetura nacional? Até que ponto os poderes públicos e privados incentivaram e controlaram essa verticalização? Que diálogos os grandes edifícios passaram a estabelecer com a cidade (relações com os espaços públicos, com o entorno e com a infraestrutura instalada)? Quais profissionais (engenheiros, arquitetos, desenhistas) estiveram à frente do processo? Quais foram as organizações espaciais assumidas pelos apartamentos, lojas e escritórios? Como as pessoas se apropriaram dessas espacializações? Isso trouxe mudanças nos hábitos e costumes do morar? Que materiais e técnicas construtivas foram utilizados? Ou melhor, como as imagens de edifícios que desafiavam a lei da gravidade e demonstravam que, com racionalidade e ciência, o homem pode chegar o mais alto possível, poderiam ter saltado das telas do Cine São José, Capitólio ou Babilônia, das páginas de ficção científica da Livraria Pedrosa e despontado no centro de Campina, vindo a conviver entre os campinenses, para seu susto e orgulho.

Esta pesquisa busca trazer à luz essas perguntas e oferecer subsídios para a percepção do valor patrimonial e cultural dessa arquitetura. A intenção é contribuir com a construção da memória arquitetônica e urbanística campinense e com os estudos sobre habitação e cidade brasileiras em desenvolvimento, de modo a assegurar a memória coletiva do lugar, suas técnicas e tecnologias aplicadas, seus agentes, suas formas de pensar, construir e habitar a cidade.

3 A presente pesquisa tem origem a partir dos primeiros estudos realizados durante o projeto de iniciação científica em questão, no qual atuei durante o período de graduação. Sob orientação do professor Me. Marcus Vinícius Dantas de Queiroz, o projeto também contou com a participação dos alunos Alberto Voulban, Ândrea Terruggi e Erick Vinícius.



PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1965
CONSTRUÇÃO
REFORMA
Caixa N°
183
TEL: (24) 2337-0838
PETRÓPOLIS - RJ - FAX: (24) 2337-0100

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1964
CONST.
REFORMA
Processo N° "M"
Caixa N°
182

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1964
CONST.
REFORMA
Processo N° "M"
Caixa N°
181

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1964
CONST.
REFORMA
Processo N°
Caixa N°
180

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1964
CONST.
REFORMA
Processo N°
Caixa N°
179

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1964
CONST.
REFORMA
Processo N°
Caixa N°
178

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1963
CONST.
REFORMA
Processo N°
Caixa N°
180

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1963
CONST.
REFORMA
Processo N°
Caixa N°
136

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1963
CONST.
REFORMA
Processo N°
Caixa N°
153

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1963
CONST.
REFORMA
Processo N°
Caixa N°
142

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1963
CONST.
REFORMA
Processo N°
Caixa N°
140

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1963
CONST.
REFORMA
Processo N°
Caixa N°
140

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1961
CONST. REFOR
MA P/RUA
NOME "A"
Caixa N°
128

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1961
CONST. REFOR
MA P/RUA
NOME "A"
Caixa N°
125 A

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1961
CONST. REFOR
MA P/RUA
NOME "A"
Caixa N°
126

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1961
CONST. REFOR
MA P/RUA
NOME "A"
Caixa N°
127

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1961
CONST. REFOR
MA P/RUA
NOME "A"
Caixa N°
125

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1961
CONST. REFOR
MA P/RUA
NOME "A"
Caixa N°
124

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1958
CONST. REFOR
MA P/RUA
NOME "A"
Caixa N°
125

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1958
CONST. REFOR
MA P/RUA
NOME "A"
Caixa N°
125

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1958
CONST. REFOR
MA P/RUA
NOME "A"
Caixa N°
125

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1958
CONST. REFOR
MA P/RUA
NOME "A"
Caixa N°
125

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1958
CONST. REFOR
MA P/RUA
NOME "A"
Caixa N°
125

PMCO Arquivo Geral
VIACÃO E OBRAS
LIC. 1958
CONST. REFOR
MA P/RUA
NOME "A"
Caixa N°
125

02. 03. Acervo do Arquivo Público Municipal de Campina Grande. Fonte: Acervo pessoal. Ver foto completa na seguinte



OS CAMINHOS E OS MÉTODOS

A memória nesta casa de arquivos é tenaz, lenta a esquecer,
tão lenta que nunca chegará a olvidar nada por completo⁴.

José Saramago

Encontrar o Arquivo Municipal da Prefeitura de Campina Grande não é algo difícil. Está situado próximo à avenida principal da cidade, a Marechal Floriano Peixoto, no Centro, em frente à Catedral Nossa Senhora da Conceição. O fato de estar na parte anterior do Museu Histórico de Campina Grande, no entanto, o faz passar despercebido por aqueles que transitam na pequena Travessa Conselheiro Eufrosino, especialmente para aquele pedestre disposto a cortar os cabelos ao som de algum sucesso dos anos setenta, alugar um vestido de noiva, fazer prova em uma costureira ou apenas encontrar um caminho mais rápido à Rua Barão do Abiaí.

23

Não há placas nem qualquer outra informação que indique onde se situa. Talvez o estado em que se encontra explique o fato de não o identificarem, ou a não informação justifique seu descaso. Ou, quem sabe, as duas hipóteses. O fato é que, apesar dos pesares, é ali que o encontramos, tímido e um bocado esquecido, em um espaço descuidado e insalubre, com pilhas de caixas despontando do chão e das mesas dos serventuários a nos recepcionar.

Claro, um arquivo sempre aumenta, acumula-se de si mesmo, mas não somente. Ele também acolhe e encerra em suas quatro paredes a memória cidadina de décadas, e este, em especial, aquela presente nos documentos da Secretaria de Viação e Obras de Campina Grande. Documentos esses, compostos por um sem-número de pedidos por licenças, muitos deles com seus projetos anexos, datados desde a década de 30 e destinados, “respeitosamente”, ao Sr. Prefeito.

4 Trecho do livro Todos os Nomes, 1997, p. 79.

São solicitações das mais diversas: implementação de saneamento, pequenos e grandes reparos, reformas, construção de quartos, casas, armazéns, novas lajes, novos andares, cinemas, hospitais, complexos industriais e, é claro, dentre tantos outros projetos, alguns arranha-céus. Assim, expande-se de outra forma. Passa a ilustrar cidades que crescem e se desdobram a cada projeto aberto, em que os grampos se desfazem e a poeira se dispersa sobre a mesa. Uma cidade que existiu e não mais é; uma cidade que é; outra que poderia ter sido. Uma Campina Grande que combina as anteriores, já que é feita de discursos de memória e progresso, práticas de procrastinação e imediatismo.

É dessa forma que ele nos permite a fantasia de aventurar-se com o tempo, percorrê-lo, dispersá-lo, tomá-lo de volta. Afinal, basta abrimos uma caixa e voltamos aos anos 40, ilustrado e devidamente embelezado com seus ornamentos em Art Déco; mais algumas caixas à frente e estamos nos anos 60, vendo casas modernas abrigando nos desenhos de suas garagens belos automóveis rabos-de-peixe; se olharmos pela janela, no tempo que nos é presente, temos o centro da cidade, hoje com edifícios novos e antigos se destacando com seus gabaritos.

Dessas possibilidades de separar tempo e espaço – uma faculdade que a modernidade nos permitirá – e de ter contato com projetos que não chegaram a ser construídos, ou que hoje já não existem – uma capacidade que a modernidade nos tolheu pela rapidez que imprime à dinâmica urbana – uma aventura ou, talvez, desventura delineou-se entre os anos de 1942 e 1969 em Campina Grande, tornando-se enfim, objeto dessa dissertação. Esse período compreende o primeiro ciclo inaugural de verticalização da cidade. E quando, dessas caixas do Arquivo Municipal, os volumes de plantas e licenças denunciavam o encontro de mais um projeto de edifício alto, de mais um passo na compreensão do fenômeno que delineava contornos na cultura e na paisagem urbana campinense desde o início da década de 40.

É desse acervo diversificado de atos administrativos, desse expediente burocrático, que surge a pesquisa, uma vez que abarca uma gama de documentos associados à formação de um espaço construído na cidade, à produção de engenheiros e arquitetos e à relação entre a sociedade e a habitação no período. O arquivo acolhe consigo desde multas por construção sem licença ao projeto de um hotel, de inúmeros pedidos de saneamento aos projetos completos de grandes residências modernas, de plantas de armazéns para estoque de algodão à solicitação para reparos de cosinha (assim, grafado com S). O convívio com tais documentos, anotações, averbações atesta não somente a presença do Estado autorizando obras, impondo multas, mas um amplo universo que envolve a habitação na

cidade, a inserção da arquitetura moderna e o processo de verticalização operado no período.

Cabe apontar que a escolha por essa coleta documental, além de ser motivada pela busca aos projetos originais dos edifícios altos que contemplam esta pesquisa – tendo sido eles executados ou apenas idealizados –, justifica-se na compreensão do projeto como materialização da ideia arquitetural (VELOSO; MARQUES, 2007), uma vez que o ritmo da sociedade moderna impõe uma concorrência fundiária urbana da qual, paradoxalmente, a verticalização é sujeito e objeto. Desse modo, a obra construída passa a ser mais efêmera que o projeto, e este último, detentor de uma representação discursiva e imagética, um instrumento importante na construção da historiografia. Enquanto os projetos não construídos, ou parcialmente construídos, exprimem um léxico construtivo, um saber-fazer de arquitetos e engenheiros traduzido em suas criações.

Assim sendo, o registro dos documentos no APMCG centrou-se nos projetos de edifícios concebidos no recorte temporal, estando eles condicionados à presença do elevador. Tal levantamento fotográfico foi realizado por meio de câmeras digitais em visitas semanais ao arquivo, totalizando 852 documentos, 38 projetos de edifícios e incontáveis horas de busca entre pedidos de licença e desenhos técnicos obtidos mediante a consulta de 211 caixas.

25

A captação desses dados impôs alguns obstáculos, especialmente quanto ao registro em alta resolução do material coletado, a fim de fomentar não somente uma base de fonte primária indispensável à pesquisa, como também um banco de imagens para consulta de futuros pesquisadores interessados. Outra dificuldade está relacionada à ausência de licenças em alguns processos administrativos – nos casos em que estas não estavam anexadas aos projetos, ou se encontravam dispersas entre arquivos, seus projetos, ainda assim, foram fotografados – e à impossibilidade de definir a autoria de alguns projetos, seja pela ausência de documentos hábeis, seja pela ilegibilidade da assinatura do responsável, razão pela qual, em alguns edifícios, os dados referentes à propriedade intelectual permanecem desconhecidos ou suscitam questionamentos.

Embora pareça contraditório entender um processo de urbanização relativamente recente e sua filosofia enquanto nova forma de habitar a cidade, a partir de um arquivo (lócus do passado), foi desse lugar que partimos para compreender o primeiro ciclo de verticalização da cidade. A partir dos registros dos projetos de edifícios, tomados como arquétipos de uma modernidade distinta das anteriores, que pretendemos investigar o fenômeno da verticalização que se operou e,

compreender o tempo do qual são corolários, isto é, o tempo moderno. Certos de que essa contradição não será a única, nem deste empreendimento nem desta época, permeada pelas antinomias que constituem a modernidade: de desejos de pertencimento e de rompimento com a tradição, de exclusão a uma liberdade nunca experimentada. Talvez por isso nos fascinem e nos amedrontem, desafiando-nos como atores sociais em nossa cotidiana procura por identidade e soluções biográficas.

Nesse sentido, para o desenvolvimento da pesquisa e cumprimento de seus objetivos, foi necessário tecer uma nova teia de informações, ir às ruas, consultar outras fontes, visitar novos acervos, jornais, revistas, fotografias da época, contemplar leituras e dados diversos inter-relacionados à história que pretendemos contar. Essa empreitada acabou por ampliar nosso acervo para um número de 47 projetos, listados na página seguinte de forma a familiarizar o leitor com as edificações, fontes e informações técnicas coletadas aqui e revisitadas no desenrolar do trabalho FICHA CATALOGRÁFICA.

A pesquisa apoia-se metodologicamente sobre duas bases: uma conceitual, fundamentada na leitura de fontes que tratam do tema verticalização; e outra de natureza analítica, na qual ocorre a identificação, organização e interpretação de fatos e dados históricos em escala local. Espera-se que, juntas, estas bases fomentem a construção de uma narrativa coerente com as questões apresentadas pela pesquisa, como bem apontam Groat e Wang (2013) ao definirem os caminhos que envolvem a pesquisa histórica.

Para tanto, o trabalho formaliza três etapas de procedimento metodológico. Primeiro, a revisão de narrativas históricas e conceituais por meio da leitura sobre o tema abordado (em livros, dissertações, teses, artigos, bases de dados etc.) – instrumento teórico usado como subsídio às investigações, abrangendo obras que tratam da formação da cidade moderna e de seus símbolos, do processo de verticalização das cidades brasileiras, das relações entre modernização, modernidade e progresso, dos movimentos nacionais de modernização da arquitetura entre os séculos XIX e XX e, sobretudo, de como esse processo passa a ser incorporado na cidade de Campina Grande. Segundo, a coleta de evidências documentais em arquivos públicos e privados, incluindo jornais, periódicos, crônicas, anúncios publicitários, mapas, fotografias e projetos arquitetônicos, bem como outros documentos que pudessem ampliar os conhecimentos acerca do objeto de estudo no período em análise, além de permitir a construção de uma narrativa alinhada aos registros históricos. E, por fim, a sistematização e análise dos dados, momento em que fontes primárias e secundárias, ordenadas e confrontadas

FICHA CATALOGRÁFICA_EDIFÍCIOS VERTICAIS

SISTEMATIZAÇÃO DO ACERVO. PARTE 1/2

IDENTIFICAÇÃO			ENCOMENDNTE		LOCALIZAÇÃO			RESPONSABILIDADE TÉCNICA				DADOS QUANTITATIVOS				COLETA DE DADOS GRÁFICOS		SITUAÇÃO	
Nº	ANO	EDIFÍCIOS	PROPRIETÁRIO	ATRIBUIÇÃO	RUA/AVENIDA	Nº	BAIRRO	PROJETO	CREA	CONSTRUÇÃO	CREA	Nº DE PAVIMENTOS	LOTE	OCUP.	CONST.	MATERIAL DISPONÍVEL	FONTE	ESTADO	Nº DE PAVIMENTOS
1.	1942	Antigo Grande Hotel	Prefeitura Municipal	Institucional	Mal. Floriano Peixoto, Maciel Pinheiro e Afonso Campos	960	centro	George Munier	-	Figueira e Jucá	-	5	-	-	-	Plantas-baixas. croquis de 1964	APMCG	Construído	5
2.	1942	Palacete da Municipalidade	Prefeitura Municipal	Institucional	Mal. Floriano Peixoto e Maciel Pinheiro	S/N	centro	George Munier	-	Figueira e Jucá	-	4	-	-	-	Fotos externas	-	Construído	4
3.	1950	Assú	Giovanni Gioia	Engenheiro	Marquês do Herval	50	centro	Giuseppe Gioia	-	Giuseppe Gioia	-	3	-	-	-	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Parc. Construído (sem elevador)	4
4.	1953	Campina Grande	Manoel Ribeiro de Moraes	Advogado	Mal. Floriano Peixoto	S/N	centro	-	-	Giovanni Gióia	-	9	-	-	-	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Não Construído	-
5.	1955	Ariús	Giuseppe Gióia	Engenheiro	Maciel Pinheiro	-	Centro	Giuseppe Gioia	-	Giuseppe Gioia	-	3	488,57	157,98	456,41	Desenhos técnicos	APMCG	Parc. Construído (sem elevador)	6
6.	1954	Associação do Comércio e da Indústria	A.C.E.C.G.	Institucional	Mal. Floriano Peixoto e Maciel Pinheiro	S/N	Centro	Hugo Marques	369-D	Austro De França Costa	1029-D	4	-	-	-	Matérias jornalisticas	Jornal Diário da Borborema	Construído	6
7.	1956	Jacy	Olavo Bilac Cruz	-	Marquês do Herval	38	centro	Austro De França Costa	1029-D	Austro De França Costa	1029-D	6	173,98	160,32	1.137,68	licenças. Desenhos técnicos	APMCG	Parc. Construído (sem elevador)	6
8.	1956	Genésio Gomes da Cruz	Genésio Gomes da Cruz	-	Irineu Joffily	S/N	centro	-	587-D	-	587-D	3	289,05	252,15	742,85	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Parc. Construído (sem elevador)	3
9.	1956	Incotec I	Austro de França Costa	Engenheiro	Mal. Floriano Peixoto, 13 de Maio e Ruy Barbosa	859	centro	Austro de França Costa	1029-D	Austro de França Costa	1029-D	12	875,00	-	-	Licença para demolição dos prédios N.136-196 e construção de novo edifício. Anteprojeto	APMCG	Não Construído	-
10.	1956	Incotec II	Austro de França Costa	Engenheiro	Mal. Floriano Peixoto, 13 de Maio e Ruy Barbosa	859	centro	Austro de França Costa	1029-D	Austro de França Costa	1029-D	12	875,00	875,00	2.80980	Licença para alinhamento e soleira. Anteprojeto	APMCG	Não Construído	-
11.	1957	Incotec III	Austro de França Costa	Engenheiro	Mal Floriano Peixoto, 13 De Maio e Ruy Barbosa	859	centro	Austro de França Costa	1029-D	Austro de França Costa	1029-D	4	875,00	875,00	1,216,25	Licença para saneamento. Plantas-baixas sem cotas	APMCG	Não Construído	-
14.	1957	João Rique	Banco Industrial de Campina Grande	Institucional	Marquês do Herval, 7 de setembro e Venâncio Neiva	S/N	centro	Hugo Marques	369-D	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	14	-	-	-	Anúncios publicitários	Jornal Diário da Borborema	Construído	14
12.	1958	Macambira	Francisco Pinto de Oliveira	Médico	Barão do Abiaí	91	centro	Max Hans Karl Liebig	137-D	-	137-D	4	-	-	-	Plantas sem cotas. 01 corte. Pedido de saneamento	APMCG	Construído	4
13.	1958	Hotel e Empresarial Cristiano Lauritzen	Prefeitura Municipal	Institucional	Barão do Abiaí e Cardoso Vieira	S/N	centro	João Batista Corrêa	-	-	-	7	-	-	-	Anúncios publicitários	Jornal Diário da Borborema	Não Construído	-
15.	1958	Faculdade de Odontologia de Campina Grande	S.F.O.C.G. (Rep. Por Manuel Trigueiro Dantas)	Institucional	Vila Nova da Rainha e 21 de Abril	S/N	centro	Austro de França Costa	1029-D	Austro de França Costa	1029-D	6	-	-	-	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Não Construído	-
16.	1960	Incotec IV	Austro de França Costa	Engenheiro	Mal. Floriano Peixoto	859	centro	Austro de França Costa	1029-D	Austro de França Costa	1029-D	13	875,00	857,50	3.165,80	Pedido de prorrogação de licença. Desenhos técnicos.	APMCG	Não Construído	-
17.	1960	Manoel patrício	Manoel Patrício	Comerciante	Pres. João Pessoa	58	centro	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	8	309,96	309,96	2.308,48	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Construído	9
18.	1960	Faculdade Católica de Filosofia	Diocese CG. (Rep. por Otávio Aguiar)	Institucional	Afonso Campos e Mal. Floriano Peixoto	S/N	centro	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	4	-	-	-	Licença. Desenhos técnicos. Anúncio Publicitário	APMCG	Parc. Construído (sem elevador)	3
19.	1961	João Lyra Braga	João Lyra Braga	-	Pres. João Pessoa	527	centro	T. B. Benévolo	2461-D	T. B. Benévolo	2461-D	4	-	-	-	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Parc. Construído (sem elevador)	4
20.	1961	Hotel Ouro Branco	Nivaldo Rique	Industrial e Banqueiro	Vidal de Negreiros e Cel. João Lourenço Porto	20	centro	Hugo Marques	369-D	-	-	7	-	-	-	Anúncios publicitários	Jornal Diário da Borborema	Construído	7
21.	1962	Serrano	Imobiliária Vega Ltda.	Imobiliária	Cel. José André e Prof. José Coelho	53	centro	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	5	-	-	-	Desenhos técnicos	APMCG	Parc. Construído (sem elevador)	4
22.	1962	Anexo Teatro Municipal Severino Cabral	Prefeitura Municipal	Institucional	Mal. Floriano Peixoto	S/N	centro	Geraldino Duda	-	G. Gioia e Cia	-	6	-	-	-	Fotos externas	-	Construído	6
23.	1962	Alvorada	Imobiliária Veja Ltda.	Imobiliária	Mal. Floriano Peixoto e Tavares Cavalcanti	1059	centro	Hugo Marques	369-D	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	5	490,00	267,00	1.304,37	Licença. Desenhos técnicos. Anúncio Publicitário	APMCG, Jornal Diário da Borborema	Parc. Construído (sem elevador)	4

FICHA CATALOGRÁFICA_EDIFÍCIOS VERTICAIS
SISTEMATIZAÇÃO DO ACERVO. PARTE 2/2

IDENTIFICAÇÃO			ENCOMENDNTE		LOCALIZAÇÃO			RESPONSABILIDADE TÉCNICA				DADOS QUANTITATIVOS				COLETA DE DADOS GRÁFICOS		SITUAÇÃO	
Nº	ANO	EDIFÍCIOS	PROPRIETÁRIO	ATRIBUIÇÃO	RUA/AVENIDA	Nº	BAIRRO	PROJETO	CREA	CONSTRUÇÃO	CREA	Nº DE PAVIMENTOS	LOTE	OCUP.	CONST.	MATERIAL DISPONÍVEL	FONTE	ESTADO	Nº DE PAVIMENTOS
24.	1962	Educacional da Igreja Congregacional	Igreja Congregacional de Campina Grande	Institucional	Mal. Floriano Peixoto	S/N	centro	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	9	-	363,67	2.651,00	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Não Construído	-
25.	1962	Motta	Indústria e Comércio Motta S/A	-	João Suassuna	70	centro	Hugo Marques	369-D	G. Gioia e Cia	-	15	832,78	760,83	5.925,58	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Parc. Construído	16
26.	1962	Moisés Lyra Braga	Moisés Lyra Braga	Comerciante	Presidente João Pessoa	462	centro	Adalbert Machado	1783-D	Adalbert Machado	1783-D	5	300,60	238,21	1.217,30	Licença para reconstrução. Desenhos técnicos	APMCG	Não Construído	-
27.	1962	Augusto Pimentel	José Augusto de Oliveira e Maria Augusta Pimentel	-	Cardoso Vieira e Barão do Abiaí	S/N	centro	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	7	182,90	227,26	1.623,09	Desenhos técnicos	APMCG	Parc. Construído (sem elevador)	3
28.	1962	Lucas	J. Lucas Imobiliária Ltda. (rep. por J. Lucas da Silva)	Comerciante	Marquês do Herval	15	centro	Hugo Marques	369-D	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	15	1.047,40	528,45	6.249,04	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Construído	15
29.	1962	Prata	Raimundo e Raymildon Viana de Macêdo	-	Simeão Leal	150	centro	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	12	-	-	7.988,40	Alvará de Licença para construção	APMCG	Parc. Construído	7
30.	1962	Palomo	Firma Eng. Roberto Palomo	Engenheiro	Maciel Pinheiro e Barão do Abiaí	S/N	centro	Hugo Marques	369-D	Roberto Palomo	1671-D	15	570,24	542,32	5.767,60	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Construído	15
31.	1962	Shangri-Lá	Imobiliária Nassáu Ltda.	Imobiliária	Venâncio Neiva	47-51	centro	-	-	-	-	16	-	-	-	Anúncio Publicitário	Jornal Diário da Borborema	Não Construído	-
32.	1963	José Pinto da Silva	José Pinto da Silva	-	4 De Outubro (atual Maj. Juvino do Ó	55	centro	Jaelson de Castro	0925-D	Jaelson de Castro	0925-D	4	-	147,20	322,96	Licença para acréscimo de dois pavimentos. Desenhos técnicos	APMCG	Não Construído	-
33.	1963	Raimundo Pedrosa	José C. Pedrosa e Irmãos.	Comerciante	Monsenhor Sales	48	centro	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	6	-	163,50	952,40	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Não Construído	-
34.	1963	Malaquias do Ó	Clayton Marques Ismael	Comerciante	Maciel Pinheiro, 7 de Setembro e Barão do Abiaí	S/N	centro	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	4	206,00	236,00	784.00	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Não Construído	-
35.	1963	Floresta	Antônio Lucas de Carvalho	-	João da Silva Pimentel e João Pessoa	S/N	centro	Adalbert Machado	1783-D	Adalbert Machado	1783-D	6	599.00	514,80	2.860,00	Desenhos técnicos	APMCG	Não Construído	-
36.	1963	Alves Campos	Alves Campos e Cia.	Comerciante	Pres. João Pessoa	242-246	centro	Jaelson de Castro	1936-D	Jaelson de Castro	1936-D	7	614,68	380,01	2.487,72	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Não Construído	-
37.	1964	Fórum Afonso Campos	Prefeitura Municipal	Institucional	Mal. Floriano Peixoto	S/N	centro	Hugo Marques	369-D	-	-	6	-	-	-	Matéria jornalística	Revista Cruzeiro	Construído	6
38.	1964	José Celino	José Celino da Silva	Comerciante	Pres. João Pessoa	396-400	centro	Hugo Marques	369-D	Adalbert Machado	1783-D	4	496,975	496,975	1.589,250	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Parc. Construído (sem elevador)	4
39.	1964	Pimentel Motta	Vilma Jerusa Pimentel Motta	-	Barão do Abiaí	93	Centro	Hugo Marques	369-D	Lynaldo Cavalcanti	1295-D	8	738,50	680,50	3.933,30	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Não Construído	-
40.	1964	Hospital Assonor	Associação de Assistência Sanitária do Nordeste	Institucional	Projetada e estrada de Puxinanã	S/N	Bodocongó	Alberto e Pierre Reithler	1099-D.1348D	Alberto Reithler	1099-D	3	113.608,00	2.500,00	5.055,00	Pedido de Isenção de Imposto. Desenhos técnicos	APMCG	Não Construído	-
41.	1964	Severino Guedes de Andrade	Severino Guedes de Andrade	-	Pres. João Pessoa	S/N	centro	-	1732-D	-	1732-D	6	-	212,43	422,66	Licença. Desenhos técnicos. 01 Perspectiva	APMCG	Não Construído	-
42.	1965	Canadá	G. Gioia e Cia.	Construtora	Rua Maciel Pinheiro	313-353	centro	Hugo Marques	369-D	G. Gioia e Cia.	-	17	-	-	-	Anúncio Publicitário	Jornal Diário da Borborema	Não Construído	-
43.	1966	Mary Glucia	Família Moraes	-	Mal. Floriano Peixoto e Venâncio Neiva	-	centro	Jaelson de Castro	1963-D	Jaelson de Castro	1963-D	5	-	295,00	1.377,00	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Não Construído	-
44.	1967	Sind. dos Bancários	S.E.E.B.C.G.	Institucional	Cardoso Vieira e Barão do Abiaí	S/N	centro	Raimundo Adolfo	1689-D	Raimundo Adolfo	1689-D	-	-182,90	241,80	-	Licença para acréscimo de um pavimento em edificio já licenciado.	APMCG	Não Construído	-
45.	1968	Hospital Espírita	H.E. Rep. por José Aldano	Institucional	Praça Alan Hardec	S/N	Prado	José Severino Cordeiro	2693-D	José Severino Cordeiro	2693-D	6	1.500,00	500,00	2.365.80	Licença. Desenhos técnicos	APMCG	Não Construído	-
46.	1968	Instituto Nacional de Previdência Social	INPS – Governo federal	Institucional	João Lourenço Porto	72	Centro	-	-	-	-	7	-	-	-	Nota jornalística	Jornal Diário da Borborema	Construído	7
47.	1969	Banco Do Brasil S/A	Banco do Brasil S/A – Governo federal	Institucional	7 De Setembro	52	centro	-	-	José Corsino Dantas Lima	1883-D	6	1.841,50	1.024,80	3.553,96	Desenhos técnicos	APMCG	Construído	6

entre si, subsidiaram o processo de análise e de amadurecimento de hipóteses resultando em uma fonte em si para pesquisas e análises historiográficas.

Com o intuito de investigar a produção de edifícios altos entre os anos de 1942 e 1969 e questionar as hipóteses de que o ideal de modernização que envolvia as grandes capitais do país foi responsável pela introdução e difusão de novas concepções arquitetônicas e culturas sociais na região, ou de que o processo de verticalização constitui um novo estágio do precedente processo de modernização da cidade durante as décadas de 1930 e 1940, a análise dos resultados está focada em quatro eixos: 1- relação entre verticalização, modernidade e progresso; 2- arquitetura e produção de espaço (os incentivos e controles promovidos pela legislação e pelos discursos da época); 3- arquitetura e cidade na construção da paisagem e sociedade urbanas (os profissionais envolvidos e suas bases conceituais); e 4- arquitetura, verticalização e modernidade: suas formas, usos e diálogos.

Cada eixo foi investigado por meio do cruzamento do maior número possível de informações, de modo a apresentar uma leitura ampla, que evidencie e problematize as possíveis complexidades dos temas tratados. Nesse sentido, foi fundamental o confronto das fontes – tanto primárias quanto secundárias –, a leitura das ações intervencionistas, das descrições projetuais e das realidades construídas, além das publicidades e impressões dos que testemunharam o processo (cronistas e jornalistas). Esse confronto ocorreu de forma articulada com a revisão bibliográfica, buscando compreender, comparativamente, as relações existentes entre o cenário local e movimentos nacionais similares.

Para o entendimento das questões em torno da modernidade, verticalização e status de progresso [EIXO 01], foi fundamental a compreensão do contexto da época, juntamente com a análise dos discursos de incentivo à modernização. Os registros fotográficos permitiram apreender como a arquitetura produzida até então foi assimilada e representada pelos profissionais [EIXO 02]. A averiguação dos projetos de engenharia e arquitetura – vinculada às descrições técnicas dos profissionais, às memórias dos que testemunharam o processo e às publicidades e matérias do período – ofereceram uma importante base para a estruturação dos demais eixos de análise propostos [EIXO 03 e 04].

Sendo assim, no capítulo 1, estudamos como, em Campina Grande, a histórica busca pela modernidade redefiniu cenários, introduziu tecnologias, restringiu e estabeleceu novas práticas e padrões estéticos. Por esse caminho, identificamos os contextos político, econômico e social da época frente às transformações urbanas e arquitetônicas ocorridas na cidade durante as primeiras décadas do

século XX, acompanhando como a difusão da modernidade se entrelaça a uma política de modernização urbana da qual a verticalização deriva.

No capítulo 2, voltamo-nos para os esforços e interesses pela verticalização campinense – aqueles que se apoiaram sobre recentes tecnologias e uma ideia de modernidade que pregava o edifício alto como sinônimo de progresso e ascensão social. Investigamos as incorporações imobiliárias, os agentes e profissionais envolvidos, as assimilações entre legislação, arquitetura e cidade, juntamente com os debates e críticas que envolveram a inserção desses edifícios na construção da paisagem urbana local e na consolidação do processo.

Finalmente, no capítulo 3, a arquitetura surge como tema que reúne e explicita os demais. Identificamos, entre projetos construídos e não construídos, as conexões entre arquitetura e modernidade, junto a suas formas, usos, técnicas e diálogos com a cidade, em uma leitura ora aproximada, ora de síntese, procurando apresentar o acervo e descrevê-lo através de suas arquiteturas e peculiaridades, suas semelhanças e contrários, para, assim, especular suas causas, explorar suas formas e entender suas apropriações.

I. MODERNIDADE, PROGRESSO, VERTICALIZAÇÃO:
CAMPINA GRANDE EM TRANSFORMAÇÃO.

I.I

RUMO À MODERNIDADE OS PRIMEIROS SIGNOS DO MODERNO

O trem aproxima-se da estação [de Campina Grande] e o nosso Miquilina vendo o tamanho da machina [...], quiz abrir do chambre pelo matto em força, o que a muito custo pude contel-o segurando-o pelo braço. O Miquilina ficou com todos os cabellos estiradinhos, os olhos abugalhados para o trem e forçando para soltar-se de minhas mãos e correr, dizia em voz de um assombrado: - Misericórdia, meu Deus!! Ou que bicho feio e cumprido (GOMES, apud Queiroz, 2008, p. 22).

A crônica de Lino Gomes, resgatada por Queiroz, é alegoria à chegada de um dos tantos símbolos propulsores da modernidade campinense: o trem. Trazendo consigo as notícias e fofocas das capitais, as novidades do mundo da moda, as invenções e descobertas da tecnologia, o trem “influiu soberano para integrar sua gente a um sentido mais moderno, ou menos antiquado” (CÂMARA, 1947, p. 50) abrindo caminho, com um misto de encanto e medo, às novas perspectivas e sensibilidades diante da vida citadina, que pouco a pouco foram se convertendo em transformações significativas nos hábitos e cotidianos, nas formas e usos da cidade⁵.

O “rude” sertanejo de quem nos conta o cronista ainda desconhecia sua importância, certamente não prevera que o “bicho feio e comprido” seria marco no desenvolvimento da cidade, na definição da ideia de progresso, da civilidade e, tampouco, imaginara as transformações que viriam a partir dali. Preferiu fugir, livrar-se dos braços do cronista letrado e bem-intencionado e voltar ao que lhe era comum e reconhecível, longe da rapidez e dos perigos da modernidade.

Seu medo é compreensível. A Campina Grande à qual estava habituado era

5 O julgamento do trem como um dos símbolos primários para o desenvolvimento de novas culturas urbanas na cidade é compartilhado entre os autores consultados da bibliografia local. Sobre a relação entre trem, modernidade e imaginário na Paraíba, ver Aranha (2001, 2005).

aquela de um pouco mais de 700 casas, dispersas em um pequeno centro urbano (CÂMARA, 1947, p. 79). O município – que surgira de um aldeamento formado por índios em fins do século XVII, elevado à condição de vila em 1790 e à cidade em 1864–, embora já desempenhasse o papel de principal centro comercial no interior da Paraíba por desfrutar de posição de entreposto entre o litoral e o sertão, chegou ao século XX preservando ainda “os mesmos comboios de almocreves, o mesmo movimento de boiadas, o mesmo *modus vivendi*” de costumes e traços oitocentistas (CÂMARA, 1947, p.90-94) os quais lhe eram familiares⁶.

Contudo, quando instaurada a ferrovia da companhia inglesa *Western Brasil Railway*, em 1907, algumas rupturas lhe seriam inevitáveis. Ao escoar a crescente produção algodoeira⁷ das regiões vizinhas até os portos da Paraíba e, em especial, da capital pernambucana – de onde partiriam em direção aos mercados nacional e internacional –, Campina Grande ampliou sua fama e riquezas (ARANHA, 1991, p. 13). Sua geografia de contato entre regiões diversas e opostas, atrelada a esse novo acontecimento, fizera-a ampliar sua influência enquanto entreposto comercial tornando-se, logo nas primeiras décadas do século XX, empório do gênero algodoeiro no Nordeste, sustentando o título de “porta oriental do sertão” e “posto avançado do Recife”, foco do comércio e da vida regional (SESC, 1964; CARDOSO, 1963). A partir dali, alavancados pela velocidade dos transportes mecânicos e em consonância com o ciclo agrário-exportador, iniciou-se um momento singular na economia e no desenvolvimento da cidade. E o salto era de se impressionar.

Tomando os números do incremento populacional como reflexo de seu crescimento, em pouco menos de duas décadas Campina Grande passaria dos 17.041, em 1907, para 70.806 habitantes em 1920: um acréscimo de 315% que a faria superar, a partir de então, a capital João Pessoa, que nesse último ano contava com 52.990 habitantes. Nas quatro décadas seguintes, o surto evolutivo da cidade fez-se ainda mais expressivo. Campina pulou de 731 para 38.000 prédios e já era habitada por 207.445 pessoas, ocupando a 18ª colocação na lista dos municípios mais populosos do país e cuja queda seria anunciada só a partir de 1970, não por acaso o período que encerra nosso recorte cronológico⁸.

6 Sobre o surgimento do município de Campina Grande e suas características, ver Câmara (1943, 1947), Almeida (1962), Aranha (1991) e Pimentel (1958, 2001).

7 Cabe apontar que, desde o século XVIII, coincidindo com a invenção da máquina a vapor, o setor têxtil europeu, sobretudo o inglês, passou a exigir novas demandas da produção algodoeira, acabando por estimular seu cultivo em diferentes áreas do Nordeste, estando entre elas a Paraíba (ARANHA, 1991, p.113-114).

8 Dados dos censos do IBGE de 1907 e 1940-1960. O número de habitantes em 1920 foi retirado do Recenseamento do Estado da Paraíba, enquanto o de edificações no ano de 1960 foi extraído do relatório “Campina Grande: um centro comercial do Nordeste”, elaborado em 1964 pelo Departamento Nacional do Serviço Social (SESC). Para mais informações, ver estatísticas do século XX em: www.ibge.gov.br.

Nesse mesmo intervalo de tempo, proliferaram-se as construções⁹, os estabelecimentos comerciais e industriais, ao mesmo tempo em que se variavam os serviços e os profissionais liberais. Multiplicavam-se as lojas dos mais diversos seguimentos, os bancos, os hotéis, as farmácias, os armazéns, as oficinas mecânicas, as fábricas, as construtoras e importadores de materiais, os curtumes e exportadores de peles, os brinquedos, as joalherias, os perfumes franceses, os artigos fotográficos, os alimentos, as bebidas, as vitrolas e focos elétricos. Médicos, advogados, corretores, engenheiros, arquitetos e, até mesmo parteiras, assim como tantos outros, tomavam espaço entre os anúncios da publicidade moderna. Os burros e carroças de boi passaram a dar espaço aos carros, aos caminhões, aos ônibus. Surgiam as associações sindicais e empresariais, os centros espíritas e templos protestantes. O lazer popular era proporcionado por cinemas e clubes desportivos, teatros, corsos carnavalescos, pelos mais novos cabarés e cassinos¹⁰. A vida social e comercial da cidade foi, assim, incorporando uma série de transformações materiais e cotidianas impulsionadas pelas conquistas tecnológicas da sociedade (QUEIROZ, 2008, p. 26-31).

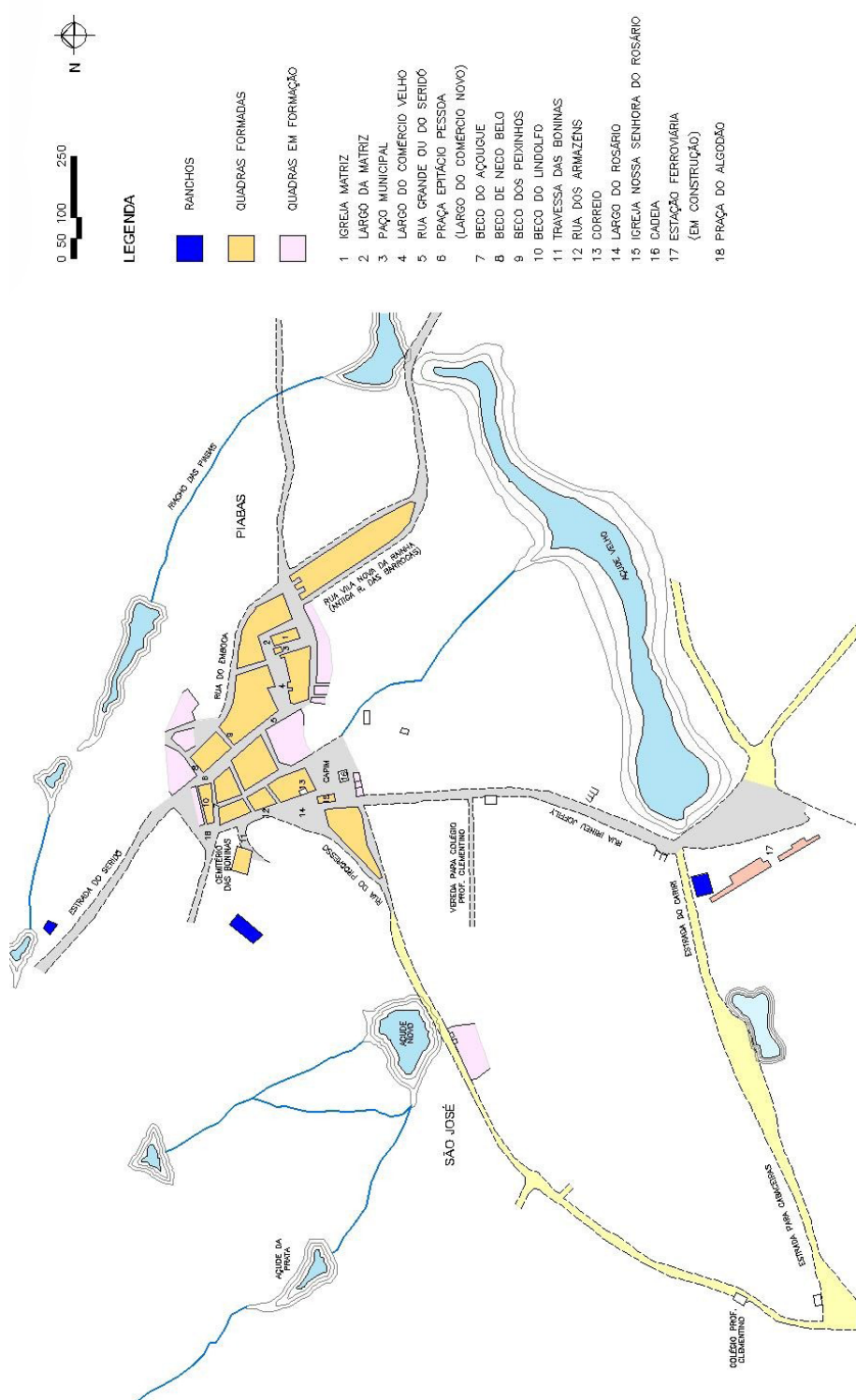
Transformações que, evidentemente, se entrelaçaram aos desenhos e redesenhos de seus limites geográficos ao longo das primeiras décadas do século XX. Até então, Campina Grande vinha lenta e organicamente expandindo-se de seu sítio de implantação rumo a oeste, com a construção do Comércio Velho (1826) e da igreja do Rosário (por volta de 1831) e, ao norte, em direção à estrada do Seridó e do Comércio Novo, com largos demarcando esses espaços e aglutinando a vida social local [MAPA CG 01]. Quando instaurada a estrada de ferro às margens do Açude Velho, em trecho plano e um tanto quanto afastado do núcleo central já urbanizado, não tardou até que o crescimento urbano, impulsionado pelos incrementos econômico e populacional, seguisse ao seu encontro, tomando proveito de novas ruas, becos, praças e construções para preencher os espaços deixados entre o núcleo central, a estação ferroviária e o Açude Velho, orientando-se assim segundo condições topográficas, fluxos e pontos de maior importância socioeconômica [MAPA CG 02] [MAPA CG 03]. Ao mesmo tempo, começavam a ser traçados os arruamentos e limites, mesmo que ainda incipientes, de bairros como o São José, o do Açude Velho, o das Piabas, das Areias, do Passa Tempo (atual bairro do Tambor) e do Alto do Seixas.

35

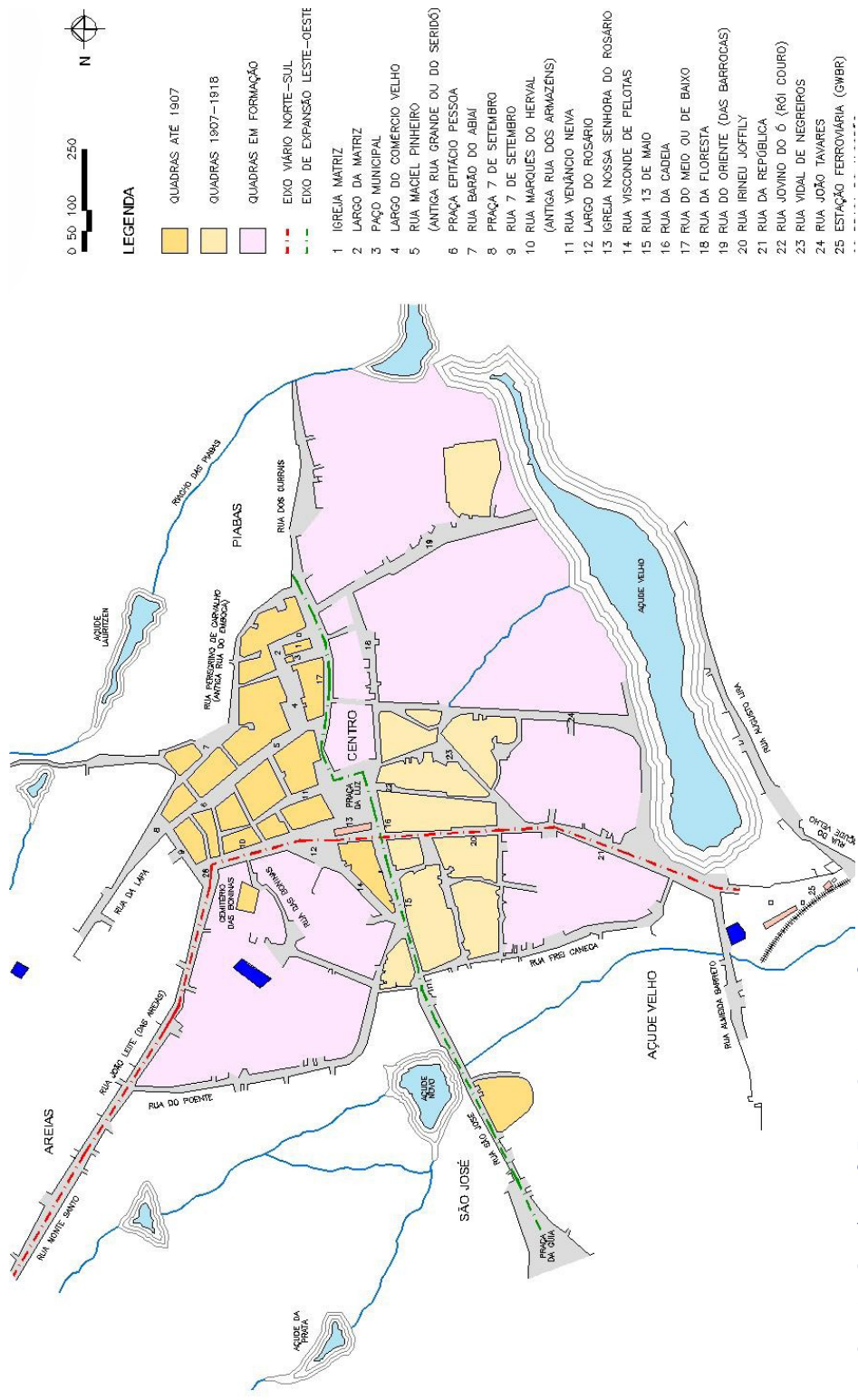
gov.br. Sobre o fator de arrecadação pública, ver os dados coletados por Câmara (1947) e organizados por Aranha (1991, p. 189).

9 Em matéria publicada em outubro de 1957 pelo jornal Diário da Borborema – intitulada “Vertiginoso surto de construções em Campina Grande” – é registrado o número de edificações construídas entre 1905 e 1954. Ultrapassando os cálculos mais otimistas, estas saltaram de 600 para 17.240 unidades.

10 Sobre a vida social, ver Souza (2001), especificamente o capítulo 3, intitulado “Lugares de diversão: festas, bares e prostíbulos”.



MAPA CG 02. Campina Grande, 1907. Fonte: Queiroz, 2008.



MAPA CG 03. Campina Grande, 1918. Fonte: Queiroz, 2008.

Ao que parece, a cidade pós-ferrovia havia engrenado em um processo acelerado de desenvolvimento. Um crescimento, que sob a égide de um progresso feito às pressas, mostrou-se tão expressivo quanto irregular, quase cotidiano, com pouco controle da municipalidade sobre a produção de seu espaço e das atividades desempenhadas em suas edificações. O que, com efeito, lhe resultara um bocado de mazelas. As fotografias da época e os relatos da bibliografia local atestam que, ao menos inicialmente, prevaleceram a estrutura de lotes estreitos, o desalinho de ruas e construções, a precariedade ou inexistência de pavimentação e calçadas, os sulcos abertos pela água das chuvas e esgotos no leito das vias [03-04]. Desafios que seriam confrontados mais incisivamente por esforços estaduais e, principalmente, municipais, instituídos em fins da década de 1920 e começo de 1930, diante de questões sanitárias que acabaram se transformando em ferramentas de controle urbanístico ao instituírem a reordenação do meio urbano segundo critérios de salubridade, moral e senso estético. Fatores esses, decisivos para a saúde e a modernização da Campina Grande dos anos seguintes, quando o tema do urbanismo e da arquitetura modernos conduziram alterações ainda mais expressivas sobre a paisagem e os modos de vida citadinos¹¹.

Data dos anos 1920 o primeiro sistema de distribuição de água potável, a coleta e o tratamento dos despejos residenciais (1927), os serviços de bondes (1926), a iluminação elétrica (1920) [05], a execução de meio-fio, o calçamento de cimento, a pavimentação em paralelepípedo (a partir de 1925)¹² [06], o maior rigor no controle ao alinhamento de velhas e novas construções (1927). Um primeiro conjunto de melhoramentos públicos que, mesmo longe de lograr o sucesso esperado¹³, são indicativos, ou melhor, símbolos, do desejo por modernizar-se, dotar-se de infraestrutura urbana compatível com sua atual realidade econômica e com o que se esperava de uma cidade em franca expansão.

39

[...] era necessário construir uma imagem condizente com a prosperidade econômica advinda com os novecentos, incitando, portanto, a urgência em erradicar/civilizar o nosso 'rude sertanejo' Miquilina e tudo o que ele estava associado, como a circulação de carroças de burro, os batismos populares dos logradouros públicos, a escuridão dos lampiões e as manifestações populares,

11 O tema das transformações urbanas entre 1930 e 1940 será discutido a seguir.

12 De acordo com Câmara (1947, p. 137-160), foi durante o governo de Ernani Lauritzen, entre maio de 1924 e dezembro de 1928, que a Praça Epitácio Pessoa e as ruas Maciel Pinheiro, Cardoso Vieira e Independência ganharam calçamento. É também desse período a arborização de algumas ruas centrais e instalação de luz elétrica no Cemitério do Carmo.

13 Segundo Câmara (1947), os bondes descarrilavam, a eletricidade era falha, a falta d'água se fazia uma constante e as obras de pavimentação e calçamento, exceções apenas nos logradouros de maior relevância socioeconômica – a exemplo das ruas Maciel Pinheiro, Marquês do Herval, Cardoso Vieira e João Pessoa.



Ruas sem pavimentação, precariedade ou inexistência de calçadas e desalinho das edificações. **03.** Rua Irineu Joffily, 1930. **04.** Largos da Matriz e do Comércio, 1918. Futura avenida Floriano Peixoto. Fonte: MHCG, acervo Severino Carvalho.



41



Iluminação elétrica, arborização, pavimentação e calçamento, alguns dos signos do moderno. **05.** Inauguração da iluminação pública na rua Maciel Pinheiro, anos 1920. **06.** Rua Maciel Pinheiro, uma das primeiras a receber calçamento, década de 1920. Fonte: MHCG.

como lapinha, pastoris, cavalhadas, derrubadas de gado, cavalos-marinhos e brigas de espada. pois 'há ainda nesta civilizada [sic] terra de Campina Grande, vesos [sic] de sua gente, que precisam ser concertados senão reprimidos, a bem do bom nome da civilidade' (MAUS VESOS, 1928). Ao mesmo tempo, era mister a aproximação com o longe, com a imagem de modernidade representada pelas nações industrializadas, traduzidas aqui muitas vezes só por seus símbolos, hábitos, necessidades de consumo, formas de lazer, de se vestir, de se comportar [...], de enxergar e de intervir no meio urbano (QUEIROZ, 2008, p. 33).

Foi, então, nesse misto de progresso e mazelas, símbolos e feitos, crescimento e desordem que a cidade adentrou os anos de 1930-1940. Tentando imprimir a si mesma experiências modernas em ritmo mais acelerado, orgulhosa de sua condição enquanto metrópole sertaneja e entreposto comercial e imersa no diálogo controverso entre modernidade e modernização, tradição e mudança.

Contudo, a marcha vertiginosa das novas construções, do crescimento urbano e populacional, das transações comerciais, das conquistas materiais e estímulos ao que se julgava ser moderno, embora expressiva e fundamental ao sentimento de sintonia com o mundo civilizado, pouco a aproximou da ideia de vida agitada ou de ritmo frenético com grandes multidões às ruas e múltiplas e intensas influências nervosas, como aquelas verificadas em cidades como Londres e a Paris do século XIX. A modernidade operada aqui era a de uma cidade limitada, de pequeno porte, às voltas com uma economia de base agrário-exportadora e ainda enraizada a um passado oitocentista e rural. Sendo assim, mesmo celebrada como a maior do interior paraibano, mesmo orgulhosamente disseminando em suas matérias seu crescimento e a chegada de inovações, não se enquadra nos discursos sintomáticos da metrópole moderna e efervescente de Simmel (1967)¹⁴, nem se aventura¹⁵ na simultânea ameaça e promessa de um ambiente no qual, como disse Marx e redescobre Berman (2007), “tudo que é sólido desmancha no ar”.

Concordando com Aranha (2001 e 2005) e Souza (2001) ela engendra dentro das experiências urbanas brasileiras um tempo mais lento e habitual, centrado na

14 Em Simmel (1967), encontramos homem e cidade como elementos indissociáveis da vida moderna e efervescente. Nela, a cidade é campo de batalha, de prova e experimento da economia monetária, do domínio do intelecto e das tensões sensoriais entre indivíduo e mundo. Sob essa ótica, o fenômeno urbano da modernização induz ao comportamento de indiferença e autopreservação para fazer suportável a vida moderna, repleta de novas imagens e símbolos, tão intensos quanto fugazes em seus significados.

15 De acordo Berman (2007), em tempos modernos, a percepção de estar em renovação permanente produz uma mistura poderosa e instável de sensações, de formas e conteúdos. Em meio à tamanha velocidade e intensidade com que essa modernidade é experimentada, o homem moderno se acredita atormentado por um tempo e espaço que se apresentam duplamente na formação de uma nova sensibilidade e na percepção da vida como sinônimo de grandes aventuras e perigos.

absorção dos símbolos e equipamentos que acabaram por se tornarem tradutores de sua modernidade ou termômetros a medir talvez um dos aspectos mais reivindicados entre seus discursos de modernização, o da civilidade.

Foi com os transportes agilizando a vida urbana, a água purificando o corpo e a casa, as comunicações tornando-se mais ágeis, as possibilidades trazidas com a eletricidade, os novos divertimentos e sofridos melhoramentos urbanos, que Campina Grande foi tomando certo ar de modernidade. Uma modernidade constituída por uma ou outra novidade vinda do estrangeiro que passava ao imaginário como signos modernos por excelência e prenúncio de um novo tempo, disciplinado e marcado pela cadência da máquina.

Mas, como não poderia deixar de ser, para tornar-se moderna era preciso ir um pouco mais além, interferir e erradicar os maus hábitos, assegurar os usos e divertimentos condizentes com os padrões de civilidade e livrar-se, definitivamente, das estruturas urbana e arquitetônica que denunciavam seu passado e a desordem de seu presente. Era imperativo consumir o novo e desfazer-se do velho, espelhar-se nos modelos de cidade e sociedade modernos, fossem eles trazidos pelos jornais e revistas, pelas memórias dos cronistas e pelos entusiastas da modernidade, ou impostos por seus representantes legais obedientes a um contexto maior de modernização e embelezamento das cidades brasileiras.

43

De uma forma ou de outra, a natureza dessa consciência, ou melhor, dessa ideia de modernidade, despertada por um novo olhar e novas sensibilidades¹⁶, poderia justificar as transformações e as mudanças dos significados da vida, do homem e, especialmente, da cidade. Dessa forma, a modernidade operada aqui, à semelhança daquela contada por Gorelik (1999, p. 58-59), “se impõe como parte de uma política deliberada para conduzir à modernização” em uma ordem invertida, onde os fins justificam os meios. E os meios seriam de fato, arrasadores.

¹⁶ Cf. Stella Bresciani (1989).

I.II

RUPTURAS E RUPTURAS: AS DÉCADAS DE 1930-1940

Campina vai entrar no Plano de Urbanização das grandes cidades brasileiras.

[...] procuramos ouvir o dr. Nestor de Figueiredo a respeito do que ele viu em nossa terra e o que é possível fazer para se transformar Campina numa Cidade moderna, confortável, que possa atrair turistas, e possa aumentar as possibilidades do grande ritmo de todas as suas surpreendentes atividades (CAMPINA..., apud SOUSA, 2001, p. 246)¹⁷.

44

Era fevereiro de 1933. A convite do interventor Gratuliano de Brito e do secretário do Interior e Segurança Pública da Paraíba, o campinense Argemiro de Figueiredo, o arquiteto e urbanista Nestor de Figueiredo veio tomar nota para a elaboração de um Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da cidade. Sua atuação em planos urbanísticos como os para Recife, Fortaleza, João Pessoa, Cabedelo e Brejo das Freiras, certamente lhe rendera fama, aguçando a curiosidade dos editores e leitores do jornal de Campina¹⁸. Mas, como nos conta Souza (2001, p. 250-251), essa visita embora estivesse cercada por arroubos ufanistas da imprensa e dos letrados locais, ilustra um contexto maior, de conjuntura nacional, em que as preocupações sanitaristas e estéticas em regiões centrais pareciam ter se tornado rotineiras, assim como as práticas modernizantes instituídas por parte de seus representantes. Práticas essas, em muito, inspiradas na medicina social e no ideário de civilização e progresso das culturas europeias e norte-americanas, que, no Brasil, espalhavam-se, adaptando-se de acordo com as condições econômicas e mesológicas locais ou regionais e noções de nacionalidade e modernização que

17 Campina Grande vai entrar para no Plano de Urbanização das grandes cidades brasileiras. Jornal de Campina. Campina Grande, 5 fev. apud Souza (2001, p. 246).

18 Sobre os planos urbanísticos desenvolvidos por Nestor de Figueiredo ver Trajano Filho (2003).

chegavam ao século XX e, em especial, ao Governo Vargas com força total.

Com um forte teor moralista e econômico, essas preocupações com a salubridade pública, aliadas ao espírito de desenvolvimento urbano, foram sendo convertidas em posturas modernizantes, códigos, cadastros, projetos, plantas e planos de intervenção e controle, a fim de estabelecer novas dinâmicas para o uso e produção das cidades. Nesse cenário, ruas foram saneadas, alinhadas, alargadas, drenadas, pavimentadas, prolongadas ou simplesmente destruídas para dar lugar a avenidas, edificações foram desapropriadas, demolidas, reformadas, reconstruídas e embelezadas, enquanto novas hierarquias e segregações socioespaciais foram firmadas.

Com efeito, tentava-se facilitar as circulações, tornar belas e salubres as construções, refrear os maus hábitos, pôr fim aos becos, travessas, cortiços e casas de cômodos considerados propícios à difusão de doenças e atos de promiscuidade, afastar-se da pobreza e da feiura, mudar as noções de tempo e espaço e, mais do que isto, adaptar-se à uma vida moderna longe dos símbolos e problemas do passado colonial e imperialista, mais perto dos padrões importados de civilidade. Medidas assim foram adotadas nos mais variados municípios, em termos diversos das emblemáticas intervenções de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, e do Plano de Avenidas em São Paulo, sempre apoiadas sobre os lemas do higienizar, circular e embelezar preconizados pelo urbanismo moderno e difundidos entre seus entusiastas, em um contexto que parecia traduzir a modernização como reflexo de desenvolvimento socioeconômico e indicativo de modernidade (LEME, 1999).

Com suas particularidades, as ações reformistas instituídas na Campina Grande dos anos 1930 e 1940 também seguiram por esse caminho. Dentro de suas escalas e contextos, a cidade do interior paraibano foi alvo de transformações significativas incorporando temas como a retificação de vias, abertura de eixos de circulação, aplicação de zoneamento e primazia dos fluxos e da estética sobre as demais esferas da vida urbana ao longo de seu processo de modernização (QUEIROZ, 2008). O cenário político e econômico do Estado também era dos mais convenientes. Junto à Revolução e à ascensão de Getúlio no poder federal, emergiu uma das figuras políticas de maior importância na Paraíba dos anos 1930: o campinense Argemiro de Figueiredo. Deputado estadual a partir 1929 e Secretário do Interior e Justiça na interventoria de Gratuliano Brito entre 1932 e 1934, Argemiro foi eleito pela Assembleia Constituinte do Estado para assumir o governo da Paraíba em 1935, passando a impulsionar ações em nome da modernização de infraestruturas urbanas nas principais cidades paraibanas e realizar investimentos significativos em setores como educação, agricultura, saúde e comércio (TRAJANO, 2003). Como

nos conta Gurjão (2000, p. 55), com um representante na estrutura administrativa do Estado, Campina Grande passou a ganhar destaque na imprensa frente aos problemas locais e às resoluções oficiais, angariando prestígio e importância política. O que nos faz retornar ao episódio contado no início deste texto e compreender melhor o contexto político no qual esteve inserido.

O Plano de Urbanização encarregado a Nestor de Figueiredo viria como parte dos esforços pela modernização das bases produtivas do Estado, visando, segundo nos conta a mesma matéria do jornal, “transformar Campina numa cidade moderna, confortável”, que pudesse “atrair turistas e aumentar as possibilidades do grande ritmo de todas as suas surpreendentes atividades”. Com um vasto programa de medidas urbanísticas – que incluíam plano diretor, plano de saneamento e de espaços verdes, detalhes e perspectivas dos principais centros de urbanização, estudos de tipologias para habitações econômicas, legislação para construções e zoneamento para os proletariados –, o plano de Nestor poderia criar uma imagem de modernidade que lhe fosse apropriada, potencializar seu desenvolvimento econômico e, assim, ampliar a arrecadação do Estado.

No entanto, os estudos não passaram das promessas. Tentando desvendar as possíveis razões por trás disso, Queiroz (2008, p. 166) especula que talvez o empenho do governo no desenvolvimento de obras infraestruturais mais urgentes, com propósito de resolver ou, ao menos, atenuar os problemas de abastecimento de água e de salubridade urbana – a exemplo da construção da Barragem de Vaca Brava¹⁹, em Areia, e da instalação de serviços de saneamento e tratamento de esgoto projetados pelo escritório do engenheiro sanitário Saturnino de Brito²⁰ [07-08] –, estivesse entre as causas de seu arquivamento. Mesmo após cinco anos daquela primeira visita de Nestor, com Bento Figueiredo (irmão do então interventor Argemiro de Figueiredo) chefiando a prefeitura de Campina Grande e a retomada das discussões em torno do Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento, a cidade não veria tais planos irem adiante. Sobretudo com a chegada de 1940, quando ambos saem de seus cargos e mudam-se os rumos das intervenções sobre a estrutura urbana campinense, tornando-as, segundo Queiroz (2008, p.167), “de caráter mais imediatista e de acordo com as condições orçamentárias municipais”.

19 De acordo com Cabral Filho (2007, p. 57), as obras ocorreram sob o comando e suporte financeiro do Instituto Federal de Obras Contra as Secas, em parceria com o governo do Estado. Segundo o autor, “com essa empreitada a cidade passou a contar com um item que, sob muitos aspectos, representou a emergência de um novo padrão, moderno, de abastecimento de água”. Ver matéria publicada no jornal *A Voz da Borborema*, em 9 de março de 1939.

20 Sobre os serviços do escritório de Saturnino de Brito em João Pessoa, ver Trajano Filho (2003).



07. Assinatura do contrato firmado entre governo do Estado e escritório Saturnino de Brito para a execução de trabalhos de abastecimento de água e esgoto em Campina Grande, 1934. **08.** Desfile cívico em homenagem ao interventor Bento Figueiredo e em comemoração à inauguração da adutora vinda de Vaca Braba, 1939. Fontes: jornal A União 26 jun. 1936 e acervo Severino Carvalho.

Assim, com a interrupção de um planejamento mais amplo sobre a cidade, medidas para redefinir a antiga malha e estimular uma expansão urbana mais ordenada foram assumidas durante as administrações dos anos 1930 e, principalmente dos 1940 [MAPA CG 04]. Continuando e ampliando as melhorias urbanas iniciadas nos anos 1920 e as determinações do código de posturas de 1927 – no qual eram estabelecidos, entre outras questões, o alinhamento das edificações (Lei 36) e recomendações acerca dos padrões construtivos (Lei 32) –, os decretos publicados nessas duas décadas pretendiam renovar o conjunto arquitetônico na região do centro e controlar a construção de novos edifícios nos recentes subúrbios ricos.

Para tanto, suas medidas procuraram “homogeneizar”²¹ as vizinhanças nas áreas abastadas de expansão da cidade e livrar o seu centro das construções antigas, simples e térreas”, fortemente “associadas a uma condição de atraso, de feiura, de disparidade do mundo industrial civilizado” (QUEIROZ, 2008, p. 180-181). Nesse sentido, o município procurou verticalizar algumas das principais ruas do centro, consolidando-o como espaço adensável de comércio e serviço, e horizontalizar os subúrbios estimulando o setor imobiliário, separando as classes sociais e as atividades de trabalho e habitação. Ao lado de tudo isso, dos incentivos e imposições legais, a estrutura urbana foi se redefinindo, preenchendo novos espaços [MAPA CG 05].

48

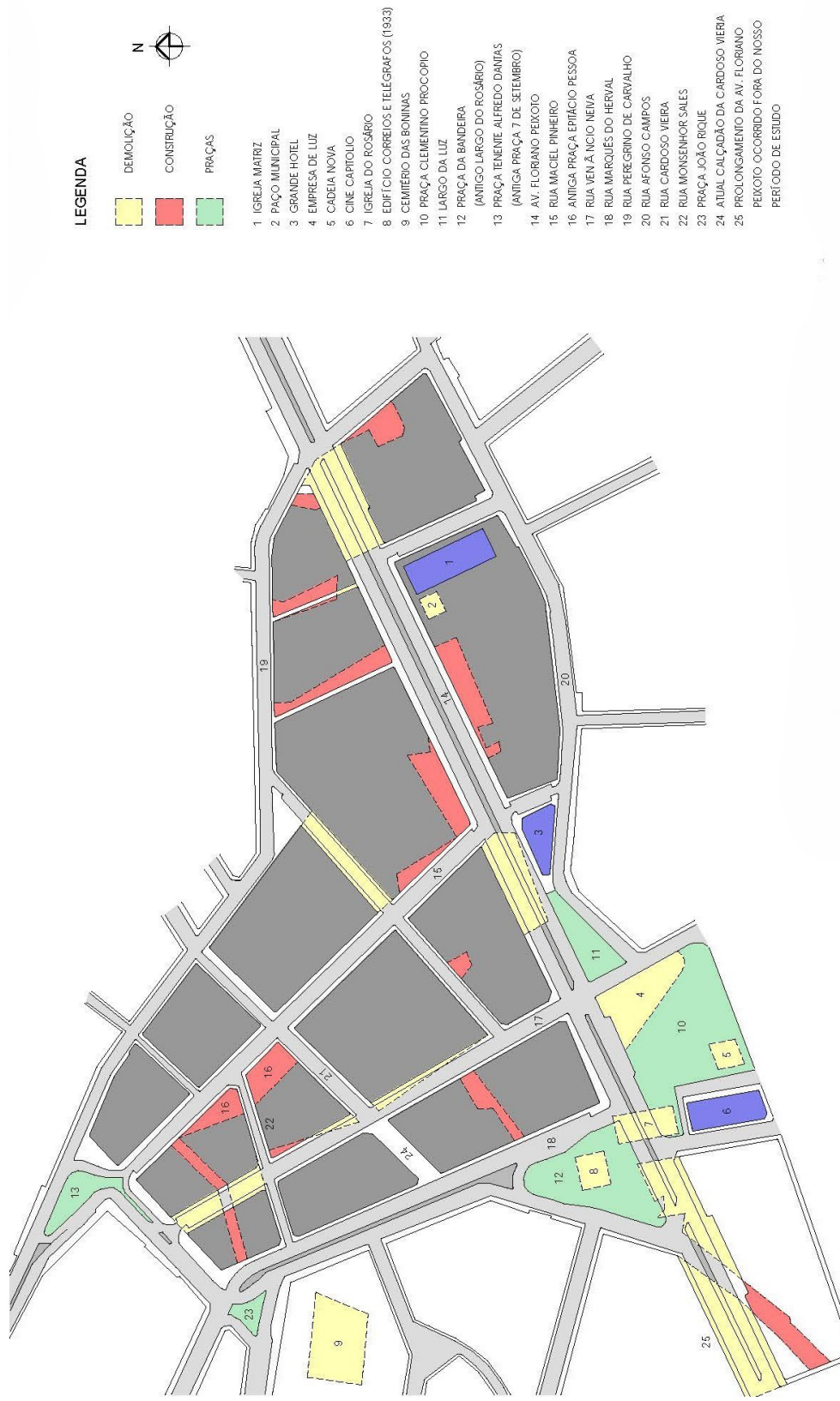
Entre as primeiras investidas do poder público nesse sentido está o decreto Nº. 49, instituído pelo então prefeito Antônio Pereira Diniz, em dezembro de 1934²², e cuja determinação incentivava a construção de edifícios com dois ou mais pavimentos por meio da isenção do Imposto Predial por um período de cinco anos. Logo em seguida, mais precisamente em janeiro de 1935, esse estímulo passaria a acompanhar imposições reais do poder público municipal, que anunciava:

O Prefeito...

- considerando que Campina Grande apesar de ser uma cidade bastante adiantada, distancia-se, porém, das outras cidades importantes do país, pelo seu aspecto material, pois as construções e reconstruções em suas principais ruas são geralmente feitas de um só pavimento;
- considerando que o poder Público tem o dever de interessar-se pelo embelezamento da cidade, pois, é ele inquestionavelmente que impressiona os que nos visitam;
- considerando que para isso é preciso obrigar-se que as construções e reconstruções nessas ruas sejam de mais de um pavimento.

21 O Decreto-Lei Nº. 9, de setembro de 1940, declarava isentos por cinco anos do imposto predial os prédios a serem locados em áreas de expansão julgadas como predominantemente residenciais, com construção orçada em importância superior a vinte contos de réis e que tivessem um só pavimento.

22 Projeto de resolução aprovado em 28 de dezembro de 1934. Citado em diversos pedidos de licença encontrados no Arquivo Público Municipal de Campina Grande.



MAPA CG 04. Área central de Campina Grande. Ilustração das transformações urbanas ocorridas entre 1930 e 1940. Fonte: Queiroz, 2008.

DECRETA

Art.1 — Nas ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Praça Eptácio Pessoa, as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento.

As determinações do decreto Nº. 51²³ deixam ver os preconceitos em torno das construções situadas na porção mais antiga da cidade e a preocupação para dotar Campina Grande de uma imagem de cidade “adiantada”, digna dos modelos das grandes capitais e, assim, capaz de impressionar seus visitantes. A lei funcionava da seguinte maneira: as edificações térreas nas ruas determinadas, quando não desapropriadas em prol de obras viárias, não estavam autorizadas a receber qualquer tipo de melhoria ou reforma, se não a de saneamento. Tal medida acabava por gerar uma espécie de congelamento predial, induzindo seus proprietários a vendê-las ou adequá-las aos novos padrões.

Seus reflexos na paisagem, no entanto, só seriam sentidos com maior veemência na segunda metade dos 1930, visto que as medidas oficiais adotadas até então centraram esforços no planejamento e execução de obras infraestruturais de ordem emergencial que, aliás, pudessem viabilizar a reconstrução dos prédios da região central. Desse modo, assim como o fez Souza (2001, p. 282), podemos associá-lo às articulações em torno de outras empreitadas, como o deslocamento da feira e do meretrício das ruas centrais para áreas mais afastadas, a demolição da antiga cadeia no Largo do Rosário (1934) para dar lugar à praça Clementino Procópio (1936), os trabalhos de saneamento e abastecimento de água (1935-1939) e, especialmente, o plano geral de Remodelação, Extensão e Embelezamento, iniciado por Nestor de Figueiredo. Ao ser implementado, o decreto tornou-se um “instrumento que vinha precedido de várias medidas saneadoras e embelezadoras e, antes de ser rigorosamente implementado, foi contemporâneo de outras tantas”.

Foi a partir de 1936, com Vergniaud Wanderley chefiando a prefeitura Municipal, que, segundo Câmara (1947, p. 124), iniciou-se de fato a reforma arquitetônica da cidade, impondo de modo mais incisivo as determinações postuladas nas gestões anteriores e empenhando-se, por meio de outras mais, em conceder à estética da cidade uma imagem compatível com seu dinamismo econômico. Nesse ano, a câmara Municipal de Campina Grande aprovou a resolução que lhe concedia direito à desapropriação de imóveis indesejáveis a uma das mais importantes ruas da cidade. Consta no texto²⁴:

23 Decreto Nº. 51, de janeiro de 1935, da gestão de Antônio Pereira Diniz. Arquivo pessoal do Prof. Dr. Fábio Gutemberg Sousa, possivelmente publicado no jornal local O Rebate.

24 Projeto de resolução aprovado em 13 de março de 1936. Disponível no Arquivo Público Municipal de

1º - Considerando que a Praça Floriano Peixoto, aliás, a principal da cidade, constitui um verdadeiro mostrengo ao embelezamento e alinhamento que os preceitos do Urbanismo impõem;

2º - Considerando que foram intimados pela Prefeitura todos os proprietários de prédios desalinhados, para os removerem para o alinhamento urbanisante [sic], sob pena de serem judicialmente desapropriados deles, dentro do prazo marcado;

3º - Considerando que alguns de tais proprietários se fazem costumazes, desrespeitando assim as posturas municipais, em vigor, e as determinações legais da Prefeitura Municipal;

A CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, PELA SEGUINTE RESOLUÇÃO, DECRETA:

Artº - 1º - Os proprietários contumazes [sic], até presente data, á intimação do Prefeito para avançarem ao alinhamento legal, os prédios sitos á rua Floriano Peixoto, têm o prazo improrrogavel de quatro mezes para o fazerem sem multa. [...]

§ 2º - Si, terminado o prazo das multas, dado pelo Prefeito, ainda não tiverem iniciado os serviços das resoluções legisladas, fica o Prefeito autorizado, com plenos poderes a proceder a desapropriação judicialmente, dos referidos prédios [sic], na forma da Legislação em vigor.

Pouco antes, quando ainda era candidato ao cargo em 1935, Wanderley já apontava a urgência de transformação ao defender entre as suas resoluções de campanha “a construção de prédios modernos que substituiriam os casebres inestéticos pelo menos na principal artéria da cidade” (ELEIÇÃO..., 1935). Com efeito, essa normativa acabou por expulsar antigos moradores – sobretudo aqueles proprietários das casas simples, sem recursos, para adequá-las às novas determinações –, assim como coibir usos e feições arquitetônicas aparentemente inapropriados. No lugar, viam-se surgir residências ajardinadas, obedientes às devidas normas de higiene e às estéticas arquitetônicas das mais diversas. Essas transformações, associadas às obras para seu prolongamento em 1941, à criação praças e a construção de novos e importantes prédios públicos – já previstas em governos anteriores e continuada com na gestão de Elpídio de Almeida –, iriam lhe assegurar o status de cartão-postal e principal eixo viário da cidade modernizada. Desse modo, após desapropriações e o remembramento de lotes estreitos e antigos, surgiram os prédios da Recebedoria de Rendas, do Fórum de Justiça, do Centro de Saúde e da nova sede da Prefeitura Municipal. Este último, ao lado do icônico e predecessor edifício do Grande Hotel, que antecipara já entre 1936 e 1942 (início e conclusão

de suas obras) o rompimento com o gabarito habitual dos edifícios, a utilização do elevador²⁵ e a exploração do concreto armado, além de rivalizar com as atenções dadas antes à Igreja da Matriz, o mais alto edifício da cidade até então e um dos poucos símbolos remanescentes de seu passado [09-10].

A construção do edifício do Grande Hotel, certamente é marco simbólico dentre as tantas empreitadas do poder público naqueles anos. O interesse do município em destinar recursos públicos à execução de um prédio destinado à hotelaria talvez possa parecer irrelevante ou incompreensível, mas não o é. Projetos dessa natureza funcionavam como cartão de visitas ou, nas palavras de Souza (2001, p. 285), “atestado de progresso” dando a impressão para seus visitantes de que estavam diante de uma cidade moderna, progressista e civilizada, capaz de acolhê-los devidamente e acompanhar as feições da modernidade. O relatório dirigido à Câmara de vereadores deflagra quão relevante era sua justificativa.

Da importância dessa obra, não há mister aduzir argumento, visto ser tão presente a necessidade de um grande hotel nesta cidade, que não paga pena esforço mental para esclarecer o assunto. Vem da grandeza crescente da cidade a idéia de o poder público proporcionar meios para se franquear o ingresso a visitantes ilustres, industriais, altos representantes do comércio e outras personalidades gradas, que desejarem estacionar, por algum tempo, em Campina Grande. Sem um bom e confortável hotel, não é possível ter tal gente estranha da alta indústria e comércio do país e do estrangeiro, todos esses curiosos de verificar as possibilidades econômico-financeiras de nossa progressiva cidade. Elevados fins nos impulsionaram, abalando-nos a tão ousado quão necessário cometimento, que se não realizada sem sacrifícios, golpes de vontade, tudo inspirado no alto posto em que está colocada a situação do progresso de Campina Grande²⁶ (apud SOUSA, 2001, p. 285-286).

53

As notas deixadas pelo advogado e cronista Hortênsio Ribeiro, ao narrar sua visita ao prédio em construção, são registros desses mesmos significados. Para além das suas impressões, o cronista também fornece pistas das edificações que, junto ao Grande Hotel, compunham a paisagem.

Estivemos ontem a olhar as obras de cimento armado que estão indo para adiante, graças aos esforços do prefeito Vergniaud Vanderlei que não come nem dorme, absorvido

25 Pioneiros nesse sentido, tanto o edifício do Grande Hotel quanto o prédio da Prefeitura Municipal dão início ao recorte cronológico desta pesquisa e serão abordados mais detalhadamente nos capítulos seguintes.

26 Segunda parte do relatório de prestação de contas referente às atividades da Prefeitura entre 1936-1937, dirigido à Câmara de vereadores. Trecho do item intitulado “Hotel Municipal” extraído de Sousa (2001).



09-10. Edifícios públicos erguidos ao longo da avenida Floriano Peixoto. 1. Grande Hotel (1936-1942), 2. Prefeitura Municipal (1942), 3. Fórum de Justiça, 4. Posto de Saúde, 5. Praça Clementino Procópio. Fonte: Queiroz, 2008 (Revista Manaíra, maio/jun. 1949 e acervo pessoal Francisco Sales Trajano).

inteiramente pelo pensamento de dotar Campina Grande de um hotel compatível com o desenvolvimento e progresso da cartaginesa cidade do sertão. A tarde tinha de oiro e azul a tela do firmamento. Debruçado sobre o vão direito do imponente edifício em construção, nós espiávamos o horizonte de entorno; a igreja de N.S.do Rosário, a mole imensa do cinema Capitólio, a usina de luz, a linha sinuosa da rua Afonso Campos, a fachada do Grupo Escolar Solon de Lucena, e a futura Avenida da Liberdade, ou que outro nome se der à enorme artéria que a prefeitura vem alinhando e onde já se acham encravados os prédios do Conselho Municipal, Palace-Hotel, o antigo Telégrafo Nacional, a casa de Monsenhor Sales e inúmeras residências particulares de feições moderníssimas, e que tanta distinção emprestam a mais simpática das ruas de Campina Grande (apud SOUZA, 2001, p. 290).

A imagem descrita por Ribeiro, no entanto, pouco a pouco foi sendo redefinida ao que parece ser uma tentativa por livrar-se dos lembretes do passado. Com exceção do prédio do Telégrafo Nacional, um dos poucos remanescentes da primeira década do século XIX (atual Museu Histórico de Campina Grande), a igreja e o Largo do Rosário, o Paço ou Conselho Municipal, o Largo da Matriz e a rua do Progresso (que se conectava ao Largo do Rosário e comprometia o avanço da rua em direção ao oeste), foram todos destruídos em nome da nova perspectiva de crescimento da rua Floriano Peixoto ^{11 12}. Restou, ao invés, uma longa e larga avenida, com um cinema, duas praças, algumas residências aparentemente abastadas e belos edifícios públicos que, com o passar do tempo e das administrações, foram sendo incorporados à paisagem.

55

Quanto às demais ruas campinenses, inclusive aquelas atingidas pelo decreto Nº. 51, esse processo de reconstrução seria mais lento, difícil e, como não poderia deixar de ser, marcado por conflitos (SOUZA, 2001, p. 225). Apesar de ter sido iniciado na década de 1930, foi nos 1940, após o término da instalação dos sistemas mecanizados de saneamento e a intensificação das obras viárias, que esse processo passou a ganhar profundidade. Ou seja, foi só após serem estabelecidas as bases infraestruturais que o poder público pôde pôr em prática, de modo mais incisivo, as normativas postuladas para controlar as condições sanitárias, técnicas e estéticas, restringir de modo mais eficiente a reforma e construção de edificações térreas nas mais importantes ruas comerciais da cidade e, em contrapartida, despertar o interesse da iniciativa privada em vender, reformar ou reconstruir seus imóveis dentro dos novos padrões. Essa mesma iniciativa privada constitui um segundo agente fundamental à transformação da paisagem das ruas centrais, fosse ela composta pelos proprietários das antigas casas térreas desapropriadas ou



No decorrer das reformas, demolições de quadras inteiras e prédios isolados abriram espaço à avenida Floriano Peixoto e suas residências elegantes, praças e prédios públicos. **11.** Início da década de 1930, antes das ações de Verginaud Wanderley. **12.** Início dos anos 1950, pós-reformas. Fonte: MHCG.

adaptadas às imposições legais e à imagem de modernidade exigida, fosse pelos novos donos dos terrenos e pelos recém-chegados dispostos a investir capital na construção de sobrados na área mais valorizada e mais bem estruturada da cidade. De um modo ou de outro, entre interesses e conflitos, “a população coadjuvou-se no que foi possível e a cidade realizou o milagre duma brusca transformação arquitetônica” (CÂMARA, 1947, p. 227).

Das mais importantes, como as ruas João Pessoa, Cardoso Vieira e Maciel Pinheiro, até a marginalizada Venâncio Neiva (antigo Beco do Mijo ou da Merda), viam-se surgir no centro da cidade edifícios com mais de um pavimento, muitos acompanhando a tendenciosa separação das funções urbanas, preferindo atender ao comércio e aos serviços [13-14]. Outros, resistindo um pouco mais, reproduziram espaços de habitação em um modelo de edificação no qual a loja ocupava o térreo e o pavimento superior acomodava a moradia. Nesse contexto, Queiroz (2008, p. 197), em seu estudo sobre as transformações da cidade e suas arquiteturas entre os anos 1930 e 1950, identifica o que acredita ser o primeiro edifício de apartamentos [15-17] que, à semelhança das antigas construções desta região, dispensava os recuos laterais e frontais em prol de maiores densidades e aproveitamento do lote, além de se submeter às determinações legais impostas aos edifícios incluídos na zona urbana²⁷ (1ª zona) – tais como a obrigatoriedade da atuação de responsáveis técnicos devidamente habilitados e de projeto arquitetônico em conformidade com as normas municipais (Código de Postura e de Obras). A zona urbana correspondia ao que se considerava, à época, como perímetro do Centro, a mais antiga área da cidade e principal alvo das intervenções.

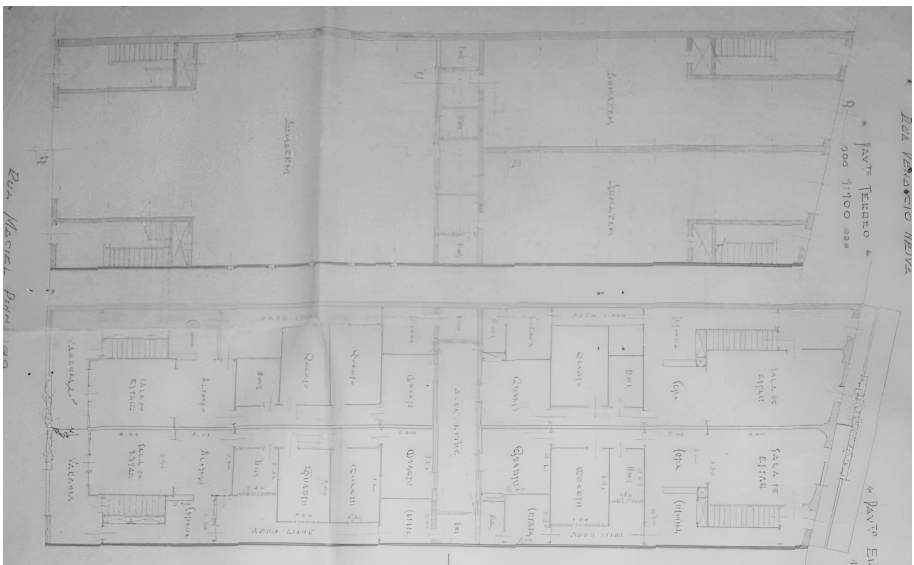
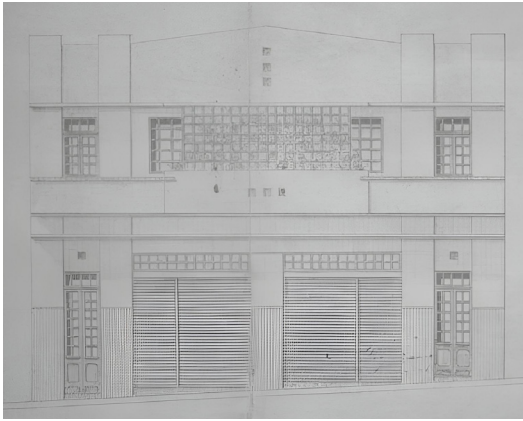
57

Unidos pelos mesmos ideais de embelezamento e modernização, esses sobrados tornaram-se exemplos contundentes da ação conjunta entre poder público e interesses privados, que se mostraram conscientes do bom momento econômico e político que vivenciavam e das oportunidades trazidas pela verticalização, mesmo que estas, por vezes, se mostrassem puramente imagéticas e fundamentalmente excludentes, já que a verticalização privilegiaria uma camada social pequeno-burguesa com forte liquidez sobre o valor da gleba, de olho na nova vizinhança que se formava, na acessibilidade e infraestrutura do lugar e, é claro, na isenção

27 A divisão em zonas urbana (1ª zona), suburbana (2ª zona) e rural (3ª zona) ocorreu segundo Lei Nº 32 de 1927. Em seus artigos 45 e 46, ficou determinado que os projetos locados, especialmente dentre as duas primeiras zonas, deveriam ter responsáveis técnicos devidamente licenciados pela Prefeitura. Com o Decreto Federal Nº 23.567, de 11 de dezembro de 1933, essa exigência iria acompanhar uma outra: a de profissionais habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA). Estes, iriam suplantiar os esquemas de plantas antes realizados por mestres de obras ou pelos próprios proprietários, introduzindo, em seu lugar, o projeto arquitetônico. De acordo com Queiroz (2008, p.133-137), não por acaso, a partir de então, o poder público passaria a arbitrar com maior rigor sobre os aspectos sanitários, técnico-constructivos e estéticos das construções, valendo-se dos desenhos de arquitetos, engenheiros e desenhistas para a fiscalizar as imposições construtivas e sanitárias.



13. Rua Cardoso Vieira. Imagem não datada. **14.** Rua Maciel Pinheiro, provavelmente no começo da década de 1950. Fontes: Acervo pessoal Welton Souto e Jameson Campos.



Proposta de 1950 para construção de edifício com lojas no térreo e apartamentos no pavimento superior. Proprietário Dr. Aluíso Campos, arquiteto licenciado Isaac Soares. **15-16.** Vistas das fachadas frente às ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva, respectivamente. **17.** plantas baixas com pavimento térreo e primeiro andar. Fonte: Queiroz, 2008 (APMG).

do importo predial. Conquistando investidores e inquilinos, passou a produzir um efeito do qual se autoalimentava e a fazia crescer, valorizando ou hipervalorizando o espaço urbano onde se instalava²⁸, ao mesmo tempo que proporcionava – através da transformação do solo em um meio de produção rentável e possível de ser realizada como capital – novas formas de investimentos especulativos. O que acabou por tornar sua reprodução fator de ampliação do campo econômico e, no desenrolar dos processos de urbanização e modernização de cidade, uma das “opções possíveis de política pública” (FISHER, 1994, p. 61).

É justamente daí que tentamos compreender esse começo do processo de verticalização campinense: como um dos frutos da divisão social de um espaço relativamente restritivo e de uma normalização fundiária marcada pela realização de grandes operações em determinados lugares, gerando valorização e atraindo indivíduos dispostos a tirar dela a maior renda possível. Um processo tributário e partícipe das ideias e práticas da cultura urbanística que arrebatavam o país, da marcha pela urbanização e modernização. Um dos tantos símbolos de sua modernidade que, inegavelmente, procurou potencializar Campina Grande enquanto cidade mercado, moldando uma imagem de beleza, progresso e civilidade para poucos, mas justificada nos discursos oficiais como um bem a servir a todos.

60

Aliada aos serviços de saneamento, alinhamento, prolongamento de vias, ampliação de praças, reconstrução de quadras, desapropriações de edifícios e terrenos, às reformas urbana e arquitetônica, às rupturas e permanências nos hábitos citadinos e domésticos, à expansão da malha urbana, a verticalização (iniciada nos 1930 e intensificada nos 1940) atravessou administrações. Empenhou-se na construção de uma imagem de cidade moderna a refletir, através da sobreposição de alguns poucos pavimentos e da escolha dos ornamentos de suas fachadas (ou a falta deles), as novas crenças da sociedade, um novo olhar e novas sensibilidades diante do espaço urbano e de suas pautas modernas. O cronista Cristiano Pimentel, defensor e fiscal das empreitadas pela modernização da cidade, sintetiza bem o sentimento que movera as ações adotadas até aqui: “temos fama de que somos uma gente civilizada. Não o somos; mas, mesmo assim, devemos mostrar que não vivemos longe da civilização” (PIMENTEL, 2001, p. 27).

28 Cf. Souza (1994, p. 147). De acordo com o relatório da administração Vergniaud Wanderley referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1936, enviado à Câmara Municipal, o Centro liderava entre os bairros com maior custo sobre o metro quadrado dos terrenos, com 5.000 reis/m², bem acima dos 1.600 reis/m² do segundo colocado, o bairro do Açude Velho, e do recém criado bairro da Prata, com 1.000 reis/m², que já apontava em terceiro lugar. Relatório disponível no Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

I.III

UMA CIDADE BULIÇOSA, METIDA À CAPITAL AS DÉCADAS DE 1950-1960

Campina Grande ostenta, ao completar os seus 100 anos de cidade, um espetáculo que enche os olhos e acalenta o coração.

Edifícios modernos alteiam-se nos horizontes amplos da cidade. Novos bairros residenciais sobem as colinas, embelezando a cidade. Fábricas pontificam os céus com suas chaminés, enquanto novas fábricas começam a erguer-se do chão em estruturas solenes de ferro e cimento.

Milhares de veículos percorrem as ruas, mercadorias chegando e saindo, criando a riqueza.

Milhares de estudantes alegram as entradas de seus colégios, suas escolas, suas Faculdades, Hospitais recebem os necessitados de assistência médica. As casas comerciais abrem os melhores artigos que se encontram em qualquer cidade adiantada.

Novas construções de clubes sociais dão um aspecto requintado à paisagem urbana. Os bairros operários, onde vive a parte mais ativa da população, espraiam-se em todas as direções, atraindo novos contingentes de adventícios que logo se tornam amigos da cidade.

Por toda essa fisionomia de cidade progressista e dinâmica, paira o espírito empreendedor de uma gente compreensiva de alma aberta, pacífica e ordeira, criando neste rincão interior um centro irradiador de progresso e civilização. De riqueza e crença no futuro (CIDADE..., 1964, p. 2)

61

Dentre tantas outras notas jornalísticas, poemas, postais e memórias, homenagens iam se multiplicando à cidade centenária, contando sua história, descrevendo suas conquistas e anunciando os rumos e crenças sobre seu futuro. A política desenvolvimentista e de modernização das últimas décadas a cercaram de dinamismo econômico, político e social, fez expandir sua malha com loteamentos particulares e casas financiadas pela iniciativa privada e fez crescer em altura

seus edifícios. Atraiu empresários e profissionais liberais dos mais diversos, trouxe novas indústrias, novos investimentos, aqueceu o comércio. Clubes e agremiações desportivas passaram a movimentar com maior requinte a vida recreativa da sociedade, estudantes vinham à procura de ensino e forasteiros, de melhores oportunidades de trabalho. Um novo quadro de engenheiros, arquitetos e construtores foi se formando, acompanhando a difusão e popularização da arquitetura moderna na construção de suas obras. Novas discussões sobre o planejamento urbano foram proferidas. Sob os esteios da economia algodoeira e das melhorias trazidas pelas picaretas do poder público – que, como vimos, animaram os ânimos dos anos 1930 e 1940 –, a cidade adentrou os anos 1950 diversificando a economia, intensificando o comércio, introduzindo novas indústrias e, agora, na passagem aos 1960 e às voltas com seu centenário, tentava acompanhar mais um ciclo das culturas desenvolvimentistas do país: o da industrialização.

Tendo superado a capital João Pessoa em número de habitantes a partir de 1920²⁹ e em arrecadação de impostos desde a década de 1940³⁰, e tendo crescido como cresceu a partir de então, a cidade adquiriu uma importância significativa no cenário regional. Destacou-se, já na década seguinte, “como centro industrial em franca expansão” e, como tal, passou a atrair empresários, políticos e intelectuais comprometidos com o desenvolvimento e a defesa da industrialização, entendendo-a como ferramenta capaz de colocá-la mais uma vez em consonância com o cenário nacional e de superar o atraso econômico, político e social frequentemente vinculado ao desenvolvimento do Nordeste³¹, sobretudo quando em comparação ao Centro-Sul do país.

Marco nesse sentido, o Primeiro Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em Campina Grande em 1956, abordou tais discussões, reuniu personalidades e acabou por criar, a partir de seu diagnóstico, o movimento Pró-Execução das Deliberações do Encontro e o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), nos quais foram ressaltadas as dificuldades e propostas possíveis soluções. Nessa empreitada, também estavam envolvidas a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), sediada aqui desde 1949, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), de 1957, a Comissão

29 Segundo Censo do IBGE, incluindo zonas urbana, rural e distritos. Informações em: www.ibge.gov.br (Estatísticas do século XX).

30 A arrecadação estadual de Campina Grande em 1941, por exemplo, foi de Cr\$ 11.657.000,00, e a de João Pessoa, de Cr\$ 6.354.000,00. No âmbito municipal, em 1944, cidade interiorana arrecadou Cr\$ 4.393.000,00, enquanto a Capital Cr\$ 2.917.000,00. Dados de Câmara (1947), apresentados em cruzeiros. Ver tabelas com dados organizados em Aranha (1991, p. 189-191).

31 Sobre as metas de desenvolvimento do Nordeste, as causas de seu atraso e possíveis soluções, ver matéria do jornalista E. Lira, publicada no 4º. Caderno da edição especial do jornal Diário da Borborema de 1958.

Municipal de Desenvolvimento Econômico (COMUDE), criada em 1956, e a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), originária da Lei Nº 3.692, de dezembro de 1959, além de autoridades estaduais e municipais, que aderiram a uma política administrativa de estímulo à instalação de novas indústrias por meio de isenções fiscais³², do barateamento da energia elétrica, da concessão de crédito e de boas condições aos transportes (LIMA, 2004, p. 53-58). Ao que parece, tratava-se de um momento no qual se consolida uma perspectiva de ação mais efetiva e ordenada entre governo e grupos sociais interessados na modernização da economia. Interesse este, que chegava em fins da década de 1950 ainda como um projeto inacabado, que vivenciou sua primeira fase com sucesso e com um bocado de entusiasmo pelo que estaria por vir.

Como comprova a matéria publicada em edição especial do Diário da Borborema de 1957, com sua recente e já diversificada indústria contabilizando 253 estabelecimentos no cadastro do IBGE, os campinenses se mostravam confiantes de que a industrialização, “atividade eminentemente civilizadora”, seria “a mais capaz, senão a única para dar ao desenvolvimento de Campina Grande a sua feição definitiva” que lhe era devida (CAMPINA..., 7º. caderno, 1957, p. 1). E os motivos, ou fatores determinantes para esse crescimento, não poderiam ser mais convincentes:

Realmente, nenhuma cidade no Nordeste interior apresenta tantas e tais condições favoráveis ao crescimento industrial. Aqui se encontram em posição invejável todos os fatores para a existência de um parque industrial promissor: matérias primas e facilidades de seu acesso às fábricas pelas numerosas vias de comunicação existentes; energia elétrica abundante, certa e relativamente barata (podendo tornar-se ainda mais barata); mão-de-obra também abundante e de boa qualidade (sabendo-se da extraordinária capacidade de seus artífices e existindo estabelecimentos de preparação profissional, como o SENAI para a formação de operários e a Escola Politécnica para a preparação de técnicos); mercado consumidor de extensão e capacidade ainda não avaliadas, mas que se presume de grandes proporções pela posição geográfica da cidade – porta do sertão, como comumente se diz, cidade chave de uma imensa região nordestina que abrange os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, parte de Pernambuco como do Maranhão etc.; finalmente, espírito empreendedor de seus capitalistas, o qual precisa apenas ser estimulado no sentido das sociedades anônimas, ajudadas pelos financiamentos oficiais (CAMPINA..., 7º. caderno, 1957, p. 1).

32 De acordo com a Lei Nº 47, de 8 de agosto de 1958, as novas indústrias a serem instaladas no município, com produtos sem similares, estariam isentas dos impostos municipais pelo período de dez anos. Tal benefício foi estendido em Decreto Nº 28, de setembro do mesmo ano, às indústrias que já houvessem se instalado até cinco anos antes da vigência da referida Lei.

A reunião de aspectos tão diversos e correlacionados – embora feita em tom ufanista, como tantas outras notas sobre Campina – expõe alguns dos principais atributos responsáveis pelo “surto de industrialização” que a cidade experimentava e a perspectiva de que estes seriam os mesmos que a fariam atrair novos capitais. Aparentemente, foi de olho nesses atributos e já usufruindo de facilidades fiscais, que os números de projetos enviados à Sudene foram se multiplicando; Campina ganhou um Distrito Industrial ao final de 1963, o quarto lugar em número de habitantes e produção industrial, e o sexto em número de empresas e arrecadação tributária entre os 92 municípios nordestinos selecionados pela Superintendência (SILVA, 1987, p. 52-53). Pelo índice de seu crescimento, pelos incrementos populacionais, pelos milhões de cruzeiros em arrecadação e pela posição geográfica em contato com regiões diversas, a cidade se confirmava como “centro regional em expansão” (SESC, 1964, p. 19).

E nisso, Campina Grande, “uma cidade buliçosa, metida a capital, orgulhosa de suas desobediências cívicas e de seu passado cheirando à pólvora” (CAMPINA..., 1958, p.1), a “cidade-centro”, “cidade-mercado”, “cidade-satélite”, “capital do trabalho”, “porta do sertão e centro de trabalho incansável”, “um dos municípios de maior progresso” que “marcha a passos largos para a industrialização”, foi colecionando títulos, novos e antigos, estampando-os com orgulho nas manchetes dos jornais.

Fruto do esforço de seu povo ativo a grandeza da terra. A “Rainha da Borborema” conquistou uma primazia que nenhuma cidade interiorana do Nordeste lhe pode disputar. Em todo o Nordeste brasileiro, um nome de cidade ressoa, causando inveja e admiração a todos os centros interioranos que mais têm progredido na região. Esse nome é Campina Grande. Porta do sertão, centro de trabalho incansável e produtivo, a cidade de Campina Grande é a rainha incontestável do Nordeste Interior. Seu florescimento, cada dia mais acentuado, é fruto do esforço de sua população ativa, valorizado por condições geo-econômicas [sic] verdadeiramente ímpares no Nordeste sêco. A natureza favorável de seu solo e clima, sua posição privilegiada reativate [sic] ao sertão e ao litoral, as estradas que ligam aos centros produtores da Paraíba e dos Estados vizinhos, aliados ao espírito empreendedor de seus filhos, constantemente aumentados por novos contingentes de alienígenas, deram a Campina Grande uma primazia que nenhuma cidade nordestina interiorana lhe pode disputar (CAMPINA..., 7º. caderno, 1957, p. 1).

Sendo assim, a cidade não pôde deixar de revelar na sua estrutura urbana as marcas de sua importância e crescimento. A tendência urbanizante instaurada desde os

anos 1920 e intensificada nas décadas seguintes – por meio de melhoramentos urbanos, expansão dos transportes rodoviários inter-regionais, aquecimento do comércio e, mais recentemente, entre os anos 1950 e 1960, do processo de industrialização – a fez adquirir uma forma tentacular de crescimento a partir de um núcleo compacto. Este, correspondente às zonas urbana e suburbana, ampliadas à custa do preenchimento gradativo dos espaços deixados entre os principais arruamentos que se foram esticando, sobretudo ao Sul, em direção a João Pessoa, e ao Oeste, em direção ao Sertão. Observando o mapa do início dos anos 1960 [MAPA CG 06], nota-se quão intenso esse processo se deu até ali. Ele foi adensando áreas consolidadas, expandindo a malha e, na ausência da efetivação de um plano urbanístico ordenador do conjunto e diante o rápido alargamento de seu espaço, Campina foi mantendo velhos vícios urbanos e incorporando outros mais, que se mostravam incompatíveis com a condição de cidade moderna que pretendia alcançar.

A cidade que pretende apresentar-se decente, vistosa, agradável e louçã, muito esforço precisa empreender, por seus administradores e por seus cidadãos, no sentido de evitar certos vícios ou defeitos urbanos, como ruas sem pavimentação, calçadas por construir, terrenos abertos onde o lixo se acumula, gado solto nas ruas, feias construções em desacôrdo com o código de obras, falta de carinho para com os jardins e a arborização das avenidas, atravancamento das calçadas com bancas que ficariam melhor em mercados públicos e toda uma série de cousas que não assentam numa cidade moderna e progressista (CIDADE..., 1958, p. 2).

65

Os problemas de urbanismo numa cidade jovem como Campina Grande – abertura de novas artérias, radicais e perimetrais, alargamentos de ruas, preparo de praças e jardins, proibição de certos tipos de construção (arranha-céus em locais inconvenientes, vilas residenciais sem obediência a um traçado prévio. Proliferação dos mocambos etc.) são ainda possíveis de solucionar. Deixados para mais além, tornam-se praticamente insolúveis, como acontece em várias Capitais do Nordeste, onde somente durante os tempos do Estado Novo foi possível levar avante, sem resistências impeditivas [sic], um plano de melhorias urbanas (URBANIZAÇÃO..., 1958, p. 2)

Acompanhando os anúncios dos jornais locais e publicações feitas entre essas duas décadas, nota-se a recorrência de discursos em favor de maiores investimentos pelo desenvolvimento da industrialização, de setores fundamentais como infraestrutura e planejamento urbanos, educação básica e superior, assistência social e recreativa e, especialmente, da necessidade de um Plano Diretor que ordenasse o crescimento e a configuração urbana da cidade.



MAPA CG 06. Campina Grande, 1963. Em azul-escuro, o crescimento urbano alcançado até 1937; em marrom, a área urbanizada até 1945; em azul-claro, a ocupação até 1960 e, em cinza, até 1962. Fonte: Serviço Social do Comércio, 1964.

O certo é que a cidade cresceu muito e cresceram muito mais ainda os seus problemas urbanos, motivados principalmente pela falta de planejamento. O progresso comercial provocou a valorização imobiliária e consequente especulação. Na verdade, são os próprios habitantes de Campina os que sofrem com os loteamentos desordenados sem a construção de praças ou jardins. Não temos sequer um parque onde as crianças possam brincar ao ar livre nos domingos e feriado, conforme preceituam as exigências mínimas da higiene. E a situação tende a agravar-se com a tendência [sic] de industrialização da cidade após a sua arrancada comercial (BORGES, 1960, p. 6)

Em Campina Grande caberia, e até seria fácil de aplicar o que Le Corbusier chama de a Lei suprema do urbanismo: um plano diretor para a cidade, baseado sobre as necessidades reais e urgentes da população (SESC, 1964, p. 38).

A tomada de consciência urbanística, nesse sentido, não era uma novidade. Como mencionado em texto anterior, especulações por medidas e perspectivas em prol do planejamento urbano foram pensadas desde a década de 1930 e, de lá para cá, continuaram entre os temas de interesse político e social. Assim como nos primeiros planos de Nestor de Figueiredo, tornava-se imperativa a elaboração de uma planta cadastral, de um zoneamento disciplinando as funções urbanas e regulando o uso e ocupação das terras, além da atualização de legislações construtivas, já que estas, segundo publicação do Sesc (1964, p. 37), preservavam quase que por completo as determinações do Código de Obras de 1927 e, como tal, não atendiam às novas condições impostas por seu recente desenvolvimento urbano.

67

Sendo assim, uma nova investida foi proferida pela municipalidade: inicialmente, através do contrato firmado entre o prefeito Elpídio de Almeida e a empresa Cruzeiro do Sul, em 1956, para a realização de levantamento aerofotogramétrico da cidade; e, posteriormente – com o auxílio da planta cadastral e de posse dos dados coletados pelo levantamento –, a promulgação de um novo Código de Obras, a elaboração de um plano diretor e, por conseguinte, da Lei de Zoneamento (LEVANTAMENTO..., 1958, p. 1 e 4).

Com essa finalidade, em 1960, foi criado o Departamento de Planejamento e Urbanismo, sob a direção do engenheiro radicado Austro de França Costa e o apoio de uma equipe técnica que incluía convidados³³ e já alguns profissionais

³³ De acordo com matérias publicadas no jornal local Diário da Borborema, entre os anos de 1960 e 1961, entre os convidados estavam os arquitetos e urbanistas Wit Olaf Prochnik, encarregado dos projetos de parques, jardins e concha acústica, e Hélio Modesto, responsável pelas análises e elaboração do Plano Diretor. A urbanista Adina Mera ficaria com o estudo das condições físicas, e os sociólogos J.

oriundos da Escola Politécnica (BORGES, 1960, p. 6). Segundo Freire (2010, p. 63-65), o Departamento ficaria responsável por assegurar a viabilidade e execução do Plano, a ser realizado em três etapas: primeiro, a coleta de dados socioeconômicos e infraestruturais, com sistematização das informações por meio de mapas³⁴, gráficos e relatórios; segundo, a análise dos dados e problemas identificados; e, por fim, a execução do Plano Diretor e proposições para sua implementação.

Apesar do burburinho e do entusiasmo gerado pela empreitada, mais uma vez planos urbanísticos ficariam presos ao campo das ideias. A propósito, como nos afirma a publicação do SESC (1964, p. 37), planos houve muitos, sobravam, mas a administração não os executava. Com apenas parte dos levantamentos concluídos e o Plano Diretor deixado de lado, restaram aos campinenses apenas algumas das conclusões socioeconômicas apresentadas em matéria publicada no jornal Diário da Borborema, em 25 de agosto de 1960, e incorporadas em trabalhos produzidos na sequência, como o artigo *Campina Grande e sua função como capital regional*, escrito pela geógrafa Maria Francisca Cardoso, e o volume produzido pelo Departamento do Serviço Social do Comércio, intitulado *Campina Grande: um centro comercial do Nordeste*. Textos contemporâneos que homenageiam a cidade, tentando desvendá-la em seu cenário regional nordestino, e que, convenientemente, foram lançados às vésperas de seu centenário.

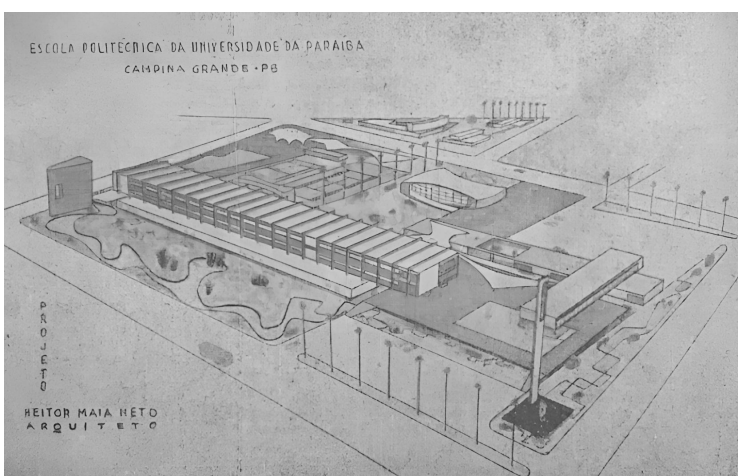
68

Por outro lado, embora o poder público tenha se desvencilhado de medidas mais profundas de controle ao crescimento desordenado, continuou desempenhando um papel importante no processo de modernização da cidade. Ocupou-se dos serviços infraestruturais ainda deficientes e excludentes, desenvolvendo projetos de urbanização e construindo edifícios públicos com técnicas recentes e de linguagem moderna, que espelhavam uma política de modernização administrativa e de quebra o espírito desenvolvimentista e otimista que dominava o Brasil frente às ações empreendidas por Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas³⁵. Foi envolvida por esse espírito progressista nacional que, no segundo lustro dos anos 1950, Campina Grande viu surgir alguns marcos empreendidos pelo poder público, a exemplo do Hospital IPASE (1950), da Maternidade Municipal (1947-1951) [18], o Terminal Rodoviário de Passageiros (1958) [19], do carioca João Batista Corrêa,

Arthur Rios e Carlos A. Medina, com a análise das questões socioeconômicas.

34 Mapas de posse da Secretaria de planejamento de Campina Grande.

35 Foram encontradas nas páginas do Diário da Borborema diversas menções aos planos e feitos do presidente dentro e fora da cidade. Entre elas, destaca-se uma matéria publicada em 4 de fevereiro de 1958 sobre os pontos presentes no Plano de Metas e a declaração do jornalista Aragão ao descrever Brasília como uma obra que “há de insuflar a qualquer pessoa um sentimento que passava “da admiração ao entusiasmo, do entusiasmo a uma convicção eufórica de confiança no Brasil e na capacidade de realização do homem brasileiro” (ARAGÃO, 1959). Sobre a influência de Brasília e a popularização da arquitetura moderna em Campina Grande, ver Freire (2010, p. 186-188).



Alguns dos principais marcos arquitetônicos promovidos pelo poder público. **18.** Maternidade Municipal, durante construção. Fonte: Acervo Elpídio de Almeida. **19.** Terminal Rodoviário Cristiano Lauritzen. Foto de implantação não datada. Fonte: Sesc, 1964. **20.** Projeto para Escola Politécnica da Universidade da Paraíba. Arquiteto Heitor Maia Neto. Fonte: Diário da Borborema, 27 de dez. 1959.

a sede da Escola Politécnica da Universidade da Paraíba (1959) [20], de Heitor Maia Neto, a primeira proposta para o Teatro Municipal (1958) [21], elaborado pelo arquiteto Ayrton Nóbrega – posteriormente substituído pelo projeto do desenhista Geraldino Duda (1962-1963) [22] –, a instalação da rede de eletrificação pela CHESF (1958) e a abertura da adutora do Açude Boqueirão (1958). Todos eles, amplamente divulgados pelos jornais locais.

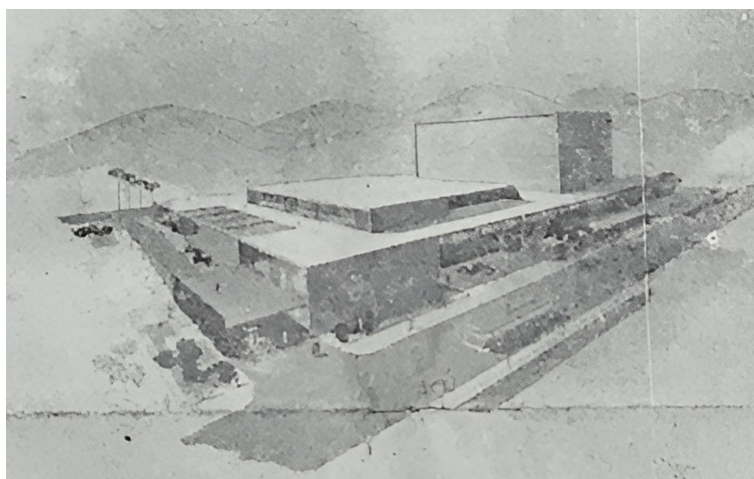
Adentrando os anos 1960, essa atuação é continuada e marcada, significativamente, pelo evento do centenário da cidade, em outubro de 1964 e o interesse em fazê-lo vitrine dos feitos da administração. Com crédito especial aprovado pelo então governador Pedro Gondim, em 1962, de acordo com lei nº 2.690, o “programa prioritário do Primeiro Centenário de Campina Grande” foi designado a uma comissão responsável pelas festividades e execução de obras. Dentre estas, sobressaem o Edifício do Fórum Afonso Campos [23], assinado pelo arquiteto Hugo Marques, a Casa do Trabalhador, do desenhista Renato Silva, os projetos para o Parque Permanente de Exposição de Animais e o Parque Centenário, ambos do arquiteto Tertuliano Dionísio, além da colaboração e reforma de alguns clubes (GOVERNADOR..., 1963, p. 3).

70

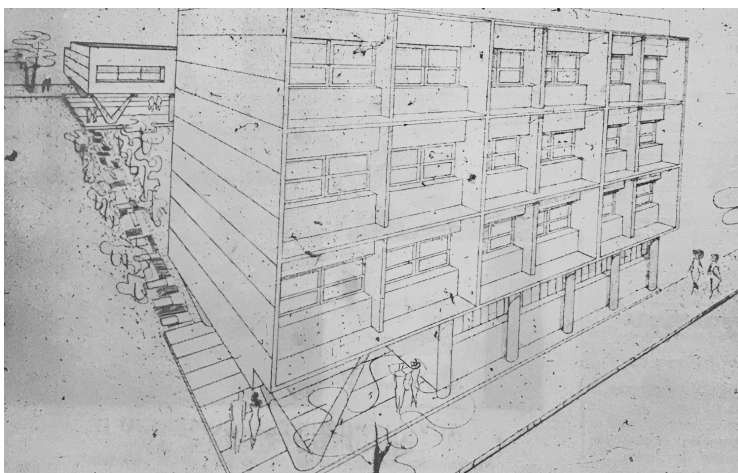
Em paralelo, atraídas pela importância da cidade no cenário regional e por seu poder centralizador de comércio e serviços, uma elite intelectualizada e uma nova classe média urbana foram crescendo continuamente, impondo-se sobre os assuntos da cidade e difundindo novos traços culturais durante as décadas de 1950 e 1960. É de iniciativa desses grupos a construção de clubes recreativos e associações de classes³⁶ [24-25], a Maternidade Municipal, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica, a Biblioteca Municipal, a Escola Politécnica, as Faculdades de Serviço Social, de Filosofia [26], Ciências Econômicas, Administração Pública. Tais instituições, juntas (e muitas delas, com apoio governamental), acabam por refletir a valorização das atividades intelectuais da vida social moderna, e de quesitos como economia, saúde e educação (SESC, 1964, p. 23) e, em meio a tudo isso, da arquitetura moderna e dos edifícios altos.

Categorias da sociedade que, não raro, ocupavam cargos públicos na administração local ou estadual, ostentavam belas casas modernas, desfiavam de automóvel, veraneavam no Recife ou no Sul e encontravam, nos bons clubes e agremiações desportivas, ambientes favoráveis à expansão de suas ideias e afirmação de seu

36 Em consultas a jornais locais e projetos do Arquivo Público Municipal foram identificadas, no intervalo entre as duas décadas, as seguintes instituições: a Sociedade Médica (1951), a Associação Comercial (1954), o Clube Aquático Campinense (1956), o Clube Médico Campestre (1959), o Campinense Clube (1960), a sede do Ypiranga Futebol Clube (1961), o Grêmio dos subtenentes e Sargentos do Exército – Gresse (1961), o Clube do Trabalhador (1962) e a nova sede do Aliança Clube 31 (1964).



21. Proposta para o Teatro Municipal. Arquiteto Ayrton Nóbrega. Fonte: Diário da Borborema, 7º. caderno, 1957. **22.** Teatro Municipal Severino Cabral em 1963, dia de inauguração. Projeto do desenhista Geraldino Duda. Fonte: Acervo Teatro Municipal Severino Cabral. **23.** Edifício do Fórum Afonso Campos, em meados dos anos 1960. Fonte: Almeida, 2010.



Alguns dos principais marcos arquitetônicos promovidos pela iniciativa privada. **24.** Apresentação da maquete do Campinense Club durante Baile de Aniversário do “mais elegante”. Fonte: Jornal Diário da Borborema, 17 de maio 1960. **25.** Clube do Trabalhador, 1962. Fonte: Acervo Campinense Clube. **26.** Perspectiva do projeto para o edifício sede da Faculdade Católica de Filosofia. Fonte: Jornal Diário da Borborema, 04 de mar. 1958.

status social, com extroversão e exibicionismo. Aliás, “a ostentação se reflete em toda a conduta exterior, no vestir, na frequência aos bares, no automóvel” e na participação em clubes da elite – a exemplos do Campinense, Aquário, Médico Campestre e repaginado Caçadores – onde marcar presença tinha um sentido claro de ascensão e reconhecimento social (SESC, 1964, p. 40). Eram a “gente de bem” dos cronistas, composta não somente por famílias tradicionais como por comerciantes, industriais, profissionais liberais e altos funcionários, locais e forasteiros, que juntos compunham “um grupo de indivíduos abertos a certas idéias” ou ideais, conscientes dos problemas locais e da demanda por modificações. Talvez por isso, procuravam reproduzir hábitos, tendências e valores que julgavam modernos e se dispunham a promover, direta ou indiretamente, a difusão e absorção dos símbolos de modernização extraídos dos grandes centros do país (SESC, 1964, p. 54).

Símbolos, dentre os quais figurava a arquitetura moderna brasileira – com seus pilares em “V”, lajes planas, marquises, rampas e demais elementos característicos – os grandes edifícios institucionais, as belas residências térreas e ajardinadas, os hotéis, os cinemas, os teatros, os parques urbanos, rodoviárias, faculdades, os edifícios altos de escritórios e apartamentos. Alguns dos empreendimentos que marcaram o período e sinalizam o protagonismo que a iniciativa privada passou a assumir na dinâmica do espaço urbano, na cobrança por melhorias nos setores problemáticos e na expressão de uma linguagem de prestígio que comportava novos programas ou, mesmo, antigas demandas, agora em escala ampliada, configurando uma paisagem em transformação e já bastante diversa daquela das décadas anteriores [27].

73

Dando suporte a essas transformações na forma e imagem da cidade, atendendo a interesses públicos e privados, estavam profissionais que, num primeiro momento, vinham de fora, sobretudo do Recife e das primeiras turmas de orientação moderna, após a renovação do ensino da arquitetura promovida por Delfim Amorim, Mário Russo e Acácio Borsoi na Escola de Belas Artes de Pernambuco. Dentre os primeiros, figuraram nomes como Augusto Reynaldo, Hugo Marques, Lucio Estelita, Heitor Maia Neto, Waldecy Pinto. Mais tarde, Cydno da Silveira, Renato Azevedo, Tertuliano Dionísio, Amélia Gama e Mário di Lácio. À procura de trabalho e atraídos pelo crescente número de construções e pelo reduzido quadro de profissionais na cidade, também chegaram os cariocas Ayrton Nóbrega e João Batista Corrêa, o paulistano Roberto Burle Marx, o polonês Wit Olaf Prochnik e o italiano Giovanni Gioia. Simultaneamente, engenheiros nativos ou radicados, como Lynaldo Cavalcanti, Giuseppe Gioia, Austro de França Costa, Edson do Ó,



27. Centro de Campina Grande, começo da década de 1970. Destaque para os edifícios altos e os pequenos sobrados em contraste com a horizontalidade das construções térreas. Acima, espaços vazios revelam áreas em expansão. Fonte: Revista Manchete, 1972. Acervo Emmanuel Souza.



Glauco Benévolo e Max Hans Karl, e desenhistas como Geraldino Duda, Anacleto Eloi, Walter Cordeiro de Lima e Adelgício Lima Filho, iam aderindo ao processo de renovação arquitetônica no município. Somaram-se a eles engenheiros recém-formados³⁷ da Escola Politécnica como Jaelson de Castro, Adalbert Machado Moita e Roberto Palomo, também atentos à difusão e popularização da linguagem moderna que se instaurava pelo país e repercutia na cidade (FREIRE, 2010).

Juntos, esses três grupos – poder público, iniciativa privada e profissionais liberais – conduziram Campina ao que acreditamos ser mais uma de suas fases dentro do processo de modernização. Esta, um tanto quanto diferente daquela vivenciada nas primeiras quatro décadas do século XX, nas quais imposições e incentivos legais acabaram por roubar a cena, liberando as casas dos limites do lote, redistribuindo os espaços, mecanizando o abastecimento d'água e coleta de esgoto, inserindo infraestruturas, combatendo o arcadismo das construções térreas do centro e tentando tornar a cidade bela, sadia e disciplinada. Nessa nova fase, as iniciativas modernizantes voltavam-se cada vez mais para o mercado imobiliário – seus novos programas e demandas, suas técnicas e normativas –, tentando dele extrair valores objetivos (valorização fundiária e obtenção de renda) e subjetivos (*status* de modernidade) trazidos com a disciplina do urbanismo e o processo de renovação arquitetônica já em curso. Foi o período no qual a promessa pela industrialização invadiu os jornais e o clima de ânimo econômico fez multiplicar os pedidos de licença para novas construções e reformas. Quando as manifestações em direção à arquitetura moderna ganharam força e debates acalorados sobre planejamento urbano e crescimento vertical passaram a dividir opiniões. Quando a verticalização finalmente foi reinterpretada, problematizada e potencializada a alturas mais expressivas e programas mais complexos. Foi, enfim, quando seus edifícios, com um bocado de ressalvas, foram aclamados como ícones da modernidade campinense.

37 Sobre a diplomação das primeiras turmas de engenheiros e a importância da formação desses profissionais, ver matérias publicadas pelo Diário da Borborema em 19 e 24 de dezembro de 1958 e 13 de dezembro de 1959, p.2.

II. PROCESSO, DISCURSO E LUGAR:
A VERTICALIZAÇÃO RESSIGNIFICANDO PAISAGEM E SOCIEDADE.

II.I

ATORES E ATOS

OS INTERESSES E PERSONAGENS DA VERTICALIZAÇÃO

Campina Grande é Grande, de Verdade...

Hoje, para mostrar que se desenvolve em todos os sentidos, acompanhando as exigências do progresso, cresce verticalmente, estando os seus gigantescos edifícios de concreto armado desafiando as leis da gravidade (...) e o que é mais importante, o entusiasmo dos seus filhos e habitantes, corroborando para o seu desenvolvimento cada vez maior (CAMPINA..., 1966, p. 39-40).

A busca por tornar-se grande, tal como anuncia seu nome, fez Campina engrandecer-se uma vez mais. Um pouco mais ao alto e um tanto quanto modesta, a verticalização semeada pelos decretos instituídos ainda nos anos 1930 chegou às décadas seguintes reivindicando espaço, tomando para si os lotes estreitos de seu passado e incorporando novos programas, novos modos de fazer e habitar a cidade. Engendrada por agentes que produzem e consomem espaço, não por acaso se entrelaça às relações de poder, ao progresso técnico, às novas exigências por moradia, à reprodução do capital econômico e ao desejo por marcos próprios de ascensão social. Um processo que se associou à ideia de modernização, de progresso e aos êxitos econômicos de seus personagens, alimentando uma simbologia que encontrou seu espaço no imaginário da população e na história da cidade.

Essa história, marcada por signos e contradições, nos revela os conteúdos sociais, seus atores, suas finalidades e formas de produção e apropriação do meio urbano sintetizados na criação de uma nova silhueta. Consequentemente, esta emerge espacial e socialmente no tecer dos diferentes papéis desempenhados por indivíduos e instituições sociais que, em maior ou menor intensidade, participaram do processo de verticalização e, assim, da reprodução não apenas do solo urbano, mas das relações sociais nele contidas e dos lucros gerados pelo capital imobiliário.

O reconhecimento dessa dialética entre espaço e sociedade nos induz a acreditar na estrutura urbana como espécie de formalização e reformalização dos diversos processos sociais – uma cartografia das relações e transformações políticas, econômicas, culturais e ideológicas organizadas num espaço-tempo determinado e possíveis de serem percebidas e vivenciadas dentro da lógica da produção e reprodução do espaço (LEFEBVRE, 2006). Nessa direção, as partes que compõem o urbano assumem duas dimensões indissociáveis: a da matéria, concreta e tátil, e a do conteúdo social, abstrato, porém transformador. Juntas, elas cumprem o “papel de escrita” (ROLNIK, 1992), texto da história urbana³⁸.

Identificados, esses agentes/atores³⁹ assumem diferentes títulos – proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais específicos – papéis que, por vezes, se sobrepõem em prol da transformação e eminente comercialização do capital-mercadoria em capital-dinheiro. São eles, “agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos” dentro de um contexto capitalista de demandas e possibilidades sociais variantes, muitas das quais criadas por eles próprios (CORRÊA, 2012, p. 43).

80

Lembremos com Santos (1985), que o espaço é uma totalidade cuja essência é social e que esta, expressa a materialização da cidade e assim, contém e está contido nas relações sociais. É um meio de produção enquanto solo urbano (que se produz, reproduz e é consumido) e parte atuante das interações sociais enquanto lugar (onde a vida social se realiza). Em ambos os momentos expressa e reproduz as relações do homem, suas necessidades e capacidades de transformação num determinado momento histórico (GOTTIDIENER, 2010, p.127). Logo, ele é uma expressão da vida cotidiana na sociedade, e a cidade, uma representação material dessa expressão. Nesse sentido, a verticalização campinense, assim como a região à qual foi submetida, fez-se no desenvolvimento das relações de reprodução de capital e da produção de uma vida cotidiana até então desconhecida pela maioria da população, mas certamente condizente com os interesses e idealizações de

38 Desse modo, o ato de produzir o espaço torna-se “condição, meio e produto da reprodução da sociedade” (CARLOS, 2011, p. 62) e, como tal, submete-se a constantes variações. Dentro dessa noção de produção, revelam-se os conteúdos sociais, os personagens do processo produtivo, suas finalidades e formas de produção e apropriação do meio em um tempo e espaço específico, sintetizados na criação de uma morfologia urbana. É nesse âmbito, que a complexidade e prática das ações dos agentes sociais levam à constantes rearranjos espaciais, perceptíveis via incorporação, densificação e renovação do espaço urbano, além das mudanças, coercitivas ou não, da vida social, cultural e econômica das novas e velhas áreas da cidade.

39 Vasconcelos (2011) explora as aproximações e os distanciamentos estabelecidos por importantes estudiosos da geografia urbana na definição dos termos “agente” e “atores sociais”. Aqui, apoiamos na utilização da noção de ambos como sinônimos, indivíduos ou grupos que assumem participação fundamental na conformação das cidades. Sobre os agentes do espaço urbano, ver Corrêa (1989).

seus personagens. Afinal, se a verticalização pode ser traduzida por seus ideais de progresso e modernização, não por acaso, está vinculada à acumulação e reprodução de capitais em um paradigma onde a “forma segue as finanças”⁴⁰.

Ao erguer novos pavimentos, multiplicando-os cada vez mais em direção ao alto, os nossos agentes viam surgir uma outra modalidade de mercadoria, fecunda sobre a base das relações do capital econômico que a transformara e reproduzira segundo o valor de uso e de troca de suas partes. Ao fazê-lo, o capital-dinheiro, acumulado pelos diferentes setores da economia local e em maior número pelos rendimentos do comércio agroexportador, se materializou e se estabeleceu sob a égide da propriedade privada do solo urbano e do capital fixo que constitui o produto imobiliário. Deste modo, a verticalização enquanto processo de reprodução do espaço expôs o momento em que o capital de fato se realizara produzindo um novo espaço sob a forma de produto imobiliário⁴¹.

Reportando-nos à tradição marxista⁴², o espaço é objeto de consumo que se vende, se compra, se troca tornando-se, portanto, mercadoria e, nessa condição, revela suas próprias contradições, suscitando constantes transformações, tal como a sociedade e o momento que representa. Em Campina, esse momento era o de uma outra modernidade. Um estágio secundário da modernização vivenciada entre os anos 1930 e 1940, que se alinhara aos planos desenvolvimentistas do país e aos esforços e entusiasmo da iniciativa privada para, outra vez, construir uma imagem de cidade de acordo com seu tempo e agora, mais que antes, usufruir dos rendimentos por ela gerados.

Era um momento de crescimento populacional, diversificação econômica, intensificação do comércio, expansão do aparelho bancário e investidas em direção à industrialização⁴³. Esses fatores, aliados às exigências da municipalidade para as construções e reformas, permitiram às elites tradicionais e ao povo miúdo ver surgir uma classe média de hábitos e valores vacilantes, aberta às ideias já em voga nos grandes centros do país e disposta a trazer para a cidade o que

40 Conforme defende Wills (1995). O autor usa a expressão como metáfora à clássica afirmativa postulada por Louis Sullivan de que “a forma segue a função”.

41 Sobre as relações entre espaço, sociedade e capital, ver Lefebvre (2006), Gottdiener (2010) e Carlos (2011, 2015).

42 Aquela a qual, a cidade é produto da concentração da força de trabalho e do capital e, na qual, as transformações socioespaciais são reguladas pela lógica do capital excedente. Sobre tal perspectiva, ver Gottdiener (2010) que, em uma densa crítica e reflexão sobre a teoria da produção social do espaço urbano, aponta que, ainda que, embora os esforços marxistas apresentem limitações ao defenderem a relação espaço-capital como unilateral, eles avançam ao reconhecer a participação do ambiente construído no processo de acumulação de capital e ao associá-lo às crises periódicas e disputas de classes. O que explicita a participação dos agentes sociais e, em especial, do Estado como produtores do meio urbano.

43 Como sugerem as diversas matérias publicadas nos jornais e revistas da época e os estudos abordados no capítulo 1.

considerava ser indícios de modernização ou desenvolvimento. Essa população composta por comerciantes, profissionais liberais e alguns poucos industriais, era a mesma que ostentava algumas das melhores residências, que estimulava a construção de hotéis, de clubes recreativos, de instituições de ensino. Forasteiros ou nativos, eles eram os frequentadores assíduos dos clubes e cinemas, os que figuravam nas colunas de fofoca e anúncios de jornais e aos quais era endereçada parte dos elogios acalorados dos cronistas. Uma população que queria “deixar de ser a história para passar a viver no tempo presente da mesma maneira que os centros mais adiantados do país” (SERVIÇO..., 1964, 54). Esses indivíduos, junto às famílias tradicionais e ao poder público, compunham uma elite econômica, política e intelectual fundamental à difusão do espírito da época e à renovação social e arquitetônica que chegava aos anos 1960 dando nova forma à cidade e atribuindo outros marcos e símbolos à sua modernidade, dentre os quais figurava o edifício alto.

82

No rastro das coalizões público-privadas existentes nas ações entre tais grupos surgiam as primeiras tentativas do gênero. O poder público, evidentemente, deu a largada. Como legítimo representante das classes dominantes⁴⁴ e a fim de assegurar à cidade um visual compatível com sua importância econômica e regional, postulou regulamentos, normativas e políticas de intervenção, privilegiando determinados setores, criando infraestruturas, zoneando usos e funções. Esse poder sobre o planejamento e controle do espaço – em muito apoiado no código de obras elaborado em 1927⁴⁵ –, quando associado aos interesses dos setores privados, potencializou a realização do lucro do setor imobiliário, que gradativamente começava a superar as limitações do aproveitamento do solo, não através da incorporação de terras disponíveis (que, de fato, eram muitas), mas pela ampliação de espaços construídos.

No papel de agente formador de legislações urbanísticas e mediador das intervenções urbanas, a administração pública se viu, nessa função, sob três ordens convergentes: os mecanismos de melhoramento urbanístico e arquitetônico da paisagem; os interesses na busca pela apropriação do excedente social; e os proveitos que regem a expansão espacial da acumulação do capital, onde se inserem as classes sociais dominantes. Foi em meio a essa condição que se desenrolaram as ações articuladas entre municipalidade e demais agentes do capital (financeiro,

44 Ideia compartilhada entre autores da Escola de Sociologia urbana Francesa, como Castells (1972), Lojkin (1981) e Topalov (1984).

45 A publicação do Sesc de 1964 (p.37), relata que poucas foram as alterações aplicadas ao Código então vigente, tendo sido copiado, sem grandes preocupações, do Código de Obras elaborado em 1927 pelo prefeito Ernani Lauritzen.

fundiário, imobiliário e produtivo) que, no curso da verticalização, “realizam, num espaço/tempo limitado, uma estratégia de interesse mútuo” (SOUZA, 1994, p. 27).

Nesse sentido formava-se, portanto, um jogo, um processo intrincado e com extensas ramificações, no qual o edifício alto não foi só uma concreção material da engenharia e da arquitetura – resultado de uma evolução técnico-científica da construção –, mas dependeu da formação de condições infraestruturais e, especialmente, dos esforços da iniciativa privada para ser levantado. E, nisso, o município, que detém poder de legislar (Poder Legislativo), poder de polícia (Executivo) e de punir (Judiciário), pôde tanto promover sua realização quanto restringi-la, embora, naquele momento, promovê-la tenha sido a maior de suas funções.

O incentivo fiscal que concedia a isenção do imposto da décima urbana, a imposição do número mínimo de dois pavimentos aos logradouros atingidos pelo Decreto Nº.51 e a não determinação do gabarito máximo às edificações, sinalizam o papel do Estado como agente propulsor desse processo de verticalização na cidade. Essas decisões, é claro, não foram tomadas fora do jogo político interno (e externo) que percorre as esferas administrativas – o mesmo que exerce grande influência no seu poder decisório estatal quando grandes interesses (e lucros) estão envolvidos. Afinal, “produzir cidades é um grande negócio, produzir edifícios é um excelente negócio para poucos” (SOUZA, 1994, p. 135).

83

Nesse contexto, métodos de controle tornaram-se necessários para assegurar a acumulação do capital e regular as inquietações da população ainda duvidosa sobre as questões higiênicas e morais tradicionalmente atribuídas às habitações coletivas. Embora não tenhamos encontrado os códigos de obras e de postura vigentes durante a primeira metade do século XX, e os recortes de jornais apontem apenas tentativas sem sucesso para criação de um plano diretor coerente com a cidade centenária, é provável que estes tenham se referenciado nos discursos médicos e técnico-científicos de engenheiros e arquitetos, nos debates trazidos pelos congressos⁴⁶ e revistas internacionais, e nas legislações e experiências daquelas capitais às quais tentava espelhar-se. Exemplo disso é a adoção de pé-direito mínimo de 2,60m e a criação de áreas livres entre os pavimentos (fossos), implementadas com a finalidade de promover iluminação e trocas de ar – preocupações estas, possivelmente já previstas pela legislação sanitária em vigor a partir de 1927⁴⁷ e, em muito, semelhantes às condições construtivas mínimas

⁴⁶ Em especial, os Congressos Pan-americanos de Arquitetos e os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), realizados entre os anos de 1930 e 1940.

⁴⁷ A provável Lei nº 32, do Código de 1927, geralmente citada nos pedidos indeferidos de licença para

determinadas pelo Código Municipal de 1928 da capital paraibana às habitações coletivas com mais de um pavimento (PARAHYBA, 1928), bem como às de diversos códigos de higiene aprovados pelo Brasil⁴⁸.

Para além das questões sanitaristas que antecederam e acompanharam os debates sobre verticalização (que abordaremos noutro momento), a exigência de instalação de elevadores, justificada por critérios técnicos de acessibilidade, constitui uma outra medida de regulação do crescimento vertical. A obrigatoriedade do equipamento em edifícios com cinco pavimentos ou mais (Artigo 375)⁴⁹ e o aumento do número mínimo de duas unidades em edifícios com mais de oito pavimentos (Artigo 376) estiveram presentes entre as pautas aprovadas em 1955 e 1956 pelo Código Municipal de João Pessoa. Decisões que, segundo Pereira (2009, p. 4), somadas à Lei de isenção fiscal n° 299 do ano seguinte, pareciam “corroborar a constituição de um novo e rentável gabarito para a cidade”, de modo a permitir superar, com menores custos, a recorrente altura máxima local de três pisos. Em contrapartida, desestimular construções acima de oito pavimentos, tornando-as mais onerosas.

Ao confrontar tal regulamentação com os projetos submetidos à aprovação da Prefeitura Municipal de Campina Grande, são notórias as proximidades e incongruências na adoção de elevadores, tanto em termos de obrigatoriedade quanto em relação à necessidade de ampliação do número de elevadores em edifícios com alturas mais expressivas. Projetos datados entre 1940 e 1950, com apenas três pavimentos⁵⁰, já apresentavam o elevador em suas plantas, enquanto propostas para prédios com quatro pavimentos⁵¹ foram aprovados sem

construção. Essa lei, de acordo com Queiroz (2008, p. 131), faria menção aos “padrões corretos de altura de pé-direito, recuos, tamanho de pátios e fossos internos, superfície das aberturas”.

48 Segundo Bonduki (2004, p. 27-28), a promulgação de legislações sanitárias no Brasil teve suas raízes nas posturas de controle do espaço urbano aplicadas em meados dos oitocentos em países de caráter liberal (como Inglaterra, França e Alemanha). As legislações paraibanas seguiram então o mesmo raciocínio das demais aplicados pelo país. Sobre a política higienista e seus reflexos na cidade de Campina Grande, ver Queiroz (2008).

49 Medida contrário ao Artigo 133 do presente Código que determinava: “É obrigatória a instalação de elevadores em todo o prédio que tiver mais de três pavimentos” (CÓDIGO..., 1955, p. 27).

50 Solicitação para construção do Edifício Assú, Praça da Bandeira, propriedade de Giovanni Gioia, 1950. Solicitação para construção do Edifício Ariús, rua Maciel Pinheiro, propriedade de Giuseppe Gioia, 1955. Solicitação para construção de prédio, rua Irineu Joffily, propriedade de Genésio Gomes da Cruz, 1956. Solicitação para construção de prédio, rua João Pessoa, propriedade de José Celino da Silva, 1963. Solicitação de imposto Fiscal para construção do Hospital Assonor, Bairro Bodogongó, propriedade da Associação de Assistência Sanitária e Social do Nordeste, 1964 (APMCG).

51 Solicitação para construção de prédio, rua Barão do Abiaí/Cardoso Vieira/Maciel Pinheiro, propriedade de José Costa Silva, 1963. Solicitação para construção de prédio, rua João da Silva Pimentel, propriedade de Paulo Martins de Oliveira, 1964. Solicitação para construção de prédio, rua João Suassuna, propriedade de José Lucas da Silva, 1964. Solicitação para construção de prédio, rua Tavares Cavalcanti, propriedade da Imobiliária Vega Ltda., 1962. Solicitação para construção de prédio, rua Cardoso Vieira/Alexandrino Cavalcanti, propriedade de O. Cavalcanti de Albuquerque, 1964. Solicitação para reforma interna (Antigo Edifício da Costura), Largo da Luz, propriedade de José Honor de Queiroga, 1964 (APMCG).

o prenúncio desse equipamento durante os anos 1960. De natureza igualmente diversa é a relação entre o número de elevadores e a altura a ser alcançada pelos edifícios, uma vez que, mesmo a proposta de 1960 para o Edifício Incotec possuindo treze pavimentos, seus desenhos destinavam área livre para um único elevador; ao mesmo tempo, projetos para edifícios com número de pavimentos igual ou menor que oito previam fossos para duas unidades.

A despeito da relação entre programa e soluções espaciais, esses dados curiosos apontam não um desinteresse na imposição de normas que contemplassem o elevador (elas possivelmente existiram), mas nos fazem supor que o critério para seu uso esteve, assim como ocorreu na capital, igualmente guiado pelo valor social e comercial por eles gerado. Ou seja, mesmo que esses aparelhos impusessem maiores recursos financeiros e perdas de espaço construído aos seus proprietários⁵², sua opção acarretava uma valorização simbólica frente aos possíveis usuários, bem como viabilizava a ampliação de capital através da construção futura de novos pisos. Na prática, os limites da verticalização campinense foram impostos muito mais pelas condições econômicas locais do que por restrições vindas da Municipalidade. A prova disso são os edifícios que, contrariando os desenhos de seus projetistas, não tiveram seus fossos preenchidos pelo elevador, restando-lhe apenas o vazio como indício de uma intenção⁵³.

85

Contudo, a atuação do Estado não se restringiu às normativas, ela esteve igualmente traduzida no novo gabarito das obras públicas e na introdução pioneira desse elemento central ao processo: o elevador⁵⁴. Esse instrumento, potencializador da capacidade de reprodução do solo citadino, foi símbolo máximo do modelo urbano vigente, que pregava a verticalização como sinônimo de progresso e *status* social. O Grande Hotel e a Prefeitura Municipal, ao apresentarem-no, tornaram-se marcos nesse sentido, abrindo caminho para uma escala de edifícios com programas mais complexos, usos e clientes específicos, de padrões construtivos e estéticos controlados pelas limitações financeiras dos empreendedores ou pelo repertório formal moderno (ou, talvez, modernoso) aceito e difundido pela iniciativa privada.

Mesmo esse pontapé inicial estando centrado no discurso de um urbanismo modernizador⁵⁵, esses novos edifícios exigiram um esforço especial dos mecanismos

52 Wills (1995, p. 46) lembra que a esses equipamentos estão associados custos de fabricação e operação, ademais acarretam de perda de área útil a ser comercializada.

53 Enquadram-se aqui como edifícios construídos com a promessa do uso do elevador, frutos de uma vontade que não teve condições práticas ou financeiras para se concretizar por completo.

54 Apresentado por Elisha Otis na Exposição Mundial de Nova York, em 1853, esse aparato torna-se o grande emancipador das superfícies horizontais acima do solo, dispositivo sem o qual a verticalização das edificações não teria sido possível.

55 Modernizador por, tal como acredita Somekh (2014), excluir as questões sociais que cercam o urbanismo moderno e centrar-se, prioritariamente, em uma perspectiva de acumulação de capital.

sociais da cidade e da tecnologia construtiva – cruciais na transformação do espírito moderno e da paisagem do século XX. Enquanto o primeiro compilava as ideias e dava suporte ao processo, a segunda o tornava possível dentro da exatidão da engenharia e da dinâmica da arquitetura. Sobre tais bases estariam inclusos quesitos como a crescente mecanização da cidade, a intensificação do uso do ferro, do aço e do concreto, a chegada do elevador e, obviamente, a presença de profissionais motivados a traduzir a modernidade através da paisagem, assim como clientes dispostos a compreendê-la e financiá-la.

Indissociáveis das demandas postas pelas elites da velha e nova burguesia e do empurrão posto por esse Estado progressista, os investidores – em sua maioria comerciantes de olho na multiplicação de seus rendimentos –, encaminhavam suas solicitações e plantas de construções à Secretaria de Obras, na expectativa de acolher no regime de venda ou aluguel⁵⁶ de imóveis o excedente populacional à procura por salas comerciais, espaços para escritórios ou moradias mais compactas. Estas, destinadas aos solteiros de boa família, aos estudantes em período de formação acadêmica ou àqueles dispostos – pela possibilidade de financiamento e pelo status da vida em condomínio – a habitar um outro modelo de habitação moderna, diferente daquelas dos “ricos” do bairro da Prata ou do tipo “bungalow” do bairro da Conceição (SERVIÇO..., 1964, p.27). Tudo isso, é claro, próximo ao trabalho, aos serviços, ao comércio e à já renovada infraestrutura do centro.

Entre os profissionais licenciados a fazer cumprir essa nova ordem que passava a se impor, estavam construtores, engenheiros, desenhistas e arquitetos que encontraram no modernismo o invólucro estético próprio a uma elite informada, com acesso aos meios materiais e culturais para incorporá-la. As referências eram as belas obras cariocas, paulistanas, da vizinha Recife e da Brasília de Juscelino, difundidas através das memórias de viagem, das fotografias, dos jornais e revistas de circulação nacional, especializadas ou não. Aqui, essas ideias foram interpretadas e inseridas no cotidiano citadino por meio de nomes como os dos engenheiros

56 Nabil Bonduki, em seu livro, **As origens da habitação social no Brasil**, mostra como a difusão de regulamentos de uso de apartamentos e de edifícios verticais, instituídos desde a década de 1920, modificou por completo não apenas as relações entre proprietários e inquilinos, mas a própria produção de moradias para os segmentos de média e baixa renda. Nessa redefinição, a Lei do Inquilinato, promulgada por Vargas em 1942, cumpriu papel decisivo para “refrear a forte atração que a produção de moradias de aluguel exercia sobre os investimentos, para reduzir o custo de reprodução da força de trabalho e, em consequência, os salários, e para difundir a pequena propriedade entre os trabalhadores” (BONDUKI, 2004, p.210). Suas regulamentações, com fortes restrições aos reajustes dos aluguéis e aos despejos, constituem, segundo o autor, uma das principais causas da transformação das formas de provisão habitacional no país, desestimulando a produção rentista, abrindo espaço para a figura do incorporador e transferindo ao Estado o encargo de produzir e financiar moradias. Em Campina Grande, suas constantes atualizações eram acompanhadas através dos resumos apresentados pela mídia. Ver publicações do jornal Diário da Borborema em 19 nov. de 1964, p.5, 23 jan. de 1966, p. 8 e 1 fev. de 1969, p. 3.

Austro de França Costa, Lynaldo Cavalcanti, Max Hans Karl Liebig, Jaelson de Castro, Adalbert Machado Moita, Roberto Palomo, José Corsino Dantas, José de Severino Trigueiro, Giovanni e Giuseppe Gioia; dos arquitetos George Henry Munier, Augusto Reynaldo, Hugo Marques, Alberto e Pierre Reithler; além dos desenhistas Geraldino Duda, Jowal, José Anacleto Eloi e Walter Cordeiro⁵⁷ [notas adicionais]. Todos envolvidos na promoção desse repertório gradualmente mais racionalista e vertical que, nos anos 1950, se inseria no cerne da identidade nacional.

Cada um deles, a seu modo, conferiu ao processo condições e impressões particulares que influenciaram a maneira pela qual os ideais arquitetônicos seriam incorporados e percebidos diante as diferentes pressões geradas pela industrialização⁵⁸, pela modernização e, conseqüentemente, pelas novas silhuetas que cresciam na paisagem. Muitos deles, vinculados à Escola Politécnica de Campina Grande, à Escola de Engenharia da universidade do Recife, à Escola de Belas Artes de Pernambuco e, evidentemente, às interpretações nacionais da ousadia norte-americana e dos preceitos do racionalismo europeu em voga no país desde finais dos anos 1920.

Era um momento, tal como defende Freire (2010), de transição rumo à arquitetura moderna e isso era visível, tanto no conjunto da produção pública e privada, quanto na trajetória individual dos engenheiros e arquitetos. Um esforço conjunto de atualização que se revela quase que sintomático de um movimento mais geral de ajustamento dos padrões arquitetônicos e construtivos aos desdobramentos mais recentes da arquitetura internacional, numa pretensão de, talvez por essas vias, escapar do estreitismo do subdesenvolvimento, convertendo-o em uma arquitetura à brasileira (SEGAWA, 1999), de beleza, funcionalidade, *status* e, é claro, de dinheiro.

Com conseqüências mais amplas, foi nessa troca de conteúdos e interesses que se teceram as regras, se formaram as incorporações, os financiamentos, os estudos técnicos, as produções, as construções e as comercializações. Nesse palco atuaram proprietários e promotores, tanto fundiários quanto imobiliários, investidores, produtores de materiais de construção, compradores de terrenos e de habitação, o poder público e as instituições transacionais. Juntos, esses

57 Entre pedidos de licença e projetos arquitetônicos, alguns nomes de profissionais aparecem de modo ilegível, sendo possível identificar apenas o número de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Infelizmente, as investidas nos arquivos da Prefeitura Municipal não foram bem-sucedidas, e os requerimentos endereçados ao Conselho da Paraíba para identificação desses personagens foram indeferidos, o que impossibilitou a obtenção de informações complementares.

58 Os processos de modernização tecnológica, a concentração de capital, a transposição de mão de obra do campo para a cidade e a mobilidade urbana estão consubstanciados na imagem da cidade e nas demandas da nova cultura, baseada na ciência e na racionalidade.

NOTAS ADICIONAIS

Embora a trajetória de alguns deles ainda seja incerta, ao reconhecê-los como importantes personagens deste trecho da história urbana da cidade, cumpre registrar a atuação de parte desses profissionais: os campos os projetos e as obras com as quais colaboraram e, especialmente, suas contribuições ao processo de verticalização.

O primeiro deles, **Austro de França Costa (1922-1989)** [01-02], já reconhecido pela literatura local por seu vasto volume de projetos, era natural de Campina Grande. Concluiu seus estudos na Escola de Engenharia da Universidade do Recife em 1948, retornando à sua cidade natal para exercer o cargo de Diretor de Obras da prefeitura.

Em depoimento para o livro *100 anos de Elpídio de Almeida*, Austro de França conta que esse convite partiu do filho de Elpídio, Humberto de Almeida, que, assim como ele, residia na Pensão Progresso durante seus anos de formação. A eleição de Elpídio à prefeitura consolidou o convite, abrindo as portas para a crescente atuação profissional do engenheiro frente a importantes obras públicas, tais como a reforma e ampliação da Praça Clementino Procópio, o Abrigo Maringá, a Maternidade Municipal, o Teatro Municipal Severino Cabral e o edifício-sede da Universidade Estadual da Paraíba.

Foi, ainda, personagem influente nas campanhas em prol da criação de um Plano Diretor



01. Austro de França Costa com a beca da então Escola Politécnica de Campina Grande. Fonte: AUSTRO..., 2015.



02. Austro e sua esposa Aledith na praça Clementino Procópio (reformada por ele), nos anos 1950. Fonte: AUSTRO..., 2015.

para cidade, identificando as necessidades urbanísticas e apontando soluções em seu estudo Pré-Plano¹, lançado em maio de 1963 enquanto desempenhava o cargo de diretor do Departamento de Planejamento e Urbanismo, empossado ainda durante gestão de Elpídio de Almeida.

Seu envolvimento no processo de verticalização está atrelado tanto à efetiva colaboração para a implantação do ensino superior e técnico², quanto à responsabilidade por projetos e serviços de engenharia, a exemplo do Edifício Jacy, com licença aprovada em 1956; a construção do prédio da Associação Comercial; as propostas (não executadas) para a nova sede de sua construtora, o Edifício Incotec; e do projeto

para a Sociedade e Faculdade de Odontologia de Campina Grande, em 1958³.

Um outro campinense egresso do Recife foi **Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1932-2011)**.

De acordo com informações do Centro de Memória do CNPq, o engenheiro, formado em 1955, logo ocupou posição de destaque ao assumir a diretoria do Departamento de Viação e Obras Públicas do município (DVOP) naquele mesmo ano. Tornou-se professor (1957-1961) e, posteriormente, diretor da Escola Politécnica (1964-1971); foi também reitor da Universidade Federal da Paraíba e presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entre 1980 e 1985. Na iniciativa privada, fundou a Sociedade Técnica de

1 O terceiro volume da revista “*Campina, século e meio*” (2015, p. 24) aponta que embora o plano não tenha sido implantado, sua preocupação com o tema já havia sido registrada doze anos antes, em artigo publicado na imprensa intitulado “*Necessidade de planificação urbana*”. Tal registro deflagra seu vanguardismo diante das questões de planejamento da cidade.

2 Enquanto professor cofundador da Escola Politécnica e diretor da Escola de Artes de Campina Grande.

3 Anos mais tarde, já ao término do recorte desta pesquisa e por meio de sua empresa Belfran Engenharia e Promoções Ltda., foi responsável pela construção dos edifícios Porto Belo, Metropolitan, Noventa e Dois, Mont Blanc, Prata Nobre e Colinas do Alto Branco.

4 Disponível em: <http://centrodememoria.cnpq.br>

Engenharia Ltda. (SOTENGE), obtendo significativa atuação na elaboração e execução de projetos⁵.

Entre os edifícios altos que compõem o recorte desta pesquisa, o engenheiro assina as propostas para a Faculdade Católica de Filosofia e para o Edifício Manoel Patrício, ambas em 1960. Projetou também o edifício educacional para a Igreja Congregacional, o Edifício Serrano e o Edifício Prata⁶, em 1962, além dos edifícios Raimundo Pedrosa e Malaquias do Ó, licenciados pela prefeitura em 1963, e os sete pavimentos aprovados em 1962 para o Edifício Augusto Pimentel. Lynaldo também coordenou a construção do Edifício Lucas e do Edifício Alvorada, em

1962, e colaborou nos cálculos estruturais do Teatro Municipal Severino Cabral, em parceria com Austro de França e **Giuseppe Gioia**.

Este último, a exemplo de seus colegas, também obteve formação no Recife e foi professor da Escola Politécnica. Embora tenha acumulado uma série de projetos residenciais pela cidade, diferenciou-se dos demais ao contar com a experiência e os recursos de seu pai, o engenheiro italiano **Giovanni Gioia** [03-05]. Juntos, eles tiraram do papel dois dos primeiros edifícios empresariais a prever o uso de elevadores: o Edifício Assú⁷ e o Edifício Ariús, construídos no início dos anos 1950. Um de propriedade do Giuseppe e o outro de Giovanni,

5 Foram encontrados no APMCG projetos de armazéns, pequenos sobrados, residências em diferentes estilos e alguns prédios destinados à escritórios e salas comerciais, não incluídos na pesquisa devido à ausência de elevador.

6 Apesar de seu projeto não ter sido encontrado entre os arquivos consultados, o alvará de licença para construção de um “prédio de salas”, assinado por seus proprietários, os srs. Raimundo e Raymilson Viena de Macêdo, apresenta o engenheiro Lynaldo Cavalcanti como responsável pelo projeto arquitetônico, pela construção e pelo concreto armado a ser utilizado. Anexo ao texto estava a cobrança de três mil cruzeiros pelo início da execução da obra sem a devida licença, conforme previa o Artigo 6º, Inciso III, do decreto nº 8, de 19 de março de 1956.

7 As plantas anexas à sua solicitação de construção previam a presença de elevador, entretanto, por economia de custos ou pela simples não obrigatoriedade de seu uso em edifícios com três pavimentos, o equipamento não chegou a ser instalado, restando dessa previsão apenas o poço.

ambos destinavam-se ao comércio e salas para escritórios, sendo erguidos pela construtora G. Gioia e Cia, empresa na qual compartilhavam a direção e os lucros.

Ao mesmo tempo em que empreendiam por meio desses novos edifícios, em 1954 a prefeitura municipal aprovava o projeto do Edifício Campina Grande, assinado por Giovanni e de propriedade de Manoel Ribeiro de Moraes. Mesmo não tendo sido executado, a proposta foi precursora ao trazer um programa mais complexo no qual oito pavimentos distribuíam funções de comércio, serviços e habitação.

Entre projetos construídos e não construídos, públicos ou privados, dotados de elevadores ou não, pai e filho – “Como verdadeiros pioneiros do surto imobiliário de Campina Grande” – produziram e incorporaram muitas das edificações que começavam a embelezar a cidade (COMO..., 1957, p.3). Ganharam o título de progressistas por abrirem um

“novo plano de construções” que atendia, segundo jornal local, às possibilidades do progresso da cidade (VERTIGINOSO..., 2 caderno, 1957, p.3).

Essa reputação – construída por meio dos mais diversos tipos de contratos fechados pela construtora dentro e fora do estado – também esteve apoiada nas relações entre o patriarca da família e o cenário político-social, continuamente em marcha pelo desenvolvimento urbano e arquitetônico. A frase que encabeçava a matéria publicada no suplemento dominical do Diário da Borborema, em 22 de julho de 1979, resume com tom de heroísmo o resultado dessas relações na cidade: “Dr Giovanni Gioia: O homem que construiu Campina Grande”.

Nela, Gioia – imigrante italiano que chegara ao Brasil no início do novecentos – conta que conheceu o Rio de Janeiro, passou um tempo no Recife e, a pedido do governador João Castro Pinto, fixou-se em João Pessoa. Em 1915, veio a Campina iniciar um estudo

das condições urbanísticas, retornando anos mais tarde, sob orientação do então prefeito Verginaud Wanderley, para realizar obras infraestruturais, além daquelas do Grande Hotel e da Prefeitura Municipal. Em um período de grandes demandas e escassez de construtores, montou aqui seu escritório e tornou-se responsável por uma quantidade significativa de obras, muitas delas financiadas em prestações⁸.

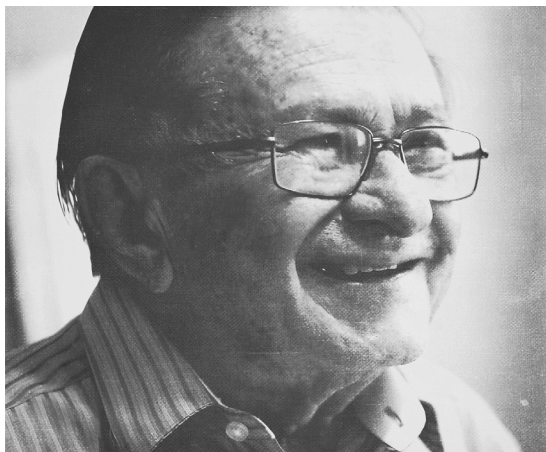
É certo que sua participação nos assuntos da cidade não se restringia apenas aos temas de urbanização. Suas conexões políticas e seu prestígio como construtor o levaram à presidência do P.S.D. e, com ela, à indicação de Severino Cabral como candidato à prefeitura pelo partido (ENTREVISTA...1979, p.3). Por retribuição ou reconhecimento pelos anos de atividade profissional,

a administração de Cabral atribuiu-lhe umas das obras mais significativas e de maior repercussão na época daquele período: o icônico Teatro Municipal Severino Cabral.

A placa que anunciava a obra e identificava, em caixa alta, os responsáveis pelo feito – mesmo tendo deixado de lado o autor do projeto, o autodidata **Geraldino Pereira Duda**⁹ (1935) |06| – não lhe ofuscou o brilhantismo. Campinense, aos 15 anos já trabalhava como desenhista e assistente técnico em escritórios de arquitetura e empresas de construção. Com a chegada dos anos 1960, foi convidado pelo diretor Austro de França (um dos primeiros engenheiros com quem colaborou) a integrar a equipe de arquitetura do Departamento de Planejamento e Urbanismo. Ali, ficou encarregado de projetar o que viria a ser sua maior realização – ou, ao menos, a que

8 Modalidade de pagamento imobiliário – que, embora trouxesse riscos aos negócios da família Gioia, visto que a inexistência de juros ou correção monetária na época desvalorizava a dívida – revelou-se excelente para Campina Grande. A cidade viu surgir, uma série de construções assumidas por Gioia já nos anos 1930, além de diversas outras que viriam nas décadas seguintes.

9 Sobre sua vida e obra de Geraldino Duda, ver o documentário “A Arquitetura de Duda”.



06. Geraldino Duda, 2019.
Fonte: Acervo pessoal Ítalo Marinho.

10

lhe renderia uma significativa projeção profissional necessária para impulsionar o volume de projetos assumidos antes de seu ingresso no curso de Engenharia Civil, em meados de 1970.

Suas soluções para o Teatro Municipal, seus projetos de residenciais e sua longa atuação na prefeitura (1960-2010), influenciaram de forma marcante a percepção e a reprodução da arquitetura moderna na região. Para mídia local¹⁰, Geraldino

consolidou-se como um de seus precursores.

Muito antes da formação acadêmica de Duda, a Escola Politécnica de Campina Grande já lançava ao mercado de edifícios altos um outro grupo de profissionais. Com eles estava **Roberto Palomo**, engenheiro de vasta produção residencial na cidade e um dos poucos na lista dos primeiros concluintes de 1958. Ele foi o proprietário e engenheiro responsável pelas

10 Ver a entrevista concedida ao suplemento dominical do jornal Diário da Borborema em 28 ago. 1988; a publicação da prefeitura Municipal de Campina Grande (2003) sobre o Teatro Municipal Severino Cabral; e o trabalho de Oliveira (2000).

obras do edifício Margarida Palomo, em 1962, em parceria com a **construtora Edson de Souza do Ó** e com o arquiteto licenciado Hugo Marques.

Ao também formado **Jaelson de Castro** vinculam-se os pedidos de licença do senhor José Pinto da Silva e da empresa Alves Campos, em 1963, além do edifício Mary Glauca, em 1966. Já a **Adalbert Machado**, atribuem-se o edifício para senhor Moisés Lyra Braga, em 1962, e o projeto do Edifício Floresta, aprovado em 1963 com colaboração dos desenhistas **José Anacleto Eloi** e **Walter Cordeiro**. O alemão naturalizado brasileiro **Max Hans Karl Liebig**¹¹, um de seus professores, também figura entre os nomes envolvidos no processo de verticalização, embora esteja documentalmente associado apenas ao projeto do Edifício Macambira, apresentado em

1958.

A presença ativa desses engenheiros é prova efetiva da circularidade das ideias que aos poucos transformava o cenário nacional, bem como da fluidez dos limites entre engenharia e arquitetura. Tal atuação não está desconexa das práticas e concepções projetuais trazidas pelas pranchetas dos arquitetos que chegavam à cidade, cujas propostas eram, em boa parte concebidas por profissionais vindos do Recife.

Entre tais personagens está **Georges Henry Munier**, arquiteto diplomado pelo governo francês, a quem o médico Severino Bezerra de Carvalho – em conversa com Cabral Filho (2007, p.52) – atribui a autoria do edifício do Grande Hotel e do Palacete da Prefeitura Municipal¹². O suposto autor

11

11 De acordo com Ribeiro (2017, p. 3), com a fundação da Escola Politécnica, Max Hans – que participou ativamente para esse feito – passou a atuar como professor e assumiu diferentes cargos ao lado de Antônio Moraes na direção da Escola.

12 Segundo Severino Bezerra, esses edifícios teriam sido erguidos pela **construtora Figueira e Jucá**, contrariando os relatos de Giovanni Gioia que, em entrevista à revista “*Tudo*”, em 1979, lista tais obras como exemplos de suas realizações como construtor na cidade. Seria possível uma parceria ou essas informações apenas se contradizem amparadas pela ausência de plantas e pedidos de licença no Arquivo Municipal da cidade?

dos projetos que inauguram o recorte desta pesquisa foi professor na Escola de Belas Artes de Pernambuco, onde permaneceu provavelmente até 1945. Ao estudar a arquitetura moderna no Recife, Naslavsky (1998) identifica em Munier uma relevante produção durante a primeira metade do século XX.

No quadro de professores da Escola do Recife, também esteve o carioca **Hugo de Azevedo Marques**. Ao arquiteto licenciado é atribuída a autoria dos edifícios João Rique e Motta, do antigo Hotel Ouro Branco, dos edifícios Palomo e Lucas – os mais expressivos em altura dentro do recorte temporal desta pesquisa. O arquiteto atuou, ainda, nos projetos dos edifícios

Alvorada e José Celino da Silva (parcialmente construídos), no projeto e reforma do prédio da Associação Comercial¹³, no Edifício Canadá e naqueles destinados à proprietária Vilma Jerusa Pimentel da Motta (não construídos).

Essa produção significativa, encontra respaldo na ampla divulgação concedida pelos jornais aos 14 pavimentos do Edifício João Rique e à figura ativa de seu investidor, o banqueiro e industrial João Rique Ferreira¹⁴. A fama advinda desse grande empreendimento, somada ao histórico de produções modernizantes no Recife e ao número relevante de residências projetadas em Campina Grande, possivelmente

13 O projeto da Associação Comercial não foi localizado nos arquivos consultados, tendo sua autoria atribuída a Hugo Marques por Freire (2010, p. 152).

14 João Rique Ferreira foi um importante personagem para a projeção da cidade no cenário nacional. Na coluna “Homens e fatos”, do jornalista S. Lopes (1959, p.02) para o Diário da Borborema, o fundador da firma Araújo Rique & Cia, do Banco Industrial de Campina Grande S. A. e da recém-criada Indústria S. A. Fiação Borborema é apontado como “o único dos remanescentes de uma tríade de homens de negócios, que se associaram em Campina Grande, na década de 20, para a extração do comércio de algodão, naquela época liderado em todo o Nordeste por esta cidade”. Em reconhecimento, em maio de 1972, foi apresentada aos campinenses uma estátua em bronze à sua semelhança e um monumento em mármore branco onde foi gravada com letras douradas, a frase: “Nunca ninguém amou tanto uma cidade dignificando tanto o trabalho”. João Araújo e João Vasconcelos compunham junto a João Rique, a “trinca de azes do comércio” de que nos fala Lopes.

assegurou os contratos subsequentes¹⁵ de Marques.

Também vindos da capital vizinha, os arquitetos **Alberto Reithler** e **Pierre Reithler** encarregaram-se das plantas para o Hospital Assonor, em acordo com a Associação de Assistência Sanitária do Nordeste. O projeto foi aprovado pela prefeitura em 1964, embora não tenha sido executado.

...

Forasteiros ou nativos, residentes ou de passagem, esses personagens tão diversos desempenharam, ao que se pode ver, um importante papel na produção de edifícios altos – cuja atuação é sistematizada na [TABELA NT. 01] – como também na construção de uma identidade campinense que se renovava através da arquitetura, fosse ela construída ou apenas idealizada.

Alguns deles envolveram-se ativamente nos acontecimentos

da cidade: na produção de edifícios para iniciativa privada, na política de obras e cargos públicos, nos planos de urbanismo ou na renovação do quadro de profissionais locais, por meio da Escola Politécnica e da de Belas Artes. Outros preferiram centrar-se no exercício do projeto, no gerenciamento de obras e na execução do trabalho de que foram encarregados, para logo retornar ao seu lugar de origem.

De um modo ou de outro, todos integram a história da cidade e, sobretudo do processo de verticalização que essa pesquisa se dispõe a estudar. Dito isso, essas notas adicionais, são na verdade, uma tentativa para trazê-los à luz junto ao tema da verticalização, a fim de identificá-los e reconhecê-los.

¹⁵ O arquiteto também foi encarregado do projeto do Edifício Paraná, em 1962, primeira incorporação realizada pela Imobiliária Verga. Seus três pavimentos não foram contemplados na pesquisa devido a ausência de elevador.

TABELA NT. 01.

PROFISSIONAIS E SEUS PROJETOS

ANO	PROFISSIONAIS PROJETOS
	GEORGE MUNIER
1942	ED. ANTIGO GRANDE HOTEL
1942	ED. PREFEITURA MUNICIPAL
	GIUSEPPE GIOIA
1950	ED. ASSÚ
1955	ED. ARIÚS
	GIOVANNI GIOIA
1954	ED. CAMPINA GRANDE
	OTÍLIO DE SOUZA
1954	ED. GENÉSIO GOMES DA CRUZ
	MAX HANS KARL LIERBIG
1958	ED. MACAMBIRA
	JOÃO BATISTA CORRÊA
1958	ED. HOTEL E EMPRESARIAL CRISTIANO LAURITZEN
	AUSTRO DE FRANÇA COSTA
1956	ED. JACY
1956	ED. INCOTEC I
1956	ED. INCOTEC II
1957	ED. INCOTEC III
1958	ED. SOCIEDADE E FACULDADE DE ODONTOLOGIA
1960	ED. INCOTEC IV
	LYNALDO CAVALCANTI
1960	ED. MANOEL PATRÍCIO
1960	ED. FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA
1962	ED. PRATA
1962	ED. SERRANO
1962	ED. EDUCACIONAL DA IGREJA CONGREGACIONAL
1962	ED. AUGUSTO PIMENTEL
1963	ED. RAIMUNDO PEDROSA
1963	ED. MALAQUIAS DO Ó
	T. BENÉVOLO DE BENÉVOLO
1961	D. JOÃO LYRA BRAGA
	ADALBERT MACHADO MOITA
1962	ED. MOISÉS LYRA BRAGA
1962	ED. FLORESTA

ANO

PROFISSIONAIS | PROJETOS

JAELSON DE CASTRO

1963 ED. JOSÉ PINTO DA SILVA

1963 ED. ALVES CAMPOS

1963 ED. MARY GLÁUCIA

HUGO MARQUES

1954 ED. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

1957 ED. JOÃO RIQUE

1961 ED. HOTEL OURO BRANCO

1962 ED. MOTTA

1962 ED. LUCAS

1962 ED. MARGARIDA PALOMO

1962 ED. ALVORADA

1964 ED. FÓRUM AFONSO CAMPOS

1964 ED. JOSÉ CELINO

1964 ED. VILMA JERUSA PIMENTEL MOTTA

1965 ED. CANADÁ

GERALDINO DUDA

1964 ED. ANEXO AO TEATRO MUNICIPAL SEVERINO CABRAL

ALBERTO E PIERRE REITHLER

1964 ED. HOSPITAL ASSONOR

CREA 1732-D 2ºR

1964 ED. SEVERINO GUEDES DE ANDRADE

RAIMUNDO ADOLFO

1967 ED. SEDE S.E.E.B.

JOSÉ DE SEVERINO TRIGUEIRO

1968 ED. HOSPITAL ESPÍRITA (PSIQUIÁTRICO)

JOSÉ CORDEIRO DANTAS LIMA

1969 ED. BANCO DO BRASIL

agentes fizeram do espaço urbano um espaço estratégico de luta de classes, transformaram a geografia dos espaços, mudaram a paisagem. E há de se ressaltar que, para isso, construtoras como a Incotec (Indústria Comércio Técnica), Sotenge (Sociedade Técnica de Engenharia) e G. Gioia Ltda.⁵⁹; imobiliárias como a Vega, além das construtoras União, Roberto Palomo, Adalbert Machado, Edson de Souza do Ó e Cocinco Cupelho – e, possivelmente outras mais, que surgiam nos anúncios dos jornais [28-35] oferecendo seus serviços, contando suas conquistas e vendendo o sonho da casa própria –, forneceram os recursos técnicos, os materiais construtivos e a mão-de-obra especializada que, foram ou deveriam ser (no caso dos não construídos), responsáveis pela inserção dos edifícios altos identificados por esta pesquisa⁶⁰.

Assim, estabelecendo quase que uma relação de causa e efeito, banqueiros, industriais, comerciantes, profissionais liberais, instituições e poder público, em suas diferentes escalas de influência e relações de poder, promoveram, na Campina capitalista, uma ruptura na imagem da cidade e no seu ideal de modernidade [36-37]. Como um novo símbolo recém-chegado das principais capitais, o edifício alto, acrescido das possibilidades trazidas pela presença do elevador, veio desafiando a desconfiança gerada pelas antigas casas de aluguel e reivindicando o centro como seu lugar de direito, afinal, era preciso diminuir as distâncias, concentrar os serviços e, sobretudo, maximizar os lucros.

Mas o vigor desse mercado de imóveis não se justifica apenas sob a ótica dos rendimentos da propriedade privada. Verticalizar seria uma das respostas à urgência dos tempos modernos, ao progresso técnico, às diferentes relações de poder e à reprodução do capital econômico no espaço. Ao fazê-lo, a cidade criou novos solos, novos valores sociais e novos modos de vida, sobrepostos e distribuídos entre andares. Desse modo, a verticalização aparece como uma nova modalidade de apropriação do espaço, um processo guiado pela “multiplicação efetiva solo urbano” (SOMEKH, 2014, p. 28), no qual foram afetadas as dinâmicas de acumulação/reprodução do grande capital, exigidas políticas públicas e associadas inovações tecnológicas (MENDES, 1992, p. 32). Por esse caminho, o incremento da produção imobiliária, através da verticalização, sugere modificações nos aspectos morfológicos e funcionais do espaço urbano, já que, ao produzir solos adicionais

59 À frente de suas respectivas construtoras, Austro de França, Lynaldo Cavalcanti e Giovanni Gioia articulavam seus serviços de engenharia à incorporação de terras, ao desenho de novos edifícios e à consequente comercialização desses empreendimentos. Desse modo, justapunham diferentes funções dentro do quadro de promotores da modernização técnica e estética da arquitetura na cidade.

60 As empresas foram identificadas a partir dos carimbos e assinaturas apostos aos seus projetos. Algumas delas também figuram em anúncios imobiliários nos jornais da época.

Descrevendo seus serviços, informando ou ilustrando seus feitos, construtoras utilizavam as páginas dos classificados para atrair novos clientes.

NORDESTE engenheiros e construtores

ENGENHARIA
E
COMÉRCIO Ltda.

Rua João Pessoa, 313-1. andar-fone 24-02
Campina Grande
Paraíba

PROJETOS

CONSTRUÇÕES

MOVIMENTO DE TERRA

PONTES E ESTRUTURAS

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INDUSTRIAIS

CONSTRUTORA COSTA LIMA LTDA.

CONSTRUÇÕES EM GERAL

Serviços de Base, Reforços e Pavimentação
— α Concreto —

A EMPRESA CONSTRUTORA COSTA LIMA LTDA., ESTA' ENCARREGADA DO TRECHO CHAVES-RIACHÃO DA ESTRADA BR-23, JOÃO PESSOA A CAMPINA GRANDE.

Rua Marquês do Herval, 68 — Telefone 2203

CAMPINA GRANDE — Paraíba

ENGENHARIA — DESENHO REGUAS DE CÁLCULO ESTOJOS DE DESENHO Escala — Pranchetas, etc.	TOPOGRAFIA TEODOLITOS — NIVEIS BALISAS — MIRAS — TRENAS BUSSOLAS — CLINÔMETROS CORRENTES DE AGRIMENSOR
PAPEIS HELIOGRAFICOS, VEGETAIS, MILIMETRADOS, ETC.	REPRODUÇÃO COPIAS HELIOGRAFICAS POR PROCESSO MECANICO, EM FUNCIONAMENTO MODERNA MAQUINA HELIOGRAFICA LEMAC 1.400.

Sotenge

SOC. TECNICA DE ENGENHARIA LTDA.
Av. João Suassuna n. 111-1.º
Fone 2346 — Caixa Postal, 310

Consulte, para sua economia,

COTEC — **ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA.**

Rua Padre Meira, 56, 1. andar, s|108
João Pessoa — Paraíba

Projetos, construções, decorações, Loteamentos e cálculos de concreto armado

TECNICOS:

Eng. Civil: AMARILIO SALES DE MELO

Arquiteto: MANOEL TAVARES DE SOUZA

28. Anúncio da Nordeste Engenharia e Comércio Ltda. Fonte: Jornal Diário da Borborema, 10 de jan. 1958. 29. Anúncio da Construtora Costa Lima Ltda. Fonte: Jornal Diário da Borborema, 11 mar. 1958. 30. Anúncio da Sociedade Técnica de Engenharia Ltda. — Sotenge. Fonte: Jornal Diário da Borborema, 23 de mar. 1958. 31. Anúncio da Cotec Arquitetura e Engenharia Ltda. Fonte: Jornal Diário da Borborema, 3 de jul. 1960.

CONSTRUIR
CONSTRUIR
CONSTRUIR
CONSTRUIR

Nossa contribuição aos
100 anos de progresso da
CAPITAL DO TRABALHO

Construtora
EDSON DE SOUZA DO
Edifício João Rique - sobre-loja 1

Nos anúncios imobiliários, uma Campina Grande cresce vertical e horizontalmente. Crescimento este, ilustrado pela publicidade dos novos edifícios e conjuntos habitacionais.

Na página seguinte, a promoção de financiamento para aquisição de unidades residenciais.

UM PASSO CERTO
no caminho para sua casa

conjunto habitacional integrado

- no melhor local
- água e luz
- grupos e ginásios
- mercado e centro comercial
- agência de banco
- clínicas médicas

A 100M DA ENTRADA PESSOAL

Na rua de João Pessoa você poderá obter informações no local de venda, localizada no centro da comunidade. (Depto. 417) (residência pela avenida Pina) ou no vendedor autorizado em: C.A.R.P.I.M.A. - C.R.A. - C.T.D. - Rua Marquês do Herval Nº. 74 (Com Souto Maior) Fones 2022 e 4642

OBSERVAÇÃO: Já foram iniciadas as construções das primeiras 50 casas; de um GINÁSIO INDUSTRIAL da Fundação "Carloso de Medeiros"; de um QUADRADO MODELO "DOMINGOS SAVIO", e de um moderníssimo mercado pela Prefeitura da Capital

procure as
CONSTRUTORAS CAMPOS e ROLIM LTDA
e esteja em casa

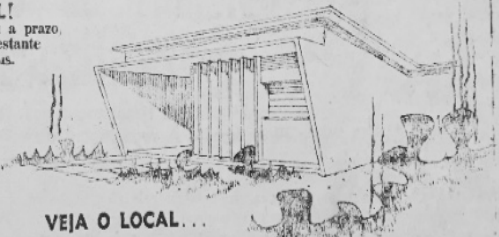
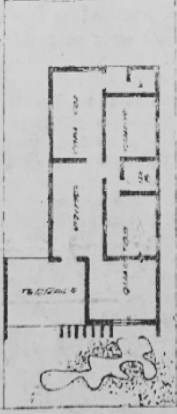
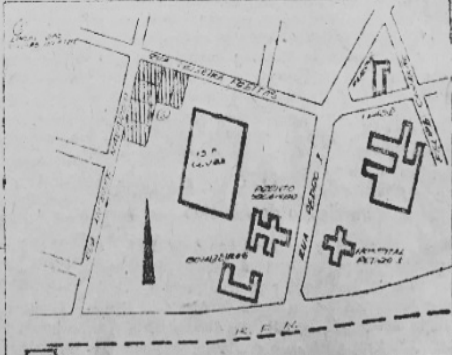
DEPRESSÃO RUA VICENTE DE MELOIAS, 189 - FONE 4689-40
CAMPINA GRANDE: Rua Marquês do Herval, 74 (Com Souto Maior -- Fones: 2022 e 4642)

32. Anúncio publicitário da Construtora Edson de Souza do Ó. Destaque para as imagens dos edifícios Rique e Ouro Branco. Fonte: Jornal Diário da Borborema, 8 de nov. 1964. 33. Anúncio publicitário da Construtora Campos e Rolim Ltda. Fonte: Jornal Diário da Borborema, 24 de nov. 1968.

NÃO PAGUE ALUGUEL!
Adquira sua CASA à vista ou a prazo,
com 30% de entrada e o restante
em prestações mensais.

VEJA O LOCAL...

COM **INCOTEC**
Rua 1.ª de Maio 100 — Fone 1319
Rua João Pessoa, 117 — Fone 1623

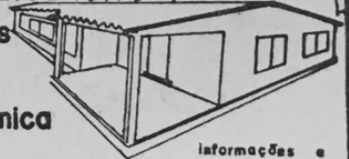
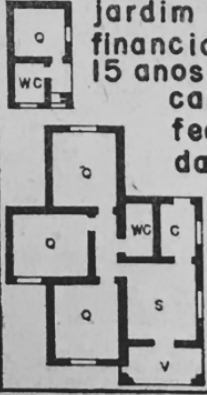
Adquira a sua casa própria no
conjunto claudio de paiva leite

jardim das graças
financiada em
15 anos pela
caixa econômica
federal
da paraíba.

terraço
sala única
tres quartos
banheiro e wc
dependência para empregada
amplo terreno possibilitando
futuras ampliações.

informações e vendas:
floriano peixoto 859
loja B.
perto do colégio das
damas.

incorporadora e construtora trevas ltda.

34. Anúncio publicitário da Construtora Incotec. Fonte: Jornal Diário da Borborema, 1 jan. 1958. 35. Anúncio publicitário da Incorporadora e Construtora Trevo Ltda. para aquisição da casa própria no conjunto habitacional Claudio de Paiva Leite. Fonte: Jornal Diário da Borborema, 21 de abr. 1968.

A redefinição da paisagem
campinense através de seus
edifícios altos.





36. Na página ao lado, Campina Grande ao final da década de 1950. **37.** Acima, Campina Grande em meados dos anos 1970. Fonte: Acervo pessoal Anselmo Costa. Acervo Museu Histórico de Campina Grande.

superpostos, ela reproduz novos conteúdo políticos e sociais⁶¹.

Isto posto, o primeiro ciclo da verticalização campinense parece ter assumido posições para além de econômicas, não podendo resumí-las a conceitos de valor de troca e de uso, já que operou revoluções de caráter social, na formação de identidades, em movimentos de orgulho e no despertar de uma necessidade de progresso, de se desenvolver, se modernizar. Esses processos foram capazes de formular símbolos, despertar paixões e construir ideais que envolveram homem e cidade e que, através deles, legitimaram os processos e posturas deflagrados pela construção desses novos edifícios. Sendo assim, se esta verticalização, enquanto conteúdo político, esteve contida na forte presença dos interesses econômico-financeiros e nas disputas de classe que, historicamente, regem as transformações do espaço urbano, enquanto conteúdo social, ela estava vinculada a um simbolismo de modernidade e progresso, sendo o edifício alto objetivo de consumo, símbolo do capitalismo e de uma sociedade que almejava ser moderna.

61 Sobre o tema da reprodução do solo urbano e dos conteúdos sociais e políticos a ele relacionados, ver Santos (1989), Carlos (2011, 2015, 1994), Soja (1993), Lefebvre (2006), Corrêa (1989), Gottdiener (2010). Sobre a verticalização enquanto estratégia e expressão territorial, ver Somekh (2014) e Souza (1994).

II.II

A FANTASIA DA MODERNIDADE E AS PERCEPÇÕES AO CRESCIMENTO VERTICAL RECORTES E ESPECULAÇÕES

Rainha pela magnitude e imponência dos novos edifícios que pontificam a cidade imprimindo-lhe, com essa arrojada verticalidade, uma fisionomia inteiramente compatível com os dias que vivemos, porque este é o sentido exato das conquistas do crescimento moderno (CAMPINA..., 1964, p. 8).

Não ficar para trás, ser “compatível aos dias que vivemos”. A verticalização em Campina Grande era tida por alguns como uma conquista, um caminho rápido para uma civilização avançada, um processo autoafirmado em discurso e imagem, que surgiu inicialmente preso a um discurso higienista de uma modernidade disciplinar e medicinal, da qual, aos poucos, se desvincula, bifurcando-se num caminho próprio, tendo a modernidade expressa em si sob a figura do edifício alto, símbolo e significativo “das conquistas do crescimento moderno”.

Para outros, no entanto, esse discurso não se mostraria convincente. As críticas e políticas públicas contra os cortiços e a relutância que a coletivização da moradia e a socialização dos espaços provocavam na sociedade das décadas de 1920 e 1930 deixaram resquícios que alimentaram a oposição à vida em prédios de apartamentos. Lilian Fessler Vaz (1994, p. 120), comentando sobre o Rio de Janeiro, aponta que apoiar a verticalização seria “aprofundar e ampliar o processo de coletivização”, aumentando a aglomeração de pessoas e intensificando as consequências originadas por ela. O perigo do “cortiço vertical” inspirava resistências traduzidas em ressalvas de cunho moral, de natureza higiênica, cultural e de caráter econômico. Dentre estas, o barulho e o comportamento inadequado dos vizinhos⁶², a falta de privacidade, a restrição dos espaços, o medo

62 Em 1968, os departamentos jurídicos da Associação Comercial e do Sindicato do Comércio Varejista de

das tragédias⁶³, os custos operacionais e os diversos "inimigos do pudor" e do "recato feminino"⁶⁴ foram argumentos recorrentes da opinião pública contrária ao novo tipo (CORREIA, 2017). E Campina não estaria alheia a essas preocupações. Aliás, dessas e de outras mais.

Contestações a tais edifícios foram publicadas nos mesmos periódicos de onde surgiam os elogios e anúncios acalorados, deflagrando o embate de pensamentos. Lá, a imagem de pujança de metrópole dividia espaço com resquícios de saudosismo e um bocado de estranheza frente ao crescente número de exemplares erguidos na cidade. Em uma de suas colunas, o Jornal da Borborema, lamentava o roubo “da poesia das ruas e avenidas centrais, com esses megatérios de cimento armado a interromper-nos a visão dos horizontes que se dilatam após as nossas fronteiras citadinas”.

Mesmo aqueles que, como o colunista paraibano J. S. Lopes, apoiavam a modernização das estruturas sociais e da arquitetura, mostravam-se inicialmente em dúvida se seria, de fato, “um benefício para a cidade a febre que se alteia, de construções de altos edifícios”. A campanha dos contrários, embora os reconhecessem como resultados de um ritmo de progresso e desenvolvimento urbano, munia-se das qualidades particulares às habitações unifamiliares, de “casas baixas e arejadas”, para depreciar o arranha-céu, não só “anti-estético, como anti-natural” (INSTANTÂNEOS, 1958, p. 7). As “gaiolas apertadas”, sem jardim, sem quintal ou sossego, não poderiam atender as necessidades do trabalhador, ao menos não em comparação com as belas casas modernas.

Que faltem aqui residências para alugar não restam dúvidas. Mas a carência seria muito melhor – acreditamos- suprida pela construção de vilas residenciais, onde o bom gosto [sic] arquitetônico e condições de primeira ordem de urbanização poderiam aliar o útil ao agradável. Queremos afirmar que é incomparavelmente superior a casa de moradia, com seu jardim, seu quintal, de fácil acesso, ao apartamento apertado, encapitado no alto de um edifício central.

Os transtornos da vida em prédios de apartamentos são

Campina Grande se mobilizaram contra “os mal-educados” residentes no Edifício Roberto Palomo. Tais indivíduos – cuja identificação recaía sobre os estudantes universitários residentes, principalmente no quarto e décimo andares – eram acusados de jogar pedras nos estabelecimentos comerciais vizinhos durante a noite. O então prefeito Williams Arruda, um dos proprietários de apartamentos no prédio, e o major Márcilio Pio Chaves, delegado de Costumes, ficaram à frente da investigação (AGORA..., 1968, p. 5)

63 Segundo boatos, o Edifício Lucas já teria servido de trampolim para alguns suicidas na década de 1960.

64 O assistente social e professor Francisco de Paula Ferreira, em texto *“A habitação e a moral”*, ao apontar a diminuição do espaço de moradia e o contato indesejável com estranhos no âmbito da vida doméstica, adverte sobre a importância da preservação da figura feminina recomendando que “a vida da mulher derive numa atmosfera de discrição e de respeito que só se obtém na habitação individual” (FERREIRA, 1942, p.173).

inúmeros e só os conhecem bem aqueles que são forçados a habitá-los. O que a arquitetura moderna vem conseguindo em matéria de conforto [sic] e beleza nas residências diferentemente se pôde aplicar aos imóveis comerciais de apartamentos, pequenas gaiolas onde será uma tristeza prender crianças e confinar adultos, que, depois das canseiras de sua jornada de trabalho, precisam de espaço para respirar mais puro ar, gozar do silêncio e da tranquilidade do bairro residencial, ter sua arvorezinha no quintal e seu canteiro de flores no jardim (LOPES, 1958, p. 7).

Ainda que pudessem “dar à Campina Grande aquele aspecto e feição da cidade adiantada”, visto nas fotografias aéreas das grandes capitais do país, esses edifícios não se justificavam “numa cidade com tão amplas e magníficas possibilidades de crescimento em superfície” (LOPES, 1958, p. 7).

Claro está que os arranha-céus que aqui, serão construídos [...] merecem a nossa acolhida. Serão grandes melhoramentos para Campina Grande. [No entanto], a projeção de área habitada da cidade em sentido longitudinal, quando temos espaço para crescer em todas as direções, seria preferível à expansão dos prédios de apartamentos, que só se justificam em cidades onde as áreas disponíveis são exíguas, as distâncias longas para o centro, a topografia da cidade oferecendo más condições para a expansão em residências comuns (FINANCIAMENTO...1958, p.2)

97

As contestações estendiam-se, portanto, à impropriedade desses edifícios às condições locais, fosse em relação à economia, aos hábitos e aspectos climáticos, fosse em respeito à própria estrutura física da cidade, na qual predominava a moradia em residência isolada como modelo ideal de crescimento urbano⁶⁵. De modo, os edifícios altos pareciam resultados de um processo ilógico e pouco compreensível, não fossem a falta de infraestrutura consolidada na maioria dos bairros, a possibilidade de ganhos financeiros almejados pela iniciativa privada ou a simples busca pela grandiosidade.

Os edifícios agora começam a subir, há grande tendência para tomarem altura. Há um projeto de prédio no centro, na rua Cardoso Vieira, com 15 pavimentos. Como não há

65 Crítica semelhante foi apontada no jornal A União, em 1962, para a capital paraibana. Nela, anunciava-se a chegada da “mania americana de prédios tipo ‘caixão de cimento. Terríveis monstros a dominar os ares cheios de apartamentos tipo gaiolas. [...] Nessa imitação barata, aparece como sempre, o prejuízo. Cidade necessitando de expandir-se horizontalmente, dominando terrenos imensos para o oceano ou para o sul de [sic] município, prefere, pela estupidez de companhias imobiliárias ou critérios de instituições públicas federais, procurar os céus, quando a terra é vasta e devoluta. Quando os princípios urbanísticos, como ventilação, locomoção, arborização, conseqüências climáticas [sic] enfim são mais propícios às cidades de edifícios baixos e mais sufocantes aos monstros de aço que tapam a visão e eliminam o oxigênio (CRESCIMENTO horizontal, 1962, p. 3). Sobre o processo de verticalização em João Pessoa, ver Pereira (2009) e Chaves (2008).

problema de espaço, essa tendência parece mais uma preocupação de afirmação, mas que pode acarretar o rápido congestionamento do centro. Embora haja em Campina, na parte mais nova, ruas bem largas, é no centro que são mais estreitas. Outra tendência, menos acentuada, é para a construção de apartamentos de moradia, justificados talvez pela falta de equipamento dos bairros (SESC, 1964, p.37).

Lembremos, no entanto, que na outra ponta, estavam aqueles que defendiam de forma abrangente a adoção da moradia e do trabalho em prédios altos como opção adequada à nova classe média, inclusive na região central, núcleo da vida econômica e social da cidade. Por esse caminho, sua aceitação deveu-se ao empenho teórico e prático de engenheiros e arquitetos alinhados aos debates sobre o tema, em especial àqueles realizados no âmbito dos congressos internacionais de arquitetura moderna [CIAMs]⁶⁶, do IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos de 1930 e das discussões e experiências nacionais⁶⁷ sintetizadas, sobretudo, na figura de Brasília. Em tais circunstâncias, as imagens e os discursos favoráveis aos edifícios altos encontrariam nas revistas, jornais, catálogos, eventos e afins, canais privilegiados de circulação e difusão. Por meio destes, as ideias arquitetônicas foram lidas, copiadas, interpretadas e, de todo modo, observadas com atenção e crítica.

98

Gradualmente, tais personagens promoveram uma radical inversão de valores, na qual diferentes fatores de ordem material e simbólica se articularam, moldando o senso comum em prol desse novo modo de habitar⁶⁸ a cidade. Para isso, deveriam minimizar suas características consideradas negativas e intensificar ou incorporar aquelas positivas, através da adoção de soluções arquitetônicas e do efeito de demonstração obtido pelas propagandas publicitárias. Em uma sociedade pouco adepta à “promiscuidade” ou ao “coletivismo” da moradia em altura, foi preciso todo e qualquer recurso que atribuisse aos novos edifícios o grau de distinção das respeitadas casas dos bairros nobres, a exemplo das modernas residências localizadas nas regiões da Prata e da Conceição.

66 A opção por edifícios de apartamentos foi um dos temas centrais dos CIAMs realizados em 1929 e 1930. Nos discursos apresentados por Gropius e Le Corbusier, a superação de preconceitos e a resolução de problemas segundo aspectos técnicos, econômicos e sociais refletiram uma forte tendência em defesa da habitação verticalizada, apoiada nos quesitos de higiene, privacidade, conforto e economia.

67 Em especial os discursos favoráveis promovidos entre profissionais dos mais diversos setores durante o Primeiro congresso de Habitação, realizado em 1931, em São Paulo, e a Jornada de Habitação Econômica, promovida em 1941 pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho [IDORT], que ocorreu nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, simultaneamente.

68 Atique, em seu texto *“Ensinando a morar: o Edifício Esther e os embates pela habitação vertical em São Paulo”*, analisa defensores e opositores, revelando as opiniões e os argumentos utilizados frente à inserção do edifício de apartamentos. Soma-se a este o trabalho da pesquisadora Telma de Barros Correia, em artigo intitulado *“O prédio de apartamentos e a moradia do operário: debates e realizações (Brasil, 1930 – 1960)”*. Neste, a autora expõe, a partir do debate travado nas décadas de 1930 e 1940, os limites da difusão de tal tipologia no âmbito da ação de fábricas e empresas mineradoras no país. Sobre os depoimentos e críticas dirigidos aos edifícios altos na cidade de João Pessoa, ver Pereira (2009).

Tais recursos, somados ao espírito de progresso, distinção e *status* criado pela mídia favorável, levaram a habitação coletiva da ojeriza pela opinião pública à condição de ser almejada pela mesma. Essa ruptura é apontada por Vaz (2002) como consequência de os apartamentos terem surgido em áreas valorizadas e com infraestrutura consolidada, associados às práticas das classes média e alta e às condições de higiene, ordem, moralidade e conforto. Mas, especialmente, por marcar a dissociação com a cidade e seu passado, o rompimento com as tradições e a celebração do novo e do efêmero. “Nesse processo, a habitação foi (re) semantizada, perdendo a conotação de promiscuidade e vulgaridade, em favor de um sentido novo, de distinção e de modernidade” (Vaz, 2002, p.135). Ideias de uma contraditória modernidade que iriam repercutir nas mais diversas cidades do país.

Em Campina Grande, o lançamento da nova sede do Banco Industrial, o Edifício João Rique 36, sintetiza bem o contra-ataque à relutância frente ao edifício alto na cidade. Com assombrosos quatorze pavimentos, estética e programa modernos, seu empreendimento surgia como um “monumento (...) em homenagem à grandeza da Paraíba” (DE TODOS..., 1960, p. 3). Personalidades do cenário político, financeiro e da alta sociedade se reuniram no ato de inauguração para acompanhar o que seria “um acontecimento da maior significação para a vida social, econômica e financeira da cidade”. Lá, o “moderno edifício de revolucionárias linhas arquitetônicas” era apresentado e festejado como “o mais moderno edifício da cidade” (BANCO..., 1960, p. 8) [38].

99

Como fazem supor os jornais, o edifício seria um prelúdio do progresso esperado para a cidade centenária, supostamente traduzido pela “arrojada” beleza e racionalidade das suas lojas, escritórios e apartamentos. “Plenamente integrado no dinamismo que faz de Campina Grande um motivo constante de orgulho para todos os brasileiros” seus investidores poderiam “contar com o apôio [sic] e a visão inteligente de seus clientes e amigos, neste empreendimento que dignifica o progresso” (SURGE..., 1959, p. 6-7).

Para V. se decidir prontamente pela compra de apartamentos ou lojas no gigantesco lançamento imobiliário do BANCO INDUSTRIAL, basta observar que o edifício será um majestoso bloco arquitetônico de 14 pavimentos, projetado pelo arquiteto a quem tem sido confiadas as construções mais belas e mais importantes do Recife e de outras grandes capitais. Detalhes de conforto e modernismo, ao requintado acabamento aos elevadores automáticos, farão com que V., ao participar desta construção, esteja também construindo para o futuro (SURGE..., 1959, p. 6-7).

38. Anúncio Publicitário do Edifício João Rique, nova sede do Banco Industrial de Campina Grande. Fonte: Diário da Borborema, ago. 1959.

O tom de heroísmo usado nas notas sobre o Edifício João Rique também foi recurso adotado na publicidade do Edifício Shangri-lá, ao saudar o centenário da cidade com o que anunciavam ser um “imponente marco de perfeição e beleza arquitetônica (...) dotado de todos os requisitos do moderno conforto [sic]” (SAUDEMOS..., 1962, p. 3). Nos mesmos moldes, era anunciado o Edifício Canadá, que pretendia ser “O MAIOR empreendimento imobiliário de Campina Grande”, com seus 16 pavimentos situados “em pleno centro comercial e bancário” e “rigorosamente dentro da nova lei das incorporações” [39]. No entanto, as ilustrações ativas dos edifícios – com seus homens de negócio, mulheres elegantes e automóveis modernos –, a demonstração dos programas e os roteiros progressistas, constantemente a empregar palavras como beleza, progresso, conforto e modernidade, não foram as únicas armas da mídia. Era preciso também exaltar a iniciativa privada, dar credibilidade ao processo, divulgar os nomes⁶⁹ dos clientes mais ilustres e, por fim, ensinar a morar.

De acordo com o anúncio do Edifício João Rique, clientes em potencial, ao solicitarem informações sobre os imóveis, receberiam “preciosas sugestões sobre [sic] a instalação e decoração do seu apartamento” fosse para fins de residência ou escritório. Essa estratégia comercial (utilizada até os dias atuais) é indício de uma suposta necessidade por preparar a classe média para os novos tipos e programas vindos com o edifício alto e, igualmente, ajudá-la a “torná-lo aconchegado, com jeito de lar, doce lar” (DECORAÇÃO..., 1967, p. 7). Em meio a isso, estava à venda refrigeradores, fogões, liquidificadores, ferros automáticos, enceradeiras, batedeiras de bolo, máquinas de lavar, mobílias, luminárias, artigos de decoração, equipamentos sanitários, padrões laminados, forros decorativos [40-43]. Alguns dos elementos formais da domesticidade⁷⁰ e da cultura material continuamente associada à figura feminina, ao valor estético e social a eles aliado e ao desempenho econômico de suas funções domésticas na vida cotidiana⁷¹.

Decorar o seu apartamento, equipá-lo com objetos que exalavam modernidade e fazê-lo confortável, tal como a casa térrea, também foram fatores imprescindíveis

69 Os clientes listados nos anúncios seriam parte ativa na empreitada pela verticalização, estimulando os indecisos e convertendo os ainda hesitantes quanto à vida em apartamentos. O marketing do Edifício João Rique adotou esse recurso em propaganda publicada no jornal Diário da Borborema, no dia 6 de setembro de 1959, p.7.

70 Sobre domesticidade, gênero e cultura material no Brasil, ver Nascimento et al (2017), Maluf e Mott (1998). Sobre gênero e produção espacial em aspecto global, ver os textos compilados por Heynen e Baydar (2005), em especial o capítulo I, intitulado *Modernity and domesticity: tensions and contradictions*.

71 Nos jornais e revistas consultados, temas como conforto e tecnologia no morar moderno eram endereçados à mulher moderna, que poupava tempo e dinheiro ao utilizar produtos que conciliavam beleza e praticidade no gerenciamento do lar. Paralelamente, a leitora dispunha de dicas de comportamento, moda e receitas, indicações para cursos de culinária e colunas sociais com fofoca sobre personalidades da cidade.

EM
TUDO!
EDIFÍCIO CANADÁ



de Campina Grande, garantido pelo conceito dos seus incorporadores

Giovani Gioia e Giuseppe Gioia
e da firma controllore

G. GIOIA & CIA. EDIFICIO CANADÁ

EDIFICIO CANADÁ

MAIOR sobretudo nos vespereiros

- 300 milhas de distância da nova sede da Intergovernmental;
- Localização privilegiada, à beira do Rio de Janeiro, com o acesso a 310 e 353, em pleno centro comercial e bancário;
- Oportunidade de acesso ao transporte;
- Facilidade de acesso ao metrô.

MAIOR em 16 dias de permanência:
16 permanências - 17 dias c/ internações
84 contínuas (101) - 2 vezes - beneficiário
31 dias

[illegible]

Planejamento e Vendas:

PROMOCIONAL [®] NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

EM CAMPINA GRANDE: MADEL PINHEIRO, 92 - 0.º — NO RECIFE: EDIFÍCIO SANTO ALMO, 0.º
SALA 304 - FONE: 4-1039 --- CORREIO AUTORIZADO: CSEL DE OLIMPIA JUNIOR --- CRECI 001

A cultura material,
a domesticidade do lar,
a figura feminina e a
publicidade ensinando
a morar e decorar o lar.

Apresentamos o novo refrigerador

Champion

Medalha de ouro modelo 1958

Cr\$ 19.800,00 à vista
desde Cr\$ 995,00 mensais

- Motor silencioso, leve, potente, com 4 anos de garantia.
- Compressor horizontal, com 5 anos de garantia.
- 100 litros de capacidade interna.
- 100 litros de capacidade externa.
- 100 litros de capacidade interna.
- 100 litros de capacidade externa.
- 100 litros de capacidade interna.
- 100 litros de capacidade externa.

Garantia - Unidade selada - Assistência técnica permanente

DISTRIBUIDOR
CREDI-LAR
Rua Simeão Leal, 155 - Campina Grande - PB.

Missão cumprida

Através de nova linha de seus utensílios domésticos



EPEL cumpriu a missão de aumentar o repouso das donas de casa



FAÇAMOS UMA VISITA
Pagamento em 10 meses
União Comercial da Paraíba Ltda.
Marquês do Herval, 68 - Fone: 1735
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

Prático e decorativo!

e V. não acredita que custe tão pouco!



FORROS COM PLAQUETAS DE DURATEX*

Nova beleza e nova economia em forros com plaquetas de Duratex! Contem pouco e ainda reduzem extraordinariamente os gastos de manutenção: já vêm prontos para colar e dispensam qualquer graxa e uso de material de acabamento. Por isso, também são ideais para áreas finas e sua superfície dura e polida é uma excelente base para a pintura, podendo, assim, ser rebatida. Economize com forros de Duratex.

Mão-de-obra simplificada e barata! As plaquetas de Duratex são colocadas rapidamente, por um só operário, sem necessidade de qualquer ferramenta especial, podendo ser coladas com cola de madeira.

V. economiza até 50% no forro, porque Duratex é fornecida em folhas e plaquetas de facilidade natural de manuseio.

DURATEX S.A. - Indústria e Comércio
Rua Simeão Leal, 155 - Campina Grande - PB

REPRESENTANTE: WILSON N. OLIVEIRA
R. Cel. João da Silva Pinheiro, 123 - Ca. P. 288 - End. Tel. 1735 - Tel. 1735 - Campina Grande - PB

Para a decoração do seu lar

prefira



PLÁSTICOS VULCAN

O mais rico sortimento de lindos padrões para todos os fins.

VULCAN MATERIAL PLÁSTICO S.A.
Av. Vanâncio Neiva, 287 - 1.º - s/3 - C. Postal 170 - Teleg. VULCANORTE
Campina Grande - Paraíba

40. Refrigeradores Champion. Fonte: Jornal Diário da Borborema, set. 1958. 31. Utensílios domésticos EPEL. Fonte: Jornal Diário da Borborema, abr. 1960. 42. Forros Duratex. Fonte: Jornal Diário da Borborema, mar. 1958. 43. Vulcan Plásticos. Fonte: Jornal Diário da Borborema, dez. 1960.

para afastar os campinenses de uma possível repetição dos problemas do passado e aproximá-los de uma ordem familiar com hábitos, valores e estética coerentes. E, se educar o gosto familiar era torná-lo apto à vida e à moradia modernas, por que não, também, em comunidade?

Assim, à revelia dos críticos, o ânimo do mercado se fez maior, estampado nas publicidades dos empreendimentos e no volume de projetos endereçados ao Departamento de Obras. E eram eles, os edifícios altos, apesar dos anúncios de novos loteamentos e construções de casas financiadas, os grandes protagonistas das ações dos incorporadores imobiliários sobre o espaço urbano. No rastro das investidas do Estado, que incluíam incentivos fiscais e determinações vindas do antigo código de obras, a aliança entre capital financeiro, incorporadores imobiliários, engenheiros e arquitetos reivindicava sua parcela na transformação da paisagem. Com eles, as noções de progresso e modernidade se impuseram às elites de forma singular, em uma verdadeira revolução modernista da arquitetura e do mercado imobiliário. Nos corredores do Estado Novo de Vargas e, especialmente, nos anos de 1950 e 1960, essa aliança (como visto no capítulo 1) tentou forjar uma linguagem nacional moderna e dela assegurar seus lucros. Desse modo, com um bom toque de expertise a elite roubava a cena, os arquitetos desenhavam os prédios com os quais sonhavam e a mídia vendia suas utopias – financiadas, em prestações à classe média.

Se até 1950 ainda era tímido o número de edifícios com mais de cinco pavimentos, na primeira metade dos anos 1960 tomou impulso em Campina Grande a reprodução do espaço construído por meio de edifícios altos, tenham sido eles efetivamente construídos ou tenham seus projetos ficado limitados ao selo de aprovação do Departamento de Planejamento Urbano. Tal crescimento precede a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFN) e as demais políticas de financiamento imobiliário promovidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH)⁷² e, por isso,

72 Indiscutivelmente, a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, representa um ponto de virada na história da habitação no país. Este, financiava a construção e compra de apartamentos para a classe média que, por sua vez, com a nova divisão de trabalho, passava a auferir maiores rendimentos e tornava-se proprietária de sua moradia. Sua ação, no entanto, é tributária do esforço prévio em formular um sistema de construção em escala e de conceder subsídios para compra de unidades por meio das carteiras prediais, originárias da estrutura previdenciária dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) criados em 1938, durante o Estado Novo. Na sequência, em 1946, foram instituídos a Fundação da Casa Popular [FCP] e o Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, organismos destinados exclusivamente ao problema habitacional. A atuação dessas instituições deixou profundas marcas no perfil das cidades brasileiras. Seu sucesso ou fracasso entrelaçam-se à lógica do domínio fundiário e ao racionalismo e funcionalismo do novo *habitat* moderno. Como tal, tornaram-se instrumentos de reeducação para um novo modo de morar e coexistir frente a essa modernidade nacional que já se dividia entre centros e subúrbios. Podemos considerá-las, assim como o fez Segawa (2014, p. 115-116), como ensaios para as "grandes e nobres ideias" que seriam impressas na monumentalidade de Brasília. Sobre as bases da habitação social no Brasil, ver Bonduki (2004). Sobre a atuação das CAPs e IAPs no Nordeste, ver Almeida (2012).

esboça o impulso dado pela expansão das atividades comerciais e de serviços no Centro, pela participação do crédito de bancos locais e pela exigência de gabarito mínimo nessa região.

Como já anunciado em outro momento, as administrações públicas trouxeram suas contribuições: Grande Hotel (1942), Prefeitura Municipal (1942), Teatro Severino Cabral (1962-1963), Hotel e Empresarial Cristiano Lauritzen (1958)⁷³, Fórum Afonso Campos (1964), Edifício INPS (1968) e Banco do Brasil (1969). Contudo, foi a iniciativa privada a principal promotora da verticalização. Dos 47 edifícios verticais identificados por esta pesquisa – construídos ou projetados entre 1942 e 1969 –, 40 foram empreendimentos privados vindos de indivíduos ou instituições particulares. Esses incorporadores locais e investidores isolados aplicavam na construção civil os lucros provenientes de outros setores, como a produção agrícola, a indústria, o comércio e os serviços. Havia ainda, profissionais liberais que exerciam a dupla atividade da incorporação e construção, a exemplo das construtoras Incotec (com projetos para o Edifício Incotec), G. Gioia e Cia (Edifícios Assú, Ariús e Canadá) e do engenheiro Roberto Palomo (Edifício Margarida Palomo), postura que os permitia adequar-se às variações do mercado imobiliário [TABELA 01].

Realizações nesse sentido não se restringiram apenas aos empresários locais. Aqui também atuaram a concessionária carioca ENAC, responsável pela construção do complexo arquitetônico (Hotel e Terminal Rodoviário) Cristiano Lauritzen, e incorporadores do Recife, como a Imobiliária Nassáu, com sua proposta para o Edifício Shangri-lá [44], e a Imobiliária Vega com o Alvorada [45] e o Serrano – todos eles apresentados em 1962. Embora as duas primeiras propostas não tenham sido construídas, são importantes no delinear de uma postura a favor da verticalização. A Nassáu, inclusive, já havia convencido alguns dos nossos a comprarem unidades no edifício Borborema⁷⁴, em João Pessoa, fruto da uma verticalização com vista para o mar. Aliás, não só ela, outros incorporadores viriam aos jornais para chamar a atenção dos campinenses à procura de refúgio nos dias de veraneio ou de uma moradia permanente à beira-mar. Do litoral da capital paraibana, o Edifício Manaíra anunciava a possibilidade de ambas as alternativas, para “veraneio, férias ou para

105

73 Em parceria com a Empresa Nacional de Mercados (ENAC), sediada no Rio de Janeiro e sob a direção do Sr. Sinésio Passos. Sobre os detalhes do acordo firmado entre prefeitura municipal e ENAC, consultar contrato assinado em maio de 1958, de posse do APMCG. O edifício, no entanto, não chegou a ser construído.

74 Atrelado à publicidade do Edifício Shangri-lá, a Imobiliária Nassáu agradece solenemente aos seus clientes campinenses que adquiriram apartamentos no Edifício Borborema, inaugurado em 1962 na orla de Tambaú. Entre seus condôminos estavam: Edson do ó, João Rique Ferreira, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, Nivaldo Rique, Raimundo Alves Filho e outras personalidades importantes do cenário econômico social (SAUDEMOS..., 1962, p. 3). Essa gratidão, no entanto, servia como artifício para conferir credibilidade à empresa na região e, assim, atrair compradores para seu novo empreendimento com salas para escritórios e consultórios, desta vez na cidade de Capina Grande.

TABELA 01.
EMPREENDEDORES E SEUS OFÍCIOS

ANO	EMPREENDEDORES EDIFÍCIOS	OFÍCIOS INSTITUIÇÕES
	PODER PÚBLICO	
1942	ED. ANTIGO GRANDE HOTEL	
1942	ED. PREFEITURA MUNICIPAL	
1958	ED. CRISTIANO LAURITZEN	
1962	ED. ANEXO AO TEATRO SEVERINO CABRAL	
1964	ED. FÓRUM AFONSO CAMPOS	
1969	ED. BANCO DO BRASIL S/A	
1968	ED. INPS	
	B.I.C.G.	INST./ FINANCEIRA
1957	ED. JOÃO RIQUE	
	HOSPITAL ESPÍRITA	INST./ HOSPITALAR
1968	ED. HOSPITAL ESPÍRITA	
	HOSPITAL ASSONOR	INST./ HOSPITALAR
1964	ED. HOSPITAL ASSONOR	
	IGREJA CONGREGACIONAL CG	INST./ RELIGIOSA
1962	ED. EDUCACIONAL ICCG	
	DIOCESE DE CAMPINA GRANDE	INST./ RELIGIOSA
1960	FACULDADE CATÓLICA	
	SOCIEDADE ODONTOÓGICA CG	INST./ASSOCIAÇÃO
1958	ED. SFOCG	
	SINDICATO DOS BANCÁRIOS	INST./ASSOCIAÇÃO
1967	SEDE SSEEB	
	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	INST./ASSOCIAÇÃO
1954	ED. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	
	GIOVANI GIÓIA	ENG./EMPRESÁRIO
1950	ED. ASSÚ	
	GIUSEPPE GIÓIA	ENG./EMPRESÁRIO
1955	ED. ARIÚS	
	ROBERTO PALOMO	ENG./EMPRESÁRIO
1962	ED. MARGARIDA PALOMO	
	RAIMUNDO VIANA DE MACÊDO	EMP./POLÍTICO
1962	ED. PRATA	
	MANOEL PATRÍCIO	COMERCIANTE
1960	ED. MANOEL PATRÍCIO	
	JOÃO LIRA BRAGA	COMERCIANTE
1961	ED. JOÃO LIRA BRAGA	
	MOISÉS LIRA BRAGA	COMERCIANTE
1962	ED. MOISÉS LIRA BRAGA	
	ALVES CAMPOS E CIA	COMERCIANTE
1963	ED. ALVES CAMPOS	

1963	CLAYTON MARQUES ISMAEL ED. MALAQUIAS DO Ó	COMERCIANTE
1966	GENÉSIO GOMES DA CRUZ ED. GENÉCIO GOMES	COMERCIANTE
1964	JOSÉ CELINO DA SILVA ED. JOSÉ CELINO	COMERCIANTE
1956	OLAVO BILAC CRUZ ED. JACY	BANCÁRIO
1961	NIVALDO RIQUE HOTEL OURO BRANCO	BANCÁRIO
1958	FRANCISCO PINTO DE OLIVEIRA ED. MACAMBIRA	MÉDICO
1953	MANOEL ROBEIRO DE MORAIS ED. CAMPINA GRANDE	ADVOGADO
1962	MOTTA S/A ED. MOTTA	IND. E COMÉRCIO
1965	G. GIOIA & CIA ED. CANADÁ	CONSTRUTORA
1956 1956 1957 1960	INCOTEC ED. INCOTEC I ED. INCOTEC II ED. INCOTEC III ED. INCOTEC IV	CONSTRUTORA
1963	J. LUCAS IMOBILIÁRIA ED. LUCAS	INCORPORADORA
1962	IMOBILIÁRIA NASSÁU ED. SHANGRI-LÁ	INCORPORADORA
1962 1962	IMOBILIÁRIA VEGA LTDA ED. SERRANO ED. ALVORADA	INCORPORADORA
1963	ANTÔNIO LUCAS DE CARVALHO ED. FLORESTA	-
1962	JOSÉ PINTO DA SILVA ED. JOSÉ PINTO DA SILVA	-
1964	VILMA JERUSA PIMENTEL MOTTA ED. VILMA J. P. MOTTA	-
1966	SEVERINO GUEDES DE ANDRADE ED. SEVERINO G. ANDRADE	-
1966	IRMÃOS MORAIS ED. MARY GLAUCIA	-
1962	SR. E SRA. AUGUSTO DE OLIVEIRA ED. AUGUSTO DE OLIVEIRA	-

DIÁRIO DA BORBOREMA — Domingo, 27 de Maio de 1962 3

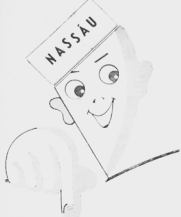
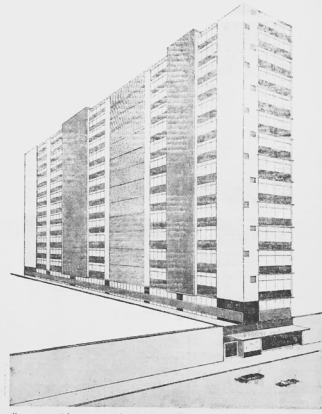
SAUDEMOS O PROXIMO

CENTENARIO DE CAMPINA GRANDE

com este imponente marco de perfeição e beleza arquitetônica:

edifício
SHANGRI-LÁ

NO CORAÇÃO DA CIDADE !
—o primeiro, em Campina Grande,
exclusivamente para Consultórios e Escritórios!

16 PAVIMENTOS — constantes de Lojas, Salas e Consultórios para Consultórios e Escritórios.

SERVIDO POR 2 POSSANTES ELEVADORES e dotado de todos os requintes do moderno confort.

LOCALIZADO BEM NO CENTRO DA CIDADE — a Rua Venâncio Meira, 47 e 51.

CONDIÇÕES — a partir de 60.000,00 de Entrada, com prestações mensais de Cr\$ 11.340,00.

Ao ensaio de mais um grande lançamento, nesta cidade, manifestamos, de público, o nosso agradecimento aos líderes do Comércio, Indústria, Bancos e a todo o povo campinense, nas pessoas dos compradores do "Edifício BORBOREMA", pelo honroso Voto de Confiança com que lhe retribuiu a nossa primeira incorporação no Estado da Paraíba. E o fazemos com prazer e autoridade, quando podemos informar, já agora, a conclusão dos trabalhos de fundação do citado Edifício.

Nossos congratulações aos condôminos do "Edifício BORBOREMA":
Cledemar Guimarães
Edson de O.
Francisco Lisboa Melo
Hervé Oliver Cruz
Inácio José da Silva
João Nogueira
José Celso da Silva

José Vidal de Lima
Luiz Gonzaga Teixeira de Carvalho
Luiz Ribeiro Coutinho
Lyndão Cavalcanti de Albuquerque
Manoel Damasceno de Araújo
Maria Cléia Campos Meira
Maria da Penha Miranda Freire
Rivaldo Guimarães
Rivaldo Nogueira
Raimundo Alves Filho

O edifício SHANGRI-LÁ é mais uma incorporação da **IMOBILIÁRIA NASSAU LTDA.**
Edifício TABIRA — 10, andar — Comp. 1004 — Recife — PE.

VENDAS A CARGO DA **SANTA PAULA** Comércio e Indústria Ltda.
— com o diretor de vendas **FLORENTINO VILLARIM**
Rua Maciel Pinheiro, 95 — 1.º andar — Sala 4 — Fone 1107 — Campina Grande-PB.

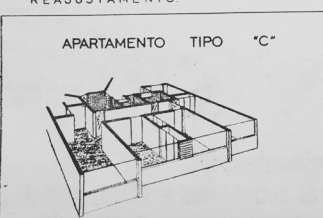
108

CRESCENDO COM A CIDADE !

NOSSA • VALORIZAÇÃO
SEGUNDA • RENTABILIDADE
REALIZAÇÃO • LOCALIZAÇÃO • GARANTIA

EDIFÍCIO ALVORADA

- 20 APARTAMENTOS A SUA ESCOLHA COM 2 E 3 QUARTOS.
- MAGNIFICAMENTE LOCALIZADO
- CONSTRUÇÃO SOBRE PILOTIS
- PAGAMENTO EM 65 MESES, COM APENAS 5% DE ENTRADA.
- PRAZO CERTO DE ENTREGA SEM JUROS NEM REAJUSTAMENTO.

APARTAMENTO TIPO "C"

INCORPORAÇÃO DA

Imobiliária Vega Ltda.

EDIFÍCIO JABRE — LOJA 3 FONE 2346
VENDAS COM CORRETOR AUTORIZADO

44. Edifício Shangri-lá. Imobiliária Nassau. Destaque para um de seus argumentos de venda: “O imóvel é a arma contra a inflação”. Fonte: Jornal Diário da Borborema, mai. 1962. 45. Edifício Alvorada. Imobiliária Vega, “crescendo com a cidade”. Fonte: Jornal Diário da Borborema, abr. 1962.

o ano todo” (APARTAMENTO..., 1960, p.4). Estratégia comercial que se repetia na publicidade sobre o Edifício João Marques de Almeida [46], situado “de frente para o aprazível da aristocrática praia paraibana” (AGORA..., 1965, p.8). Assim como o Edifício Beiramar [47] oferecia: “seu apartamento em Tambaú, para este verão e para sempre” (O QUE..., 1969, p. 5). Do litoral da capital pernambucana, o Edifício Vento Sul [48], apresentado como “um novo marco de beleza na encantadora praia de Boa Viagem” (IMPONENTE..., 1963, p.4), colocava-se igualmente à disposição do interesse da clientela campinense.

Interesse este que talvez não tenha tido igual intensidade quando a localização se tratava de Campina Grande. As investidas da pesquisa entre arquivos e visitas de campo permitiram a identificação de 47 edifícios, dentre os quais, apenas 13 correspondem a edifícios construídos e 12 a parcialmente construídos. O que sugere que, mesmo dispondo de tecnologia construtiva (acessível no desenrolar das atividades das construtoras), da afeição do edifício de apartamentos e escritórios pela sociedade campinense (como explicitam o orgulho nas reportagens e propagandas veiculadas no período), e da apropriação da arquitetura moderna, alguns fatores restringiram sua expansão; daí a dissonância entre o número de edifícios efetivamente construídos, os inacabados e os apenas licenciados. Sobre estes últimos, cabe ressaltar que, mesmo se tratando de plantas submetidas à perícia da Secretaria de Obras Municipal, os projetos e suas licenças revelam mais que idealizações: são edifícios projetados por engenheiros e/ou arquitetos, com levantamentos topográficos, definição de localização, pagamento de taxas administrativas e impostos. Isso evidencia um interesse efetivo e crível de seus proprietários em erguê-los, embora motivações díspares tenham impedido a conclusão de seus empreendimentos.

109

Ao explorar as possíveis causas às quais essas desistências estariam relacionadas, podemos especular sobre a necessidade de grandes investimentos que a construção verticalizada exigia. Tal processo demandava a aplicação de capital vultoso na aquisição de terreno bem localizado, na execução da obra, na instalação dos elevadores, na contratação de mão de obra especializada – o que encarecia o empreendimento, repercutindo em sua eventual rentabilidade. A despeito do crescimento econômico e populacional verificado na cidade entre 1930 e 1960, Campina ainda mostrava-se aquém dos processos de produção de riqueza das metrópoles brasileiras como São Paulo ou daquelas mais próximas, como Recife.

Indo ao encontro de tais dados, dos vinte e sete anos que o período de estudo abarca, cerca de dois terços dos projetos coletados compreendem apenas cinco anos, de 1960 a 1964. A redução no número de licenças, assim como a queda no

110


EDIFÍCIO
beiramar

DESAJO DA BARRAGEM, Campinas Grande, 10 de Janeiro de 1968



NA PRAIA DE TAMBAÚ JUNTO AO JANGADA CLUB

A PARTIR DE NO\$ **22.000,00**

Apartamentos de 3 ou 4 quartos, sala, banheiro completo, cozinha, área de serviço e dependências completas de empregados.



1004A



1004B



1004C

Um lançamento da

CONSTRUTORA
WALTER VINAGRE LTDA.

Financiada pela
RIQUE S.A.
 CRÉDITO IMOBILIÁRIO

EM CONVENIO COM O BNH



INFORMACOES E VENDAS
 Local da obra
 Fone: 6105 - João Pessoa
 Rua Dos de Caxias, 271
 Fone: 5596 - João Pessoa
 Rua Dos de Caxias, 400
 Fone: 5584 - 9 and. - 2.º Pavão
 Em qualquer Agência do Banco Industrial de Campina Grande S.A.

46. Edifício Marques de Almeida, João Pessoa. Fonte: Jornal Diário da Borborema, dez. 1965. **47** Edifício Beiramar, João Pessoa. Fonte: Jornal Diário da Borborema, jan. 1968. **48.** Edifício Vento Sul, Recife. Fonte: Jornal Diário da Borborema, mar. 1963.

de construções, ocorrem apartir de 1964, ano que coincide com a emergência do Regime Militar, marcado por uma política tributária centralizadora que prejudicava os municípios, privilegiando as capitais. O parque industrial campinense, que até então era atraído e subsidiado pelo crédito estatal, foi diretamente afetado com a redução deste⁷⁵ pelo novo regime (LIMA, 2004, p.121)⁷⁶. Uma situação curiosa se considerarmos que, em São Paulo, a criação do BNH, também em 1964, provocou um movimento contrário, produzindo uma verticalização que Somekh (2014, p. 36) periodiza como “verticalização do milagre”.

Há de ser ressaltado ainda, que, embora a incorporação e o contrato a preço fechado fossem reconhecidos como práticas vigentes nos anúncios imobiliários, eles não parecem ter sido dominantes. Grande parte das solicitações de licença para construção ou ampliação dos edifícios refere-se a proprietários particulares, que viam no regime de venda ou aluguel de imóveis uma operação de investimento segura, uma forma de aquisição de renda. Talvez por isso seja compreensível que alguns deles solicitassem, em suas licenças, uma espécie de verticalização intermitente, crescendo pavimentos em edifícios já construídos ou optando por uma construção de execução gradual. É o caso do edifício de propriedade de sr. José Celino, cujos desenho de seus cortes anunciavam a construção de três pavimentos futuros além dos outros quatro que seriam, de fato, construídos; de João Lyra Braga: “comerciante, brasileiro casado, residente nesta cidade à rua Borborema nº. 123, desejando fazer um aumento nos fundos do edifício n 527, sito à rua Pres. João Pessoa”⁷⁷; e daqueles pertencentes à José Pinto da Silva⁷⁸ e à Indústria e Comércio Motta S/A⁷⁹.

111

José Pinto da Silva, signatário do presente, brasileiro, casado e residente, nesta cidade, desejando fazer um acréscimo de dois pavimentos no prédio sito à rua 4 de Outubro, Bairro central nº. 55, nesta cidade, vem mui respeitosamente solicitar de V. S., mandar ‘Arquivar’ uma cópia do projeto que segue anêxo.

Como V. S., poderá observar as plantas são para um prédio de 14 pavimentos, mas efetivamente só iremos construir

75 Esse “desmonte” industrial, que demonstrava seus primeiros sinais já em 1960, será simbolizado pelo fechamento da *Wallig Nordeste*, em 1979, e de outras empresas, como *Sambra*, *Suzy*, *Franclanza* e *Fibrasa*.
76 “Embora não se possa afirmar que os militares objetivaram atingir o município de Campina Grande, ao adotarem a primeiras medidas para a região, no caso, implementando mudanças na equipe e na política da SUDENE, é exatamente o que começa a ocorrer. Essas mudanças de direção, no principal órgão fomentador do desenvolvimento regional, irão iniciar o processo que culminará com profundas transformações no cenário de crescimento econômico e de estabilidade política que o município de Campina Grande começava a vivenciar, no início dos anos 60” (LIMA, 2004, p.121).

77 Solicitação para construção de acréscimo, rua Pres. João Pessoa, propriedade de João Lyra Braga, 1961.

78 Solicitação para construção de acréscimo, rua 4 de Outubro, propriedade de José Pinto da Silva, 1963.

79 Solicitação para construção de prédio, rua João Suassuna, propriedade da Indústria e Comércio Motta S/A., 1962.

presentemente 3 pavimentos, voltando futuramente, caso seja resolvido o prosseguimento da obra, a fazermos petição.

Com efeito mais abrangente, essa dificuldade expressa-se não somente na desistência de construir em altura, como também na interrupção de projetos durante a fase de construção – como ocorrera com o Edifício Motta⁸⁰, com suas estruturas despidas de qualquer revestimento, sem esquadrias ou instalações elétrico-sanitárias, e o Edifício Prata, que, com medo da concorrência, não teve seus andares superiores construídos⁸¹, restando incompleto. Ou ainda, na não instalação de elevador previsto em projeto, como no caso dos edifícios Assú, Serrano, Alvorada, na Faculdade Católica de Filosofia e naqueles de propriedade do senhor Genésio Gomes, José Pinto da Silva, José Celino e Alves Campos & Cia. Nestes, o plano de usar esse equipamento como multiplicador da capacidade construtiva da edificação não saiu do papel, restringindo-os a três ou quatro pavimentos. Aliás, o gabarito dos arranha-céus campinenses claramente manteve-se distante dos modelos lá de fora: 26 das 47 edificações catalogadas pela pesquisa não excedem a seis pavimentos, encontrando-se os Edifícios Lucas, João Rique, Margarida Palomo, Motta, Shangri-lá, Canadá e Incotec IV, destoantes da produção do período por excederem doze pavimentos.

112 Talvez a ideia de que a casa moderna (ajardinada e solta no lote), fosse o tipo ideal para a burguesia tenha prevalecido. Talvez a vontade de elevar a paisagem tenha, de fato, perdido impulso. De uma forma ou de outra, é interessante perceber a contradição que se opera entre seus dois modelos de modernidade. Se, por um lado, a habitação verticalizada (com elevadores, cozinhas equipadas, garagem para automóvel) era um modelo de modernidade reconhecível e exaltado, a casa unifamiliar, com seu telhado em águas, solta no lote, também o era. Em diferentes escalas e sob diferentes cenários, a escolha ou a relutância entre um ou outro interferiram no imaginário da sociedade e no sonho da propriedade privada, ambos apoiados por interesses de ordem, controle e produção de um homem moderno.

As discussões apresentadas por Correia (2004) podem esclarecer como se produz esse sujeito moderno, assumindo uma dimensão mais próxima da relação homem-

80 Em analogia à taxonomia elaborada por Amorim no *Obituário da arquitetura: Pernambuco modernista*, Freire (2010a) classifica-o como alvo de "morte prematura", figurando na paisagem como um corpo doente, inerte, no qual as atividades se resumem ao térreo comercial.

81 O engenheiro Geraldino Duda, em depoimento à Freire (2010, p.154), conta que foi previsto um número maior de pavimentos para o edifício, porém, a iminente concorrência nas vendas dos apartamentos e escritórios, gerada pela Edifício João Rique, teria feito seu proprietário, Raimundo Viana, recuar na decisão de construí-lo mais alto que os sete pavimentos atuais. O pedido de licença encontrado no APMCG e a nota publicitária da Predial Nova York, encontrada nos classificados do Jornal Diário da Borborema de 19 nov. de 1964, comprovam parte dessa informação. De fato, pretendia-se construir 12 pavimentos, no entanto, as causas para sua interrupção ficam a cargo de especulações.

espaço, habitante-cidade e operário-lar, transfigurando as mudanças na habitação brasileira em questões de sexualidade, família, emancipação feminina, economia doméstica, docilização dos corpos e disciplina de usos e hábitos. Para Correia, a moradia urbana no início do século XX não era tida apenas como prejudicial à saúde de seus moradores, mas como uma ameaça à moralidade, à segurança e à produção econômica. É interessante observar que um discurso que, no primeiro momento, parece de cunho médico – visando ao fim de epidemias e doenças resultantes de hábitos insalubres –, vem aliado a uma concepção tanto moralista (favorecimento a incestos, prostituição, vícios, corrupção da infância) quanto econômica (perda da produtividade, gastos com saúde e assistência, necessidade de reposição de energia para o trabalho) e, ainda, política (a habitação como fator de instabilidade social e provocadora de revoltas). E, não só isso. A contradição reside, ainda, na representação da cidade que se apresenta: ora negativa, por produzir aglomerações prejudiciais; ora como centro da civilização, propulsora da produção e do desenvolvimento.

O que não contradiz – o que une clínicos, positivistas, sanitaristas, políticos e a elite brasileira – é a necessidade de intervir, regenerar e curar através de uma mudança na habitação coletiva. Mudança, que deveria ser impositiva, já que o pobre era tido como ignorante, desregrado e selvagem, incapaz de promover essas transformações sozinho e voluntariamente. Essa habitação, agora convertida em lar, torna-se um espaço modelar, que se antes degradava o indivíduo, passa agora a regrá-lo. Nesse modelo, a organização do espaço obedece a critérios de funcionalidade, especialização e racionalização, uso de técnicas construtivas para combater a umidade, garantir o arejamento e a entrada de luz. Este santuário doméstico e espaço sanitário, passa a ser um estímulo à moralização do trabalhador, já que desperta conceitos de propriedade, individualidade e proteção. Esse “gosto pelo lar” reproduziu hábitos de ordem, previdência, economia e controle do tempo.

É claro que essa relação com a moradia assume novos comportamentos e exige adequações a uma disciplina específica: uma vez proprietário, o operário desenvolve hábitos de poupança para a melhoria de sua habitação, ocupa-se dos cuidados que ela exige, aproxima sua família. Daí emergem os papéis que cada membro assume, gerando uma identificação do trabalhador com a classe dominante, uma sensação de entesouramento e progresso da qual nos fala Bonduki (2004). Esse mesmo espaço também foi palco e reflexo das transformações de um mundo moderno que organiza as funções da família, reduz o número de seus membros e a duração de suas atividades, além de promover a igualdade entre os sexos. A mãe passa

a necessitar de uma cozinha racional e de móveis padronizados que otimizem seu tempo na conquista do mercado de trabalho ou na função de gerente do cerceamento familiar: organizando os espaços, controlando empregados, poupando recursos, distribuindo tarefas ou coibindo roubos e desperdícios. O pai que controla seu próprio tempo, exerce uma nova relação com o urbano, já que o trabalho passa a ser dissociado da moradia e esta, passa a ser o lócus da tranquilidade e estabilidade. Trata-se de uma racionalidade fabril, um taylorismo que transpõe o espaço da fábrica para conviver com o ambiente doméstico.

O que se impõe nessas análises é que, embora a verticalização pressuponha, ao menos à primeira vista, a necessidade de produzir solo – dada a sua limitação na cidade, multiplicando em número as possibilidades de habitação –, ela não se dá no Brasil nesse sentido. Da negação a objeto de cobiça, a verticalização, assim como a política habitacional brasileira, tem importante influência das classes média e alta. É para elas que a verticalização surge como solução habitacional e fator de ascensão pessoal. Por outro lado, um discurso modernizador esteve a ela atrelado, na medida em que possibilitou a manutenção de uma mão de obra saudável e disciplinada e alimentou o sentimento de superação do afamado desenvolvimento do país.

114

Seja por meio do Estado, seja pela ação da próspera burguesia, aqui, o sonho importado das revistas e dos discursos internacionais ganhou voz e sotaque, uma beleza moldada em concreto e uma ousadia e crença em si mesma. Em diferentes escalas e sob diferentes cenários, romper o gabarito tornava-se sinônimo de uma modernidade que se deslocava das fantasias e imagens para se tornar real, visível ao levantar dos olhos. Aquela modernidade à qual os campinenses, historicamente, dispunham-se a alcançar.

II.III

LOCALIZAÇÃO, LOCALIZAÇÃO, LOCALIZAÇÃO A GEOGRAFIA DA MULTIPLICAÇÃO DO ESPAÇO

Uma aldeia que se fez metrópole
Sôbre as raízes das gameleiras
Os alicerces dos arranha-céus
No quartel general das multidões
A floração colorida dos jardins
Alonga-se, até tocar nos horizontes infinitos,
A cidade impulsionada pelo amor dos seus filhos
O seu leito, hoje, trepidante de vida moderna,
Foi, outrora, o chão branco dos fardos de algodão
(CAMPINA..., 1964, p. 1).

115

Com edificações acanhadas de apenas três pavimentos ou com alturas mais expressivas de até 14 andares, o novo formato das edificações que surgiam entre os pequenos sobrados parecia concordar com a máxima do mercado imobiliário: “*location, location, location*”⁸². As ações reformistas atribuídas pelos governos anteriores, a favor do embelezamento e da salubridade urbana, trouxeram à região central condições favoráveis ao modelo importado por meio das mídias e trazido pelas memórias de viagem e pranchetas dos seus profissionais.

O ciclo do processo de modernização urbana, arquitetônica e social – iniciado entre as décadas de 1930 e 1940 e intensificado por um conjunto de ações pautados nos ideais de circulação, higiene e beleza (como vimos no capítulo 1) – permitiu à cidade novos contornos e práticas urbanas. Nessa investida, edificações foram desapropriadas, demolidas ou ressignificadas, usos e classes sociais separados, ruas renomeadas, alargadas, drenadas, pavimentadas, arborizadas e alinhadas física e simbolicamente, a um contexto nacional de modernização e renovação

⁸² Continuamente usada como regra máxima pelo mercado imobiliário, essa expressão enfatiza a forte dependência dos atributos de vizinhança e da acessibilidade atribuídos ao mercado de imóveis.

(QUEIROZ, 2008). O velho deu espaço ao novo, ao higiênico, ao belo, às novas e aburguesadas formas de morar; e o Centro, agora sadio e cada vez mais belo, parecia ser o local ideal para expressar a imagem atraente de modernidade, civilidade e desenvolvimento que se tentava alcançar e que, convenientemente, passava a acompanhar a construção em altura.

Não tão distinta da lógica espacial que se apresenta nos dias atuais, no Centro convergiam diferentes dinâmicas socioeconômicas, ora agrupadas, ora distanciadas geograficamente no delinear dos usos e no desenrolar das ações exercidas pela população campinense e seus visitantes. Ali, como nos fazem supor as fotografias da época e as notas presentes na literatura local⁸³, tínhamos o comércio atacadista concentrado nas ruas Presidente João Pessoa e João Suassuna, e a venda em varejo nas quadras entre as ruas Maciel Pinheiro, 7 de Setembro, Marquês do Herval e Av. Floriano Peixoto. Ruas, onde sedes de bancos⁸⁴, hospedarias, farmácias, lojas dos mais diversos segmentos, escritórios e consultórios médicos se multiplicavam e onde, acertadamente, tanto os edifícios altos efetivamente construídos, como os que não o foram, estiveram concentrados [49-53].

Exceções à regra foram os projetos encontrados para o Hospital Assonor e o Hospital Espírita (psiquiátrico), destinados aos bairros do Bodocongó e do Prado, cuja natureza de suas funções (de cura e prevenção de contágio) e a necessidade de ocupar terrenos amplos e, porventura, mais baratos, justificam, por si sós, seu isolamento. Os demais foram se somando ao centro da cidade e, em especial, ao centro comercial, assumindo funções que, na grande maioria dos casos, transitavam de salas de escritórios a pequenos estúdios para moradia, com estabelecimentos comerciais ao nível do transeunte. Com tais finalidades, tornava-se imprescindível a escolha por áreas onde se concentrassem equipamentos urbanos, se apresentasse um fluxo considerável de pessoas e uma infraestrutura de qualidade. Quesitos estes, próprios ao recémmelhorado Centro e dos quais o modo de vida moderno e urbano não prescinde.

Como efeito, essa pluralidade das atividades e da configuração urbana do bairro acabava por alimentar a economia e moldar boa parte dos hábitos da vida citadina, reunindo vantagens tanto para a moradia, quanto para o exercício do trabalho, ao estabelecer uma relação de proximidade com boa parte dos serviços e funções da cidade, além de inspirar modernidades através de seus melhoramentos urbanos,

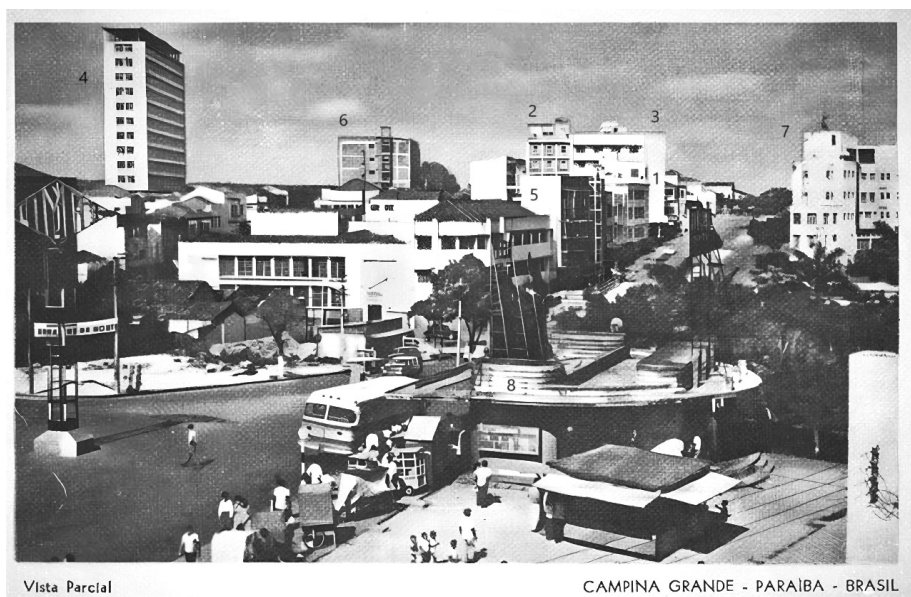
83 Para um passeio pelas ruas do centro pós reformas, ver Souza (2001) e os relatórios realizados por Cardoso (1964) e pelo Sesc (1964).

84 Especialmente nas ruas Venâncio Neiva (antigo Beco da Merda ou Beco do Mijo), Marquês do Herval e 7 de setembro.

1. Edifício da Prefeitura Municipal.
2. Edifício Ariús.
3. Associação Comercial.
4. Edifício Roberto Palomo.
5. Edifício sede do Fórum Affonso Campos (ainda em construção).
6. Edifício Prata.
7. Antigo Grande Hotel.
8. Abrigo Maringá.



117



Vista Parcial

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA - BRASIL

49. Postal da rua Maciel Pinheiro, meados de 1963. Fonte: Acervo pessoal Emmanuel Souza.
50. Postal da av. Marechal Floriano Peixoto no final da década de 1960. Fonte: Acervo pessoal Welton Souto.

Uma das mais importantes e movimentadas ruas do centro comercial campinense, a Marquês do Herval. Entre seus sobrados, ergueram-se:

1. Edifício Assú.
2. Edifício Jacy.
3. Edifício João Rique.
4. Edifício Lucas.

118



51. Rua Marquês do Herval, início dos anos 1960. Fonte: Acervo pessoal Emmanuel Souza.
52. Rua Marquês do Herval, começo dos anos 1970. Fonte: Acervo pessoal Welson Souto.

1. Edifício João Rique.
2. Edifício Motta
3. Edifício Manoel Patrício

119



53. Trecho do centro comercial de Campina Grande nos anos 1980. A imagem corresponde ao encontro entre as ruas João Pessoa, Maciel Pinheiro, João Suassuna e 7 de Setembro. Fonte: Freire, 2010 (acervo pessoal Antônio F. Bióca).

de seu ritmo um tanto acelerado, de seus novos residentes e de suas arquiteturas de tipos, feições e estilos, que já transitavam do art déco ao moderno.

Os 17.687 habitantes, a segunda⁸⁵ colocação entre os bairros mais populosos da cidade e a preferência da população⁸⁶ registrada em 1963, de acordo com dados estatísticos da Sociedade de Pesquisa e Planejamento, atestam estas considerações. Com as mais bem assistidas infraestruturas, cercada pelos mais variados serviços, acolhendo recreação, víveres e comércio, concentrando pessoas e estabelecendo novas estéticas e padrões de vida, o bairro poderia transpor o passado, espelhar prosperidade, diminuir as distâncias entre lazer, moradia e trabalho e assegurar boas impressões aos visitantes (SESC, 1964, p. 32-36). Desse modo, acabou por se tornar adequado ao ganho em altura corroborando as medidas oficiais e os interesses econômicos de particulares.

Foi no centro que as primeiras construções em altura se ergueram, protegidas pelos tapumes dos construtores da cidade. Algumas, incorporando pequenos lotes ou adaptando-se às dimensões estreitas e longilíneas herdadas pelo desenrolar do crescimento da cidade. Outras, um pouco mais audaciosas, ocupando esquinas e conectando diferentes vias. Algumas realmente altas, a maioria nem tanto, mas, de um modo ou de outro, todas elas rivalizando com a horizontalidade ao redor e conquistando seu espaço de direito na paisagem.

O arranjo entre projetos e vias [\[MAPA CG 07\]](#) comprova essa lógica espacial e a preferência dada ao núcleo central, em especial às ruas João Pessoa, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro (coletoras) e à avenida Floriano Peixoto (arterial). O conjunto proposto a essas vias constitui maioria e, no exame de suas características, comprova a já reconhecida tendência de usos a elas atribuídas ou, no caso da avenida – certamente, dentre as mais importantes em termos de circulação viária e representatividade do legado deixado pelas reformas – a procura por usos institucionais e de serviços que atestassem os feitos das administrações municipais, assim como os da iniciativa privada, a exemplo do prédio da Associação Comercial, da Faculdade de Filosofia, do Cine Campina (Edifício Incotec), e de um dos raros projetos exclusivamente residenciais, o Edifício Alvorada. Por outro lado, as ruas Marquês do Herval, Maciel Pinheiro e a João Pessoa lograram investimentos mais

85 De acordo com os dados mencionados, o bairro do Centro concentrava 15% da população campinense, 0.7% a menos que o primeiro colocado, o bairro operário José Pinheiro.

86 Em inquérito realizado pela SPLAN a pedido do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (SESC), a preferência pelo bairro do Centro foi manifestada por 38% de seus entrevistados. A pergunta era: Qual o bairro em que gostaria de morar? E as respostas se dividiram, sobretudo, entre os dois principais modelos urbanos: o Centro, com suas pequenas modernidades (objetos e símbolos) dando-lhe um aspecto de “metrópole”; e o bairro da Prata, com *status* elegância, habitantes de alto padrão aquisitivo e uma tranquilidade que acompanhava seu uso majoritariamente familiar.



Mapa 07. Mapeamento do processo de verticalização em Campina Grande entre 1942-1969.
Fonte: Recorte do Centro da cidade extraído de arquivo base do PMCG e editado pela autora.

LEGENDA | ANO. IDENTIFICAÇÃO

1. 1942	Antigo Grande Hotel	13. 1958	Macambira
2. 1942	Palacete da Municipalidade	14. 1958	Hotel e Empresarial C. Lauritzen
3. 1950	Assú	15. 1958	Faculdade de Odontologia
4. 1953	Campina Grande	16. 1960	Incotec IV
5. 1955	Ariús	17. 1960	Manoel Patrício
6. 1954	Associação Comercial	18. 1960	Faculdade Católica de Filosofia
7. 1956	Jacy	19. 1961	João Lyra Braga
8. 1956	Genésio Gomes da Cruz	20. 1961	Hotel Ouro Branco
9. 1956	Incotec I	21. 1962	Serrano
10. 1956	Incotec II	22. 1962	Anexo Teatro Municipal S.C.
11. 1957	Incotec III	23. 1962	Alvorada
12. 1957	João Rique	24. 1962	Educacional Igreja Congregacional

25. 1962	Motta
26. 1962	Moisés Lyra Braga
27. 1962	Augusto Pimentel
28. 1962	Lucas
29. 1962	Prata
30. 1962	Palomo
31. 1962	Shangri-Lá
32. 1963	José Pinto da Silva
33. 1963	Raimundo Pedrosa
34. 1963	Malaquias do Ó
35. 1963	Floresta
36. 1963	Alves Campos

37. 1964	Fórum Afonso Campos
38. 1964	José Celino
39. 1964	Pimentel Motta
40. 1964	Hospital Assonor
41. 1964	Severino Guedes
42. 1965	Canadá
43. 1966	Mary Gláucia
44. 1967	Sindicato dos E.E.B.
45. 1968	Hospital Espírita
46. 1968	INPS
47. 1969	Banco Do Brasil S/A

LEGENDA | CORES

- Construído
- Parcialmente construído
- Não construído
- Não localizados

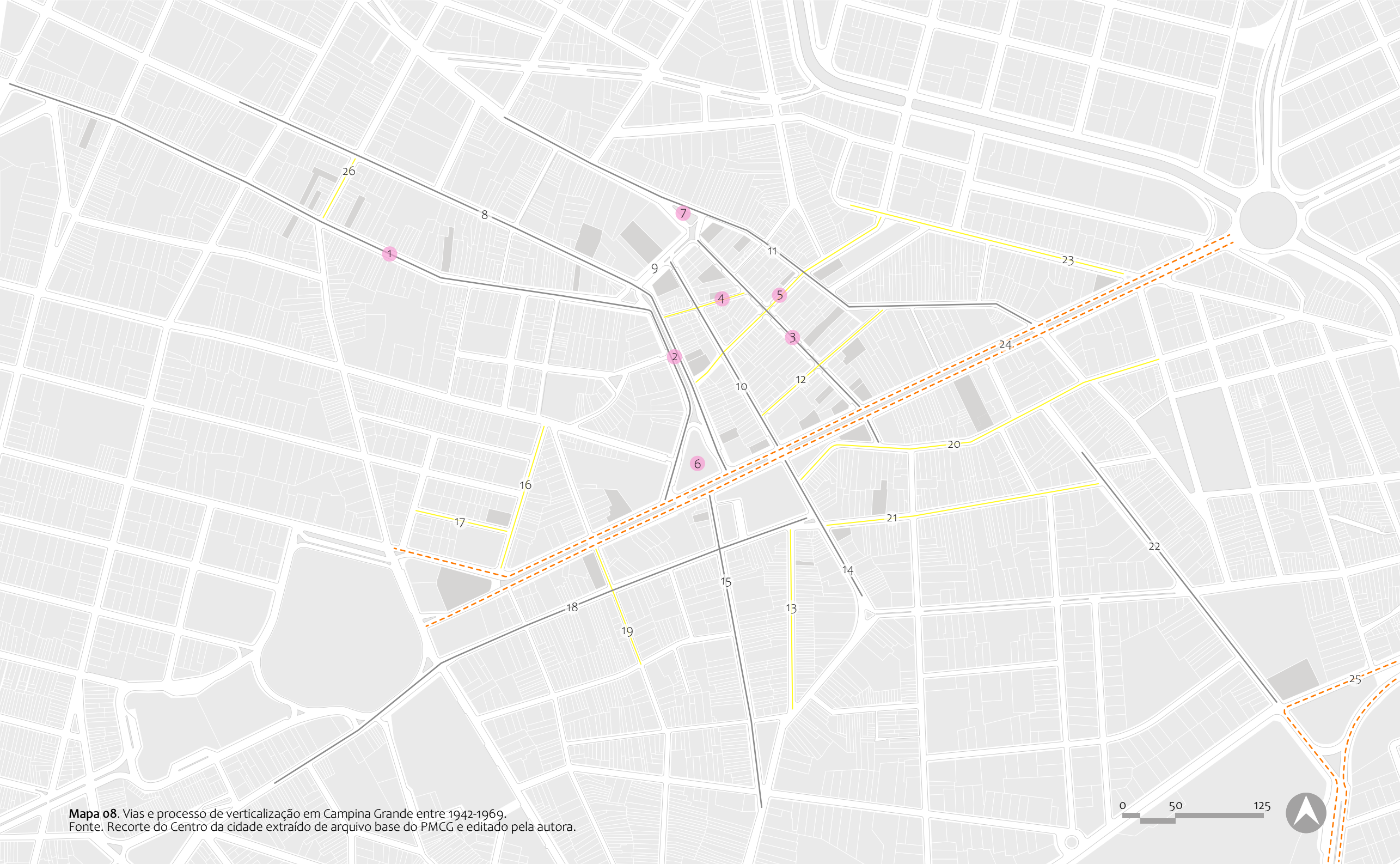
centrados no ganho de renda aos seus proprietários com a produção de salas e pequenas unidades habitacionais que atendessem a uma nova clientela e lhes rendessem lucro.

Ao fazermos uma sobreposição entre períodos, produção e localização vemos que o perfil identificado até boa parte dos anos 1950 – de um número reduzido de projetos, pouca altura e programas simples e de caráter terciário, convenientes à natureza dos usos de seus espaços originários, fortemente vinculados às atividades de comércio e serviços – progressivamente se amplia na década de 1960, consolidando-se nas principais vias do ponto de vista econômico e social e, dali, seguindo para regiões subjacentes, como as ruas João Suassuna, Cardoso Vieira, Barão do Abiaí, 7 de Setembro, dentre outras. Tal fato sugere o crescimento de uma demanda ou, mais precisamente, da ideia de demanda por edifícios verticais compartimentados e flexíveis, que acompanhassem o desenvolvimento econômico e social pelo qual a cidade experimentava. Crescimento esse que aparece diretamente relacionado ao processo de reocupação e embelezamento do Centro, iniciado nos anos 1930, intensificado nos 1940 e ainda em andamento durante os 1960, visto que as desapropriações e decretos impuseram ou induziram a expulsão de antigos proprietários, valorizaram o preço da terra e estimularam a formação de um novo mercado imobiliário.

122

A expansão do processo de verticalização entre as décadas e sua relação com a escolha de vias também deixam ver reflexos na estética dos edifícios, na leitura das referências modernas e protomodernas que a arquitetura passava a incorporar, fosse por meio de um fachadismo que encobria soluções e técnicas tradicionais, fosse incorporando e adaptando, de fato, uma série de elementos e princípios trazidos com a difusão gradual da arquitetura moderna na cidade⁸⁷. O quadro demonstrativo com as imagens das fachadas organizadas de acordo com as vias em que se situam, ilustra algumas dessas afirmativas [\[QUADRO 01\]](#). Permite não apenas que reconheçamos as ruas onde o processo de verticalização foi mais incisivo – av. Floriano Peixoto e ruas Maciel Pinheiro, João Pessoa, Barão do Abiaí, Marquês do Herval –, mas que identifiquemos a correlação entre o emprego de suas funções e a localização, as diferentes possibilidades de comunicação entre o edifício e seu exterior (através do número de fachadas ativas por edifício) e a procura por uma linguagem moderna mais bem definida, sobretudo naquelas vias de maior relevância e visibilidade. Esse exercício de reordenamento das fachadas, não pela ordem cronológica de seus projetos, mas sim pela escolha de

⁸⁷ Sobre as primeiras manifestações da arquitetura moderna em Campina Grande, ver Freire (2010).



LEGENDA |

VIAS

- | | | |
|---|--------------------------|---------------------------------|
| 1. Presidente João Pessoa | 9. 7 de Setembro | 18. 13 de Maio |
| 2. Marquês do Herval | 10. Venâncio Neiva | 19. Rui Barbosa |
| 3. Maciel Pinheiro | 11. Barão do Abiaí | 20. Afonso Campos |
| 4. Monsenhor Sales | 12. Semeão Leal | 21. Coronel João Lourenço Porto |
| 5. Cardoso Vieira | 13. Marechal Juvino do Ó | 22. Vila Nova da Rainha |
| 6. Praça Epitácio Pessoa | 14. Vidal de Negreiros | 23. Tavares Cavalcante |
| 7. Praça da Bandeira
(Antigo Largo do Rosário) | 15. Irineu Joffily | 24. Marechal Floriano Peixoto |
| 8. João Suassuna | 16. Coronel José André | 25. Florentino de Carvalho |
| | 17. Prof. José Coelho | 26. João Pimentel |

VIAS ATINGIDAS PELO DECRETO N.º 51

- 1. Presidente João Pessoa
- 2. Marquês do Herval
- 3. Maciel Pinheiro
- 4. Monsenhor Sales
- 5. Cardoso Vieira
- 6. Praça Epitácio Pessoa
- 7. Praça da Bandeira
(Antigo Largo do Rosário)

HIERARQUIA VIÁRIA

- Arterial
 - Coletora
 - Local
- Localização dos projetos e obras para edifícios verticais datados entre 1942-1969, com presença de elevador. Demarcação dos lotes.

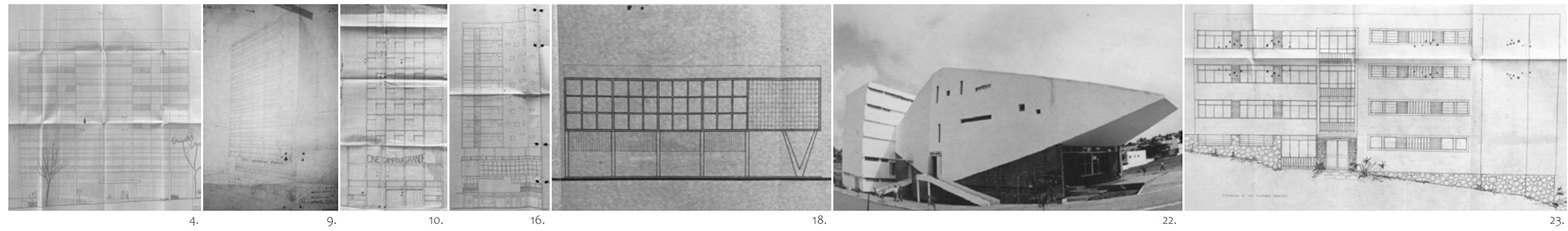
seus lugares, expressa como essas relações intrínsecas à escolha do lugar foram traduzidas pela arquitetura de suas visadas. É o que observamos, por exemplo, ao olhar os projetos propostos à av. Floriano Peixoto, ou mesmo, à rua João Pessoa: a primeira, anteriormente alvo de grandes interferências urbanas, com espaços mais generosos e predomínio de edifícios verticais voltados a instituições e serviços; a segunda, uma das principais áreas de comércio e ainda preservando traços do crescimento desordenado da cidade, com testadas mais estreitas, chegando a conectar-se a diferentes vias e com usos ligados ao comércio e à compra e venda de salas.

A fim de dar profundidade ao estudo, é válido confrontar o mapeamento dessa produção com as determinações e limites do Decreto N° 51 de 1935 [MAPA CG 08], que estabelecia o gabarito mínimo de dois pavimentos sobre as reformas e novas construções erguidas nas ruas João Pessoa, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales, Cardoso Vieira e Praças João Pessoa, Epitácio Pessoa e do Rosário (posteriormente renomeada como Praça da Bandeira). Excetuando-se a rua João Pessoa, o decreto atingia logradouros oriundos da ocupação mais antiga da cidade e embora deixasse de fora ruas como a Venâncio Neiva e a Floriano Peixoto, acabou por influenciar a produção de edifícios altos ali e em áreas adjacentes, já que, ao relacionarmos o mapeamento do acervo de projetos às ruas contempladas pela normativa, torna-se notória sua correspondência.

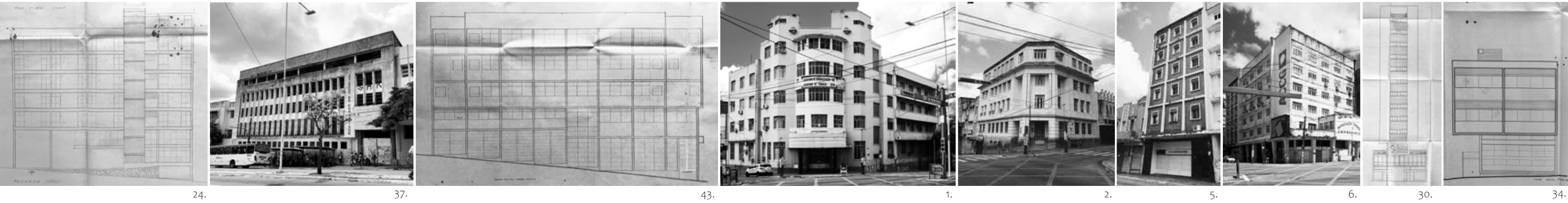
O atraso na implementação do Plano Diretor – instrumento básico de política de desenvolvimento e expansão urbana – e a ausência de índices urbanísticos de controle, como coeficiente de aproveitamento do solo e taxa de ocupação, definidos somente anos após o fim do recorte cronológico desta pesquisa⁸⁸, nos fazem crer ainda mais na influência dessa normativa sobre a produção de projetos de edifícios verticais. Esse controle talvez se fizesse presente muito mais pelo rigor técnico e estético exigido (resultado da obrigatoriedade de profissionais habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura)⁸⁹, pelo respeito a critérios de conforto e salubridade (instituídos pela legislação sanitaria e pelo Código de Obras

88 Cabe lembrar que, segundo Souza (2001, p. 29), a delimitação do zoneamento dos limites urbanos já estava presente no código de Posturas de 1927 e reapareceu revisado em 1938, através do Decreto N°. 21, instituído durante a gestão do prefeito Bento Figueiredo e cujo papel foi decisivo nas ações de saneamento e embelezamento da cidade (QUEIROZ, 2008). Essa delimitação, porém, se mostrava aquém das prescrições urbanísticas em termos de adensamento construtivo (e, por conseguinte, populacional) e de avaliação da disponibilidade de equipamentos e infraestruturas urbanas para as áreas delimitadas, já que estes, como vimos no capítulo 1, foram quesitos que emergiram a partir do processo de urbanização experimentado pós-reforma. Mudanças nesse sentido viriam com o Plano Diretor instituído em 1996, que redefinia o Zoneamento de uso do solo do município e o código de obras de 2003, definia taxas de ocupação e índices de aproveitamento.

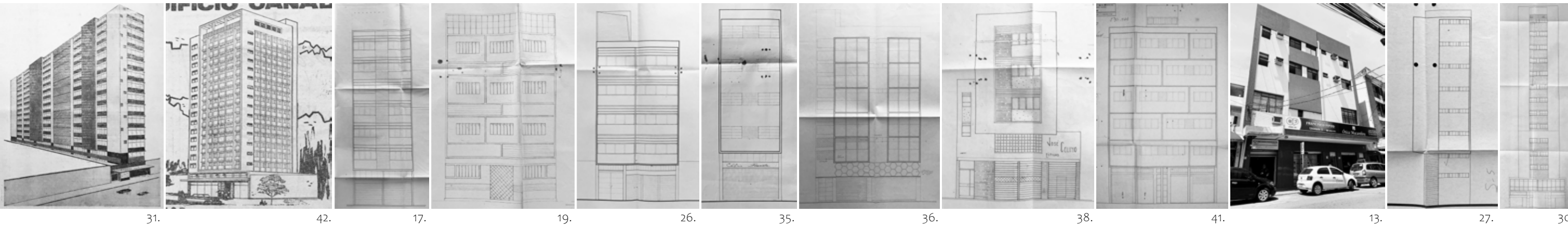
89 De acordo com o Decreto Federal N 23.567, de 11 de dezembro de 1933.



Av. Marechal Floriano Peixoto

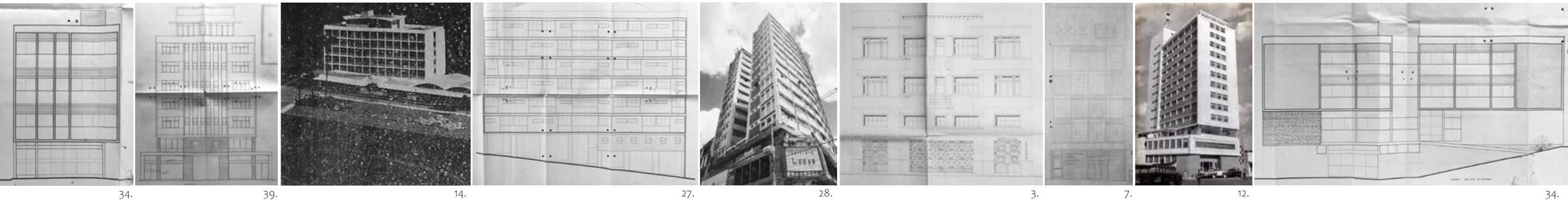


Rua Maciel Pinheiro



Rua Presidente João Pessoa

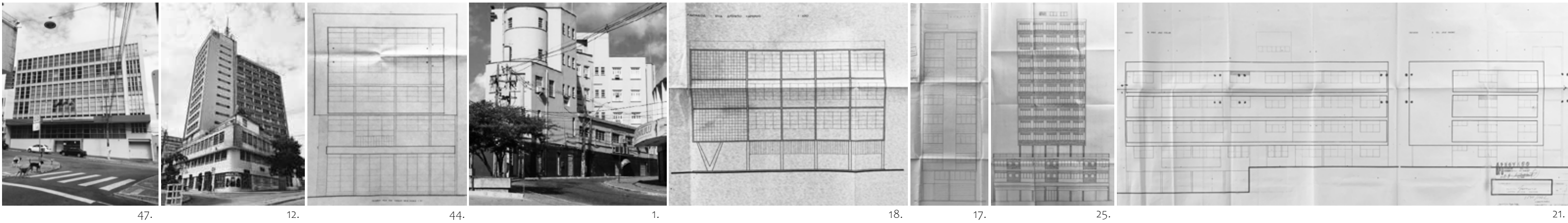
Rua Barão do Abaí



Rua Cardoso Vieira

Rua Marquês do Herval

Rua 7 de Setembro



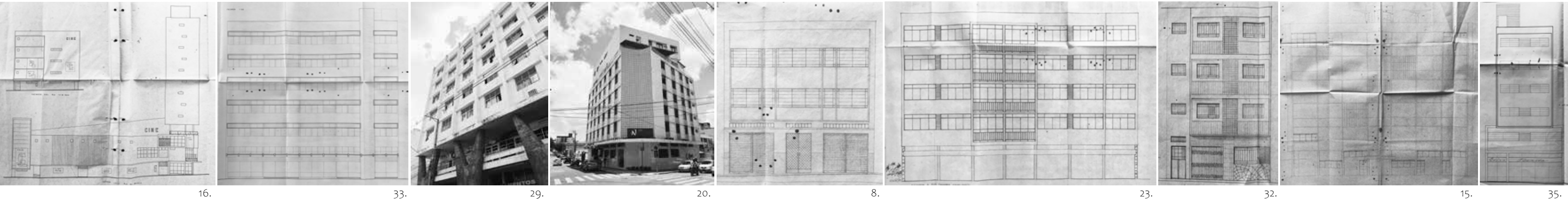
Rua Venâncio Neiva

Rua Afonso Campos

Rua João Suassuna

Ruas Prof. José Coelho

Rua Cel. José André



Ruas 13 de maio | Rui Barbosa

Rua Monsenhor Sales

Rua Semeão Leal

Ruas Vidal de Negreiros | Cel. João Lourenço Porto

Rua Irineu Joffily

Rua Tavares Cavalcante

Rua Maj. Juvino do Ó

Ruas Vila Nova da Rainha | Florentino de Carvalho

Rua João Pimentel

RELAÇÃO ENTRE FACHADA E LOCALIZAÇÃO

LEGENDA | VIAS. ANO. IDENTIFICAÇÃO

- | | | | | | | | |
|----------|----------------------------|----------|-----------------------------------|----------|---------------------|----------|----------------------|
| 1. 1942 | Antigo Grande Hotel | 13. 1958 | Macambira | 25. 1962 | Motta | 37. 1964 | Fórum Afonso Campos |
| 2. 1942 | Palacete da Municipalidade | 14. 1958 | Hotel e Empresarial C. Lauritzen | 26. 1962 | Moisés Lyra Braga | 38. 1964 | José Celino |
| 3. 1950 | Assú | 15. 1958 | Faculdade de Odontologia | 27. 1962 | Augusto Pimentel | 39. 1964 | Pimentel Motta |
| 4. 1953 | Campina Grande | 16. 1960 | Incotec IV | 28. 1962 | Lucas | 40. 1964 | Hospital Assonor |
| 5. 1955 | Ariús | 17. 1960 | Manoel Patrício | 29. 1962 | Prata | 41. 1964 | Severino Guedes |
| 6. 1954 | Associação Comercial | 18. 1960 | Faculdade Católica de Filosofia | 30. 1962 | Palomo | 42. 1965 | Canadá |
| 7. 1956 | Jacy | 19. 1961 | João Lyra Braga | 31. 1962 | Shangri-Lá | 43. 1966 | Mary Glauca |
| 8. 1956 | Genésio Gomes da Cruz | 20. 1961 | Hotel Ouro Branco | 32. 1963 | José Pinto da Silva | 44. 1967 | Sindicato dos E.E.B. |
| 9. 1956 | Incotec I | 21. 1962 | Serrano | 33. 1963 | Raimundo Pedrosa | 45. 1968 | Hospital Espírita |
| 10. 1956 | Incotec II | 22. 1962 | Anexo Teatro Municipal S.C. | 34. 1963 | Malaquias do Ó | 46. 1968 | INPS |
| 11. 1957 | Incotec III | 23. 1962 | Alvorada | 35. 1963 | Floresta | 47. 1969 | Banco do Brasil S/A |
| 12. 1957 | João Rique | 24. 1962 | Educacional Igreja Congregacional | 36. 1963 | Alves Campos | | |

LEGENDA | HIERARQUIA VIÁRIA

- | | | | |
|----------|-----------|--------|-----------------|
| Arterial | Coletoras | Locais | Não localizadas |
|----------|-----------|--------|-----------------|

Quadro 01. Relação entre fachadas e localização dos projetos e obras para edifícios verticais datados entre 1942-1969, com presença de elevador. Fonte. Elaborado pela autora.

em vigor) e pela disponibilidade de capital de seus empreendedores, do que por medidas oficiais que restringissem seu gabarito. Algo que deflagra a intenção maior pelo estímulo ao adensamento do solo, justificável nas áreas centrais em virtude de suas condições infraestruturais recém-melhoradas, da acessibilidade a serviços e equipamentos urbanos, assim como de aspectos subjetivos de valorização, dentre os quais estava a ideia de progresso e *status* que, gradativamente, passava a acompanhar a construção em altura.

Desse modo, o que podemos conjecturar a partir dessas reflexões e dados é que a escolha pela localização desses edifícios certamente toma como parâmetro valores objetivos e subjetivos concedidos ao centro da cidade através das recentes transformações pelas quais sofrera, atribuindo a essa produção – sobretudo àquela proposta às principais vias – uma responsabilidade em esboçar valores de *status* e poder aquisitivo, assim como ilustrar a capacidade de prover bons e belos investimentos, não somente de seus proprietários e investidores, como da cidade como um todo.

Em um período de transição e consolidação de pautas modernas, essa capacidade se convertera não somente em um quadro diversificado de projetos em termos práticos e estéticos, mas também em novas dinâmicas entre arquitetura e cidade, edifício e sociedade. Algumas delas, como vimos até aqui, possíveis de serem traduzidas na leitura do que lhe foi adjacente, no entendimento dos cenários, de seus personagens, discursos e apropriações. Outras, na exploração do desenho, das características e soluções de projeto, na linguagem arquitetônica, nas formas e nos modos com os quais se relacionava. Esse manejo entre contexto, processo e produto impele uma nova camada de discussão, tema do capítulo seguinte.

III. ENTRE O REAL E O ABSTRATO:
OS FEITOS DA VERTICALIZAÇÃO CAMPINENSE

III.I

OUTROS CAMINHOS, NOVAS DESCOBERTAS A CONSTRUÇÃO DE UM ROTEIRO DE ANÁLISE

Imposições legais, demandas estéticas e comportamentais, novos materiais, clientes, profissionais, técnicas construtivas, dinamismo econômico e crédito bancário. Já não parecia haver um bom motivo para não ser sensível às transformações do mercado imobiliário e às necessidades e aos gostos de sua clientela, que, se por um lado ocupava novos vazios urbanos expandindo-se horizontalmente, por outro, através do processo de verticalização e de seus exemplares mais emblemáticos, talvez tenha consolidado a sua face moderna mais visível – aquela na qual se desafiavam não só as leis da gravidade, mas a conquista da opinião pública e o incremento do edifício alto como elemento de renovação da paisagem urbana. Um outro signo de suas muitas modernidades a invocar os ares de civilidade e desenvolvimento.

129

Como não poderia deixar de ser, e como nos sugerem os desenhos e notas publicitárias da época, houve por trás disso a interessada difusão e manutenção da grife moderna, estabelecida e sustentada por críticos, políticos, entusiastas e profissionais que, em suas cadeias de influência, procuraram romper com o passado aproximando-se da imagem geometrizada e audaciosa de futuro. A linguagem moderna – ao estabelecer uma relação direta entre o despojamento de suas linhas, o apelo pela modernização e o barateamento da construção pela simplificação dos ornamentos, racionalização dos espaços e rapidez construtiva – naturalmente representou uma atualização de valores culturais, sociais e econômicos, criando uma imagem de modernidade que ia ao encontro das mudanças de sociabilidade e modernização urbana, além de satisfazer seus promotores sem comprometer seus lucros.

Os ambientes do morar, trabalhar, consumir e divertir-se, mesclando novas e velhas práticas, de certo tentavam esboçar – desde a escolha da localização do prédio ao apuro de suas fachadas e soluções espaciais –, o espírito modernizador que rondava a sociedade, o espaço urbano e a arquitetura daqueles anos. Assim sendo, expressão e desenho arquitetônico, preço da terra, tecnologia construtiva e legislação urbanística equacionaram o cálculo da atividade imobiliária e da intenção especulativa, com vistas ao maior aproveitamento do solo urbano por meio da multiplicação de suas unidades. Não menosprezando, no entanto, a demanda crescente por habitação e as mudanças nos modos de vivenciar a cidade de Campina Grande, iniciados a partir da década de 1930 e consagrados social e arquitetonicamente nas décadas de 1950 e 1960, coincidindo com os discursos e práticas adotados no Brasil afora.

Saindo do ecletismo, passando pelo *art déco* e chegando ao estilo moderno, foi aos poucos que foram sendo exploradas as oportunidades e limitações que a verticalização incorporava. E nesse caminho, o edifício foi sendo lapidado, integrando princípios higiênicos, utópicos (espaços coletivos de socialização e serviços), econômicos (multiplicação de unidades e racionalidade construtiva), técnicos (adoção do concreto armado e de materiais e equipamentos industrializados) e estéticos, cuja sequência apontou rumo à "máquina de morar", ao satisfazer a parte das necessidades de moradia, trabalho, consumo e *status* do homem e da cidade. Logo, antes de serem considerados modernos enquanto estética, os edifícios verticais foram considerados modernos enquanto modo de habitar a cidade, fosse através da moradia ou do exercício do trabalho (particulares e institucionais).

E foi essa dualidade de usos, residencial e de serviços, continuamente associada ao comércio, que marca de maneira expressiva a verticalização ocorrida na área central da cidade. Passar a morar em apartamento, com acesso aos serviços e ao lazer, caminhar por galerias, *halls* e *living rooms*, subir e descer andares rapidamente graças a elevadores potentes, ter seu pequeno estúdio multifuncional, expor seu automóvel particular, mais do que valores burgueses impressos em propagandas e croquis, e ambicionados por parte da sociedade, mudariam a percepção da morfologia e da estrutura urbana da cidade. Mudança essa que, como visto anteriormente, esteve interligada à outras matrizes: a gradual transição de uma economia agroexportadora para uma capitalista industrial; o desenvolvimento do setor secundário e terciário; a introdução e difusão do uso do concreto armado (que iria liberar as paredes da função de sustentação e as estruturas de sua rigidez); a renovação do quadro de engenheiros e arquitetos; o aumento da população

urbana e surgimento de novas categorias sociais; a eclosão do movimento da arquitetura moderna; além da instituição e da difusão de novos valores sociais (FREIRE, 2010), do desenvolvimento de um mercado imobiliário e do sistema de incorporação. Em conjunto, esses eventos promoveram grandes mudanças na paisagem urbana e, tal como julgamos, constituíram as bases sobre as quais, entre os anos de 1950 e, especialmente 1960, a ampliação e consolidação do processo de verticalização esteve apoiada.

Tal multiplicidade entre momento e arquitetura pode ser comprovada no reconhecer de constâncias e de variações adotadas nos projetos e obras de arquitetura identificados nesta pesquisa. Por essa razão, seus desenhos⁹⁰ – independentemente de terem sido executados, visto que o ato de projetar, por si só, deflagra uma intensão real e concreta – não constituem meras peças gráficas capazes apenas de antecipar a obra construída. Mas sim, fontes documentais valiosas, por meio das quais é possível informar e problematizar questões relativas não somente à arquitetura, mas à cidade, à sociedade, e aos tipos de investimentos que representam. Assim, usos, formas e diálogos tornam processo e produto objetos indissociáveis que, em conjunto, refletem um dos muitos experimentos da modernidade campinense: a verticalização e o escopo em que alcançou sua expressão máxima, a arquitetura moderna.

131

Por isso, para efeito de análise do léxico entre processo e produto, o exame de lotes, formas de ocupação, volumetrias, plantas-tipo, funções e relações com a paisagem e sociedade torna-se indispensável a uma leitura mais aproximada sobre o tema e o acervo. Os lotes e formas de ocupação, por rebaterem a lógica espacial vigente, darem indícios do comportamento especulativo, do parcelamento do solo e dos arranjos em prol das novas edificações e de suas relações entre interior e exterior. As volumetrias, por ilustrarem as possíveis determinações legais, os cuidados para se fazer iluminar e ventilar os ambientes, o experimento da forma arquitetônica condicionada aos critérios de ocupação, à obediência aos recuos, aos usos e a crescente expectativa pela difusão da linguagem moderna. Por fim, os usos aos quais foram destinados, já que deles podemos especular como essa produção respondia às demandas locais, quais eram seus públicos-alvo, quais soluções espaciais mostraram-se recorrentes e como se vinculavam ao contexto de modernização, tanto da paisagem quanto dos hábitos da sociedade. Tal justificativa é reforçada pelo fato de seus programas variados⁹¹ assumirem

90 As plantas-tipo dos projetos encontrados no Arquivo Público Municipal permitem estabelecer comparações, conhecer os níveis de capricho no desenho arquitetônico da época, bem como avaliar a evolução das soluções de projeto e dos programas envolvidos no processo de verticalização.

91 Tendo em mente que a disparidade entre programas (habitacional, institucional, hospitalar,

grande importância na dinâmica do tecido urbano para o qual foram propostos, estimulando, posteriormente, o surgimento de projetos maiores e mais complexos dentro e fora de seu núcleo originário: o Centro.

Esses critérios foram extraídos dos discursos e temas abordados ao longo deste trabalho, emergindo a partir do debate sobre a reprodução do solo enquanto prática política e social. Foram pautados na compreensão do ganho em altura, como representativo de um contexto que inspirava progresso e alimentava o *status* de cidade moderna, mas que também era cercado pelo interesse de seus empreendedores em obter lucro, explorando os terrenos e comprimindo os espaços. tais critérios se apoiam na escolha do Centro, na natureza de seus usos e em sua importância na construção da imagem de cidade bela e civilizada, presente nos discursos e postais. Surgem, ainda, do entendimento das influências e da prática de projeto trazidas pelos engenheiros, arquitetos e desenhistas, bem como dos programas exigidos no desenrolar das transformações urbanas e das percepções e apropriações do mercado imobiliário ilustradas pelos jornais. Sendo assim, não derivam diretamente de métodos canônicos de análise projetual, mas sim das questões que circundaram a produção dos edifícios verticais na cidade de Campina Grande entre os anos 1940 e 1960.

132

Mas, antes disso, antes da síntese que agrupa as similaridades e expõe as exceções, antes de estudá-los como um todo, de serem somadas as práticas, revelados os impasses e peculiaridades, e tendo em mente que, diante da variedade e do ineditismo deste acervo, essa mesma síntese poderia negligenciar a individualidade de suas partes e o reconhecimento, sobretudo, daqueles ainda desconhecidos, parece-nos preciso, num primeiro momento, ampliar o olhar e trazer à luz o que permanecera às sombras. Sugiro, então, que façamos um novo passeio, agora por entre projetos. Talvez assim, seguindo um percurso roteirizado pelo tempo e condicionado pela disponibilidade de materiais e informações colhidos no desenrolar desta pesquisa, finalmente possamos conhecer e reconhecer a verticalização a partir de seu acervo.

comercial e de serviços) dificulta uma abordagem mais homogênea sobre o acervo, foram excluídos do estudo os projetos com programa hospitalar – Hospital Assonor e Hospital Psiquiátrico –, por sua especificidade e distância física, estética e formal em comparação aos demais.

III.II

MODERNIDADE PROJETADA: AS ARQUITETURAS DA VERTICALIZAÇÃO

Estamos na década de 1940. O edifício do Grande Hotel e o da Prefeitura Municipal, ambos situados na melhorada av. Floriano Peixoto nos primeiros anos da década, deram início ao acervo de edifícios verticais instituídos pelo poder público através da introdução pioneira do elevador. Como referências materiais da metrópole moderna à qual Campina Grande e sua administração tentavam espelhar-se, tais edifícios – anunciados pelos jornais locais como “símiles de arranha-céus” (SOUZA, 2001, nota 101) – projetavam a imagem da verticalização como representação de modernidade, construtibilidade, progresso e, evidentemente, de um novo modelo de reprodução do solo citadino.

133

Vale lembrar que, com projeto datado ainda em 1936, um programa complexo, uma escala inédita e uma simplicidade ornamental quase contrária à realidade de seus vizinhos, o edifício do Grande Hotel [54-55] preconizou conceitos modernos como funcionalidade, eficiência e economia⁹². Seu jogo de volumes e escassez de ornamentos, sua racionalização em planta e exploração do concreto armado, além de seu grande vazio circular e central – que comunica e articula visual e espacialmente seus andares –, são indícios de sua tentativa de romper com esquemas espaciais tradicionais e com o apelo decorativo de gêneros arquitetônicos comuns às construções da época⁹³ (QUEIROZ, 2008, p. 208). Uma arquitetura

92 Tais conceitos, fundamentais à arquitetura moderna, justificaram um expressivo conjunto de obras públicas empreendidas no país, como parte das políticas públicas de modernização administrativa aplicadas pelo governo Vargas e seguidas por seus representantes estaduais e municipais (SEGAWA, 2014, p. 66).

93 Estes iam do *art déco*, passando pelo ecletismo historicista em fim de linha, até manifestações românticas como o neocolonial ou o estilo missões. Essas diversas manifestações foram apresentadas sob o rótulo do "estilo moderno", "feição moderna" ou "tipo moderno" em projetos apresentados à Diretoria de Obras Públicas de Campina Grande e identificados por Queiroz (2008) no exame da produção arquitetônica na cidade durante as primeiras décadas do século XX. Segundo o autor, embora heterogêneas e por vezes de difícil distinção, essas linguagens refletiram o espírito de modernização



Edifício Grande Hotel. Fotografias da década de 1940. **54.** Vista frontal. Fonte: Biblioteca IBGE. **55.** Vista posterior. Fonte: Acervo pessoal Pe. Márcio Henrique.

“non déco”⁹⁴ que, seja por motivos práticos ou de julgamento estético, se distancia da feição de cunho decorativo do *art déco* em prenúncio à arquitetura moderna, tão marcante e já plenamente desenvolvida nas décadas seguintes. Obviamente, tal interpretação não ignora seus poucos ornamentos, o escalonamento das fachadas e a combinação de volumes geométricos, porém os considera, dentro do quadro geral, indicativos dessa transição rumo ao moderno.

Como visto no capítulo 1, sua construção esteve apoiada no pretexto dos melhoramentos urbanos e estéticos empreendidos na primeira gestão do prefeito Vergniaud Wanderley⁹⁵, durante o período de retificação e embelezamento da importante avenida que o acolhe. Veio também em resposta à necessidade de receber e impressionar os seus visitantes, dotando-o de uma imagem que se julgava compatível com o dinamismo econômico local e com o *slogan* de “o maior e o melhor do estado da Paraíba”, que acompanhava seus anúncios publicitários. Com dois elevadores, um badalado cassino⁹⁶, luxuoso restaurante⁹⁷ (FINALMENTE..., 1960, p. 7), “quartos e apartamentos com colchões de mola”, beleza, higiene e a promessa de conceder o “máximo de conforto” aos seus hóspedes (GRANDE HOTEL..., 1960, p. 7), o Grande Hotel não ficaria aquém da altura de um polo comercial em franca ascensão como era Campina Grande à época. Ponto de encontro de figuras renomadas da boemia, da literatura e da política, lá frequentaram liberais, artistas e turistas atraídos pela conjuntura econômica em curso⁹⁸, além de personalidades políticas, empresários, comerciantes, industriais e profissionais liberais – indivíduos cujo trânsito de entrada e saída, não raro, tornava-se digno de nota⁹⁹

135

Ao seu lado, atravessando a recém-reformada av. Floriano Peixoto, o novo

presente entre as décadas de 1930 e 1950, em consonância com a gestação e emergência do movimento de arquitetura moderna brasileira.

94 Somekh (1990, p.117) a descreve como aquela que perde a ornamentação do ecletismo como resposta à necessidade de modernização, produtividade e escassez de mão de obra especializada.

95 Os historiadores Lacerda Júnior e Costa Lira (2012, p. 53) apontam que a construção teve início em 1938, no mandato de Bento Figueiredo, sendo concluída em 1942 por aquele que a idealizou. No ano seguinte, o imóvel foi doado ao município por meio de decreto de nº. 442 assinado pelo então interventor federal do Estado, Sr. Rui Carneiro.

96 Segundo nota do catálogo da Biblioteca do IBGE, o cassino teria sido inaugurado em 17 de março de 1947.

97 Em 26 de maio de 1960, já sob administração do arrendatário João Fernandes Neves, foi inaugurado o restaurante bar Society que, como o nome sugere, era destinado à “gente de bem”, funcionando com “*maître d’hôtel* e cozinheiros especialmente contratados do Sul” e trazendo a “cozinha internacional e interestadual” para atender o bom paladar de seus frequentadores (FINALMENTE..., 1960, p.7).

98 Segundo matérias e notas publicitárias do Jornal Diário da Borborema, os ex-presidentes Jânio Quadros e Getúlio Vargas estavam entre seus clientes mais ilustres no campo político, enquanto Vicente Celestino, Orlando Silva e Elizete Cardoso figuraram entre os artistas de grande notoriedade.

99 Em consultas ao Jornal da Borborema, foram encontrados registros da movimentação de hóspedes nos principais hotéis da cidade. Datadas da década de 1950, as notas publicadas revelavam nomes, profissões e cidades de origem de clientes do Grande Hotel, do Majestic Hotel e do Hotel Santa Terezinha. Uma prática jornalística de monitoramento coletivo, aparentemente comum à época, era também aplicada ao registro de presos correccionais no xadrez, revelando uma cultura de exposição que nivelava, sob o olhar da crônica cotidiana, tanto a elite viajante quanto os marginalizados da sociedade.

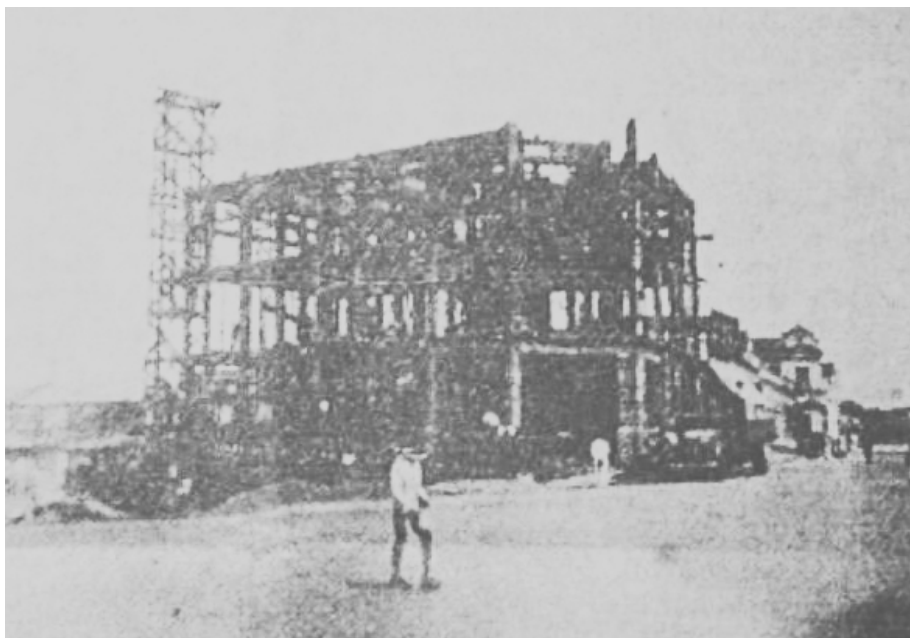
edifício-sede da Prefeitura Municipal, anunciado como “arcabouço do Palácio da Municipalidade” [56-57], era erguido com traços de um *art déco* talvez mais evidente, com baixos e altos-relevos, listras verticais marcantes e gradis com temas florais, remanescentes do *art nouveau* ou mesmo do ecletismo. Lado a lado, contemporâneos entre si e resultantes de uma política de modernização administrativa empreendida pelo governo Vargas e continuada por seus representantes locais, estes edifícios formalizavam, no âmbito das obras públicas, o espírito de seu tempo, tornando-se quase como espelhos a refletirem a ascensão econômica local, a beleza arquitetônica requerida às novas construções do centro e as capacidades técnico-construtivas agora disponíveis.

Embora emblemáticos em suas funções, com a passagem do tempo e a mudança de perspectivas das gestões seguintes, outros papéis lhes seriam atribuídos. Em 1957, por meio de resolução aprovada pelos vereadores, a venda do prédio do Grande Hotel¹⁰⁰ foi autorizada a fim de obter capital para a construção do Teatro Municipal, cujo primeiro projeto já se encontrava sob o poder do chefe do Executivo. A concorrência aberta no ano seguinte pelo prefeito Elpídio de Almeida teve como único proponente o Sr. João Rique Ferreira¹⁰¹, cuja importância de 5.055.155,00 cruzeiros (ABERTA..., 1958, p. 8) foi negada. Outro edital de concorrência foi apresentado em 1959, definindo entre suas condições, a recusa de propostas inferiores a sete milhões de cruzeiros e o direito de anulação reservado ao prefeito (EDITAL..., 1959, p. 6). Mais uma vez sem sucesso em suas tentativas de venda, a Prefeitura Municipal revogou o arrendamento concedido ao Sr. João Fernandes Neves e decidiu fazer da estrutura do Grande Hotel sua nova sede administrativa e, do edifício da Prefeitura, sede da Câmara de Vereadores. Tais mudanças, somadas à ausência de seus projetos primários, dificultam o confronto entre o proposto e o executado, restringindo-nos à consulta de fotografias e, no caso do Grande Hotel, aos desenhos produzidos em 1964 a pedido do então prefeito Willians Arruda, nos quais foram descritos seu novo programa e ilustrados alguns de seus espaços, dando-nos pistas de sua lógica espacial originária [58-64].

Através deles, notam-se os grandes vãos do térreo (possivelmente usados para fins de recepção, controle e socialização), o núcleo central que ordena e separa fluxos, a circulação vertical (por um lado restrita e por outro social), a disposição

100 Venda autorizada pela Lei n. 11, de 2 de julho de 1957, e modificada pela Lei n. 18, de 3 de março de 1958. Declarava-se aberta a concorrência para a venda do edifício do Grande Hotel, juntamente com seus móveis e equipamentos, até o dia 24 de agosto de 1959, em face do Decreto n. 39, datado de 31 de julho de 1959. Ver matérias publicadas no Jornal Diário da Borborema em 13 de jul. de 1958, p. 1, e em 4 de ago. de 1959, p. 6.

101 O mesmo que, mais tarde, se tornou proprietário do Palace Hotel, instalado no edifício que leva seu nome.

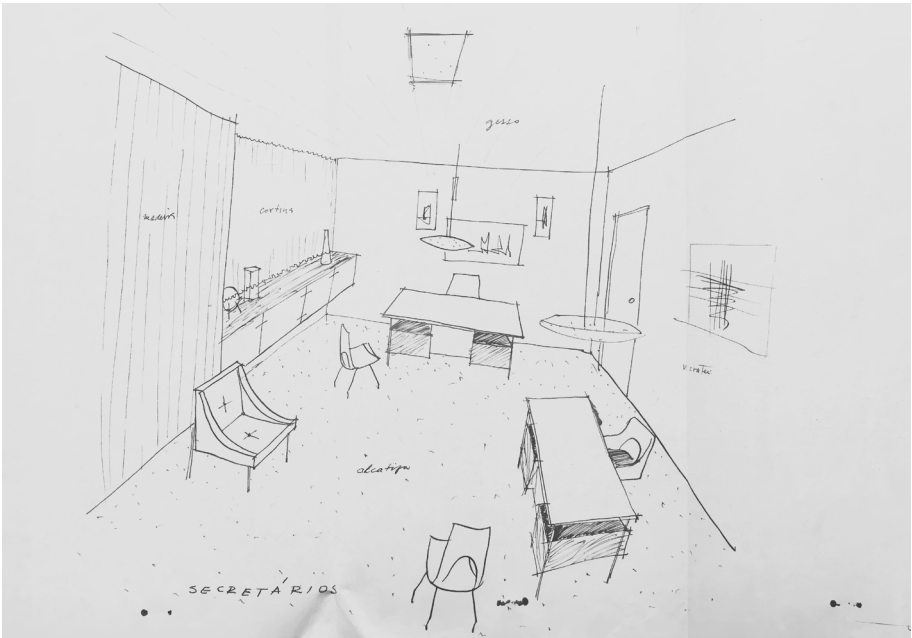
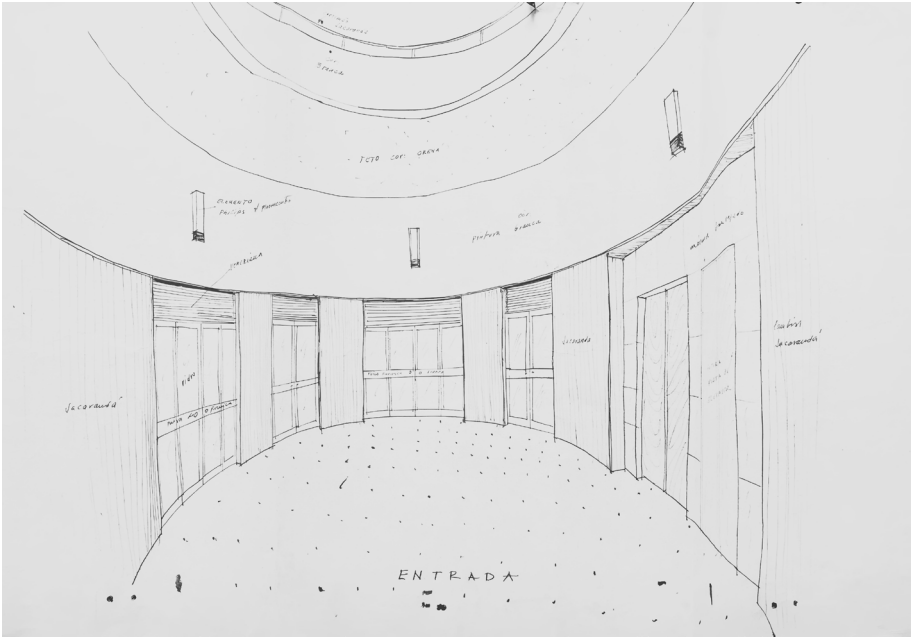


137

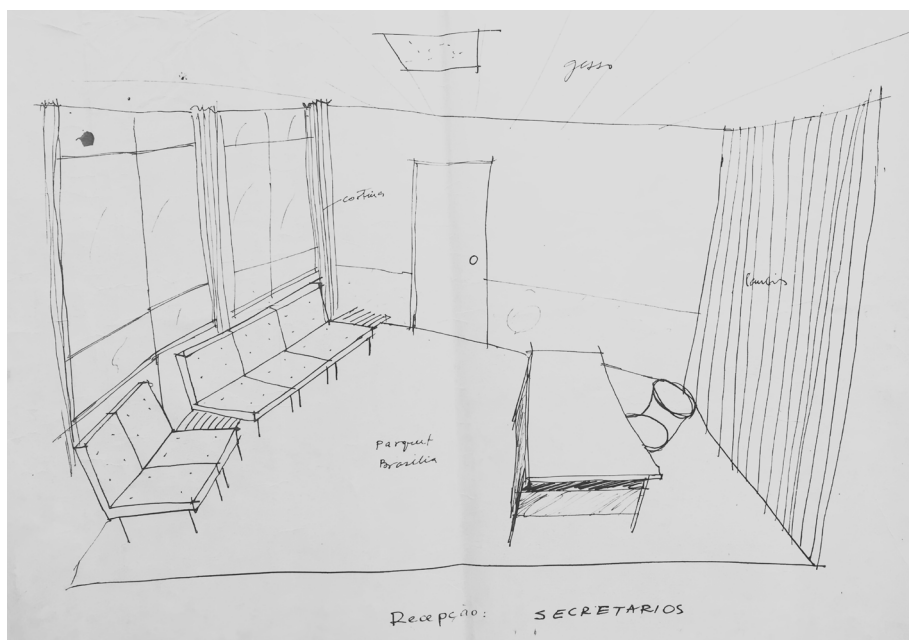


Edifício da Prefeitura municipal de Campina Grande, av. Mal. Floriano Peixoto. **56.** Registro fotográfico da execução de sua estrutura independente em concreto armado. Fonte: Jornal A União, 21 set. 1941. **57.** Obra concluída no começo da década de 1940. Fonte: Arquivo pessoal Severino Cabral.

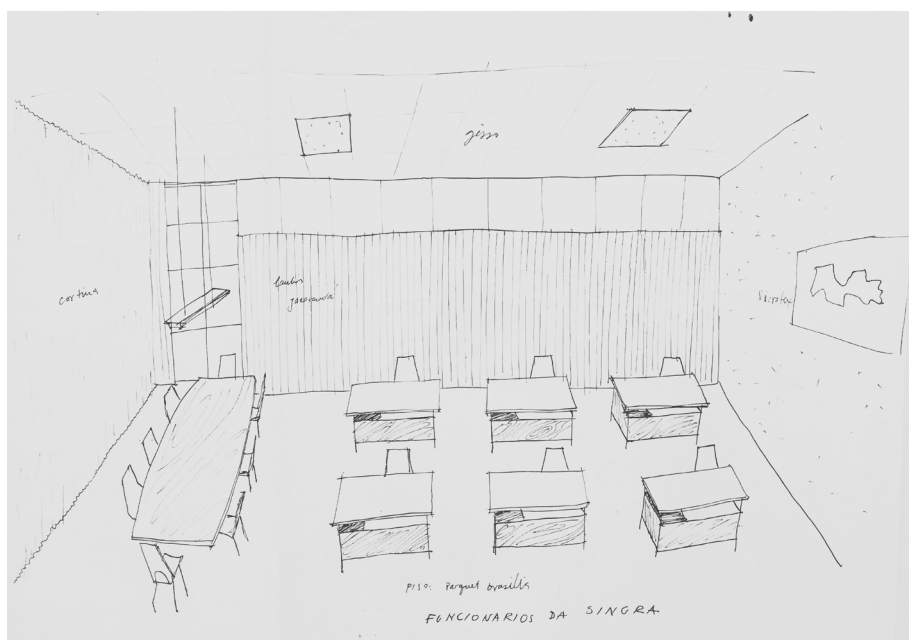
Croquis, não assinados, ilustram algumas das modificações internas propostas para abrigar o novo programa de necessidades do antigo Edifício Grande Hotel que, em meados de 1964, passou a ter cunho institucional como sede da Prefeitura Municipal de Campina Grande.



58-59. Ideias para o hall de entrada e o interior das salas de escritórios destinadas aos secretários. Fonte: APMCG.

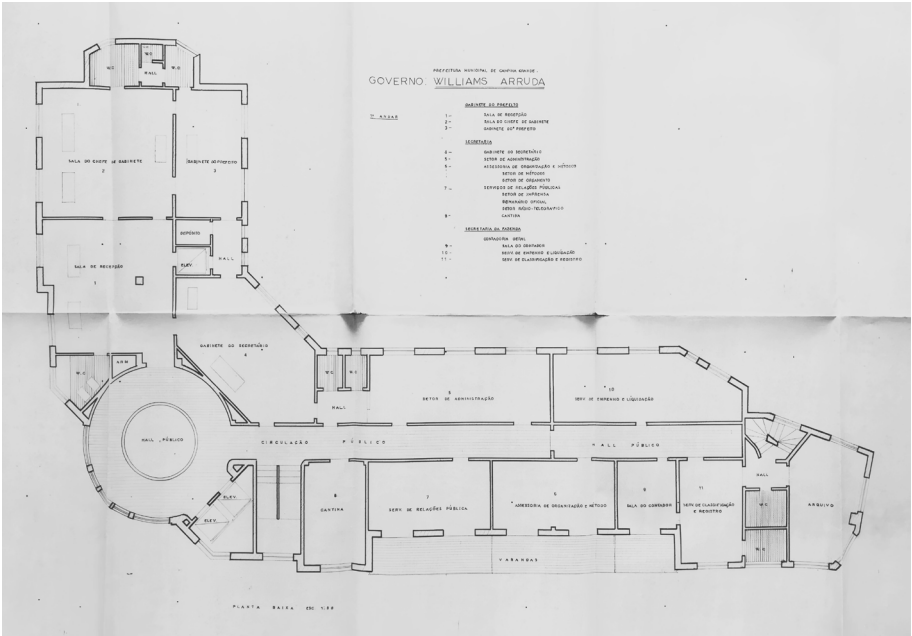
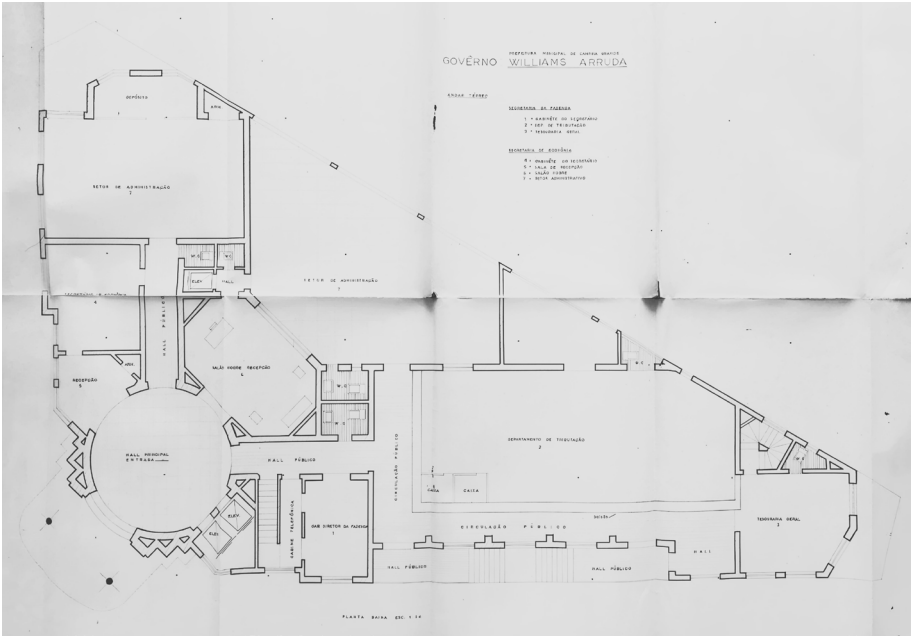


139

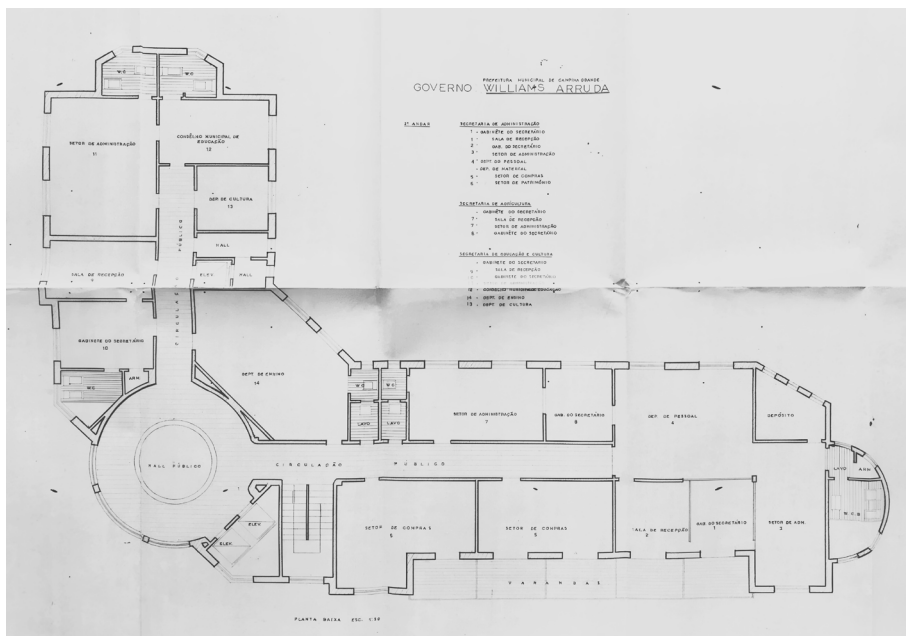


60-61. Ilustrações das propostas para o espaço de recepção aos secretários e para a sala destinada aos funcionários da SINGRA. Fonte: APMCG.

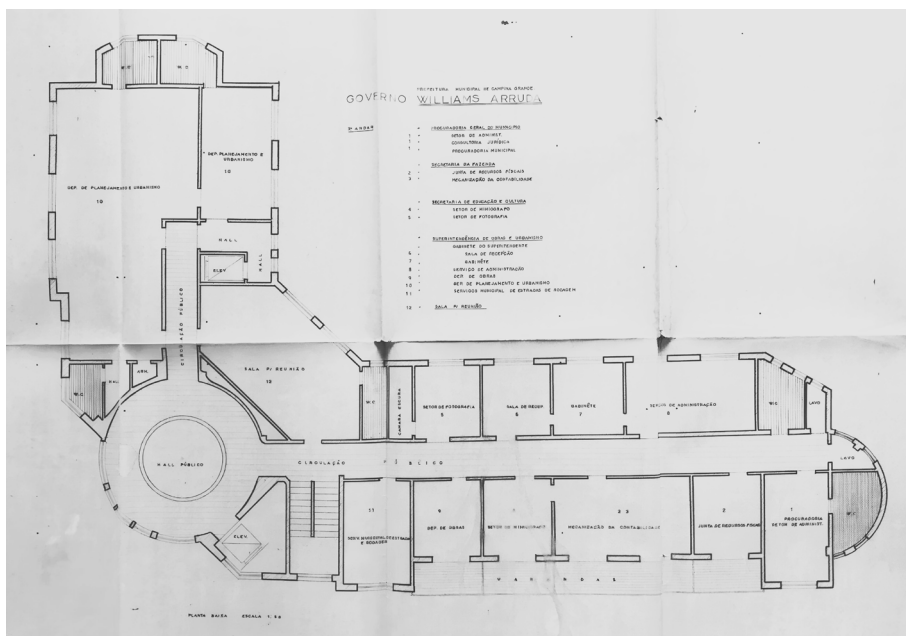
Proposta de readequação de programa para o edifício-sede da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Gestão Williams Arruda, 1964. Autoria não identificada.



62. Planta baixa do andar térreo, ocupado pelas Secretarias da Fazenda e Economia. 63. Planta baixa do primeiro andar, destinado aos setores de administração e relações públicas, à Secretaria da Fazenda e ao Gabinete do Prefeito. Fonte: APMCG.



141



64. Planta baixa do segundo andar. Nele, foram alocadas as Secretarias de Administração, de Agricultura e de Educação e Cultura. 65. Planta baixa do terceiro andar. Contempla a Procuradoria-Geral, a Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Educação e Cultura e a Superintendência de Obras e Urbanismo. Fonte: APMCG.

das áreas molhadas, as varandas antes destinadas aos quartos dos hóspedes e os módulos interligados que denunciavam a presença dos apartamentos com sanitários privativos, talvez para aqueles usuários mais importantes.

Quase duas décadas após a construção dos edifícios do Grande Hotel e da Prefeitura Municipal, o poder público continuou a impulsionar a modernização e verticalização de seus edifícios, entendendo-os como representativos de sua capacidade econômica e administrativa, tanto quanto da inserção da cidade no panorama desenvolvimentista do país. Entre as suas investidas, e dentro do acervo estudado por esta pesquisa, estão o projeto para edifício vertical vinculado ao Terminal Rodoviário Cristiano Lauritzen, o Teatro Municipal e o edifício-sede do Fórum Afonso Campos.

O primeiro deles surgiria a partir de um acordo firmado entre o poder público e a iniciativa privada, como resposta ao crescente desenvolvimento econômico e social local dos últimos anos. Esse acordo envolvia a construção um de edifício alto, além de um terminal rodoviário e um supermercado, o que assegurou o assíduo interesse dos principais meios de comunicação diante o apelo imobiliário e arquitetônico do empreendimento. Acompanhando os anúncios do jornal campinense Diário da Borborema de 1958, é perceptível que o contrato estabelecido entre o então

142

prefeito Elpídio de Almeida e a Empresa Nacional de Mercados Ltda. (ENAC), sediada no Rio de Janeiro, possuía grandes pretensões como “moderno conjunto arquitetônico”, valendo-se de um discurso higienista, da modernidade de suas instalações e da técnica julgada, à época, como a “mais avançada”.

[...] trouxemos o projeto de construção de um moderno conjunto arquitetônico, de linhas funcionais, compreendendo estação rodoviária com capacidade de 13 veículos, um supermercado moderno e um hotel de luxo com setenta e dois apartamentos, inclusive um para hospedagem presidencial e de outras altas personalidades que venham a visitar esta cidade. (ESTAÇÃO... 1958, p. 1)

Edifício moderníssimo construído de acordo com a mais avançada técnica arquitetônica!! (...) Todas as salas de frente, próprias para escritórios, consultórios médicos e odontológicos, equipados com moderno sistema sanitário, gabinetes embutidos e elevador privativo!!! (...) luxuoso hotel de linha internacional o mais moderno da Bahia ao Amazonas (ESTAÇÃO... 1958, p. 4).

Tratando-se especificamente do edifício vertical a ser implantado ao lado do Terminal Rodoviário, seus dois primeiros andares seriam ocupados por salas destinadas a consultórios médicos, escritórios para advogados e representantes

comerciais, além de apartamentos residenciais com elevador privativo; enquanto em seus quatro andares superiores ficariam reservados à função hoteleira “com elevadores sociais e de serviço, apartamentos completos para solteiro e casal, inclusive um apartamento presidencial de alto luxo para hóspedes oficiais”. Coroando tudo isso, no último andar, encontraríamos um salão para recepções, com restaurante, bar americano e boate (EMPRESA... 1958, p. 5). No entanto, como nos conta Freire (2010, p. 136), dificuldades em torno da desapropriação do terreno geraram desinteresse pela construção do edifício, restando-nos apenas a imagem da sua volumetria em maquete junto à Estação e o esboço de uma de suas plantas-tipo¹⁰² [66-67].

Em paralelo, projetos para a construção do Teatro Municipal foram sendo desenvolvidos, primeiro durante a gestão do prefeito Elpídio de Almeida e posteriormente, sob o aval de Severino Cabral. Cabe ressaltar que esse compromisso com a ideia de se fazer um espaço para as artes, não diferente das demais obras empreendidas pelo município, tinha como missão:

[...] corresponder à imagem de progresso que a cidade ostentava, respondendo ao clima de auto-afirmação (sic.) e de otimismo progressista dos anos 1960, numa prova de que o progresso econômico observado na cidade merecia uma resposta arquitetônica e cultural à altura (TEMPLO..., 2004).

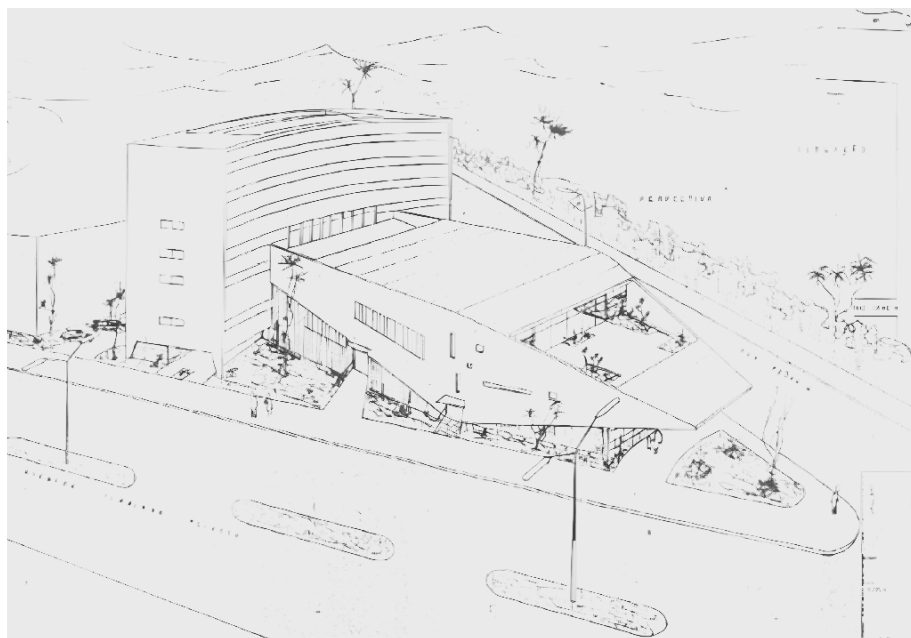
143

Um primeiro projeto foi elaborado pelo arquiteto carioca Ayrton Nóbrega, com auxílio da Serviço Nacional do Teatro e do Ministério da Educação e Saúde (CAMPINA..., 1957, p. 3). Com custos elevados e diante de uma nova gestão municipal, a ideia passou para as mãos do engenheiro Austro de França Costa (diretor do recém-criado Departamento de Planejamento e Urbanismo), do engenheiro Giovanni Gioia (construtor da obra) e do desenhista Geraldino Duda, responsável pelo projeto arquitetônico (TEATRO, 1961, p. 7). Em escolha acertada, Duda concebeu um projeto (1962-1963)¹⁰³ [68-69] que desenrola o programa em dois volumes distintos articulados entre si, os quais tiram proveito do terreno triangular gerado pela bifurcação da av. Floriano Peixoto, de maneira a “aliar a natureza do programa e da topografia para compor um volume com arrojadas soluções plásticas e estruturais”, como apontam Queiroz e Rocha (2014, p. 98).

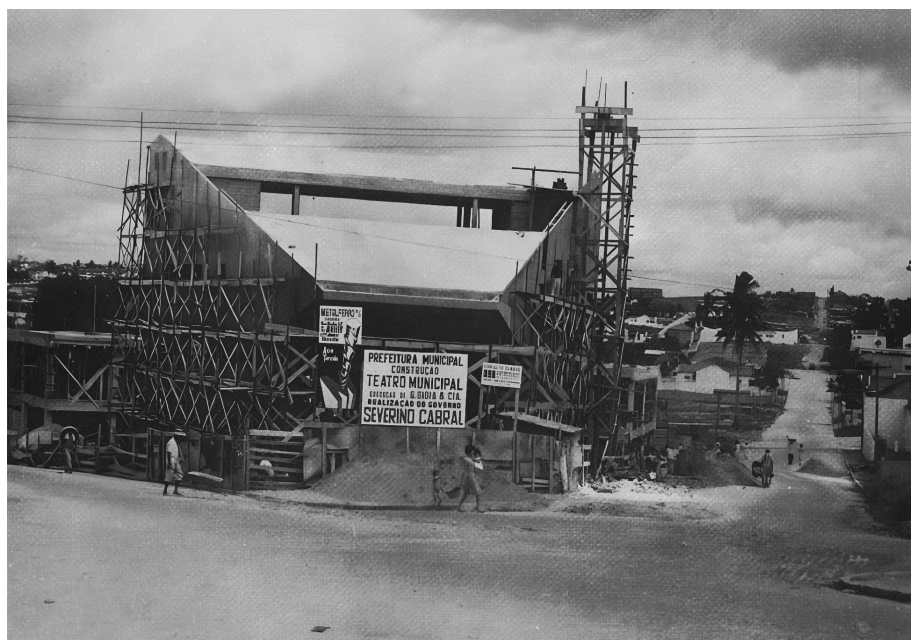
O bloco anterior é o menor deles, mas de maior destaque e impacto visual – seja por sua forma piramidal, pelo mármore que o reveste, pelas pequenas e curiosas

¹⁰² Em publicação no jornal local Diário da Borborema de 22 de agosto de 1958, a descrição dos espaços do edifício vinha acompanhada de informações quanto à compra e às suas formas de parcelamento, além dos nomes de alguns dos primeiros a adquirirem suas unidades.

¹⁰³ O Teatro Municipal Severino Cabral teve sua inauguração anunciada em 1963, embora estivesse ainda parcialmente construído.



144



Teatro Municipal Severino Cabral, av. Mal. Floriano Peixoto.
Projeto: Geraldino Duda, 1962-1963.

66. Desenho em Perspectiva da proposta aprovada. **67.** Registro fotográfico do Teatro Municipal durante execução das obras. Destaque para a placa à sua frente, que anuncia a realização pelo governo Severino Cabral e a responsabilidade técnica da construtora G. Gioia & Cia. Fonte: Acervo Teatro Municipal Severino Cabral.

aberturas de suas empenas laterais, pelo teto-jardim ou pelo balanço de oito metros de sua ponta sobre a calçada. Aos fundos, o edifício de seis pavimentos (dispondo do uso de elevadores) é o segundo elemento a dar forma à nova casa de espetáculos. O volume retangular, ligeiramente curvado, seria apoiado sobre pilotis, com aberturas formando faixas contínuas em uma de suas fachadas, enquanto a oposta traria um painel artístico cerâmico, com brises verticais encobrendo as aberturas¹⁰⁴.

Assim como o Teatro Municipal, o prédio destinado ao Fórum de Campina Grande¹⁰⁵ [68-69] surgiu dentre as obras realizadas pela municipalidade, especialmente, em resposta ao centenário da cidade. A capa da matéria especial dos jornalistas Hécio José e Rubens Américo, publicada na revista O Cruzeiro em 4 de abril de 1964, é prova disso. Dentre um vasto programa de obras e festejos estipulados para aquele ano, a conclusão do Fórum era apontada como “a mais expressiva obra e realização do governo do Estado na progressista cidade centenária”, prometendo, com todo aquele ufanismo característico das matérias campinenses, ser o edifício “mais moderno de todo o Norte do País”, construído “em ritmo de Brasília”. Em 1963, na prestação de contas da comissão executiva responsável pelas realizações em torno do centenário estavam registrados a compra do terreno destinado ao prédio por oito milhões de cruzeiros e o encargo do projeto arquitetônico ao arquiteto Hugo Marques, contratado por quinhentos mil cruzeiros (GOVERNADOR..., 1963, p. 3).

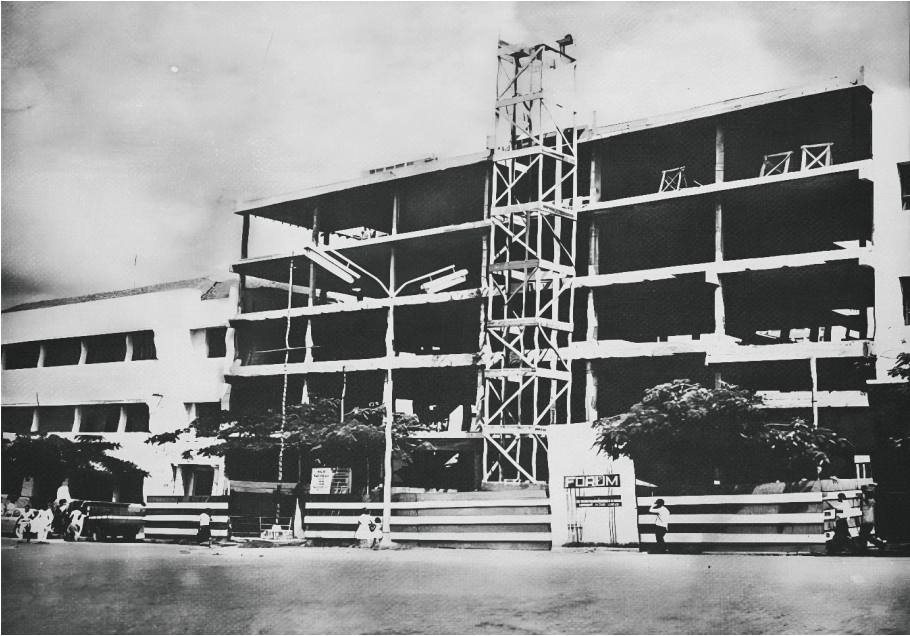
145

Mais tarde, já próximo ao fim da década e encerrando as investidas do poder público na produção de edifícios verticais dentro do recorte temporal da pesquisa, outros dois projetos se destacam: o edifício-sede do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) [70] e o prédio destinado ao Banco do Brasil [71], ambas realizações do Governo Federal.

O anúncio, em 1968, da abertura de concorrência para a construção da agência do INPS aparece em um parágrafo tímido no jornal local, junto à ilustração de sua bela fachada moderna. Nela, viam-se os pilares à mostra que dão ritmo ao mesmo tempo que denunciam a modulação dos espaços, aletas verticais de alumínio colocadas em composição sobre as esquadrias de vidro e um pequeno jardim recebendo seus visitantes. Com seis pavimentos, um subsolo para acesso restrito de garagem e um orçamento inicial de NCr\$ 300.000,00, a conclusão das obras era prevista para o ano seguinte, o mesmo que encerra nosso acervo de projetos e no

¹⁰⁴ O pilotis logo foi fechado, as aberturas em fita, vedadas por um grande pano de vidro, e a beleza dos desenhos do mural, camuflada pela edificação vizinha.

¹⁰⁵ Atualmente, o edifício encontra-se abandonado. Seu projeto não foi encontrado entre os arquivos pesquisados.

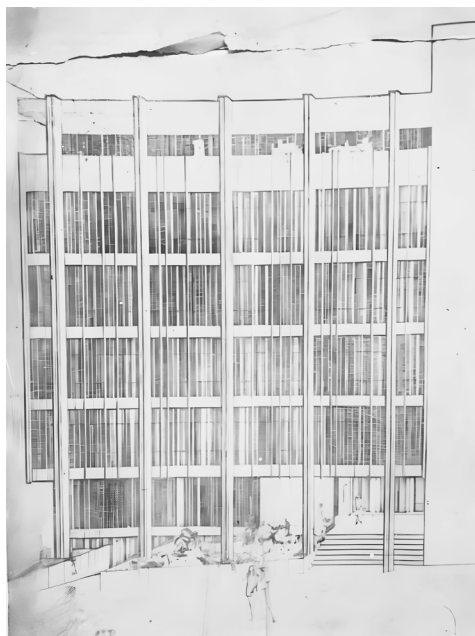


Edifício do Fórum Afonso Campos, av. Mal. Floriano Peixoto.
Projeto: Hugo Marques, 1963-1964.

68-69. Trechos de matéria especial publicada em comemoração pelo centenário da cidade. Desenho em perspectiva do projeto e fotografia da obra em execução. Fonte: Revista O Cruzeiro, 4 de abr. 1964.

Edifício-sede do então Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), rua Coronel João Lourenço Porto.
Projeto: Autoria não identificada.

70. Ao lado, ilustração da fachada principal, publicada em anúncio de jornal local, antecipava o projeto a ser construído.
Fonte: Diário da Borborema, 28 jul. 1968.



Edifício-sede do Banco do Brasil, rua 7 de Setembro.
Projeto: José Corsino Dantas Lima, 1969.

71. Fotografia do edifício em meados dos anos 1970. Fonte: Acervo pessoal José Rodrigues.

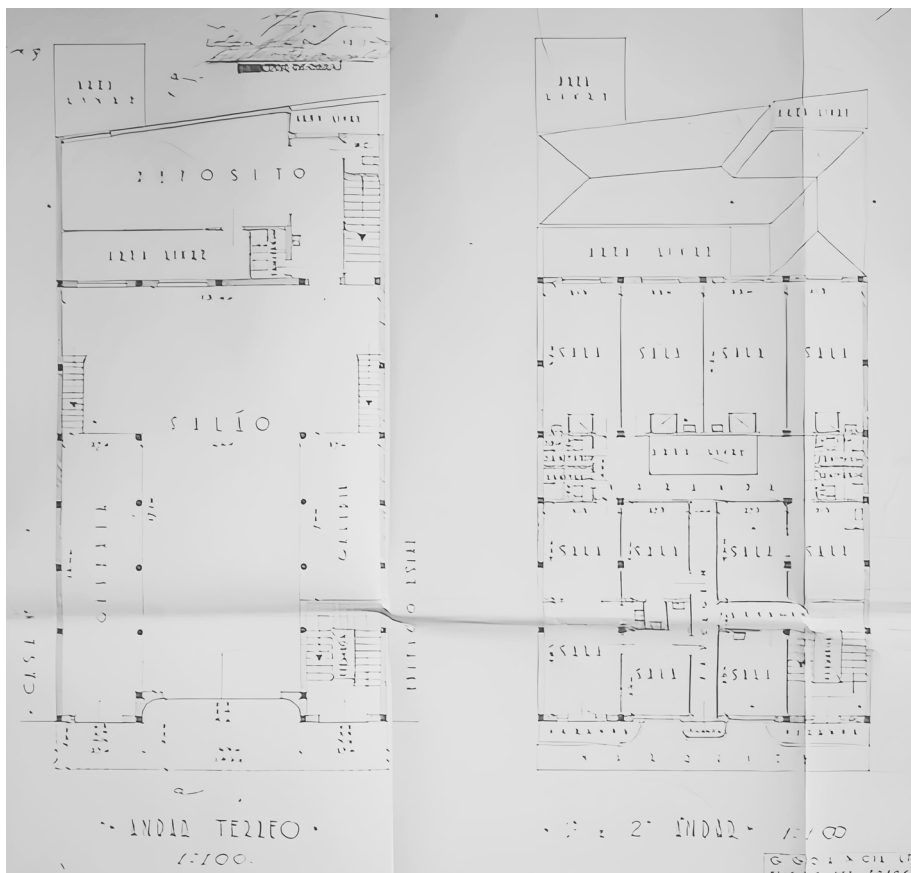
qual está datada a licença de construção do edifício do Banco do Brasil.

Este último, também contando com seis pavimentos e um programa de necessidades bastante específico, foi alocado na rua 7 de Setembro, em proximidade a bancos concorrentes e em meio ao núcleo comercial do centro da cidade. Construído sob a orientação da construtora recifense Cupello Engenharia, o volume retangular responsável por sua verticalidade deixa ver empenas cegas nas suas laterais e, diante da via, uma cortina de janelas envidraçadas ritmadas por aletas verticais que, diferentemente daquelas do INPS, usam o concreto para compor a fachada principal, interrompidas apenas pela marquise contínua que demarca os níveis mais baixos, responsáveis pelos acessos público e privado.

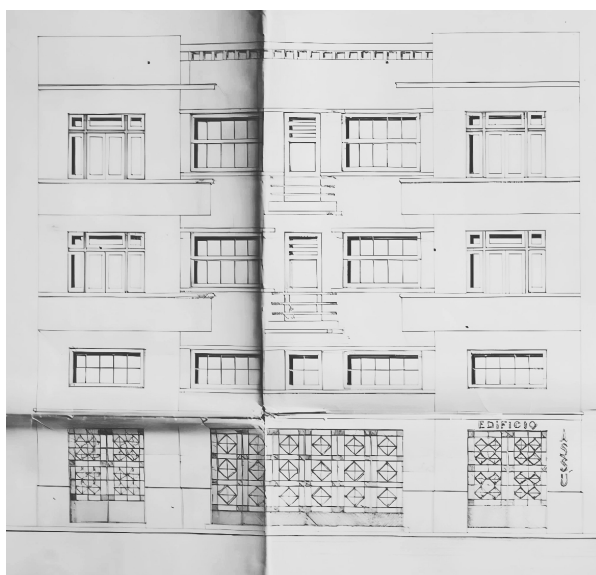
Supostamente tão modernos quanto a modernidade e a participação do poder público ao promovê-los lhes pudesse exigir, esse primeiro conjunto de obras e projetos – composto pelos edifícios do Grande Hotel e da Prefeitura Municipal; pelos prédios anexos ao Terminal Rodoviário Cristiano Lauritzen e ao Teatro Municipal; e pelas sedes do Fórum, do Instituto Nacional de Previdência Social e do Banco do Brasil – seguiu, por um lado, a tendência modernizante das políticas engendradas pelo Estado em suas diferentes escalas administrativas, e por outro, a emergência da modernidade arquitetônica difundida Brasil afora. Parte integrante da verticalização campinense e da participação efetiva do poder público, tais obras fizeram uso do elevador, da verticalidade, da boa localização e da linguagem moderna para imprimir a relevância de suas instituições e serviços, ao mesmo tempo que se faziam marcantes na leitura dos cenários político, social e arquitetônico nos quais estiveram envolvidos.

Saindo do rastro das realizações públicas e retornando aos anos 1950, pequenas obras – como os edifícios Assú [72-73] e Ariús [74-75], na rua Maciel Pinheiro; o Edifício Jacy [76-77], na rua Marquês do Herval; o Edifício Macambira [78], na rua Barão do Abiaí – sinalizam uma produção de fins lucrativos pela iniciativa privada, centrada numa verticalização terciária e de pouca altura, porém com andares que estavam, ao menos em nível de projeto, já condicionados ao experimento do elevador.

Aolê-los, chama-nos a atenção algumas características, padrões que veremos serem replicados e aperfeiçoados de modo indiscriminado nas diferentes atribuições e escalas que a verticalização campinense tentou abarcar a partir dali. Entre eles estão: a mescla entre esquemas convencionais, como o uso do pavimento térreo para comércio, a disposição de unidade de moradia para zelador no último piso (em proximidade à área técnica) e o recurso de vazios internos para a ventilação e iluminação de ambientes (usual em construções ajustadas nas divisas do lote); a



149

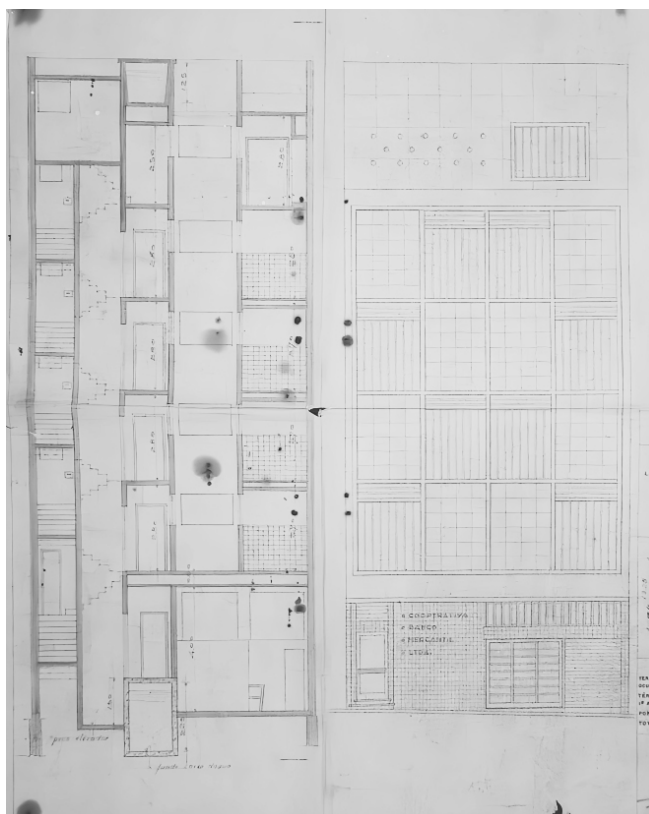
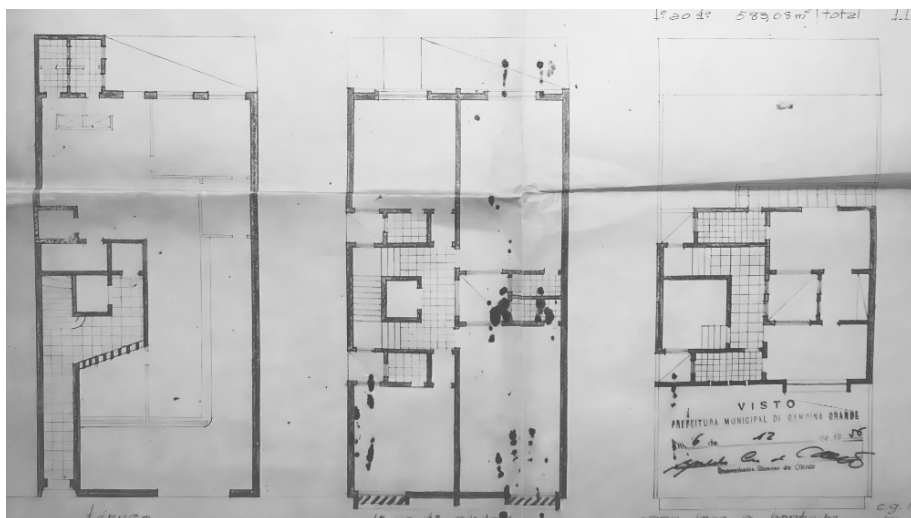


Edifício Assú,
rua Marquês do Herval.
Projeto: Giuseppe Gioia, 1950.

72. Plantas baixas do pavimento térreo (loja) e do pavimento-tipo (salas). 73. Desenho em vista da fachada frontal. Fonte: APMCG.



74. Registro fotográfico do Edifício Ariús durante o período de execução das obras, momento em que três novos pavimentos foram adicionados ao projeto original. Fonte: Jornal Diário da Borborema, 11 out. 1957. 75. Planta baixa do pavimento-tipo destinado a salas. Fonte: APMCG.



Edifício Jacy, rua Marquês do Herval.
Projeto: Austro de França Costa, 1956.

76. Planta baixa dos pavimentos térreo (loja), tipo (salas) e cobertura (casa de máquinas e apartamento do zelado). 77. Corte e fachada principal. Fonte: APMCG.

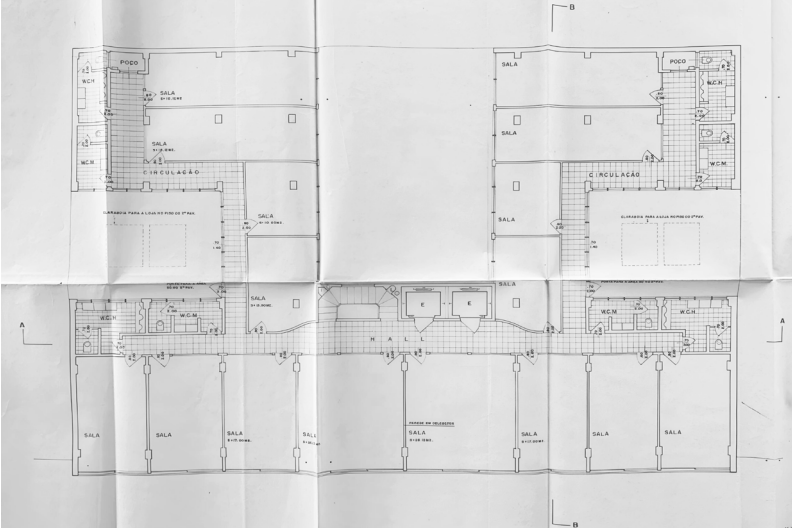
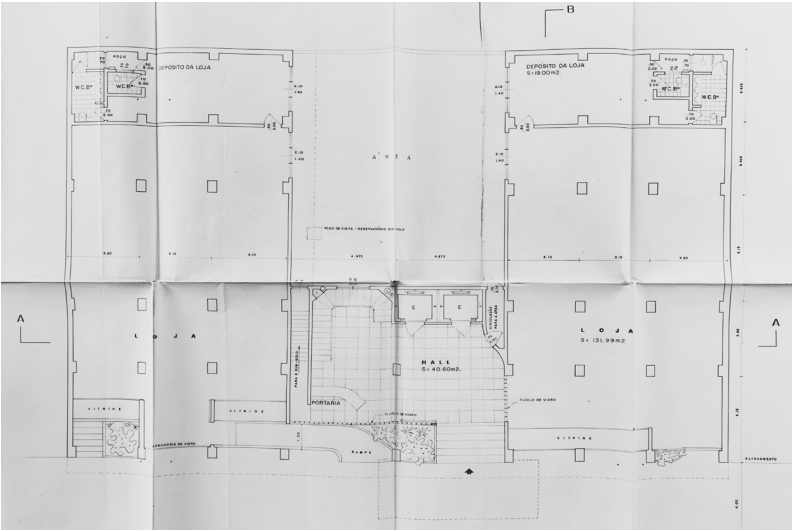
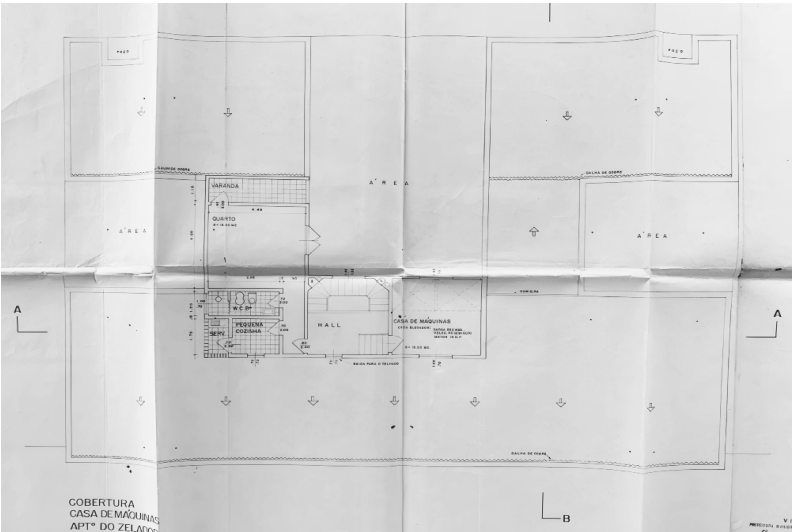
78. Projeto para saneamento do Edifício Macambira. Plantas baixas do primeiro ao quarto pavimentos. Fonte: APMCG.

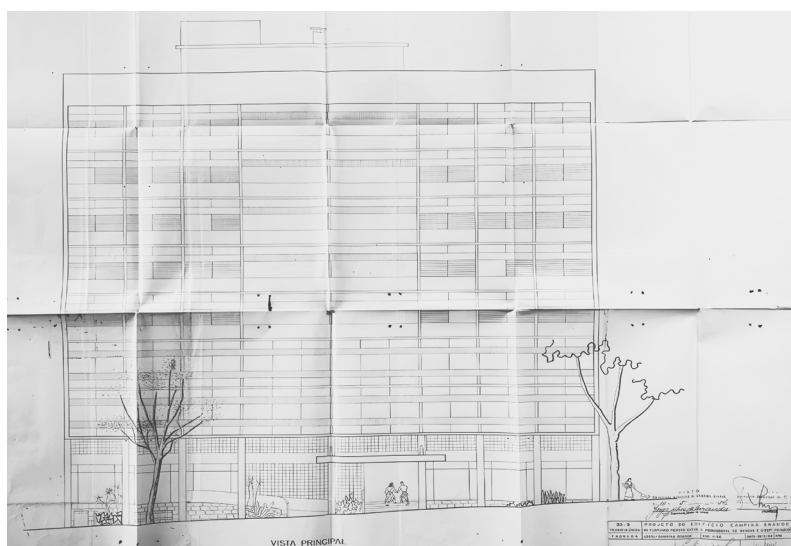
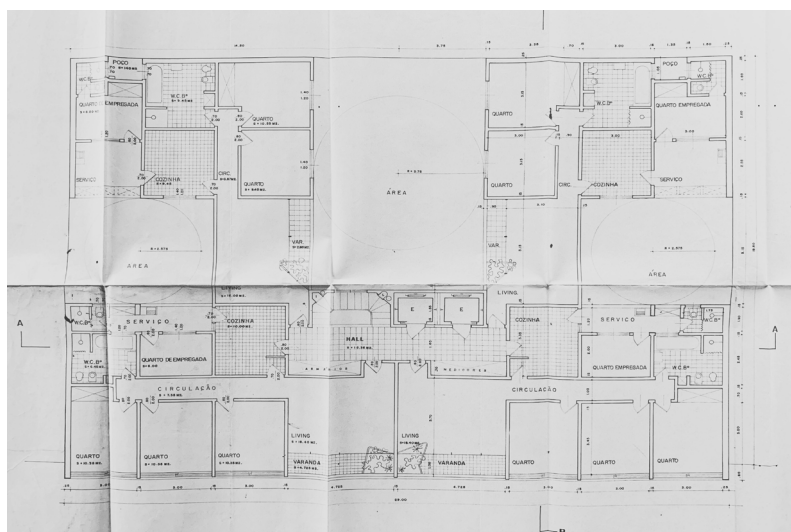
adoção de critérios de compartimentação, como a racionalização dos espaços de circulação coletiva, a ordenação da estrutura e o agrupamento de áreas molhadas e de serviço; e o importante papel desempenhado pelas áreas destinadas à circulação horizontal e vertical, seus elementos e modos de articulação espacial. Em face a quesitos técnicos, o concreto estrutural passa a associar-se às paredes de tijolos, adaptando-se ao programa ao tirar proveito do formato dos ambientes para posicionar lajes, vigas e pilares, sem renunciar a certo rigor modular, que já parece exercer um papel ordenador da planta.

Entre os projetos mais audaciosos desse período, o Edifício Campina Grande [79-83], em 1953, é o primeiro a querer romper de forma mais expressiva o gabarito do centro da cidade, tentando trazer consigo a mais nova maneira de morar e viver verticalizada. Nele, comércio no térreo, salas para escritórios nos dois primeiros andares e apartamentos completos ocupando os outros quatro pavimentos iriam coexistir para atender a diferentes perfis das classes média e alta. A adoção de grandes pátios na lateral do lote permitiria o respiro das áreas de serviço, enquanto aquele central estaria reservado aos ambientes principais de salas e dormitórios. O núcleo de circulação vertical é mínimo, definido por dois elevadores e uma escada aberta deslocados do centro, ao encontro de um pequeno *hall*. Este, quando não associado aos corredores do programa empresarial (salas para escritórios) se limita à presença de seis portas, que permitiriam o acesso social e de serviços nas quatro unidades de apartamentos por andar. Seriam eles apartamentos simples, com dois ou três dormitórios, sala, varanda, wc social, cozinha, quarto de empregado, área e wc de serviço, simetricamente divididos por um eixo central. As unidades voltadas para a rua abrem suas salas de estar para a varanda, dividindo a fachada em três porções que sugerem uma composição clássica da forma e da lógica construtiva, indicada pelos painéis de esquadrias pré-fabricadas (tipo ideal), que fecham os três dormitórios.

Aplanta, como muitas das que veremos, indica critérios modernos de racionalização, modulação e zoneamento, ao passo que a fachada denuncia seus diferentes programas e antecipa as possibilidades de vedações com painéis industrializados e elementos vazados que trazem para a sua arquitetura sentido e sensibilidade modernos. No entanto, ao que parece, essas qualidades não foram convincentes o bastante para fazê-lo viável. Talvez o sr. Manoel Moraes, proprietário do imóvel, tenha reavaliado o mercado e os custos dessa empreitada e, por fim, preferido esperar, especular¹⁰⁶, para então colher os frutos do mercado.

106 Dez anos mais tarde, em 1963, o terreno foi comprado pelo município por oito milhões de cruzeiros para dar lugar ao já citado edifício-sede do Fórum Afonso Campos, projetado pelo arquiteto Hugo Marques.





Edifício Campina Grande, av. Mal. Floriano Peixoto.
Projeto: Giovanni Goia, 1953.

79-83. Apresentadas em sequência, as plantas baixas: da cobertura (casa de máquinas e apartamento para zelador); do pavimento térreo (lojas); do pavimento-tipo para salas; e do pavimento-tipo para apartamentos. Por fim, desenho da fachada frontal. Fonte: APMCG.

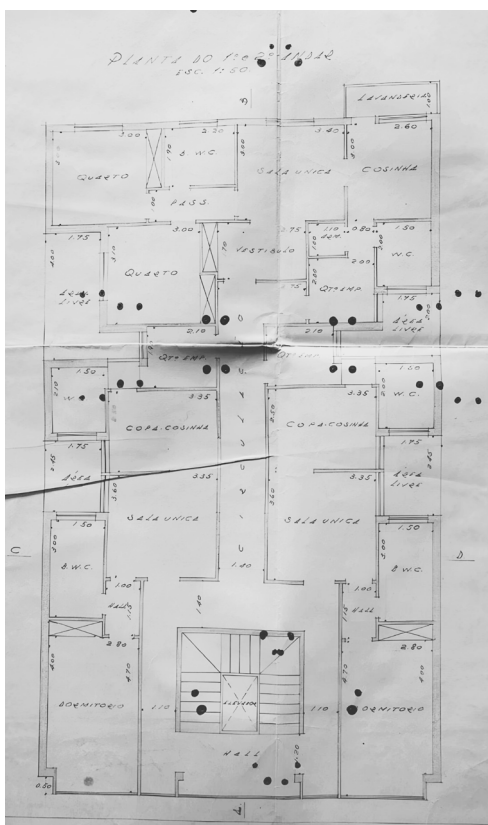
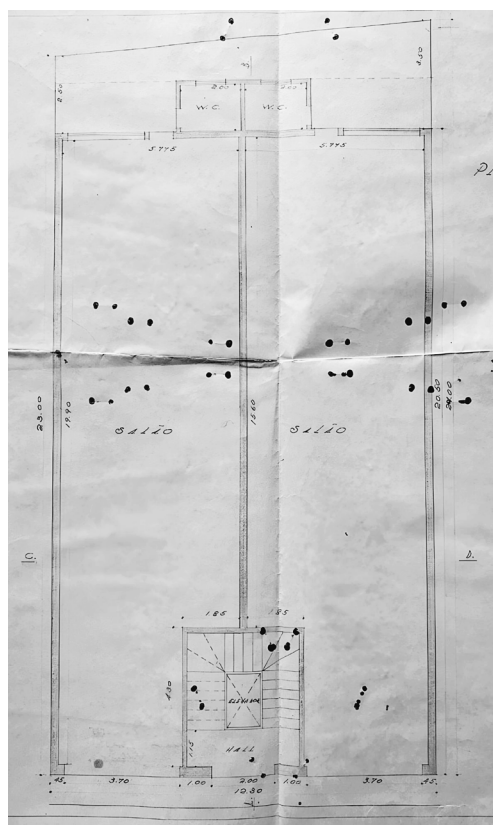
Logo mais, em 1956, uma segunda proposta de incentivo à moradia coletiva e ao uso de elevador foi apresentada à Secretaria de Obras. Acanhado em altura tanto quanto aqueles primeiros projetos da década destinados às salas comerciais, o edifício de propriedade de Genésio Gomes [84-86], na rua Irineu Joffily, seria o próximo a investir em apartamentos e o primeiro desse gênero, em nossa lista de projetos, a ter sua obra executada. Com loja comercial no térreo e andares ocupados por apartamentos (três por andar, seis no total), ele seguiu uma lógica já conhecida entre os campinenses¹⁰⁷, mas que a partir dali, passava a incorporar o elevador (ao menos em teoria) e os benefícios dos acessos secundários de serviço e das dependências para empregados, indispensáveis mesmo naquelas unidades contendo um único dormitório.

A construção do edifício Genésio Gomes, no entanto, constitui uma exceção dentre os poucos projetos voltados à moradia, sobretudo dentre aqueles propostos nos anos 1950. A inabilidade de converter as famílias de classe média e alta para a vida em apartamentos, além de apoiar-se em um número reduzido de andares e projetos dedicados a esse fim, viria expressa de forma mais evidente nos edifícios produzidos na sequência, quando a atenção à produção de salas empresariais passou a ser ampliada em detrimento do programa habitacional completo ou, em substituição, reduzido ao tipo quitinete – perfeito para atender solteiros, estudantes e casais sem filhos, tal como acontece hoje em dia.

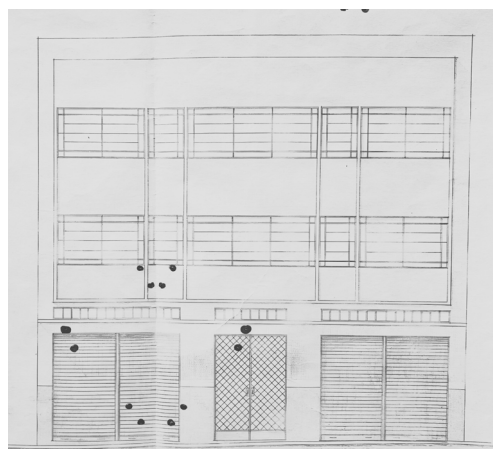
A resistência de famílias à vida em apartamentos pode também ter sido uma das causas das sucessivas inversões de programas e propostas para o Edifício Incotec, do engenheiro Austro de França Costa, na av. Floriano Peixoto, esquina com as ruas Rui Barbosa e 13 de Maio. Em 1956, duas delas foram enviadas à Diretoria de Obras, ainda em etapa de anteprojeto, e cujos usos contemplavam cinema¹⁰⁸ e moradia [87-70]. A promessa inicial era a de se obter um cinema moderno, com capacidade para até duas mil cadeiras estofadas, contendo ar-condicionado, projeção cinemascope, acústica perfeita, som estereofônico e, no exterior, uma bela marquise protegendo a bilheteria e a entrada para a plateia. De frente para a avenida, a planta térrea dividia a área de espera do acesso ao conjunto de circulação vertical, onde convergiam os fluxos dos andares da torre. Mais acima, esse mesmo conjunto daria acesso a setores distintos (um de serviço, outro social) do único apartamento a ocupar o andar. O tipo era o mesmo para os dez andares para os

107 Em referência ao que Queiroz (2008, p. 197) acredita ser o primeiro projeto de edifício de apartamentos. Tal proposta data de 1950 e está indicada no último texto do Capítulo 1.

108 É necessário apontar que a relação entre Campina Grande e a sétima arte se mantinha ativa através das sessões promovidas pelos cines Capitólio, Babilônia, São José e Avenida, construídos entre os anos de 1930 e 1940, e pelos chamados cinemas de bairro, como os cines Liberdade e José Pinheiro, na década de 1950.

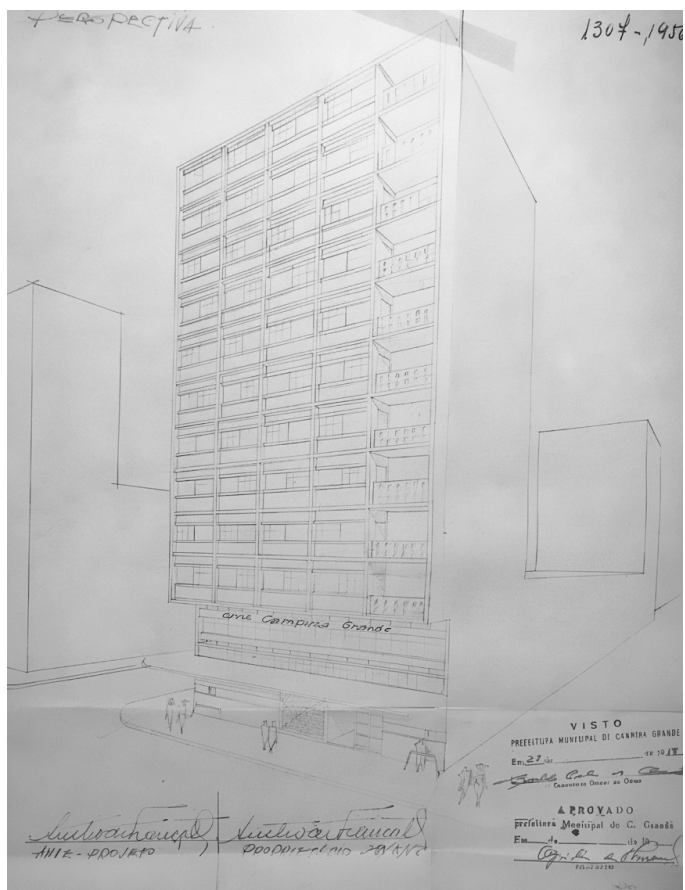
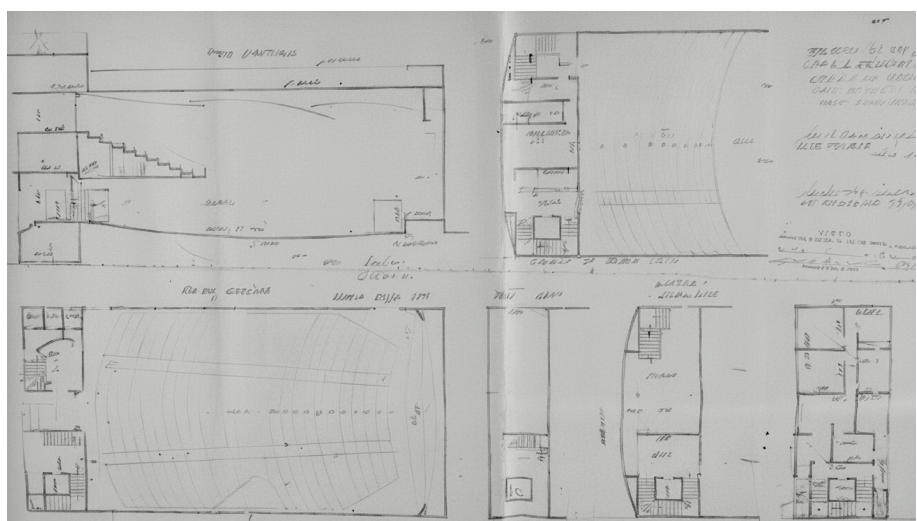


157



Edifício Genésio Gomes, rua Irineu Joffily.
Projeto: Otílio de Souza, 1956.

84-86. Plantas baixas do térreo (lojas) e do pavimento-tipo (apartamentos); e desenho em vista da fachada frontal. Fonte: APMCG.



Edifício Incotec I, av. Mal. F. Peixoto, ruas Rui Barbosa e 13 de Maio.
Projeto: Austro de França Costa, ago. 1956.

87. Primeira proposta para Edifício Incotec. Desenhos a nível de anteprojeto das plantas baixas e corte. 88. Desenho em perspectiva da fachada principal, acesso ao Cine Campina Grande, frente à av. Mal. Floriano Peixoto. Fonte: APMCG.

quais o uso habitacional foi pensado: três quartos, sanitário, sala, *hall* de entrada, terraço, cozinha e dependência de empregado. Os ambientes mais importantes ditando a fachada principal e lateral, enquanto os demais se colocam sobre a fachada posterior, esteticamente menosprezada. Mesmo tratando-se de planta com um pavimento por andar, é preservada uma certa simetria na distribuição dos ambientes e a correspondência destes com os elementos da estrutura.

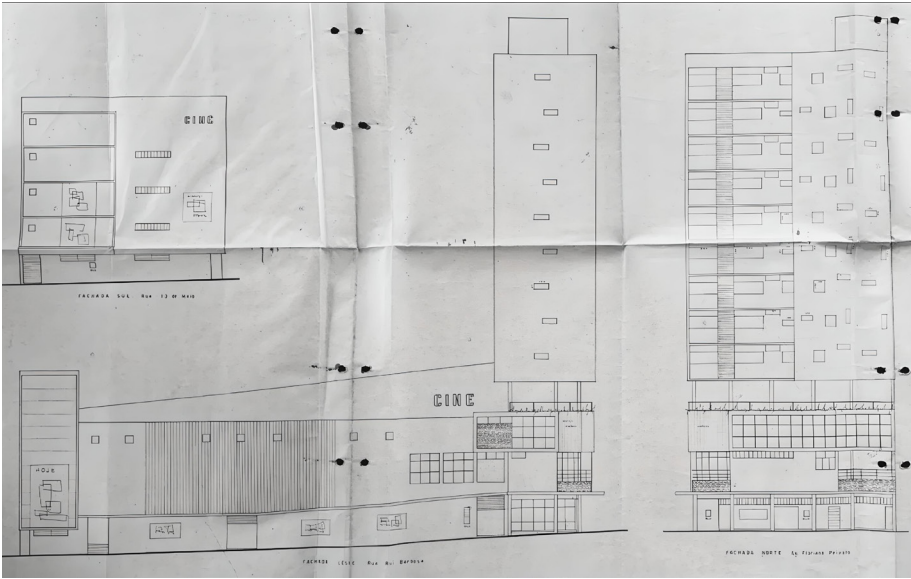
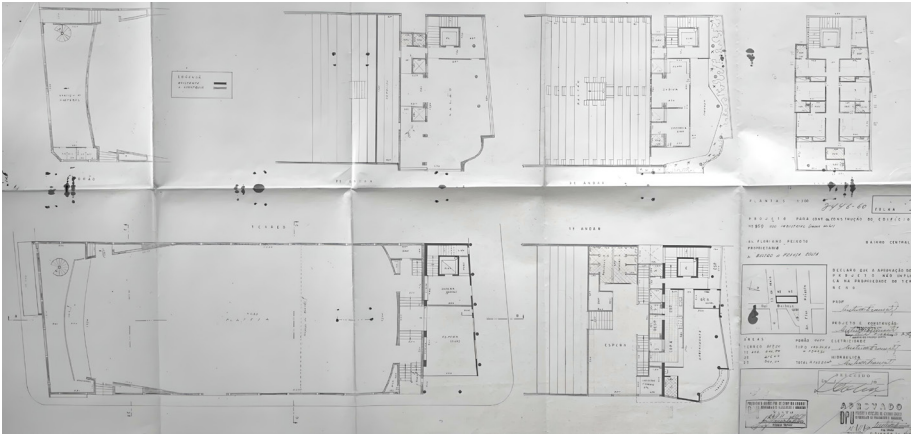
A proposta seguinte, enviada poucos meses depois, trazia algumas alterações na organização dos espaços voltados ao cinema – os banheiros deixam o térreo e passam para o segundo pavimento, enquanto no terceiro a área para gerência é eliminada, restando apenas a cabine de projeção e os *halls* de entrada e saída do público – e na composição das fachadas, ao ganhar nova marquise, paredes inteiras em cobogó, planos verticais associados ao arranjo das esquadrias e o elemento curvo que marcava a esquina e dava movimento à volumetria.

Em 1957, ao solicitar a aprovação de projeto para saneamento, Austro abdicou do gabarito de doze pavimentos e do programa habitacional que viria com ele. As plantas, sem esboçar grandes detalhes ou anexar desenhos de cortes ou fachadas, passavam a indicar apenas quatro pavimentos, dois deles reservados ao Cine Campina Grande e os outros dois, ligados entre si por um lance de escada independente das salas para escritórios [91]. Tais mudanças de atribuição e gabarito talvez tenham se mostrado opções mais seguras aos negócios da construtora e de acordo com as demandas que se dispunha a atender, mas, ainda assim, foram incapazes de se concretizar.

Três anos mais tarde, uma quarta e última proposta seria entregue à Prefeitura trazendo consigo uma nova possibilidade de apropriação do terreno, agora com cinema e hotel¹⁰⁹ [92-93]. Neste projeto, as soluções empreendidas certamente se mostram mais maduras do que as anteriores. A altura é retomada ao longo de treze pavimentos, os ambientes e fluxos são reordenados, e a diferenciação entre volumes e programas é ampliada através de uma maior exploração, estética e formal, das fachadas.

Internamente, a racionalização e a distribuição dos espaços tornaram-se mais coesas em planta: novos *halls* passaram a acomodar a espera dos espectadores, divididos entre os diferentes níveis da arquibancada; no terceiro andar, cabine de projeção e gerência formavam um núcleo técnico-administrativo de acesso restrito

109 É possível especular que o burburinho causado pela venda do Grande Hotel tenha reaberto a discussão sobre a necessidade de hospedagens de alto padrão. Esse fato, somado ao crescente número de salas empresariais construídas no período, pode ter influenciado a mudança de programas arquitetônicos.



Edifício Incotec IV, av. Mal. F. Peixoto, Rui Barbosa e 13 de Maio.
Projeto: Austro de França Costa, 1960.

92. Quarta e última proposta para Edifício Incotec. Plantas baixas de seus diferentes níveis e funções. 93. Desenhos em vista das fachadas frontais e lateral. Fonte: APMCG.

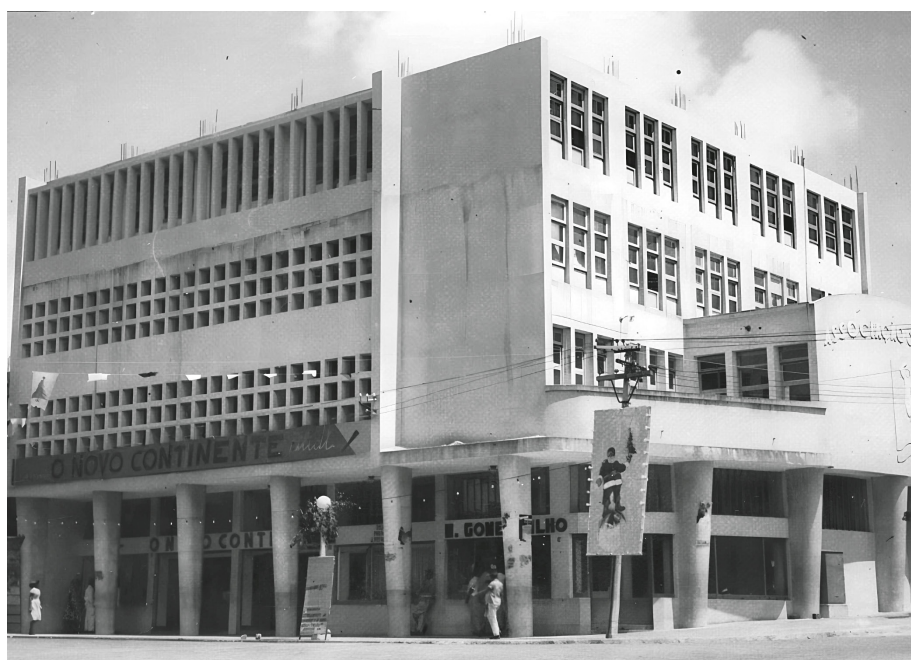
que, ao lado, traria à vista novamente os pilares circulares da estrutura, agora junto a um terraço ajardinado que marcava o fim do volume da base do edifício; no trato dos ambientes destinados à hotelaria, salão e restaurante foram incluídos entre os pavimentos envidraçados, ao mesmo tempo em que os quartos (com seus armários embutidos e banheiros privativos), o corredor central e o núcleo de escada e elevador davam forma ao pavimento-tipo que iria do quinto ao décimo terceiro andar. Infelizmente, a possibilidade de integrar cine e hotel, cine e salas ou cine e moradias se revelou impraticável, pesem os motivos de seu idealizador e o fato de nenhum desses projetos ter sido construído.

A inquietação projetual, entretanto, não foi característica exclusiva dos projetos para o Edifício Incotec. A necessidade de mostrar-se capaz de mobilizar decisões administrativas estruturantes e solidificar sua atuação face à arquitetura moderna que emergia no centro da cidade fez surgir, por meio do esforço conjugado da comunidade de comerciantes e industriais, o novo prédio da Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande [94-95], em 1954, na esquina entre a av. Mal. Floriano Peixoto e a rua Maciel Pinheiro. Apesar de a obra ter sido iniciada na primeira metade da década, só teve sua conclusão anunciada oito anos depois, em 1962, com a redefinição dos elementos de fachada, a maximização do programa de necessidades e a adição de dois novos andares à estrutura (PALACIO..., 1962, p. 1). O Palácio do Comércio e da Indústria, como passou a ser identificado, trouxe consigo pilares robustos que dão suporte às extremidades do edifício, ao mesmo tempo que acompanham e protegem o passeio dos pedestres e clientes que frequentam as lojas no térreo. Paredes e esquadrias recuadas, lajes e arestas salientes e o ganho em altura o comunicam visualmente com seu vizinho Ariús, enquanto, na fachada principal, uma varanda nos deixa ver a avenida à sua frente e um pequeno volume que dá destaque ao letreiro da Associação.

163

Abrindo caminho para os anos 1960 e encabeçando o time dos projetos efetivamente construídos de maior complexidade e trato entre programa e plástica, parece consenso entre autores que a primeira obra a ser destacada seja o Edifício João Rique [96], de 1957, um dos tantos projetos de Hugo Marques e, possivelmente, o mais emblemático na construção da paisagem da Campina do final da década de 1950¹¹⁰. Esse interesse compartilhado entre as mídias da época e reafirmado no estudo preliminar apresentado por Freire (2010, p. 153-162) reside na significativa tomada de altura, na complexidade do programa, na rica paginação

110 Não foram encontrados, entre as fontes consultadas pela pesquisa, documentos que atestem o período de realização ou licenciamento de seu projeto. Desse modo, o ano considerado aqui como referência corresponde àquele em que foram identificados os primeiros indícios sobre a construção do edifício, publicados em matérias publicitárias veiculadas por jornais locais da época.



Edifício Associação Comercial de Campina Grande, av. Mal. F. Peixoto e Maciel Pinheiro. Projeto: Hugo Marques, 1954-1962.

94. Registro fotográfico do edifício da ACCG com proposta inicial inacabada. Imagem não datada. Fonte: Acervo Biblioteca dos Municípios, IBGE. **95.** Edifício ACCG após as alterações de gabarito e de elementos nas fachadas. Destaque para o edifício Ariús ao seu lado esquerdo, a antiga Prefeitura Municipal à sua frente e o Edifício Palomo ao fundo. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2019.



Edifício João Rique, ruas Marquês do Herval e Sete de Setembro.
Projeto: Hugo Marques, 1957.

96. Registro fotográfico do Edifício Rique na década de 1960. Fonte: Acervo pessoal José Rodrigues.

das esquadrias e azulejos, no mural¹¹¹ que embelezava parte do térreo e na preocupação plástica que faz torre e base complementares entre si, personagens e espectadores da paisagem à sua volta.

A procura fracassada pelas plantas originais do complexo e a burocracia que nos impede de conhecê-lo mais profundamente nos fazem olhar com mais atenção para os modelos apresentados por sua campanha publicitária [97-98]. Eles trazem esquemas simplificados de suas lojas e sobrelojas, uma variação da distribuição tripartida do programa habitacional (social, serviço, íntimo) e um apartamento-tipo, que desafiava os limites entre o social e o íntimo, condicionando o uso de moradia ou escritório em pouco mais de 26m². Como era usual, o pavimento térreo, claramente destacado da fachada, mantinha a vocação comercial do centro da cidade, além de reservar, é claro, espaço privilegiado voltado à rua Marquês do Herval, para acomodar o Banco Industrial de Campina Grande, pertencente à família Rique. Na fachada oposta, na rua Venâncio Neiva, um pequeno *hall*, cercado por lojas, foi pensado para receber e direcionar usuários para alcançarem os andares acima. Lá, um corredor central divide os onze apartamentos por andar, que, vistos de fora, acabam por criar painéis horizontais formados por esquadrias de madeira e azulejos coloridos, os quais dão profundidade e beleza à composição das fachadas. Entre base e torre, os pilares em “V”, icônicos na arquitetura moderna brasileira, dão suporte à torre e liberam o pavimento vazado, tornando-o um grande terraço que faz a transição entre volumes, permite recuos, uma maior plasticidade às fachadas e deixa ver a paisagem.

É interessante apontar que muitos dos recursos adotados pelo Rique se mostraram recorrentes em outros programas de grande porte assinados pelo arquiteto Hugo Marques – Edifícios Palomo, Edifício Lucas, Edifício Motta e Edifício José Celino – o que comprova a sistematicidade como condição de seus projetos. No entanto, a comparação entre essas obras e as semelhanças encontradas não deflagram, em si, uma carência criativa, mas o fato de que o exercício de projeto e o ganho de experiência acabaram por gerar uma reserva de tipos e soluções adequadas à arquitetura moderna e aprovadas pela dinâmica local. Desse modo, o acerto projetual quase se sobressai ao experimentalismo, convertendo-o, na verdade, em aprimoramentos baseados nas condições às quais se sujeita e na diversidade de usuários que pretendia atender.

111 No interior do espaço destinado ao Banco Industrial de Campina Grande, um mural do arquiteto Tertuliano Dionísio resumia, com tinta cerâmica sobre azulejo, a cultura do algodão e a introdução da arquitetura moderna, representadas pelas figuras dos trabalhadores e pela dualidade das construções que compunham o plano de fundo. Sobre o muralismo como extensão do projeto moderno na Campina Grande das décadas de 1950 e 1960, ver Almeida (2009).

Edifício

Banco Industrial de Campina Grande

Em 14 pavimentos o seu banco constrói mais progresso

O edifício está situado no ponto mais central da cidade: cruzamento das ruas Marques de Herval, Sete de Setembro e Venâncio Nôvo. Um endereço de prestígio, por tanto, para sua residência ou escritório.

Decida-se prontamente pela compra do seu apartamento no gigantesco edifício do BANCO INDUSTRIAL. Basta observar que é um majestoso bloco arquitetônico com conforto e modernismo — requintado acabamento aos elevadores automáticos.

apto. tipo "A"

apto. tipo "B"

apto. tipo "C"

Para residência ou escritório, qualquer tipo de apartamento é o tipo de apartamento que V. sempre quiser. Solicite informações imediatamente, sem compromisso, e receberá preciosas sugestões sobre a instalação e a decoração do seu apartamento.

Informações e Vendas:

RUA MARQUES DE HERVAL S/N FONE: 7211
CAMPINA GRANDE PARAIBA

[illegible]

Também seria adequado pensar que o empreendimento foi ousado ao esboçar um modelo de edificação que trazia consigo três plantas-tipo para lojas e sobrelojas e outras três para apartamentos de uso flexível (residencial ou escritórios), incorporando, ainda, a sede do banco no térreo (Banco Industrial de Campina Grande), emissoras de TV e rádio no terraço (Rádio e TV Borborema, pertencentes ao grupo Diários Associados), empresa de telefonia no sétimo andar (Empresa Telefônica da Paraíba S.A.) e o Rique Palace Hotel¹¹² em seus quatro últimos pavimentos. Este último incluía restaurante de “padrões internacionais” na cobertura e “um bar completo, seletivo e de elite”, que prometia “momentos de prazer e entretenimento” (RIQUE..., 1969, p. 3).

Ocupando quarenta apartamentos completos no coração do centro comercial da cidade, essa parte significativa de seu programa foi incluída oficialmente três anos após seu lançamento, supostamente indo ao encontro da demanda por hospedagem que persistia desde os tempos áureos do algodão. A esse respeito, na mesma nota jornalística datada de 1969, na qual seus espaços e clientes são revelados, um texto justifica o empreendimento com o mesmo tom progressista que acompanhou o lançamento do Grande Hotel quase três décadas atrás.

Os Hotéis como o RIQUE PALACE, são extremamente necessários à cidade como a nossa, pois em nossos tempos modernos, não se pode admitir por hipótese nenhuma, que uma comunidade que se preze, e que esteja em franco desenvolvimento, careça de hospedarias de categoria.

E continua, de modo um tanto ingênuo e um bocado regionalista, a exaltar seus idealizadores e a representatividade de mais um de seus feitos na cidade:

O RIQUE PALACE HOTEL foi construído e funciona, graças a iniciativa e o arrojo do GRUPO RIQUE que, voltando-se mais para o lado altruístico, que para o lucro imediato, quis beneficiar a terra com um hotel digno de sua grandeza. São os empreendimentos como esse, que elevam o nosso conceito de cidade civilizada e progressista que pode se ufanar em dizer a todo o Brasil, CAMPINA EXISTE... NOS EXISTIMOS (RIQUE..., 1969, p. 3).

Cabe lembrar que o Grupo Rique, representado pelo empresário João Rique, foi o único proponente durante a vigência do edital de venda do Grande Hotel em 1958. Sendo assim, é possível que seu desejo por investir no segmento hoteleiro – frustrado inicialmente após a recusa de sua oferta pela Prefeitura – tenha encontrado na construção do Edifício Rique uma oportunidade de se concretizar,

112 Posteriormente, o hotel foi desativado e seus apartamentos e salas vendidos ou alugados.

mesmo após a aprovação do projeto e a obtenção de sua respectiva licença. Não por acaso, entre os anos 1961 e 1965, esse desejo acabou materializado também por seu filho, Nivaldo Ferreira Rique, ao tornar-se responsável pela construção do Hotel Ouro Branco [99], situado na esquina das ruas Vidal de Negreiros e Cel. João Lourenço Porto. Próprio para essa finalidade, com restaurante no andar térreo, um “moderníssimo” Vip-Bar no terraço, “confortáveis apartamentos” ocupando seus cinco andares (INAUGURAÇÃO..., 1964, p.3) e o desenho moderno do arquiteto Hugo Marques, sua chegada não poderia ter sido mais oportuna, nem seu nome mais apropriado ao histórico da família Rique, que enriquecera com os lucros do algodão, o ouro branco campinense.

Retornando ao Edifício Rique, sua grandiosidade e representatividade dentro do cenário local foram curiosamente apontadas pelo engenheiro Geraldino Duda como um dos motivos para a redução do gabarito de 12 pavimentos proposto ao Edifício Prata [100], em 1962, na rua Semeão Leal. Em conversa com Freire (2010, p. 154), Duda apontou que ao considerar a concorrência pela venda de apartamentos e salas para escritórios, seu proprietário, o sr. Raimundo Viana¹¹³, teria preferido construir um número menor de andares, o que poderia justificar a desproporcionalidade entre a altura da torre e a dos pilares robustos e alongados em forma de “V”, que marcam a fachada¹¹⁴.

169

Especulações à parte, esteticamente, o projeto assinado pelo engenheiro Lynaldo Cavalcanti explorou elementos da estrutura para criar uma espécie de grelha que – como em tantos outros exemplares da arquitetura moderna e muitos dos que integram nosso recorte – trouxe textura e profundidade ao volume da torre. Essa torre, embora inacabada, procurou destacar-se sobre a calçada, criando sombra no passeio dos pedestres e, com seus apoios, sobressaindo e camuflando os níveis do térreo e das sobrelojas. Em seus primeiros anos, o edifício serviu de abrigo para importantes escritórios e lojas comerciais da cidade, passando, logo em seguida, a acomodar em suas salas estudantes e pequenas famílias.

113 Político, empresário e agropecuarista, o sr. Raimundo Viana de Macedo foi prefeito de Campina Grande entre 1945 e 1946. Detentor de grande parte dos terrenos onde se encontra o bairro da Prata e um dos fundadores do jornal local Praça de Campina, do Rotary Club e da Sociedade Beneficente dos Artistas.

114 O alvará de licença de construção concedido em 1962 pela Secretaria de Obras e o comprovante de pagamento de multa por execução de obra sem licença – ou seja, em data anterior ao ano de licenciamento – comprovam a contemporaneidade entre as construções, assim como oficializam o número de pavimentos defendido por Duda. A causa para a execução parcial de seus andares apontada pelo engenheiro, no entanto, constitui mera especulação.



Hotel Ouro Branco, ruas Vidal de Negreiros e Cel. João Lourenço Porto.
Projeto: Hugo Marques, 1961.

99. Registro fotográfico do edifício do antigo Hotel Ouro Branco na década de 1960. Fonte: Acervo pessoal Welton Souto.



Edifício Prata, rua Semeão Leal.
Projeto: Lynaldo Cavalcanti, 1962.

100. Registro do Edifício Prata nos dias atuais. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2019.

O Edifício Lucas [101-109], de 1963-1967¹¹⁵, na esquina das ruas Marquês do Herval e Cardoso Vieira, integra o time das criações que ganharam, no desenrolar entre programa e volumetria, uma importante notoriedade na construção da imagem da cidade e sua arquitetura moderna. A lógica parece ter sido a mesma daquela do Rique: a topografia define bem a subdivisão dos níveis do térreo, onde lojas e sobrelojas dão conta dos primeiros pavimentos; na torre, o arranjo de pequenas unidades; e, entre ambos, o andar vazado. No entanto, a torre agora foge da volumetria retangular convencional, ela se ramifica ganhando um contorno em V e curvatura suave em uma de suas partes, fazendo de seus espaços técnicos (destinados à coleta de lixo e tubulações) e equipamentos de escada e elevadores o elo entre elas. Duas rampas, em diferentes acessos e vias, fazem a transição entre exterior e interior deixando ver a galeria de lojas e convergindo na circulação vertical que dá acesso aos andares superiores. Lá em cima, o pavimento-tipo é composto por 15 unidades simetricamente acomodadas sobre a malha estrutural e cuja configuração (sala, copa, wc) dava liberdade de usos aos seus condôminos, mesmo naquelas com pouco mais de 18m² (3,45m x 5,20m).

172 As unidades frontais à rua Maciel Pinheiro marcam a fachada com janelas e cores estabelecendo simetria e equilíbrio em seus dois grandes painéis, acentuados pela sombra do recuo das salas e caixilharias. Ao centro, o vazio deixa ver as janelas das salas de uma das torres e o corredor de acesso às salas da torre vizinha – esta última, privilegiada ao ter as esquadrias que acompanham a curvatura do prisma, enfileiradas a favor dos ventos e da paisagem. No topo, dois apartamentos confortáveis com acessos distintos para a área social (composta por hall de entrada, sala, quarto e wc) e a de serviço (*hall*, cozinha, quarto e wc de empregada) fariam da cobertura um grande terraço particular, embora destinado aos zeladores.

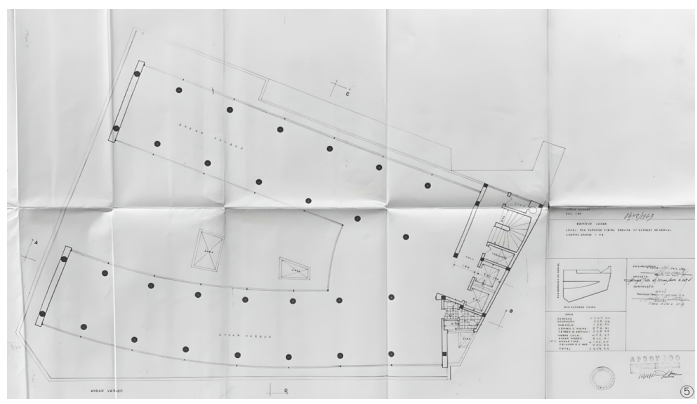
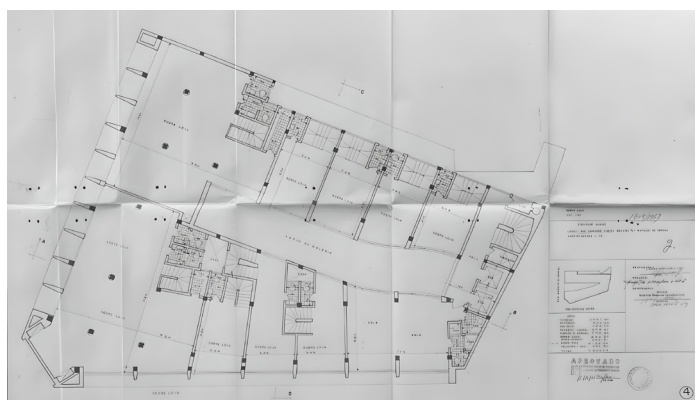
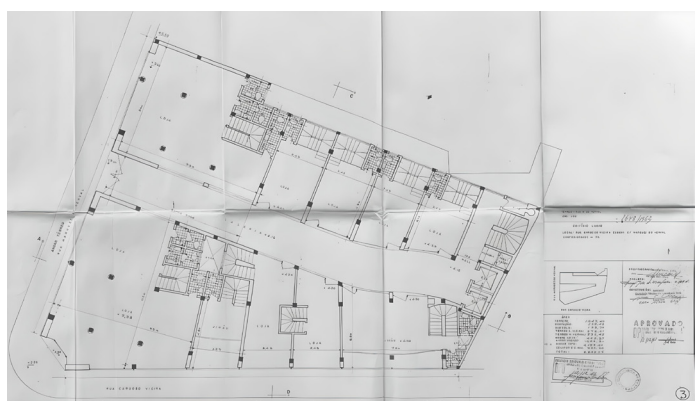
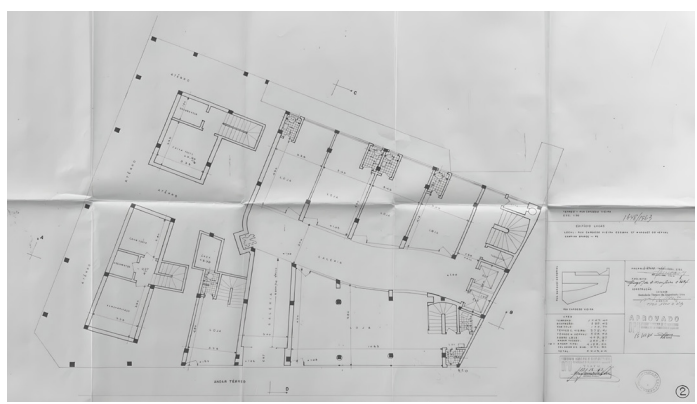
Não menos importante e complexo em suas pretensões de usos e soluções espaciais, o Edifício Motta [110-118], de 1962, representa um contraponto à majoritária produção de edifícios de salas para uso terciário (com ou sem possibilidade de moradia), ao prever pequenos apartamentos compostos por sala, quarto, cozinha e banheiro, além de outros menores, mais próximos daquelas quitinetes produzidas por Hugo Marques ao longo dos anos, mas acrescidos de saleta. Essas unidades variadas seriam replicadas do quarto ao décimo terceiro andar, com oito unidades para cada um deles. Acima, a cobertura traria o apartamento do zelador com dimensões mais generosas, assim como ocorrera no Edifício Lucas. Abaixo,

115 Segundo Freire (2010, p. 169), é provável que sua inauguração tenha ocorrido em 1967, já que o registro de convenção do condomínio data de 27 de agosto desse ano. O registro fotográfico do edifício ainda em construção, presente em matéria intitulada “Campina Grande é Grande, de verdade” publicada pela Revista Tambaú, em 1996 – reforça essa hipótese.

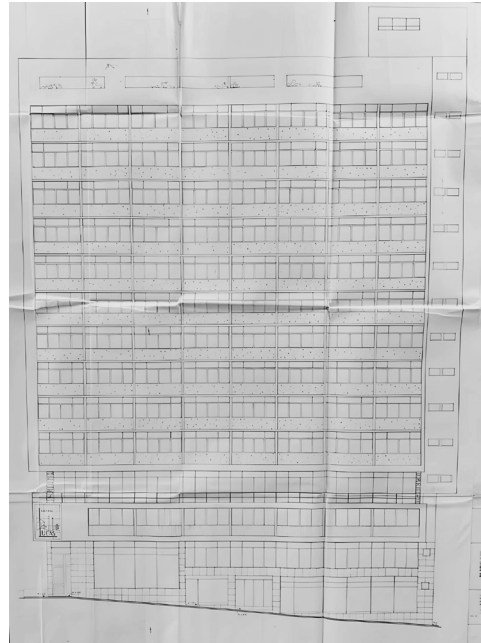
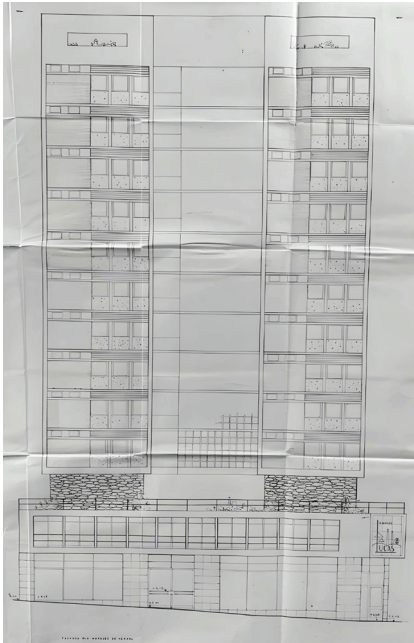
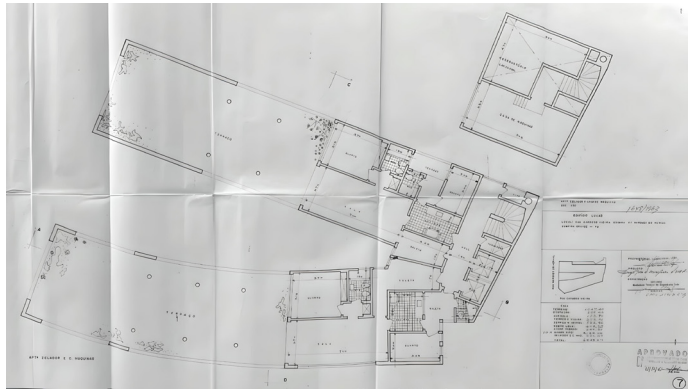


Edifício Lucas, ruas Marquês do Herval e Cardoso Vieira.
Projeto: Hugo Marques, 1963.

101. Registro fotográfico do Edifício Lucas na década de 1960. Ao fundo, vê-se o Edifício João Rique. Fonte: Acervo pessoal Welton Souto.



102-105. Plantas baixas do Edifício Lucas. Apresentadas nesta ordem, as plantas dos níveis do térreo, das sobrelojas e do andar vazado. Fonte: APMCG.

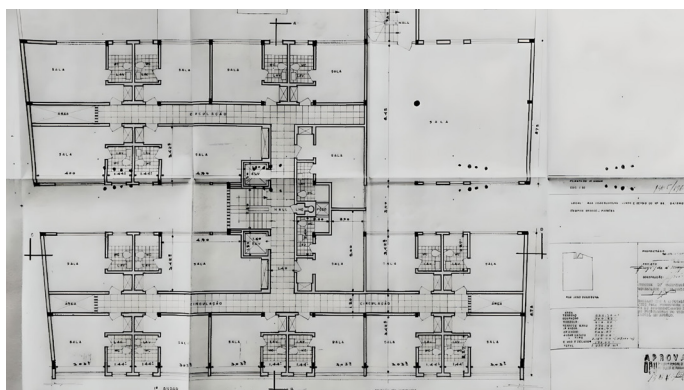
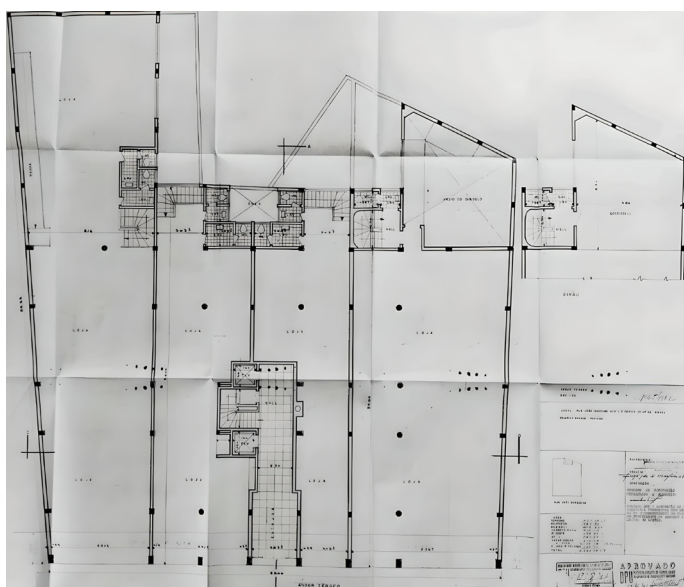
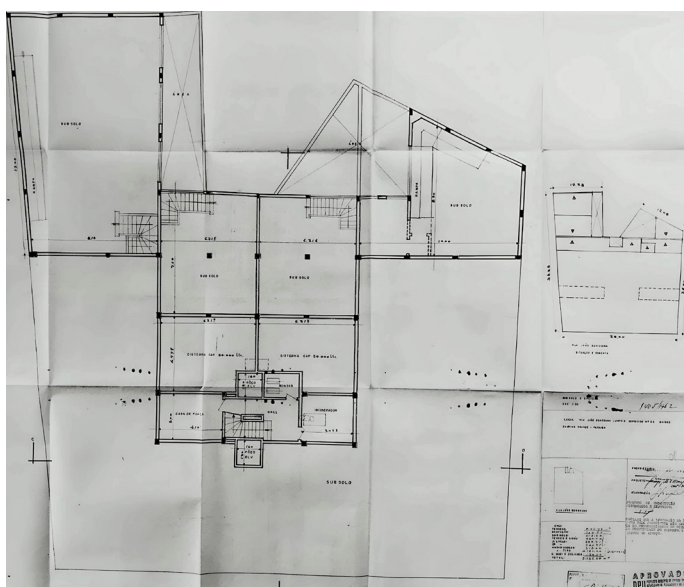


106-107. Acima, as plantas baixas do pavimento-tipo (salas) e da cobertura (terraço, casa de máquinas e apartamentos “colados” para zeladores) do Edifício Lucas. Fonte: APMCG.
108-109. Na sequência, desenhos da fachada frontal (frente à rua Marquês do Herval), e da fachada lateral direita (voltada à rua Cardoso Vieira). Fonte: APMCG.

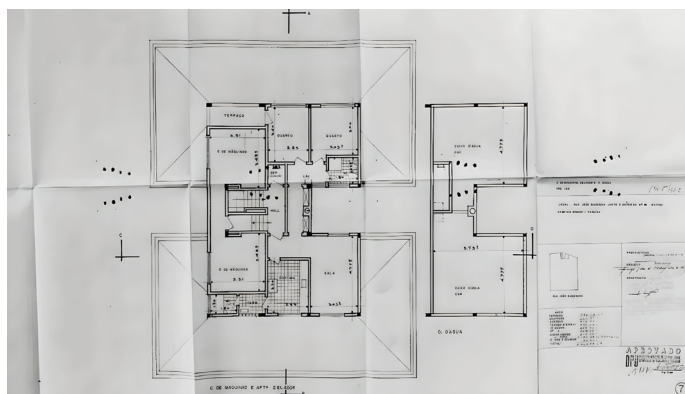
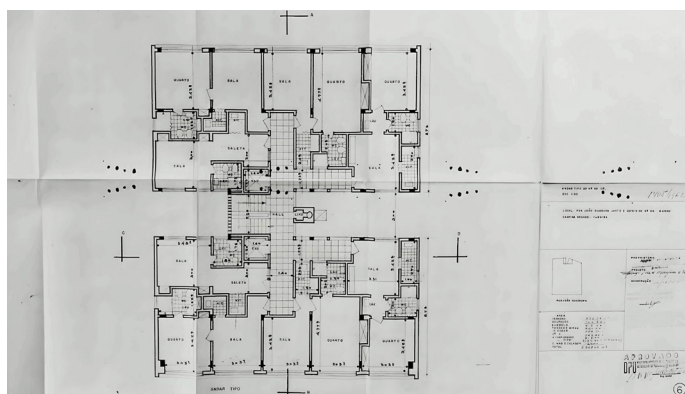
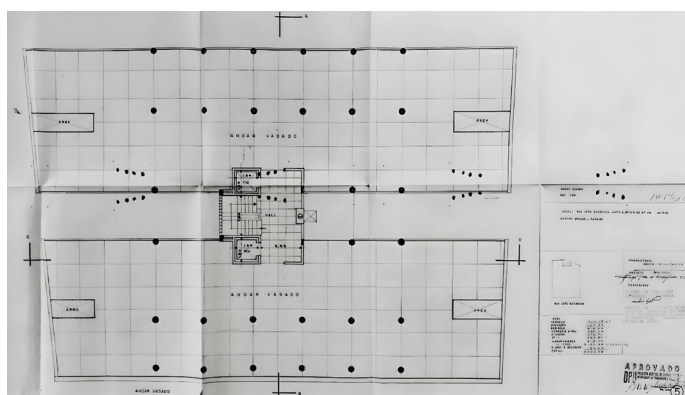
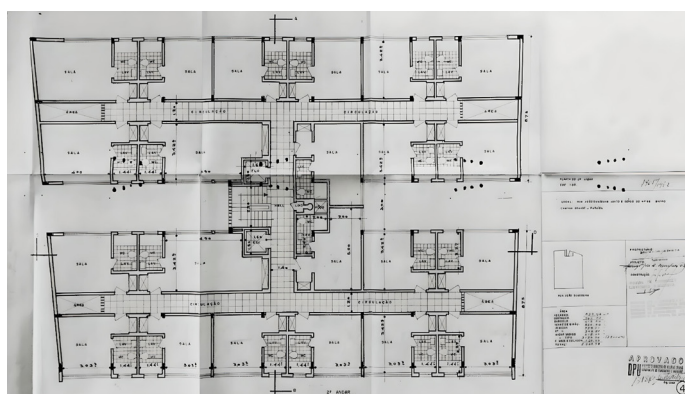


Edifício Motta, rua João Suassuna.
Projeto: Hugo Marques, 1962.

110. Registro fotográfico do Edifício Motta nos dias atuais, ainda inacabado. Fonte: Acervo pessoal, 2019.



111-113. Plantas baixas do Edifício Motta. Desenhos dos níveis do sub-solo, do pavimento térreo (lojas) e do primeiro andar (salas), apresentados nesta ordem. Fonte: APMCG.



114-117. Ao lado, as plantas baixas do segundo andar (salas), do andar vazado, do pavimento-tipo (apartamentos) e da cobertura (casa de máquinas e apartamento do zelador) do Edifício Motta. Fonte: APMCG.



118. Desenho em Vista da fachada principal do Edifício Motta, frente à via João Suassuna. Fonte: APMCG.

o andar vazio, mais uma vez se faz presente, permitindo a diferenciação de usos, do habitacional ao empresarial; a abertura de poços de luz nas extremidades laterais; a transferência de ar entre os vazios da planta; e a criação de um extenso terraço. No primeiro e no segundo andares, corredores dividem e dão acesso às salas para escritórios, as áreas molhadas se mantêm agrupadas e a simetria dos eixos da estrutura dá pistas dos arranjos das unidades. No primeiro andar, o espaço equivalente a quatro dessas salas é liberado e tem acesso restrito a uma das lojas do térreo por meio de escada particular. Os vazios entre os volumes da torre, assim como nos andares superiores da base – que, no interior, ventilam e iluminam salas, banheiros e circulação – e o núcleo de circulação vertical dividem o miolo da planta até a chegada ao térreo onde lojas ocupam quase que por completo o desenho do lote, estendendo-se ao subsolo. Parcialmente construído, o Edifício Motta permanece como uma antiga promessa longe de se concretizar.

E por falar em promessa, é provável que a maior delas tenha sido aquela proferida pela firma G. Gioia ao anunciar, em 1965, o Edifício Canadá [\[119\]](#), o “Maior em tudo”. Infelizmente, das 17 lojas com sobrelojas e das 84 unidades – compostas por *hall*, duas salas, banheiro e quitinete – que dariam sentido e forma ao prisma de 16 pavimentos situado à rua Maciel Pinheiro, nenhuma foi construída, restando apenas um único desenho: o mesmo que aparece duas ou três vezes replicado entre as páginas do Jornal da Borborema. O mesmo acontecera com o Edifício Shangri-lá [\[120\]](#), que prometia saudar o centenário da cidade ocupando os lotes 47 e 51 da rua Cardoso Vieira com outros 16 pavimentos compostos por lojas, sobrelojas e conjuntos para consultórios e escritórios¹¹⁶.

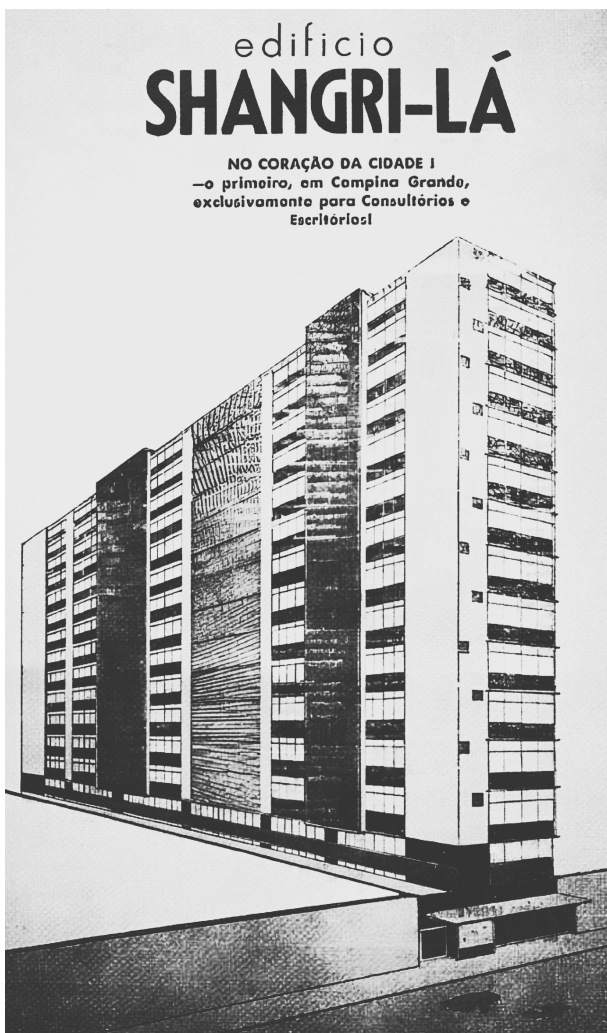
Algo semelhante pode ser dito sobre o Edifício Alvorada [\[121-124\]](#), parcialmente construído na av. Floriano Peixoto, esquina com a rua Tavares Cavalcanti. O anúncio publicado em maio de 1962 mostrava com orgulho o desenho em perspectiva de um prédio de oito pavimentos, prometendo apartamentos de um a quatro quartos. O segundo empreendimento da incorporadora Verga na cidade é mais um com autoria do arquiteto Hugo Marques, mas, assim como tantos outros, teve seu projeto reduzido em altura e o uso do elevador excluído de suas necessidades. Curiosamente, os desenhos aprovados pela Prefeitura poucos meses após seu anúncio não trazem oito pavimentos, mas sim quatro, com três apartamentos de dois ou três quartos (salvo o dormitório para empregado) por andar. Em lote bastante irregular, o edifício ganha a forma de “V”, tendo no miolo um espaço livre e descoberto para atender às áreas de serviço das unidades maiores e, na

¹¹⁶ Os projetos dos edifícios Canadá e Shangri-lá não foram encontradas entre os acervos consultados por esta pesquisa.



Edifício Canadá,
rua Maciel Pinheiro.
Projeto: Hugo Marques. 1965.

119. Recorte de anúncio publicitário do Edifício Canadá. Fonte: Jornal Diário da Borborema, ago. 1965.



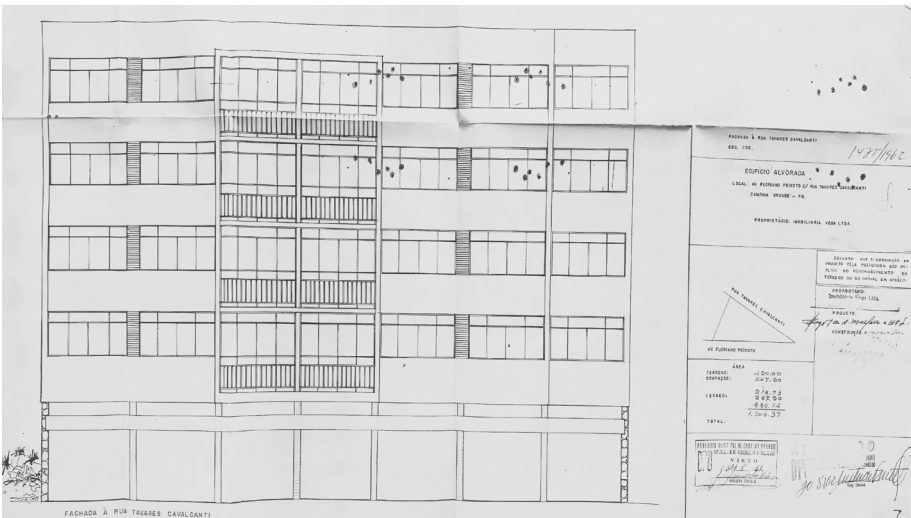
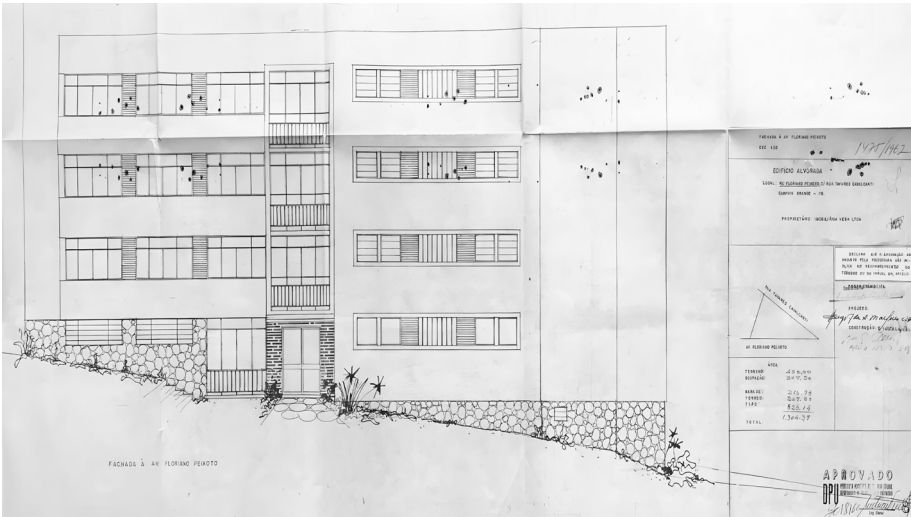
Edifício Shangri-lá,
rua Venâncio Neiva.
Projeto: autoria não identificada.

120. Recorte de anúncio publicitário do Edifício Shangri-lá. Fonte: Jornal Diário da Borborema, mai. 1962.



Edifício Alvorada, av. Mal. Floriano Peixoto e rua Tavares Cavalcanti.
Projeto: Hugo Marques, 1962.

121. Registro do Edifício Alvorada nos dias atuais, ainda incompleto. Fonte: Acervo pessoal, 2019.



122-124. Projeto para o Edifício Alvorada. Plantas baixas dos níveis de subsolo, pavimento-tipo (apartamentos), vistas das fachadas frontal e posterior, respectivamente. Fonte: APMCG.

largura generosa de suas fachadas principais, a capacidade de concentrar quartos e salas de estar – deixando estas últimas sacarem ao alinhamento do prédio como se quisessem expor o ambiente social da família e quebrar a uniformidade de suas fachadas. A entrada ocorre de frente para a avenida, protegida por uma pequena marquise de concreto e marcada pelos revestimentos em pedras e azulejos. Dali surgem o *hall* e as portas de acesso social e de serviço dos apartamentos do térreo, quase que igualmente reproduzidos nos andares acima. Na entrada posterior, o projeto prevê garagem (cerca de 11 vagas para 21 apartamentos¹¹⁷), reservatórios, espaços técnicos e uma pequena loja no canto esquerdo que, visualmente, diferencia por seus vazios a base do prisma da regularidade das esquadrias em fita. Motivos ainda desconhecidos fizeram dessa proposta, assim como a anterior, não fosse levada adiante – pelo menos não por completo. O Edifício Alvorada teve apenas três pavimentos construídos e pouco, ou quase nada, dos seus elementos de fachada executado¹¹⁸.

Construído alguns anos após o controverso Edifício Rique e pouco antes do Edifício Lucas, o Edifício Palomo [125-135], de 1962, situado nas ruas Cardoso Vieira e Barão do Abiaí, é referência a uma série de projetos longos desenhados em terrenos estreitos e profundos, apresentando, dentre todos eles, o esquema mais variado. Ali, em um espaço com 12,8m de largura, 74m de comprimento, com dois blocos retangulares justapostos ocupando-o por completo, o térreo se abre de uma ponta à outra dando continuidade ao passeio vindo das calçadas e deixando à mostra a galeria de lojas (e “lojinhas”) envidraçadas. No canto, ao centro, três elevadores, duas escadas, dois *halls* e duas portarias são separados em grupos distintos, que dão acesso aos andares superiores dos blocos de maior e menor gabarito. Naquele maior, o recurso do pavimento vazado é retomado por Hugo Marques como elo de transição e diferenciação entre base e torre, tornando visíveis a estrutura ordenada dos pilares e o cuidado paisagístico, já anunciado nas áreas de jardins do térreo e da cobertura.

Também visíveis são o núcleo isolado de circulação vertical e o padrão rígido presente na ordem das plantas, com uma série de paredes compondo pequenas unidades individuais, estreitas e longilíneas, paralelas sobre uma estrutura reticular de pilares, vigas e lajes. Essas unidades dão textura e significado às fachadas

117 Em que pese a incompatibilidade entre o número de vagas e o de apartamentos, trata-se de uma solução pouco explorada ou talvez pioneira na cidade visto as dimensões dos lotes, e predisposição ao comércio nos pavimentos térreos, algo comum nos prédios locados no centro comercial da cidade. Assim como o Alvorada, o Edifício Serrano de 1962 e o Paraná contavam com essa solução.

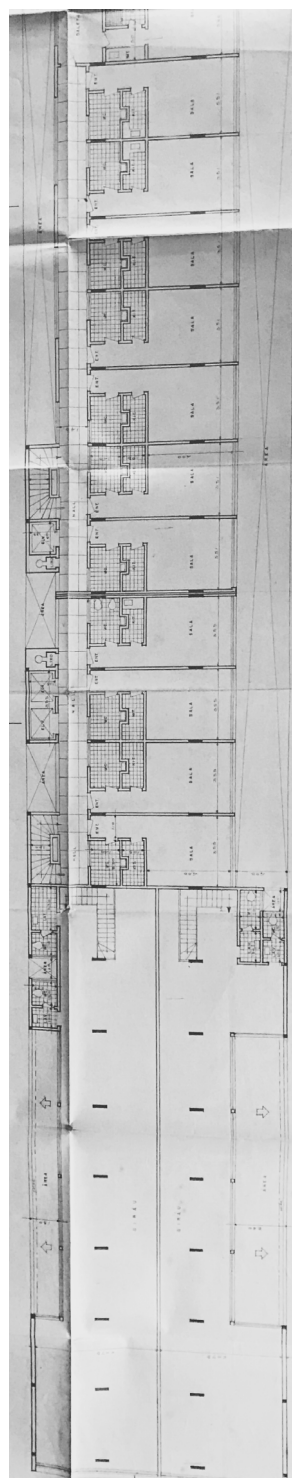
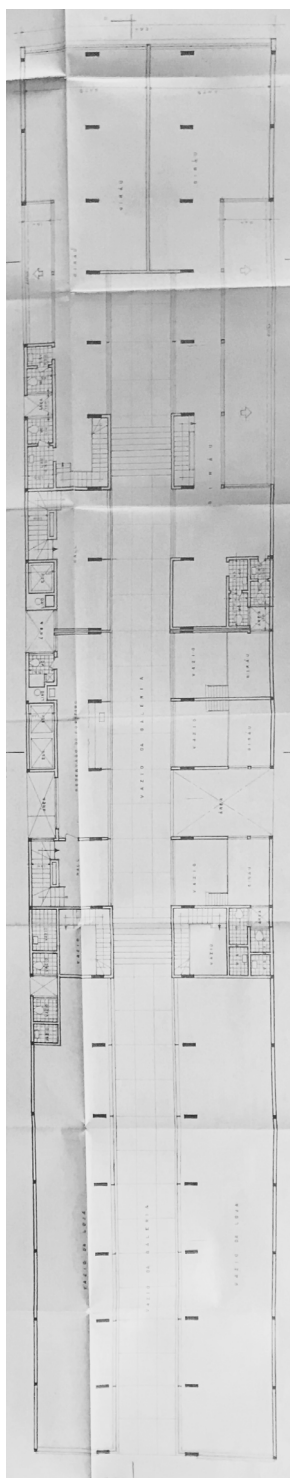
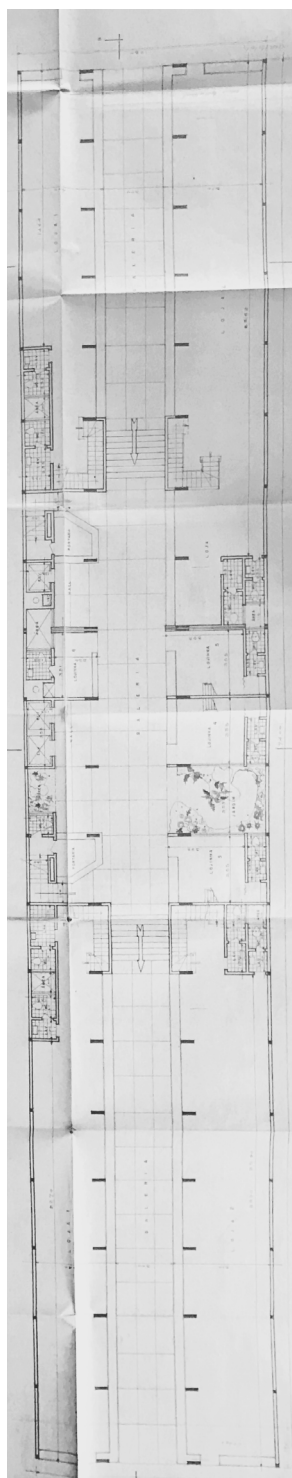
118 Esquadras foram reduzidas, a marquise, os gradis das sacadas e as venezianas eliminados. A composição visual de fato construída, não reflete seu projeto em planta, tão pouco o cuidado dado pelo arquiteto aos fechamentos e revestimentos.



Edifício Roberto Palomo (Margarida Palomo), ruas Maciel Pinheiro e Barão do Abiaí.
Projeto: Hugo Marques, 1962.

125. Edifício Roberto Palomo, frente à rua Maciel Pinheiro, década de 1970. No canto direito, o Edifício Ariús e o prédio da Associação Comercial. Fonte: Acervo pessoal Emmanuel Sousa.

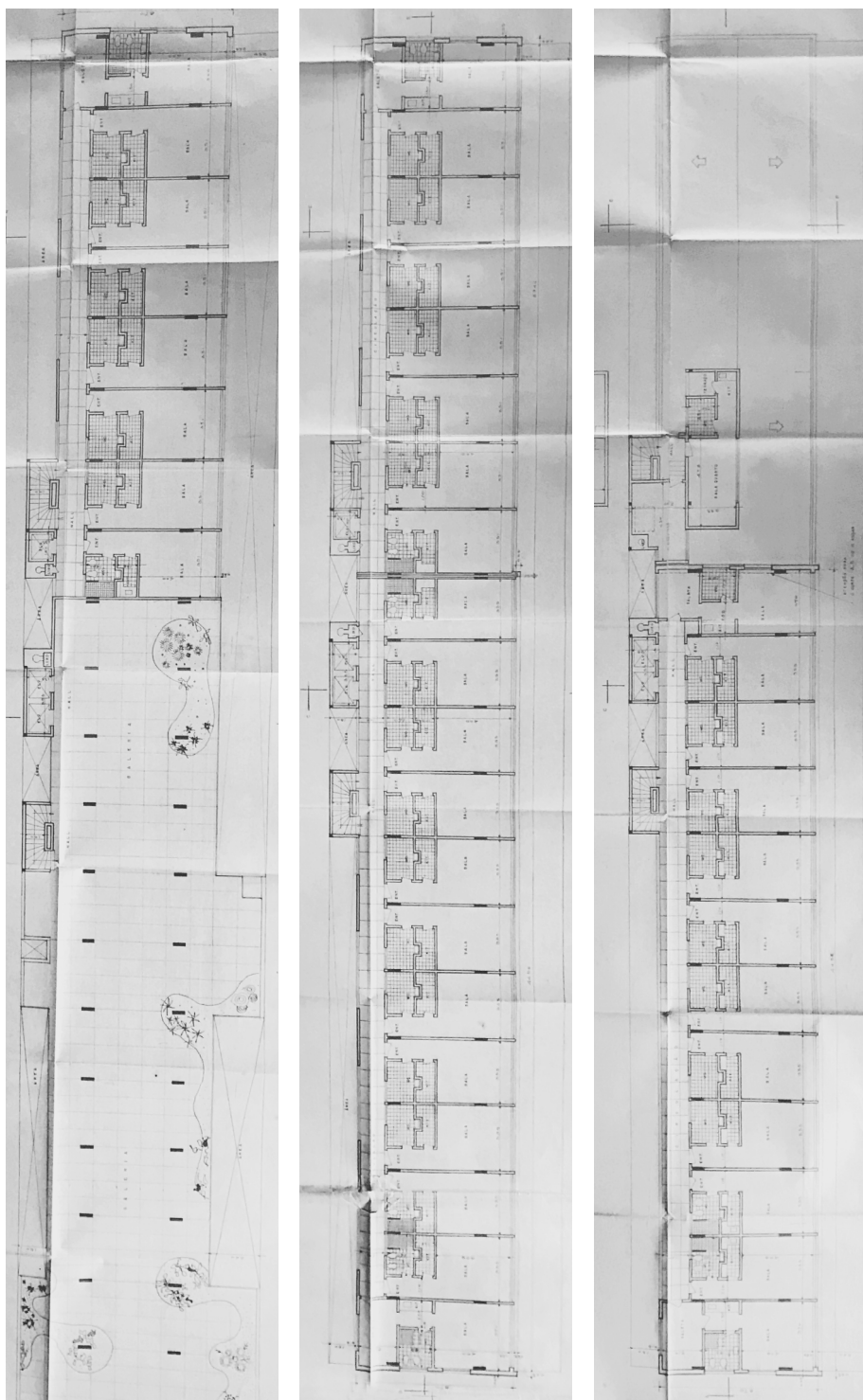
Acesso. Rua Barão do Abiaí



Acesso. Rua Maciel Pinheiro

Projeto aprovado para o Edifício Margarida Palomo. **126-128.** Plantas baixas dos pavimentos térreo (galeria de lojas), sobreloja (vazios das lojas e jirásus), e do nível que contempla os jirásus do volume principal (diante a Maciel Pinheiro) e o primeiro andar do bloco posterior (frente à rua Barão do Abiaí). Fonte: APMCG.

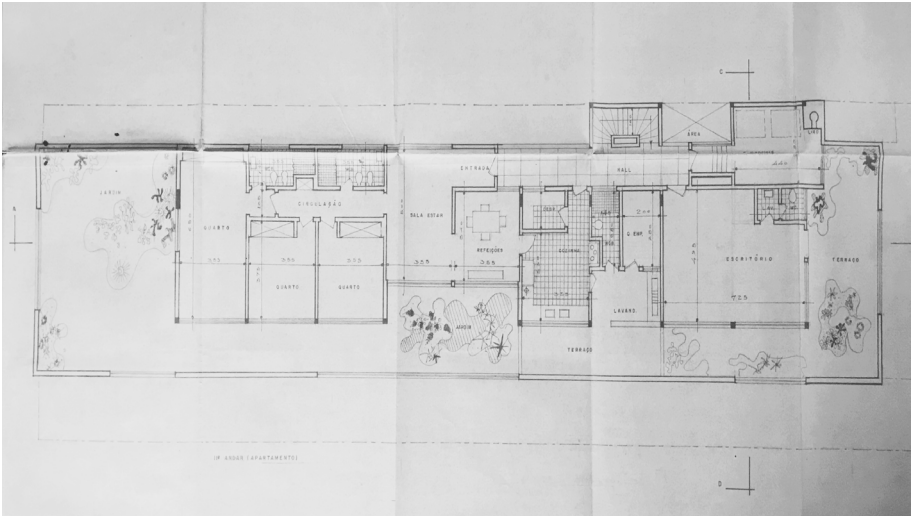
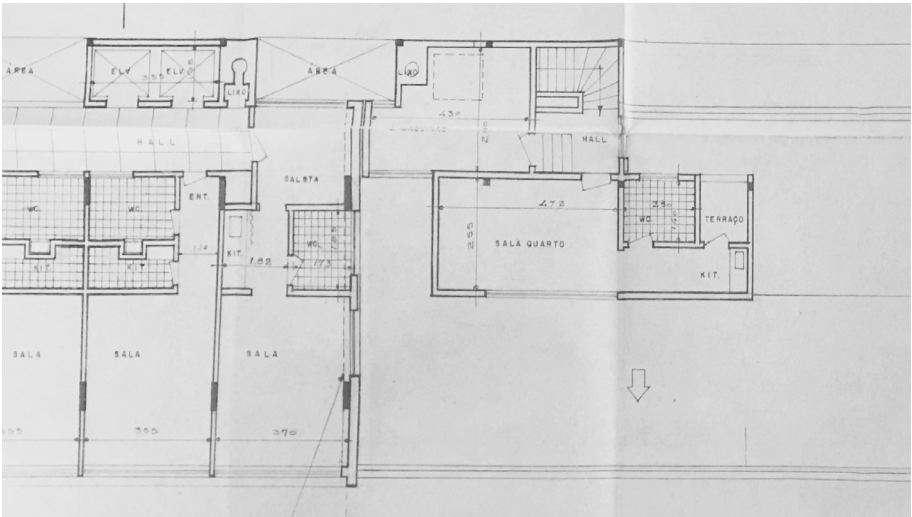
Acesso. Rua Barão do Abiaí



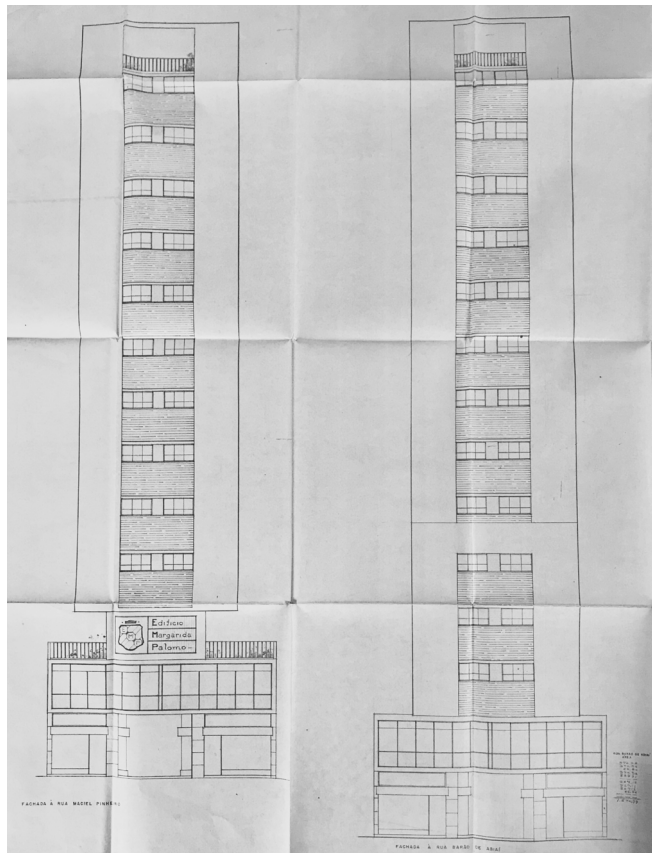
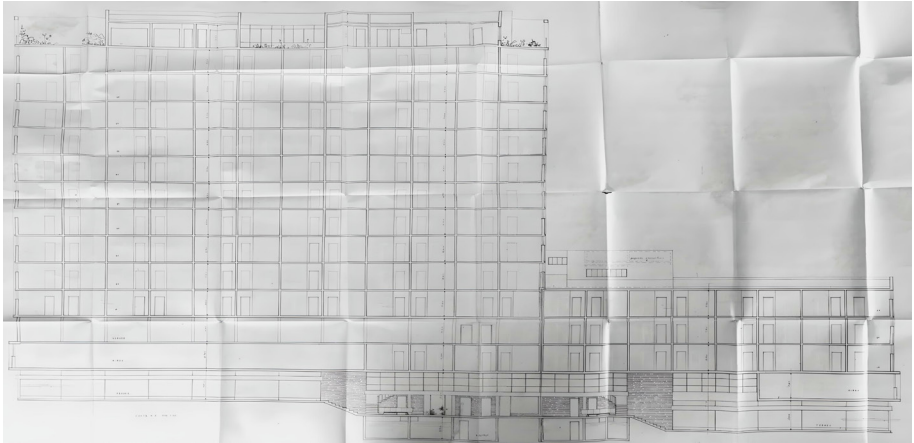
187

Acesso. Rua Maciel Pinheiro

129-131. Plantas baixas do andar vazado (com apartamentos/estúdios na parte posterior); do pavimento-tipo (estúdios, em ambos os blocos); e do nível que contempla o pavimento-tipo da porção frente à da rua Maciel Pinheiro e a cobertura do volume diante a rua Barão do Abiaí (apartamento para zelador). Fonte: APMCG.



132. Trecho da planta baixa do Edifício Palomo que divide o primeiro andar do volume em frente à rua Maciel Pinheiro e o volume anexo à cobertura do bloco voltado para a rua Barão do Abiaí. Destaque para as três variações da unidades mínima de tipo estúdio, uma delas (na porção à esquerda da planta), destinada à moradia do zelador. **133.** Planta baixa do apartamento e da sala de escritório que ocupam o nível mais alto do edifício Palomo: o 11º andar . Fonte: APMCG.

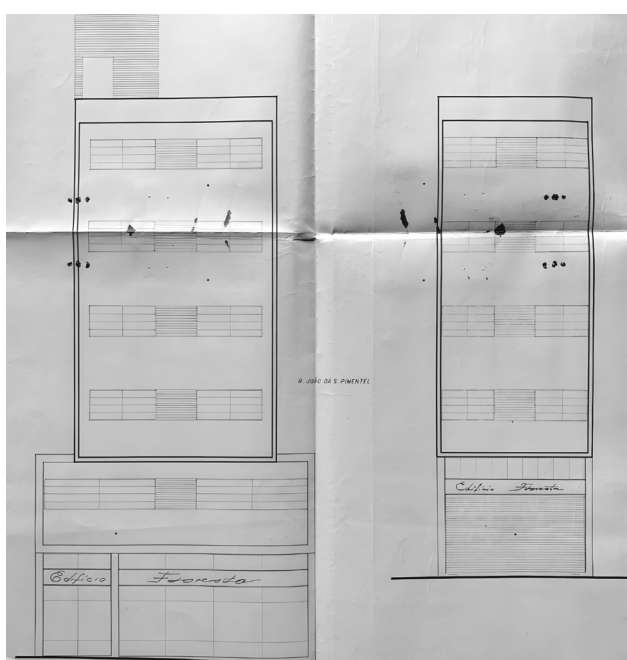
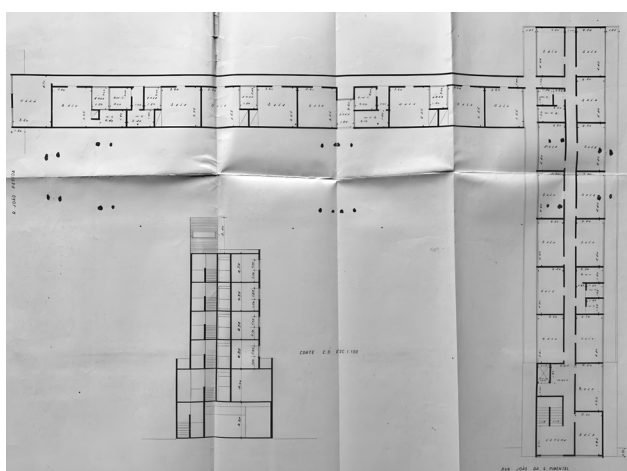
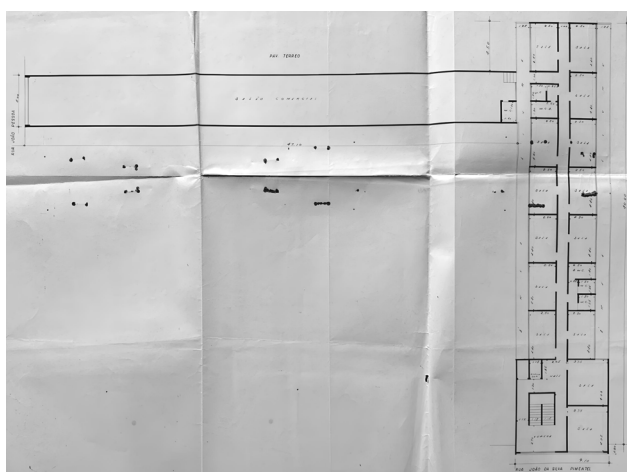


134. Corte transversal do Edifício Palomo. Destaque para a exploração do desnível do lote e para os volumes em alturas distintas que compõem o edifício. **135.** Desenhos em vista das fachadas frente às ruas Maciel Pinheiro e Barão do Abiaí, apresentadas nesta ordem. Fonte: APMCG.

laterais, que, se por um lado, são marcadas por corredores de acesso, por outro deixam exposto o conjunto de esquadrias. Com a chegada do último pavimento, esse modelo de distribuição é rompido, tendo no lugar uma unidade para escritório e um apartamento generoso em proporções e programa (três quartos, dois banheiros, sala de estar, sala de jantar, cozinha, despensa, lavanderia, quarto e banheiro de empregada), com seus terraços privativos e vista privilegiada. Nesse projeto, o tema da unidade mínima de habitação novamente está atrelado ao exercício da profissão. Os estúdios, mesmo mantendo três tipos sem grandes variações, dão versatilidade às formas de apropriação que, ainda hoje, transitam entre e moradia e trabalho.

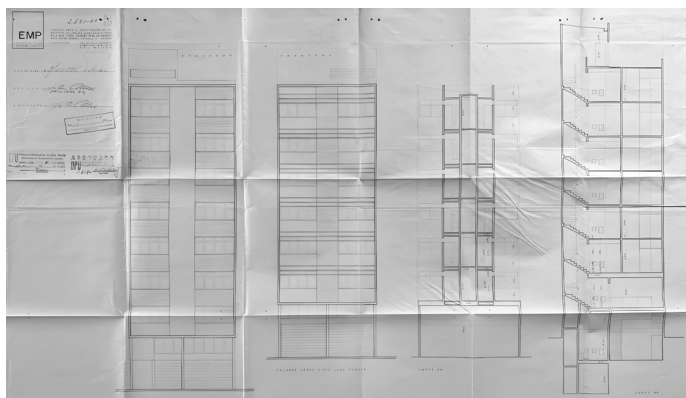
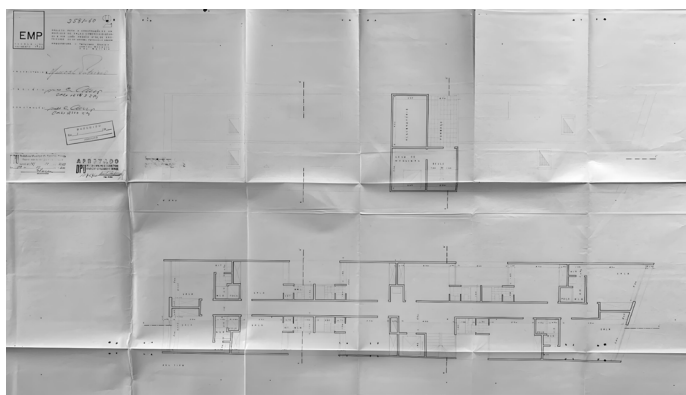
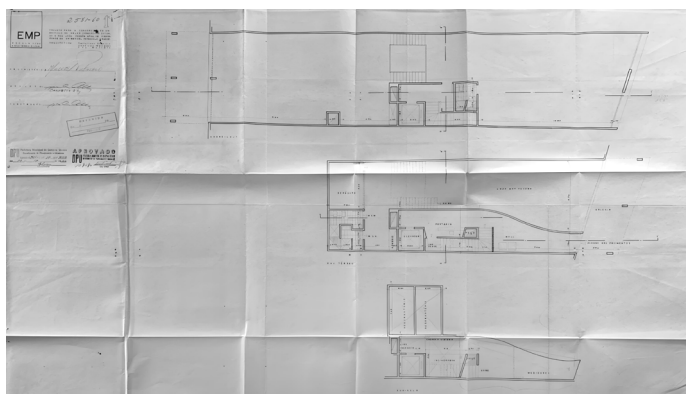
Assim como o Palomo, outros projetos tiveram suas plantas submetidas à exiguidade dos terrenos e à possibilidade de se comunicarem com diferentes vias. Neste sentido, o Edifício Floresta [136-138], de 1963, pode ser tomado como exemplo extremo de simplicidade e oportunismo. O projeto do engenheiro Adalberto Moita reproduz um programa empresarial enxuto, composto por salão comercial, salas para escritórios e sanitários de uso coletivo, dispostos sem um grande rigor simétrico. O encontro de seus lotes, perpendiculares entre si, divide a lâmina em duas porções cuja estrutura parece procurar uma regularidade em seus elementos, e a implantação permite o cuidado arquitetônico sobre duas fachadas, uma para cada via. Aquela da rua João Pessoa é onde, convenientemente, o térreo se faz comercial. No pavimento-tipo a circulação entre os espaços se concentra unilateralmente e a ocupação máxima do solo é resolvida com poços de luz conectando salas e, em alguns momentos, os espaços sanitários. Já na porção voltada à rua João da Silva Pimentel, a distribuição de salas se inicia no térreo, sendo reproduzido até seu último andar. Neste volume, escada e elevador são posicionados na entrada do edifício, a lâmina tem seus lados recuados para ventilar e obter luz e o interior é dividido ao meio por um corredor que percorre os 40m do retângulo e se ramifica por mais 47m em comunicação com o volume vizinho.

O edifício Manoel Patrício [139-142], projetado em 1960, entre as ruas Pres. João Pessoa e João Suassuna, também se enquadra nesse grupo de projetos. Vendendo máquinas e motores a industriais e proprietários de instalações para beneficiamento do algodão e alugando salas de escritórios nos andares superiores, o edifício parecia responder ao desejo de ampliar os negócios de seu proprietário. Em planta, a loja vai de uma ponta à outra, vencendo o desnível da topografia com alguns degraus. Na rua João Suassuna, uma parede curva divide o comércio do acesso privativo aos andares superiores, destinado aos inquilinos e visitantes; é nesse ponto onde a organização hidráulica e os espaços vazios na planta baixa dão pistas do arranjo



Edifício Floresta, ruas João Pessoa
e João da Silva Pimentel.
Projeto: Adalbert Moita, 1963.

136-138. Plantas baixas do
pavimento térreo e pavimento-tipo
(salas), corte e fachadas frente às
ruas João Pimentel e João Pessoa,
apresentadas nessa ordem. Fonte:
APMCG.



Edifício Manoel Patrício, ruas Pres. João Pessoa e João Suassuna. Projeto: Lynaldo Cavalcanti, 1960.

139-142. Plantas baixas do subsolo, do pavimento térreo (loja e acesso aos apartamentos) e das sobrelojas, além do pavimento-tipo (apartamentos), vistas das fachadas e cortes, nesta ordem. Fonte: APMCG.

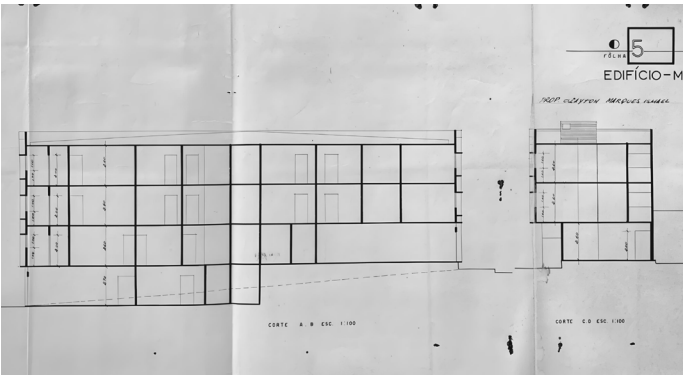
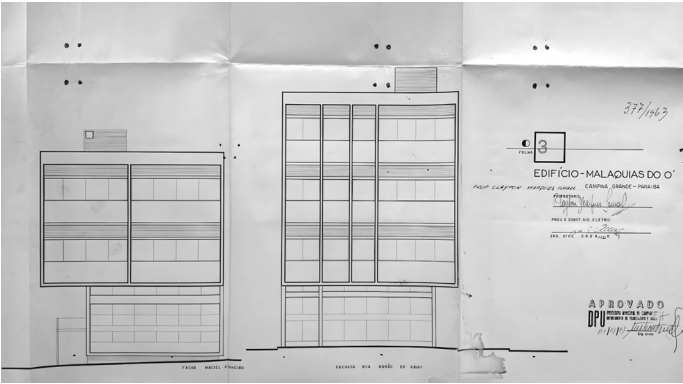
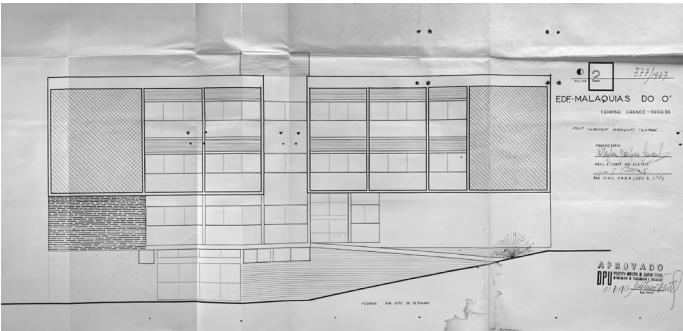
das unidades e da modulação da estrutura. Nas fachadas, frontal e posterior, duas dessas unidades (compostas por sala, copa e wc) se abrem ao exterior com suas janelas em fita protegidas por brises horizontais em concreto armado, deixando poços de luz a cargo dos ambientes hidráulicos. Entre essas unidades, outras sete seguem o mesmo programa, tomando proveito agora de vazios gerados nas laterais do prisma, posicionados junto às salas e às áreas molhadas.

Mesmo tratando-se de um projeto com proporções inferiores e pouca altura, o Edifício Malaquias do Ó [143-146], de 1963, faz uso da declividade da topografia e da posição do terreno para aumentar o número de acessos, atrair os transeuntes e comunicar-se com as diferentes vias. Aqui, a exiguidade do terreno induz uma circulação ajustada ao limite lateral do lote onde, no centro, elevador, *hall* e escada desempenham seu papel. De frente para a rua Barão do Abiaí, as lojas dão significado ao subsolo envidraçado; na rua 7 de Setembro, a rampa leva ao térreo de salas; enquanto na rua Maciel Pinheiro, o espaço para loja ocupa grande parte da planta. Acima, o pavimento-tipo se resume a salas e lavabos de tamanhos variados, cujas aberturas e módulos são marcantes nas fachadas principais, de listras e materiais contrastantes.

Naqueles em lotes engavetados – alguns também exíguos e profundos como o Shangri-lá, e outros mais generosos em suas testadas –, a possibilidade de acesso entre vias é perdida restringindo a uma única fachada a responsabilidade de transmitir a estética moderna, atrair clientes e hierarquizar ambientes. O edifício José Celino Estivas [147-150], de 1964, parcialmente construído¹¹⁹ na rua João Pessoa, tem suas plantas submetidas à condição similar, onde o comprimento do terreno, com pouco mais de 48m, define a quantidade de unidades mínimas da planta. Não muito diferente dos demais, térreo e sobreloja foram escolhidos como lugares de negócio e, nesse caso, sede para as atividades comerciais e administrativas do proprietário e locador do prédio, o sr. José Celino. Logo acima, no primeiro andar, escada e elevador convergem para um *hall* modesto, que se prolonga por toda a extensão do pavimento, comunicando apartamentos e pequenos espaços de uso coletivo resumidos a sala de estar, sala de refeições, cozinha, rouparia e banheiros. Tais espaços tinham a pretensão de se tornarem complementares aos pequenos estúdios de 13 e 16m², recuados e ajustados na lateral do lote.

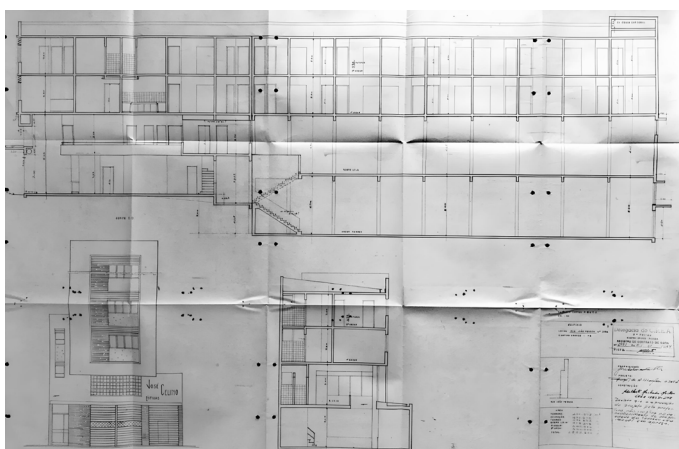
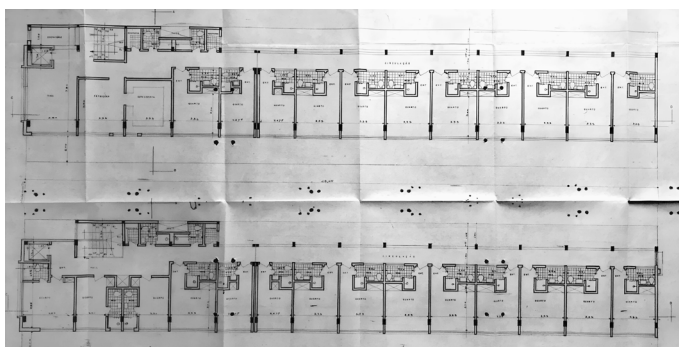
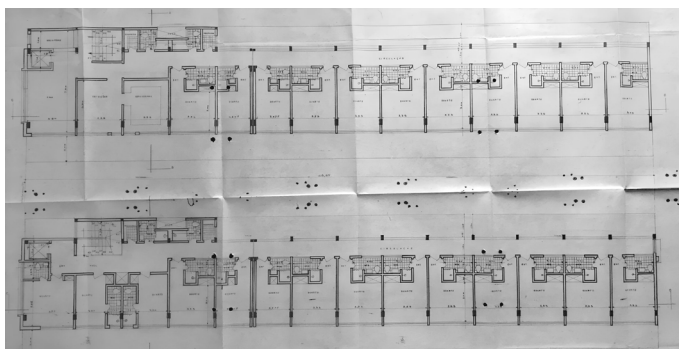
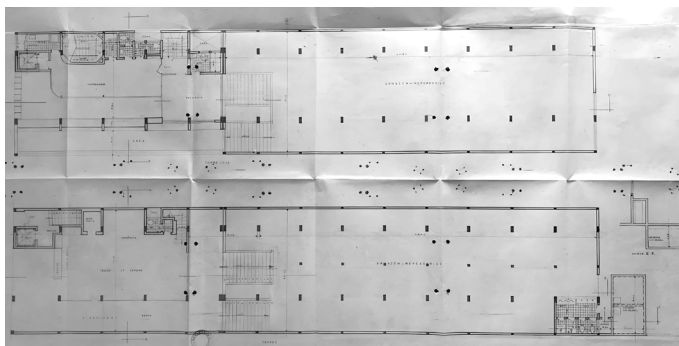
Curiosamente, essa estratégia de criar espaços comuns aos habitantes não foi explorada dentro do quadro geral de projetos e obras pesquisados, nem mesmo

119 O pedido de licença deferido pela prefeitura previa a construção de dois andares, com outros três a serem erguidos futuramente. Mas esse futuro não seria tão generoso quanto se esperava. O elevador não chegou a ser instalado, nem tampouco os andares adicionais foram construídos.



Edifício Malaquias do Ó, entre as ruas Maciel Pinheiro, 7 de Setembro e Barão do Abiaí. Projeto: Lynaldo Cavalcanti, 1963.

143-146. Plantas baixas do térreo, subsolo e pavimento-tipo (salas). Na sequência, as fachadas e cortes longitudinal e transversal. Fonte: APMCG.



Edifício José Celino Estivas, rua
Pres. João Pessoa.
Projeto: Hugo Marques, 1964.

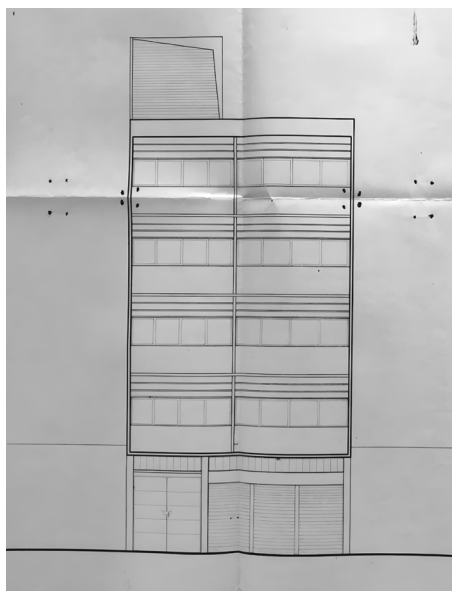
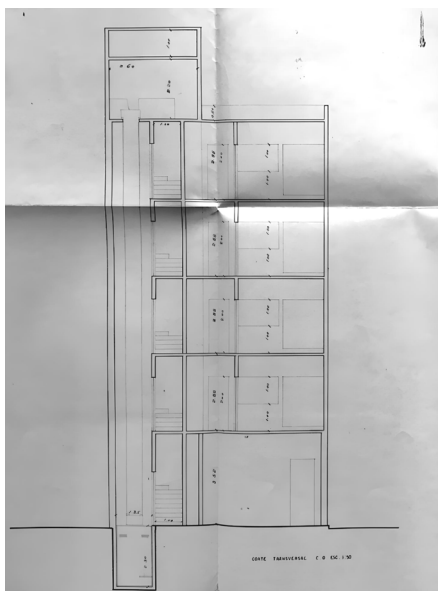
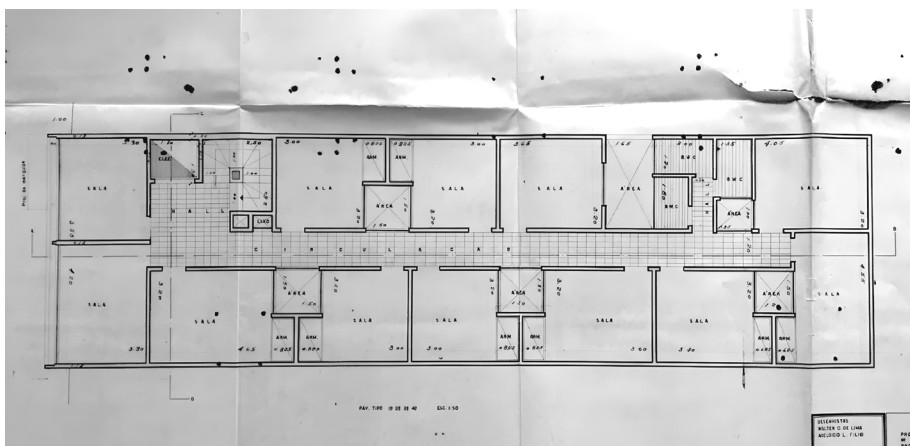
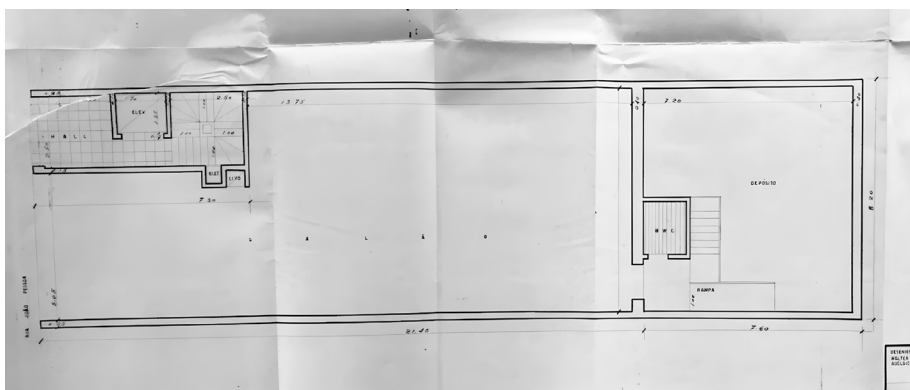
147-150. De cima para baixo,
as plantas baixas dos níveis de
sobreloja, térreo, e pavimento-
tipo, além de cortes e fachada
frontal. Fonte: APMCG.

em programas semelhantes, maiores e mais bem articulados. Uma ausência que vai na contramão dos exemplos mais emblemáticos da arquitetura habitacional moderna e coletivizada e, por si só, deflagra a significativa preocupação em ampliar os rendimentos através do extenso proveito de área útil. No pavimento-tipo, parte desses espaços é subtraída, dando lugar a novas unidades e totalizando 14 delas por andar.

O projeto para o Edifício Moisés Lira Braga [151-154], de 1962, a ser erguido também na rua João Pessoa, traz soluções comparáveis. A adoção de poços de luz internos e um vazio lateral é tomada como resposta à máxima construtiva, da mesma maneira em que a disposição de um par de salas com aletas horizontais sobre as janelas protege e dá forma à fachada principal. Aqui, a presença de equipamentos hidráulicos por unidade é dispensada – assim como nos primeiros de seu tipo – e chama a atenção como a disposição dessas unidades, equipadas apenas com seus espaços de armário, procura uma certa ordem, mesmo implantadas de modo assimétrico e com medidas variáveis.

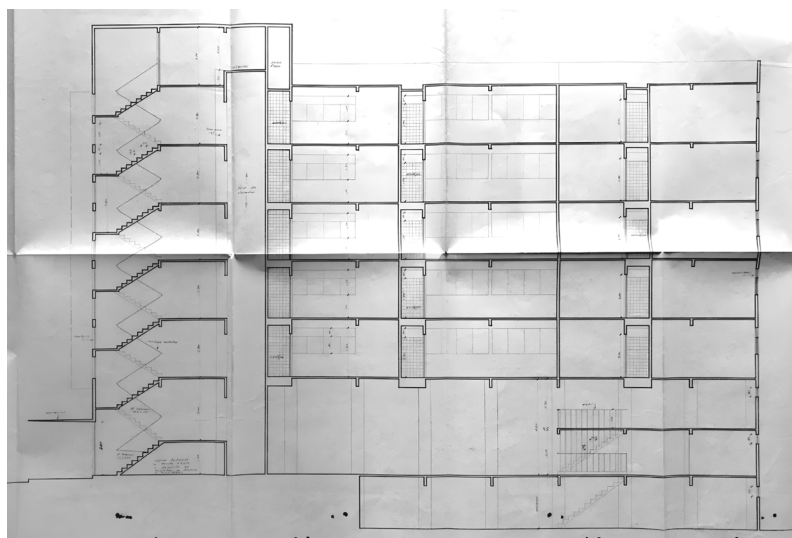
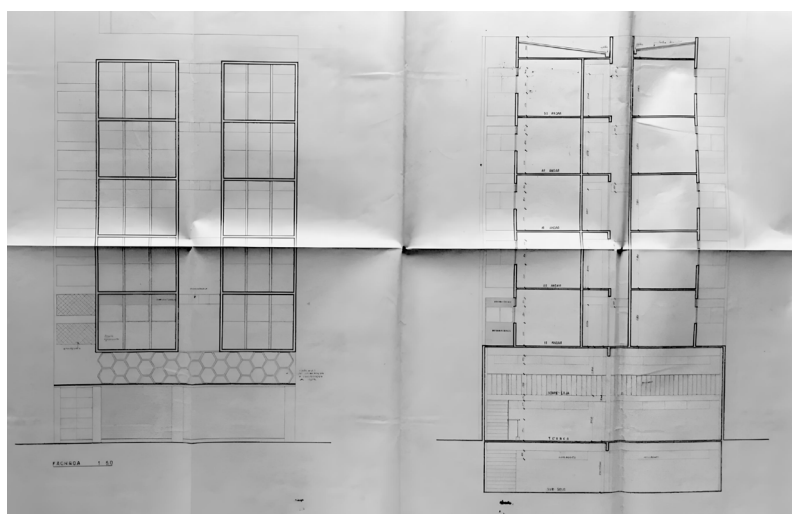
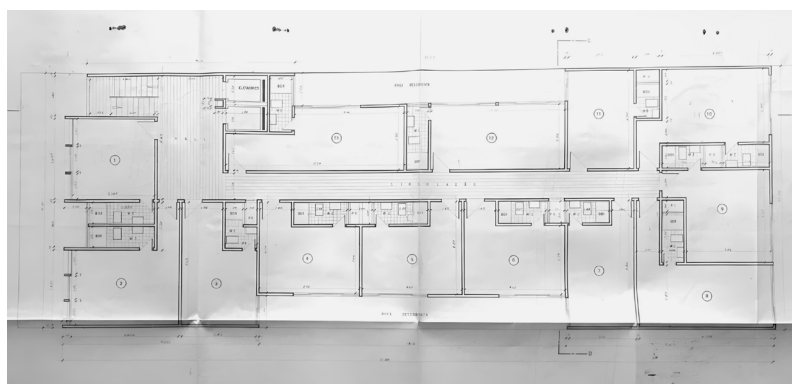
O mesmo pode ser dito do Edifício Alves Campos [155-157], com projeto datado de 1963. Nele, a planta baixa foge de um padrão simétrico ordenado por uma circulação central, dando, em vez disso, pistas da procura por uma regularidade no arranjo de diferentes unidades. Seus vazios internos (recuos laterais e poços de luz) somados ao recuo nos fundos do lote, atendem quase que por completo a salas com fins de escritório. Ao mesmo tempo, na porção principal frente à via, os equipamentos de circulação vertical, *hall* e salas criam um jogo de volumes que ora avança, ora se adequa ao alinhamento da calçada. Nessa fachada, os painéis, com suas janelas e venezianas emolduradas, denunciam os espaços de maior interesse comercial; cobogós refrescam e iluminam a subida pela escada e demarcam a sobreloja, tal como as esquadrias no térreo, ao indicarem os acessos e relacioná-los aos diferentes usos de comércio e serviços.

Anos mais tarde, em 1966, o sr. Severino Guedes [158-159] teve projeto aprovado pelo Departamento de Planejamento e Urbanismo para a construção de edifício de seis pavimentos, na rua João Pessoa. No miolo da planta, a junção de escada e elevador separa as lojas do térreo e permite o acesso privativo aos andares de salas para escritórios, depósitos e sanitários coletivos. A simetria do desenho é evidente, assim como as soluções para ventilar e iluminar os espaços, as quais em nada diferem dos primeiros de seu gênero, nos quais o aproveitamento máximo é rompido por poços de luz e recuo nos fundos do lote. De frente para a rua, a volumetria avança sobre a calçada, apoiada sobre pilares redondos e de modo a aumentar a área útil e dar abrigo a pedestres e clientes que por ali transitassem.



Edifício Moisés Lira Braga, rua Pres. João Pessoa.
Projeto para reconstrução: Adalbert M. Moita, 1962.

151-154. Plantas baixas dos pavimentos térreo (loja) e tipo (apartamentos), corte transversal e fachada frontal, apresentados nesta ordem Fonte: APMCG.



Edifício Alves Campos, rua Pres. João Pessoa.
Projeto: Jaelson de Castro, 1963.

155-157. Planta baixa do pavimento-tipo (salas), fachada frontal e cortes, transversal e longitudinal, respectivamente. Fonte: APMCG.



Edifício Severino Guedes, rua Pres. João Pessoa.

Projeto: autoria não identificada (assinado por engenheiro civil / crea 1732-D), 1966.

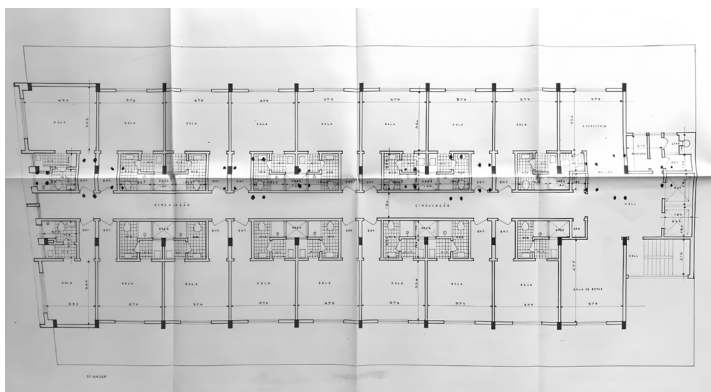
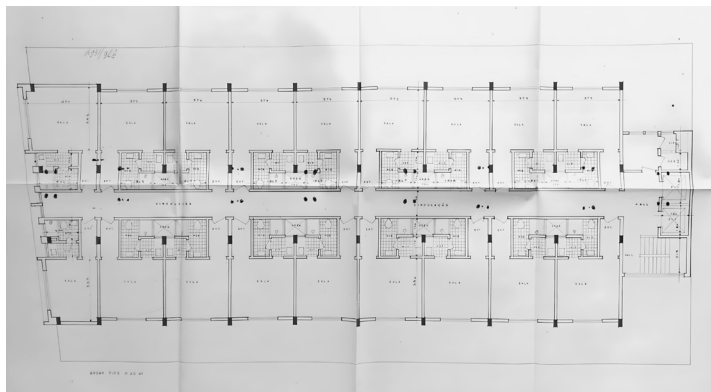
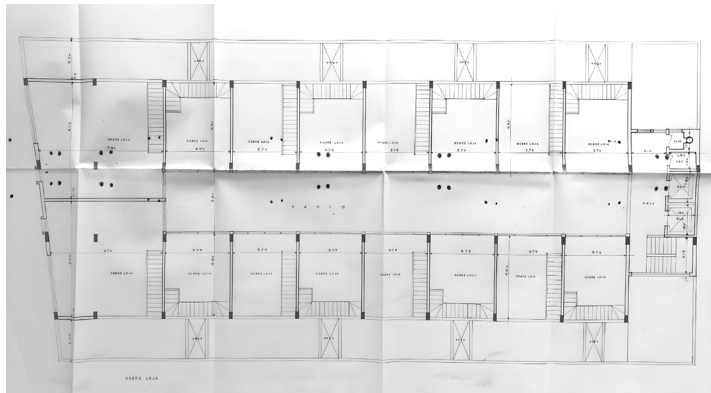
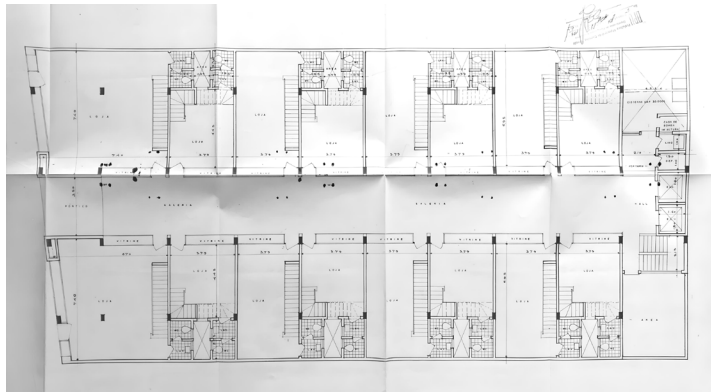
158-159. Plantas baixas do pavimento térreo (lojas), pavimento-tipo (salas) e coberta. Vista frontal e perspectiva da fachada, apresentados nesta ordem. Fonte: APMCG.

Na fachada, o conjunto de linhas verticais e horizontais cria um padrão ordenado segundo os módulos da estrutura e a disposição das janelas.

Outro deles é o projeto datado de 1964, de propriedade da sra. Vilma Jerusa Pimentel Motta, viúva de Leonardo Motta [160-166]. O projeto, também assinado por Hugo Marques, traz muitas das soluções de programa empreendidas pelo arquiteto nos anos anteriores: a galeria de lojas e sobrelojas; a unidade mínima (composta por sala, copa e banheiro) reproduzida de acordo com os módulos da estrutura; os poços de luz atendendo e agrupando espaços sanitários; a caixa isolada de circulação vertical; e o modelo de torre sobre base e cobertura com espaços reduzidos (neste caso, de bar e casa de máquinas) coroando o edifício. Enquanto essas questões espaciais parecem ser uma constante em seus projetos, a estética impressa no edifício foge um pouco daquela de seus antecessores, marcados por padrões horizontais, molduras e janelas em fita. Neste, o revestimento que dá cor ao térreo invade a torre, ilustrando a correspondência de usos entre lojas e sobrelojas dispensando a separação entre volumes como recurso de transição. Os pilares salientes nas fachadas laterais formam linhas verticais que separam os módulos e dão profundidade, tais como as linhas da fachada frontal, espaçadas por uma série de pequenas esquadrias que se abrem ao corredor central e às áreas molhadas das unidades frente à rua. Ao lado dessa faixa estão as janelas das salas, maiores e visualmente independentes.

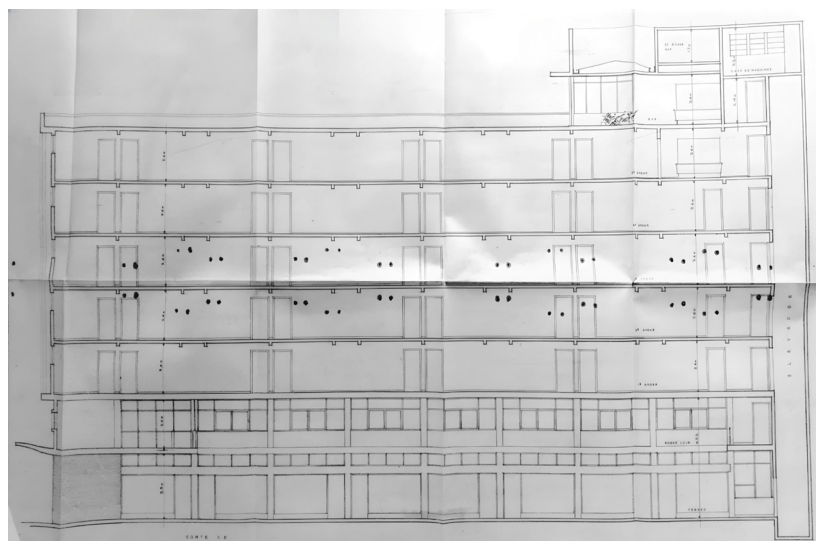
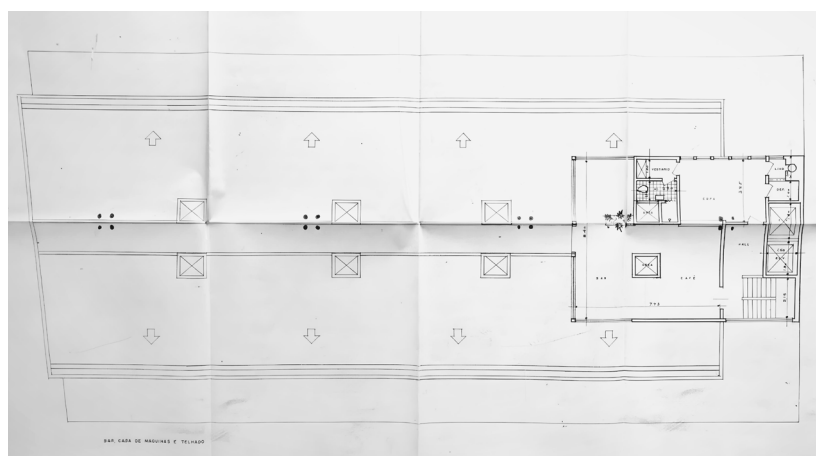
O pedido de acréscimo de elevador e de dois novos andares feito pelo sr. José Pinto da Silva para um edifício já construído na rua Marechal Jovino do Ó [167-168], também está incluso neste grupo de edifícios, embora se diferencie por suas medidas mais modestas e, sobretudo, por termos funcionais. Com cerca de 5,7m de frente e pouco mais de 23m de extensão, a proposta manteria o térreo com seu programa habitacional convencional (composto por garagem, sala, quartos, cozinha, wcs e dependência de empregado) e, no primeiro andar, os quartos de aluguel e banheiros de uso coletivo. A adição de outros dois pavimentos, no entanto, iria abarcar diferentes tipos de apartamentos (três por andar), de modo a complementar o leque de opções para moradias no edifício e, conseqüentemente, ampliar sua capacidade de acomodar novos inquilinos. O pedido foi aprovado em 1962, mas seu projeto não chegou a sair do papel.

Em outros projetos, a testada do lote supera sua profundidade conferindo atenção maior à fachada alongada e uma predisposição pela circulação longitudinal junto a um dos limites do lote. Fazem parte desse grupo o projeto para o Edifício Augusto de Oliveira [169-172], de 1962, parcialmente construído entre as ruas Cardoso Vieira e Barão do Abiaí, e a proposta não executada para o Edifício Raimundo Pedrosa

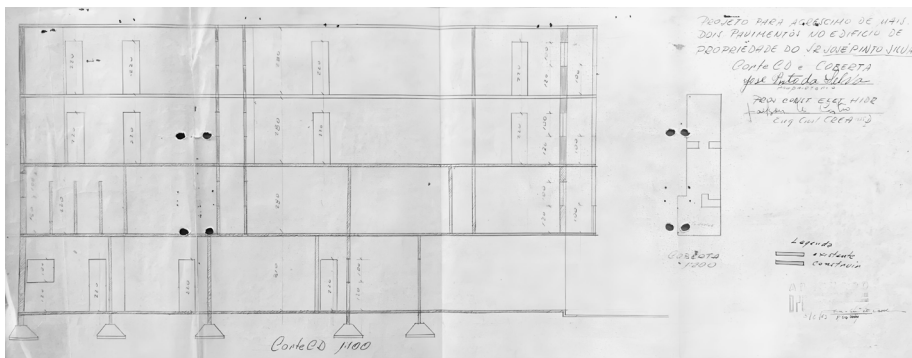
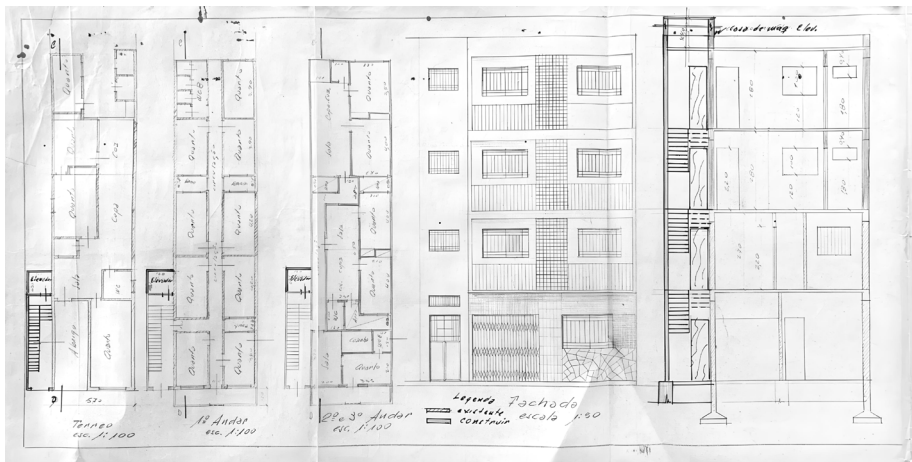


Edifício Vilma Motta,
rua Barão do Abiaí.
Projeto: Hugo Marques,
1964.

160-163. Plantas baixas dos pavimentos térreo, sobrelojas, pavimento-tipo e quinto andar, apresentados nesta ordem. Fonte: APMCG.

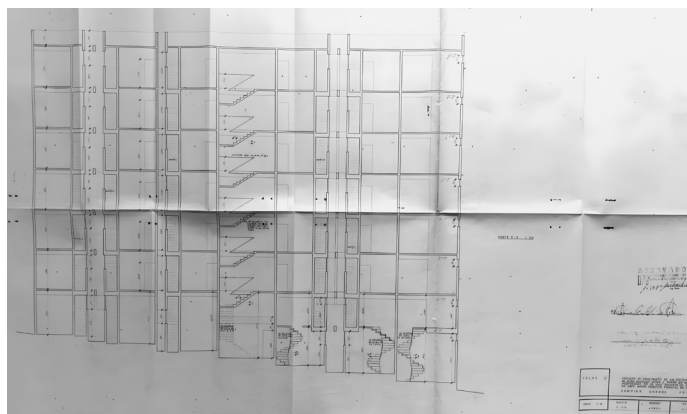
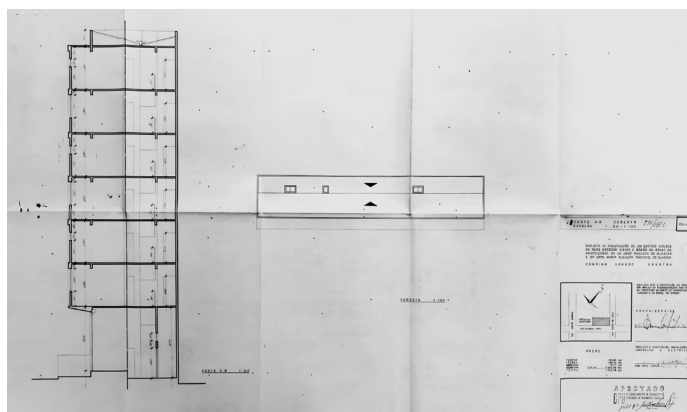
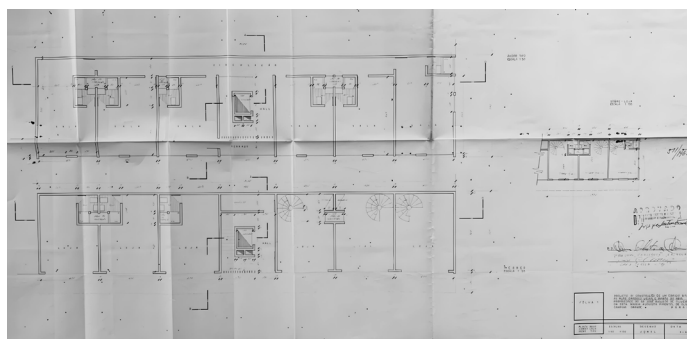


164-166. Projeto para Edifício Vilma Motta. Planta baixa da cobertura (bar, casa de máquinas e coberta), cortes e fachada frontal, respectivamente. Fonte: APMCG.



Edifício José Pinto, rua Marechal Jovino do Ó.
Projeto para acréscimos: Jaelson de Castro, 1962.

167-168. Plantas baixas do nível térreo (lojas), primeiro andar (salas) e pavimento-tipo (apartamentos), além da fachada frontal e cortes (transversal e longitudinal), apresentados nesta ordem. Fonte: APMCG.



Edifício Augusto Pimentel,
ruas Cardoso Vieira e
Barão do Abiaí.
Projeto: Lynaldo Cavalcanti, 1962.

169-172. Plantas baixas do pavimento térreo (lojas), sobrelojas, pavimento-tipo (salas) e coberta; cortes transversal e longitudinal; fachada sudeste, (frente à Rua Cardoso Vieira), e fachada nordeste (vista a partir da Rua Barão do Abiaí), apresentados nesta ordem. Fonte: APMCG.

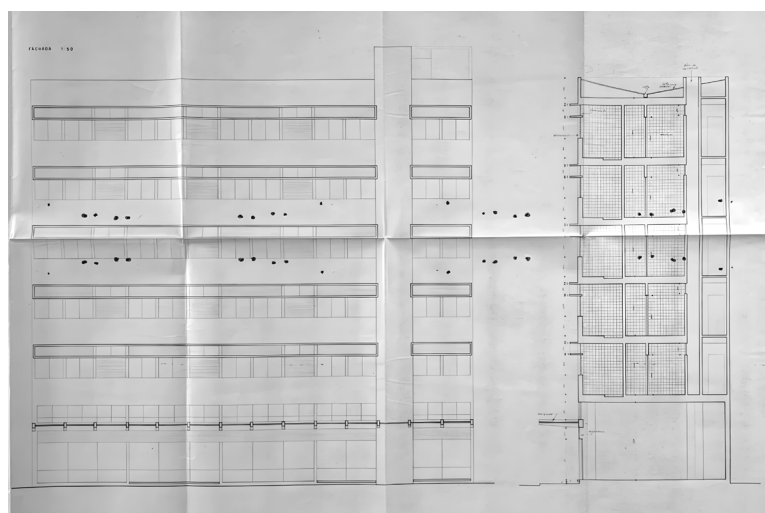
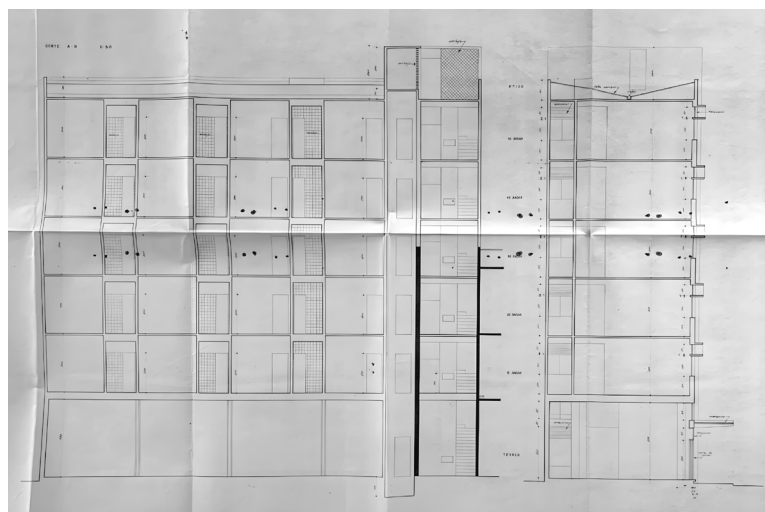
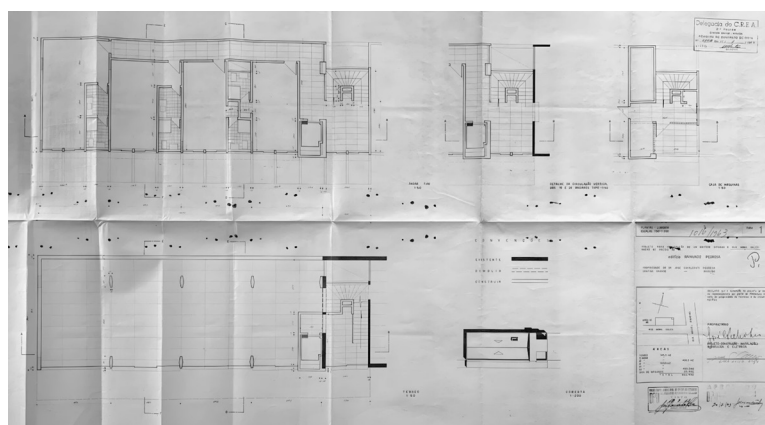
[173-175], de 1963, na rua Monsenhor Sales. O primeiro, teria oito pavimentos, duas fachadas ativas de composições e materiais variados, com acesso e circulação vertical ocupando um dos módulos da estrutura¹²⁰. Já o segundo seria composto por seis pavimentos, *hall*, elevador e escada, planta livre no térreo, quatro unidades por pavimento-tipo (duas quitinetes e duas salas para escritórios) e fachada principal com marquise, janelas de correr em folha dupla, venezianas de madeira e brises horizontais.

Algumas dessas e outras resoluções espaciais permanecem, indiscriminadamente, em programas mais específicos como aqueles da Faculdade de Odontologia de Campina Grande e do prédio da Igreja Congregacional. A diferença é que as condições do lote conferem diferentes esquemas de implantação e as circulações, aqui, não conectam programas distintos, mas sim diferentes setores de um programa único: o educacional.

O edifício vertical da Sociedade e Faculdade de Odontologia [176-177] foi proposto em 1958, em lote amplo entre as ruas Vila Nova da Rainha e 21 de Abril. Ao lado de um anfiteatro e do centro voltado à Sociedade Odontológica, o bloco de seis pavimentos, cercado por recuos, seria o responsável por acolher os ambientes de ensino e prática da profissão. O arrojo da arquitetura moderna evidentemente foi explorado no desenho da planta, na sua forma e nos elementos de fachada. Na principal delas, os pilares cilíndricos do térreo ficam à mostra, liberando um passeio protegido aos seus usuários e invocando a ideia de pilotis sem, no entanto, renunciar à área útil. Acima, esse passeio vira terraço, um corredor que comunica os espaços por pavimento e que com seus pilares reflete e converte os elementos da estrutura em componentes da fachada. O prisma retangular é rompido pela saliência da caixa central de circulação e, nas laterais, por abas verticais que aparecem como artifício para dotar o prédio de certo interesse formal.

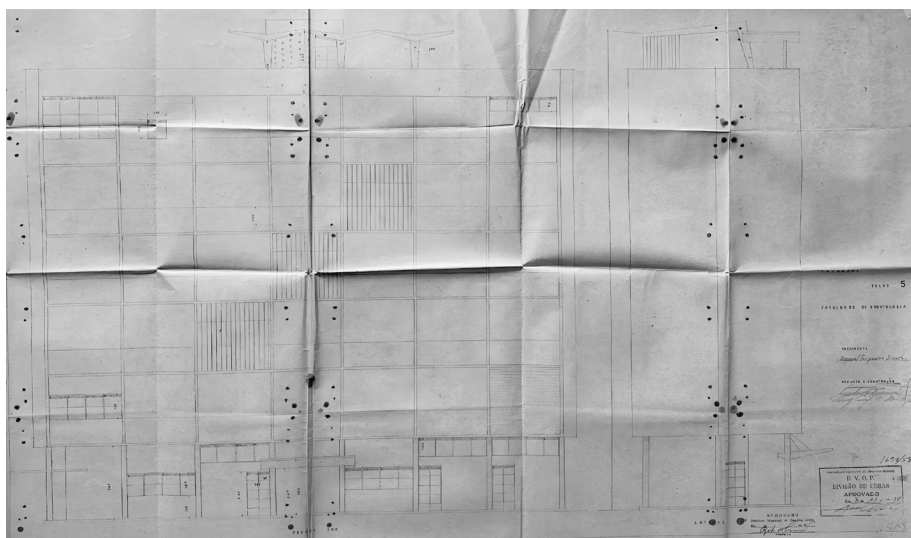
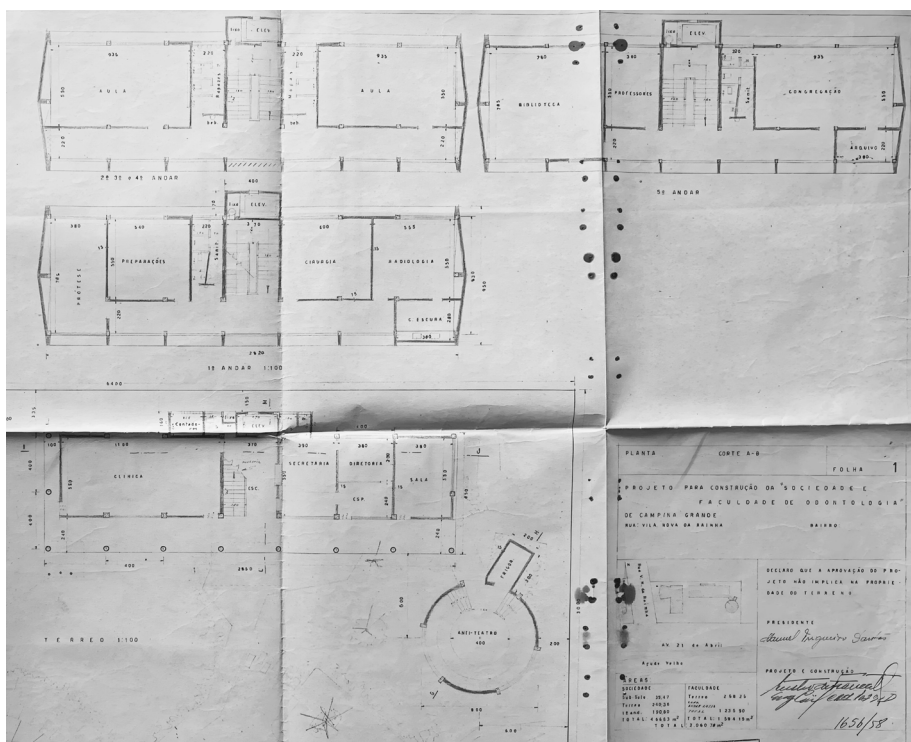
Em 1960, a Igreja Congregacional de Campina Grande [178-179] submete um pedido de construção de um edifício anexo, de cunho educacional. A edificação tem implantação em formato de “L” seguindo o contorno do lote frente à av. Mal. Floriano Peixoto. Os recuos se concentram no lado oposto, junto à circulação e à igreja preexistente. Parte do térreo é livre, em pilotis; a outra parte é ocupada por salas, banheiros, elevadores e escada, o mesmo encontrado em seu pavimento-tipo. No mezanino, escritórios e banheiros setorizam a administração; no porão,

120 Em 1967, um pedido de acréscimo para um novo pavimento e instalação de elevador foi endereçado à Secretaria de Obras. A solicitação, no entanto, não partiu dos proprietários do edifício, mas sim do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, representado pelo sr. Walter da Paz, e tinha como objetivo a construção de sua nova sede social. Embora aprovada, a construção não foi executada.



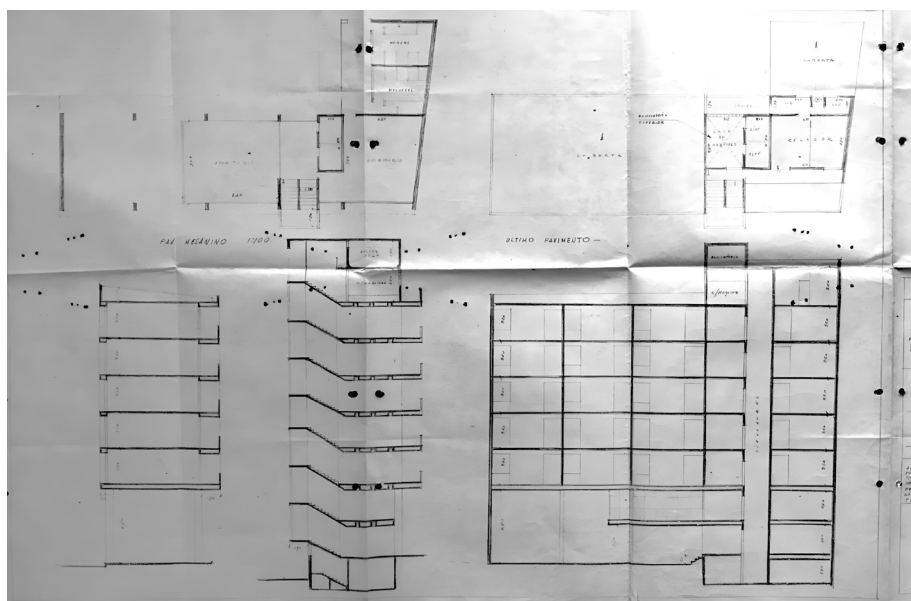
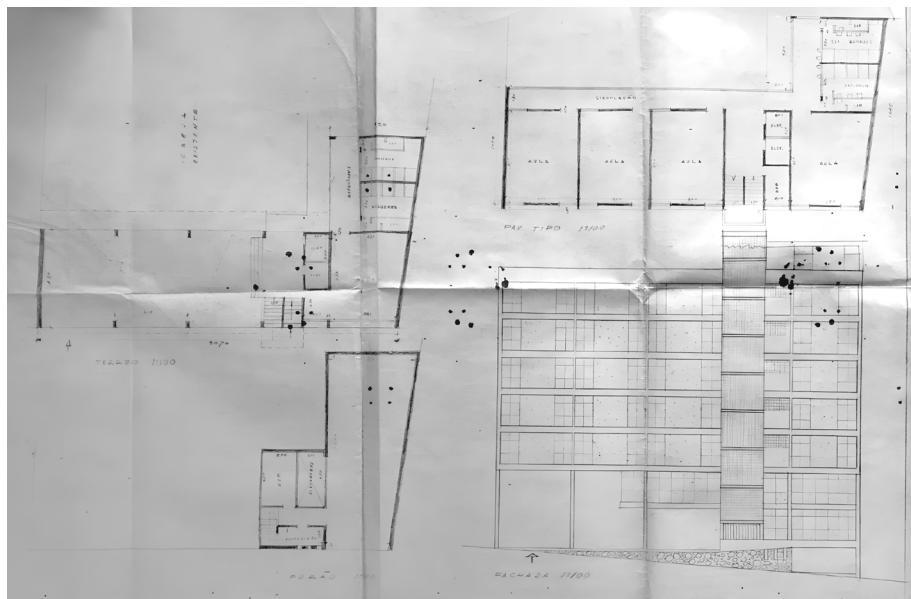
Edifício Raimundo Pedrosa, rua Monsenhor Sales.
Projeto: Lynaldo Cavalcanti, 1963.

173-175. Plantas baixas do pavimento térreo (lojas) e pavimento-tipo (apartamentos/salas), vistas dos cortes e fachada Frontal. Fonte: APMCG.



Edifício da Sociedade e Faculdade de Odontologia, ruas Vila Nova da Rainha e 21 de Abril.
Projeto: Austro de França Costa, 1958.

176-177. Plantas baixas dos pavimentos térreo, primeiro andar, pavimento-tipo e quinto andar. Na sequência, vistas das fachadas frontal e lateral. Fonte: APMCG.



Edifício Educacional da Igreja Congregacional de Campina Grande, Av. Mal. Floriano Peixoto. Projeto: Lynaldo Cavalcanti, 1962.

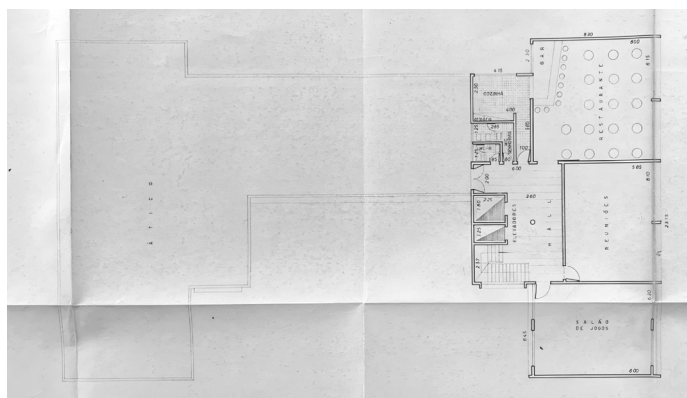
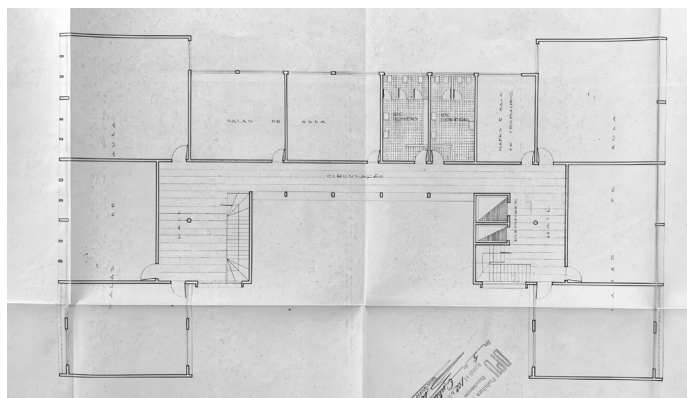
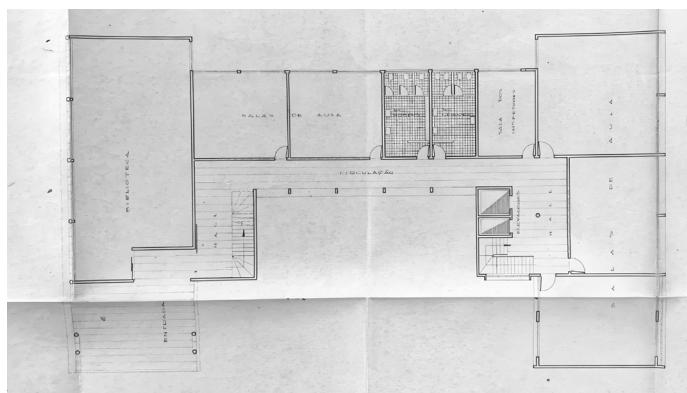
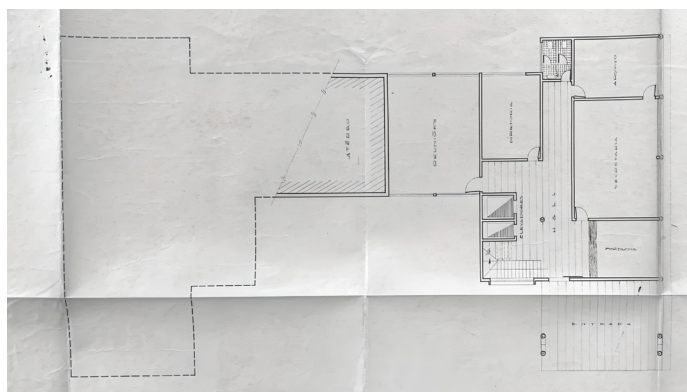
178-179. Plantas baixas dos níveis do térreo, do porão e do pavimento-tipo (salas de aula e sanitários), além da fachada frontal da edificação. Na sequência, plantas baixas do mezanino (escritórios e sanitários) e do último pavimento (casa de máquinas e apartamento do zelador) acompanham cortes longitudinais. Fonte: APMCG.

a área técnica (depósito, contadores, fosso de elevadores, área livre); e, na cobertura, os reservatórios e um pequeno apartamento destinado ao zelador. A fachada que importa é a frontal, onde se encontram as pedras do embasamento, as venezianas verticais, os fechamentos em cobogó e as janelas de vidro, além da caixa de circulação vertical – que avança o alinhamento do prédio com material contrastante – e o vazio que faz do térreo um pátio coberto, chamando a atenção para dentro e comunicando-se visualmente com a igreja nos fundos do lote.

O acervo de projetos coletados também deixa ver outras opções de edifícios longitudinais, com dimensões mais expressivas devido à soma de lotes ou à implantação em espaços maiores e de formatos irregulares, sobretudo naqueles em esquinas. Mencionados anteriormente por sua notoriedade, os projetos não executados para os edifícios Campina Grande, Canadá e Incotec, as propostas parcialmente construídas para os edifícios Prata e Motta, além do Teatro Municipal, do João Rique e do Lucas, estão inclusos neste grupo. Junto a eles, estão outros mais, de escalas variantes e usos variados.

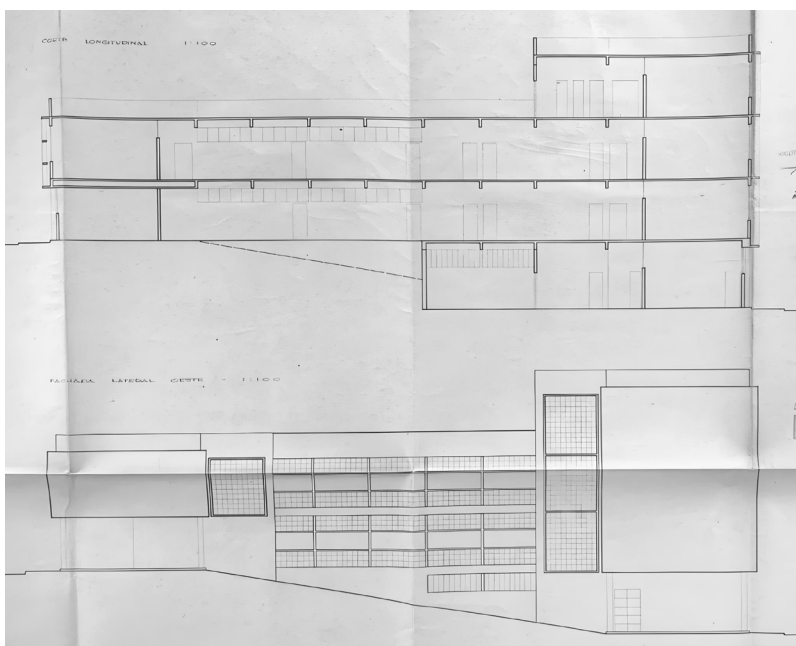
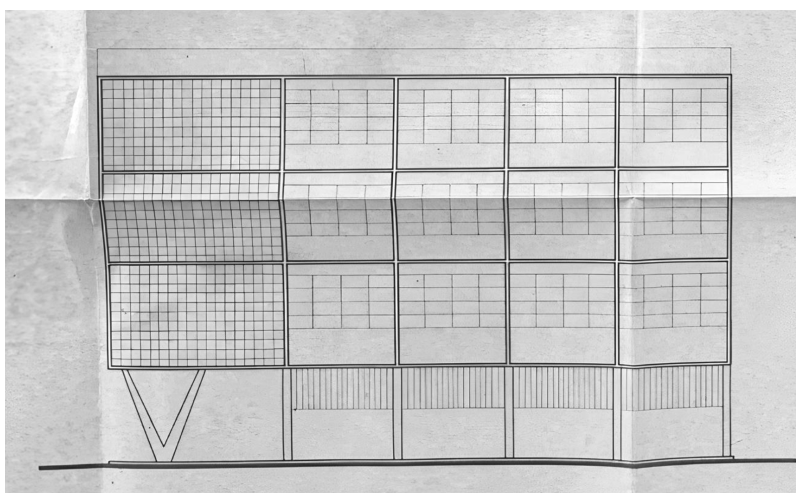
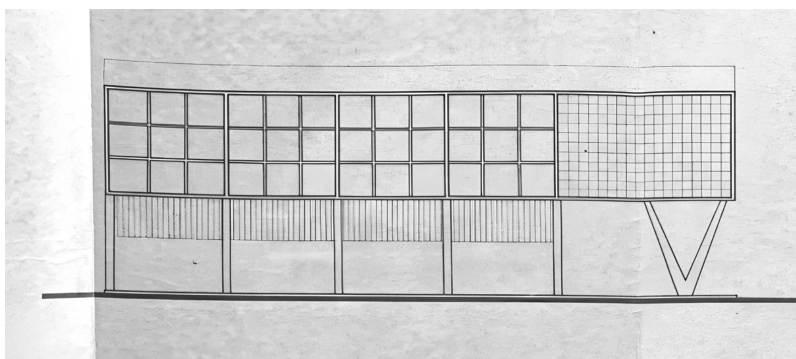
Um deles é o projeto original para a Faculdade Católica de Filosofia [180-186]. Nele, o propósito moderno ia além dos elementos de fachada e da localização privilegiada entre as ruas Afonso Campos e Mal. Floriano Peixoto. Nas palavras do bispo diocesano Otavio Aguiar, requerente do pedido de licenciamento, o projeto “teve sua origem no desejo de criar, nesta cidade, um clima de interesse (sic.) pelos estudos superiores” e, assim, elevar os valores da inteligência e da cultura sobre os padrões econômicos de uma coletividade (TERÁ..., 1958, p.8).

Fundada pela Diocese e com fiscalização do Governo Federal, a obra da Faculdade foi anunciada em 1958 e seus desenhos, revisados em 1960. No miolo do terreno, um pátio ajardinado seria visto através dos vazios entre pilotis e pilares em “V”, colocados nas extremidades do edifício para acentuar a simetria das plantas e servir de convite ao passeio pelo interior do prédio. Em seus desenhos, seria dali, dos vazios do recuo lateral e do pátio, que viria o conforto ambiental da edificação, e a visada das fachadas livres frontal e posterior. Em projeto, o desnível é explorado para separar o setor administrativo das salas de aula. No último pavimento, salas de jogos, reuniões, cozinha, restaurante e sanitários seriam construídos na porção frente à rua Afonso Campos, tornando todo o resto um grande terraço. A planta rotaciona um formato de “U” e desloca seu tronco do limite lateral do lote; é clara, coesa e de uma regularidade reconhecível mesmo em suas elevações e no trato de seus revestimentos e esquadrias, mas, infelizmente, não chegou a ser construída por completo.



Edifício da Faculdade Católica de Filosofia, rua Afonso Campos e Av. Mal. Floriano Peixoto.
Projeto: Lynaldo Cavalcanti, 1958.

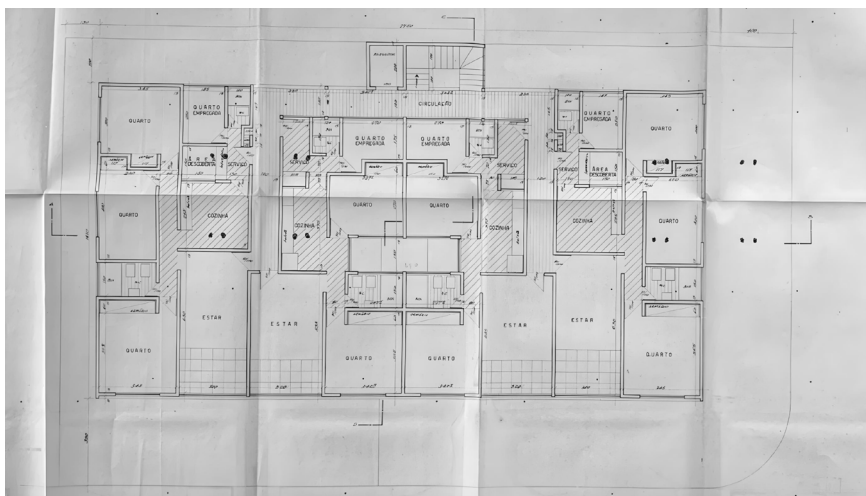
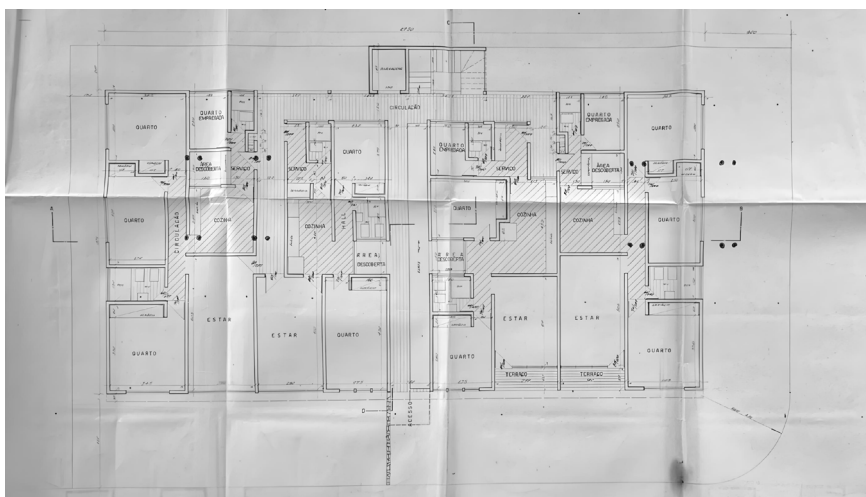
180-183. Plantas baixas do pavimento térreo, primeiro andar, pavimento-tipo e cobertura, respectivamente.
Fonte: APMCG



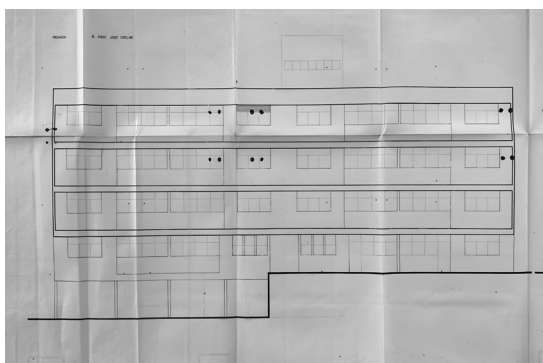
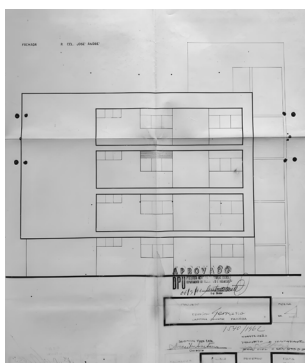
184-186. Vistas frente à av. Mal. Floriano Peixoto e rua Afonso Campos, respectivamente. Na sequência, corte longitudinal e fachada lateral (entre vias) da edificação. Fonte: APMCG

O Edifício Serrano [187-190], de 1962, na esquina das ruas José André e prof. José Coelho, está também entre os parcialmente construídos. O projeto, assinado pelo engenheiro Lynaldo Cavalcanti, deixa de lado a predisposição comercial dos pavimentos térreos situados mais ao norte do bairro do Centro, assumindo o programa habitacional (quarto, cozinha, estar, wc social e dependência para empregada) como o único a ocupar seus diferentes níveis. Nele, os moradores ganham o direito à vaga de garagem no subsolo, e o prédio se desprende dos muros vizinhos, deixando apenas a caixa isolada que concentra escada e elevador ligar-se ao limite dos fundos do lote. No térreo, a entrada principal separa as áreas descobertas e divide em pares as unidades de apartamentos; os maiores, com três quartos, nas laterais; e os menores, com dois, no centro da planta. Acima, o pavimento-tipo repete essa formação até o terceiro e último andar, com alguns ajustes ao centro da planta, visto que a área antes reservada à circulação passa a ser útil às unidades. As fachadas deixam ver a diferença dos níveis da topografia e a abertura dos ambientes dos apartamentos, com um desenho simples marcado por linhas horizontais.

O projeto do Edifício Mary Gláucia [191-197], de 1966, na esquina da rua Venâncio Neiva e av. Mal. Floriano Peixoto, curiosamente, embora não tenha sido construído, é o único a explorar o afastamento do edifício em relação aos limites do lote, de modo a permitir acesso particular à galeria de lojas internas e externas. Um percurso que não se confunde com aquele das lojas voltadas para a avenida, tampouco ao *hall* público e com o conjunto de escada e elevador que ligam os pavimentos. Este conjunto para circulação vertical tem em planta um propósito específico: transferir o usuário do térreo comercial para o nível das sobrelojas e para o pavimento-tipo, com suas salas para escritórios, banheiros, *halls* sociais e poços de luz. Ao total, seriam dez lojas, quatro sobrelojas, um apartamento e trinta e seis salas ao longo de cinco pavimentos, além de um terraço feito da laje da coberta, fachadas principais com elementos vazados, diferentes esquadrias e uma espécie de grelha formada pela estrutura, a qual acaba por emoldurar os segmentos da planta nas faces do edifício.

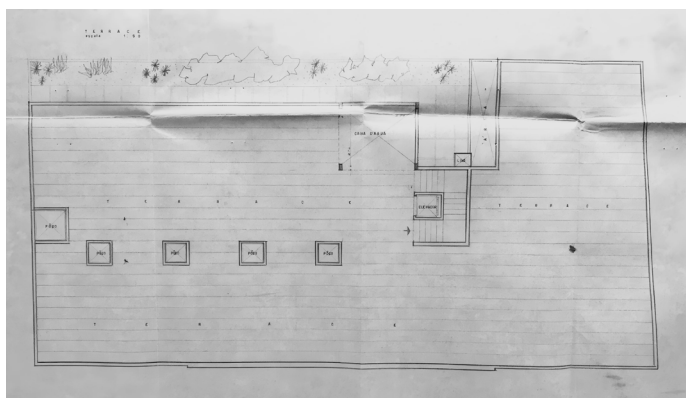
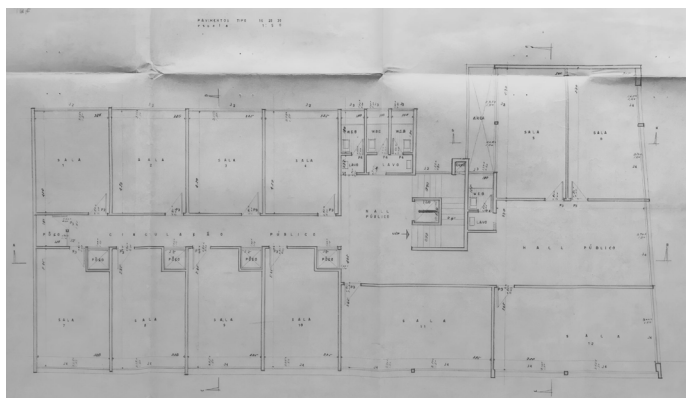
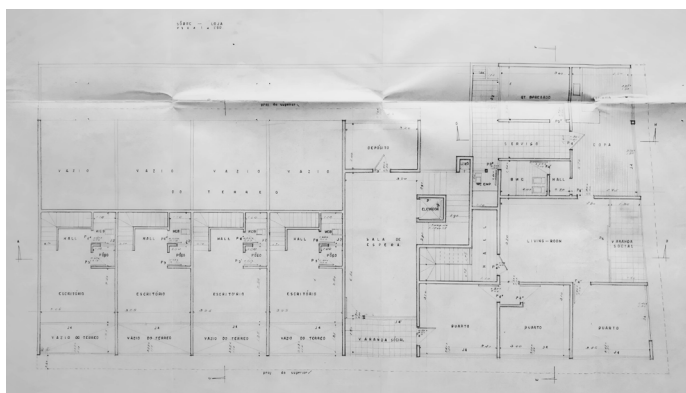
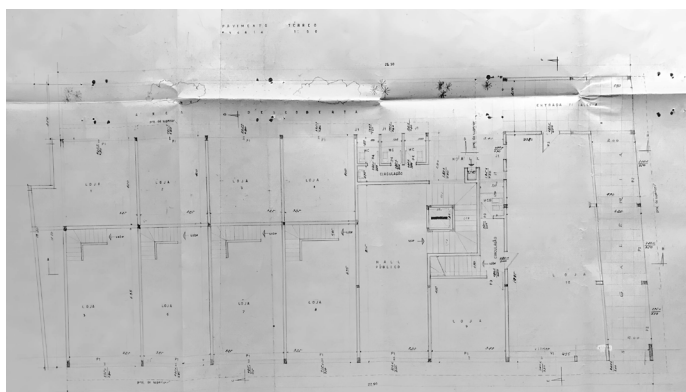


213



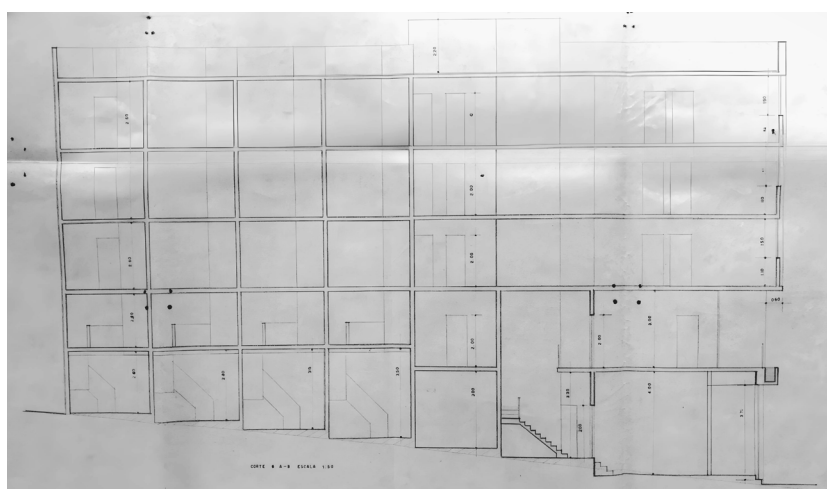
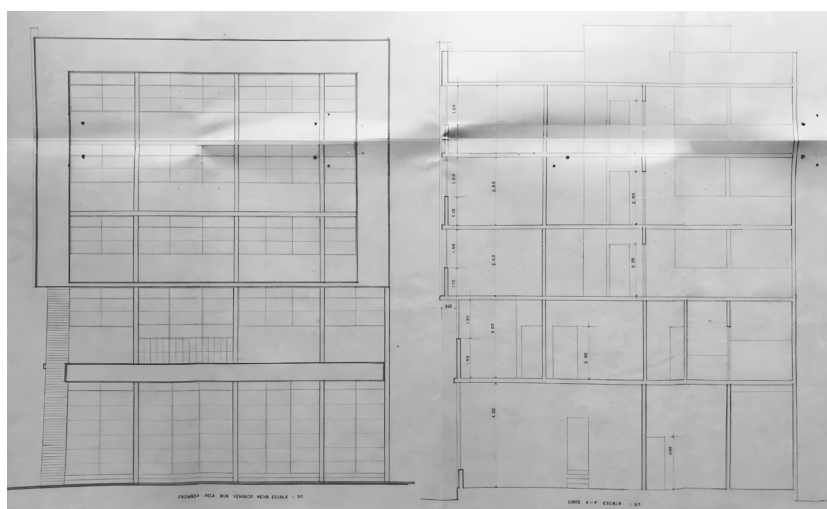
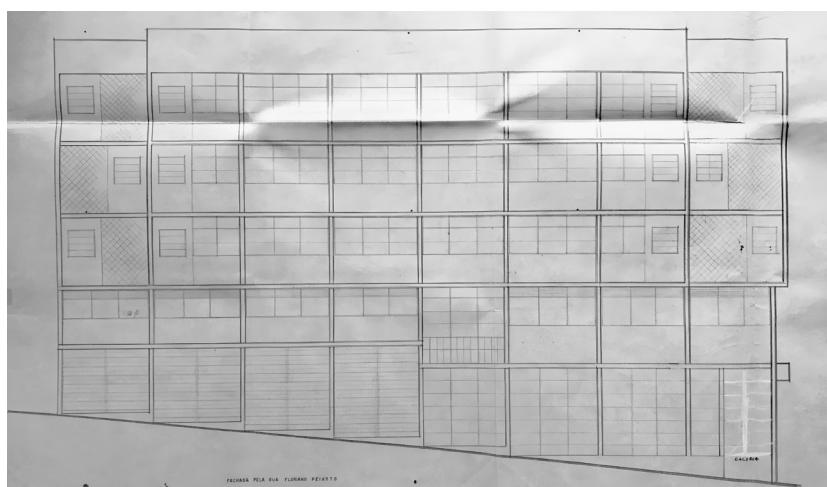
Edifício Serrano, ruas Cel. José André e Prof. José Coelho.
Projeto: Lynaldo Cavalcanti, 1962.

187-190. Plantas baixas dos pavimentos térreo e tipo (ambos para apartamentos) e desenhos em vista das fachadas lateral (rua Cel. José André) e frontal (rua Prof. José Coelho), apresentados nesta ordem. Fonte: APMCG.



Edifício Mary Gláucia,
av. Mal. Floriano Peixoto e rua
Venâncio Neiva.
Projeto: Jaelson de Castro, 1966.

191-194. Plantas baixas dos pavimentos térreo (lojas), sobrelojas, pavimento-tipo (salas empresariais) e cobertura (terraço), apresentadas nesta ordem. Fonte: APMCG.



195-197. De cima para baixo: desenhos das vistas frontal (a partir da av. Mal. Floriano Peixoto) e lateral (diante da rua Venâncio Neiva), além dos cortes transversal e longitudinal. Fonte: APMCG.

Com alguns pequenos desvios pela história e um bocado surpresos pela diversidade e riqueza dos desenhos e obras encontrados pelo caminho, chegamos ao fim da década de 1960 e do passeio aproximado pelos projetos que formalizam o primeiro ciclo do processo de verticalização da cidade de Campina Grande. Do antigo Grande Hotel ao edifício do Banco do Brasil, que delimitam nosso recorte temporal, passamos por **45 edificações**, de usos, soluções e linguagens distintos. Grande parte delas, localizada num arquivo morto, mantida durante décadas em caixas empoeiradas de papelão. Outra, encontrada em fotografias, postais e visitas de campo. Algumas propostas, dignas de nota em matérias de jornais da época, outras até então desconhecidas, presas às pranchas de projeto ou à impossibilidade de seus proprietários de as construírem por completo.

Trazê-las à luz – com seus programas simples ou complexos, institucionais ou de iniciativa privada, com altos ou baixos gabaritos, em grandes ou pequenos espaços, estreitos ou largos, modernos ou ainda em disfarce – não apenas nos serve como um ponto de partida para uma análise ampliada das individualidades e semelhanças que compõem o acervo alvo deste trabalho, como nos permite reconhecê-las segundo a passagem do tempo, examinar mudanças de perspectivas e especular sobre as possíveis hesitações que suas arquiteturas deixam transparecer. Agora, já devidamente identificadas e contextualizadas, parece-nos necessário revisá-las segundo uma última ótica, sobrepô-las a novas camadas interpretativas e assim, finalmente, compreendê-las enquanto produto arquitetônico. Um todo, composto pelos modos de construir e habitar a cidade de seu tempo, traduzidos na forma e linguagem de seus edifícios.

III.III

POR ENTRE PROJETOS

USOS, FORMAS E DIÁLOGOS COM A CIDADE

Ao longo do passeio por entre o acervo, foram destacados alguns dos elementos e mecanismos projetuais que se mostraram importantes na leitura das obras, permitindo extrair dali comparações, sobreposições e separações que agora nos parecem conveniente explorar.

Depois do reconhecimento, da leitura mais aproximada sobre os projetos, partimos para a análise, para a síntese do todo e de alguns dos porquês por trás do desenho, tentando desvendar finalmente os usos, as formas e os diálogos com a cidade. Uma leitura que segue os critérios de análise definidos no texto que inicia o capítulo (lote e ocupação, usos e volumetria), os mesmos retirados e justificados pelos discursos apresentados ao longo do trabalho. Aqui, lote e ocupação revelam a lógica de exploração do solo, as possíveis conexões entre interior e exterior; deixam pistas sobre quesitos legais, como recuos e vazios; e nos permitem identificar velhos e novos arranjos junto ao parcelamento do solo. A compreensão da volumetria acompanha tudo isso. Serve de elo entre os demais critérios e deixa ver como a sobreposição de pavimentos foi traçando níveis de complexidade no desenrolar do tempo e no impacto na paisagem. Por fim, o estudo dos usos traz à luz questões sociais, de apropriação (ou não apropriação) de demandas, e como a arquitetura foi formulando respostas para elas.

Num esforço de sistematização das formas de ocupação desses edifícios, alguns aspectos essenciais à caracterização das parcelas nos foram revelados e, por meio destes, é possível identificar dois grandes conjuntos de projetos: os inseridos em parcelas mais exíguas no sentido paralelo à via e os locados em parcelas de dimensões mais generosas ou com formas significativamente irregulares. Incorporando antigos lotes estreitos e longilíneos – característicos de parcelas mais

ortogonais e uniformes herdadas do sistema de produção das cidades coloniais – ou ocupando esquinas e lotes com áreas maiores, onde a vocação comercial do bairro do Centro poderia ser mais bem explorada em termos de visibilidade e possibilidades de acesso, os esquemas de implantação dos empreendimentos se diferenciam não somente pela forma e dimensão dos lotes (com profundidades que variam entre 7,40m e 56,10m e testadas de 4,90m a 33,00m) mas também pelas oportunidades de conexão entre interior e exterior, privado e de domínio público, geradas através do número de fachadas ativas que proporcionam, do proveito da topografia à qual se submetem e, naturalmente, da articulação entre área, programa e parcela urbana.

Entre projetos e formas de ocupação, essas oportunidades parecem determinar uma ordenação de três grupos de edifícios diferenciados por suas parcelas: aqueles marcados por seu engavetamento dentro do conjunto da quadra que, a priori, constituem-se por uma única fachada, inteiramente voltada à via – a exemplo do Ariús, do Jacy, do Motta, etc.; aqueles profundos que chegam a atravessar a quadra de uma rua a outra – como no caso do Edifício Manoel Patrício que vai da rua Pres. João Pessoa até a rua João Suassuna, do Edifício Roberto Palomo que comunica a rua Maciel Pinheiro com a Barão do Abiaí, do Edifício Floresta que conecta-se à rua João Pessoa e João Pimentel, e do projeto para a Faculdade Católica de Filosofia que deveria interligar a rua Afonso Campos à av. Floriano Peixoto; e, por fim, os que preferiram demarcar esquinas, hierarquizando duas ou até quatro de suas faces – como acontece com o prédio do Antigo Grande Hotel, da Associação Comercial, do Hotel ouro Branco, do Rique, do Lucas e de outros mais.

Essa diferenciação entre tipos, quando quantificada [TABELA 02], comprova o equilíbrio entre o número de projetos submetidos ao engavetamento do lote e o daqueles que preferiram as possibilidades de conexão geradas pelas esquinas, bem como o número reduzido de projetos nos quais a comunicação entre vias não estava condicionada ao lote de fim de quadra, mas sim à capacidade de incorporar lotes vizinhos.

Pese as diferenças quanto às formas, dimensões e usos, as implantações admitidas pelo conjunto, quase que predominantemente, convergiram para uma ocupação, quando não parcial, total dos limites laterais do lote, sem afastamentos em relação à rua e às edificações vizinhas. Salvo os dois casos em que a opção pelo isolamento do edifício por meio de ambos os recuos fosse considerada a mais adequada – Edifício Serrano e o edifício proposto para a Sociedade de Odontologia, nenhum deles construídos de fato – essa característica se revelou um padrão que, como mostram a iconografia e os processos de ocupação que vão desde o

TABELA 02.
LOTES. TIPOLOGIAS E EDIFÍCIOS

LOTES	TIPOLOGIAS	EDIFÍCIOS
01.	ENGAVETADOS	ED. ASSÚ ED. ARIÚS ED. CAMPINA GRANDE ED. JACY ED. GENÉSIO ED. MACAMBIRA ED. JOÃO LYRA BRAGA ED. ED. DA IGREJA CONGREGACIONAL ED. MOTTA ED. MOISÉS LYRA BRAGA ED. PRATA ED. SHANGRILÁ ED. JOSÉ PINTO DA SILVA ED. RAIMUNDO PEDROSA ED. ALVES CAMPOS ED. FÓRUM AFONSO CAMPOS ED. JOSÉ CELINO ESTIVAS ED. PIMENTEL MOTTA ED. SEVERINO GUEDES ED. CANADÁ ED. INPS ED. BANCO DO BRASIL 22 unidades
02.	ENTRE RUAS	ED. MANOEL PATRÍCIO ED. FACULDADE DE ODONTOLOGIA ED. AUGUSTO PIMENTEL ED. MARGARIDA PALOMO ED. FLORESTA 5 unidades
03.	EM ESQUINAS	ED. ANTIGO GRANDE HOTEL ED. PREFEITURA MUNICIPAL ED. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL ED. INCOTEC I ED. INCOTEC II ED. INCOTEC III ED. JOÃO RIQUE ED. HOTEL E EMP. C. LAURITZEN ED. FACULDADE DE ODONTOLOGIA ED. INCOTEC IV ED. HOTEL OURO BRANCO ED. SERRANO ED. ANEXO TEATRO MUNICIPAL ED. ALVORADA ED. LUCAS ED. MALAQUIAS DO Ó ED. MARY GLÁUCIA ED. SEDE S.E.E.B. 18 unidades

período oitocentista até as incorporações das primeiras décadas do século XX, é apropriado às áreas centrais mais antigas e valorizadas (REIS FILHO, 2014). Fato, que vai ao encontro do critério do lucro máximo auferido pelo mercado imobiliário, ao perfil de seus investidores – em sua maioria comerciantes em busca de novos rendimentos – e aos locais para onde foram propostos, o Centro¹²¹.

Essa intenção especulativa, aliada à obediência à legislação sanitária e ao código de obras em vigor, implicou algumas atitudes projetuais que os distanciaram dos períodos anteriores, ao mesmo tempo que os aproximaram de uma preocupação mais acentuada com a eficiência dos espaços e com os condicionantes técnicos de conforto ambiental. Essas preocupações, quando não traduzidas na simples inserção de poços de ventilação e iluminação em pequenos recortes no volume do edifício ou espaçamentos mínimos no fundo do lote, provocaram ou contribuíram para a adoção de soluções volumétricas importantes à composição formal, ao trato das aberturas e à disposição dos ambientes.

220 Numa primeira abordagem ao tema dos volumes, os edifícios deixam ver configurações geométricas adquiridas em função das normativas da legislação, dos diferentes programas e das potencialidades e limitações geradas pelos formatos de seus terrenos. São volumes também exíguos e profundos, compridos e estreitos, robustos, longilíneos, regulares e irregulares, que nos revelam ao menos três possibilidades de manipulação da forma. A primeira é a do prisma de aspecto unitário e maciço, por vezes marcado por poços de luz em seu interior. A segunda é a da forma composta pela subtração de partes ou adição de volumes anexos que quebram a lógica da extrusão total do lote e da exploração máxima do solo. E, por fim, a terceira, que reúne as demais de modo a expor uma diferenciação entre base, torre e cobertura, atribuindo à forma e à ocupação do edifício maior impacto visual e social.

A definição programática desse último grupo de edifícios tende a subdividi-los de maneira volumétrica em pelo menos duas partes – uma destinada às atividades públicas e outra à privada –, distintas em relação à sua posição (abaixo-acima), forma (horizontal-vertical), distribuição e localização. Ao revisar os projetos e obras segundo uma ótica temporal, essa segregação das partes parece derivar de um processo gradual que se manifesta, inicialmente, nos anos 1930, por meio dos sobrados, com a troca de materiais e o uso de marquises na fachada entre a área inferior e o restante do edifício; posteriormente, no final dos anos 1950,

121 Núcleo de grande intenção especulativa, seja pelos recentes melhoramentos urbanos dos quais foi alvo, seja por sua predisposição aos principais acontecimentos econômicos e sociais da cidade, conforme discutido anteriormente.

assume uma franca diferença de volume entre a parte inferior e a torre, ao serem alteradas não apenas os acabamentos das fachadas dos edifícios, mas todo seu sistema espacial e compositivo, culminando, em alguns casos, na inclusão de uma terceira entidade: o andar vazado. A exemplo dos edifícios Incotec, Lucas, Palomo, Rique e Motta, essa solução funciona como elemento de transição e elo entre os dois volumes do conjunto, assim como espaço de socialização e deleite diante da paisagem, já que a generosa abertura visual é consistente com a relação de continuidade da planta-livre e da possibilidade de uso recreativo do terraço, invocando um segundo nível público e um forte apelo estético.

Tal solução faz ainda referência a um dos cinco recursos característicos da arquitetura moderna, pilotis, cuja impossibilidade de ser incluído integralmente em térreos locados em pleno centro comercial fez com que fosse transferido pavimentos acima¹²² ou simplificado à trechos do volume da base, para proteger do sol e da chuva o passeio do pedestre – como proposto no prédio da Associação Comercial, da Faculdade de Filosofia e de Odontologia, no Edifício Prata e no Centro Educacional da Igreja Congregacional –, de modo que pudesse ser incorporado com menor sacrifício de área comercialmente utilizável, trazendo à mostra sua estrutura independente e ampliar o espaço coletivo da calçada para o interior do lote.

221

De uma forma ou de outra, fugindo ou não do modelo sistemático de extrusão do lote, a manipulação da forma do edifício, não parece ter se esquivado da necessidade e desejo de fazê-lo, apesar dos pesares¹²³, atrativo, lucrativo e moderno, ao considerar o aproveitamento e distribuição dos espaços, a dinâmica entre usos (em sua maioria mistos), o apelo de suas cores e murais azulejados, a influência do concreto armado, a exploração das marquises – como elemento que protege o passeio, indica os acessos e ilustra a esbeltez de seu material construtivo – e a arquitetura de suas fachadas e plantas-livres. Sendo assim, esse esforço traz à tona questões funcionais, técnicas e estéticas expressas de formas variadas, tanto na tentativa de racionalizar a construção pela concentração de áreas molhadas, de circulação e de infraestrutura (dutos de lixo, tubulações de esgoto, água e elétrica), quanto pela redução e padronização dos espaços para a maximização dos lucros e o aproveitamento de área. Partindo desse pressuposto, forma e função foram postas à prova.

122 Esse recurso logo se tornaria frágil e incompreensível frente à pressão da especulação imobiliária, resultando no fechamento dos terraços e na incerteza de seus usuários sobre o que ele fora outrora.

123 Isso inclui a baixa altura dos edifícios e os fatores socioeconômicos que influenciaram a execução total ou parcial dos edifícios.

A ampliação das atividades de caráter público, o desenvolvimento do capital, o incremento populacional, a inserção de novos equipamentos e sistemas urbanos (como visto no capítulo 1) redefiniram as relações entre população e seus espaços de ação. Consequentemente, tais fatores foram imprimindo demandas inéditas ou ampliando programas pouco explorados, vinculando-os aos aspectos construtivos e de linguagem moderna. Essa realidade exigiu projetos que se alinhassem ao desejo de se estar em sintonia com a vida e com as imagens e os símbolos da modernidade, o que justifica a definição de usos diversos dentro do repertório de edifícios verticais identificados pela pesquisa.

De plantas simples às aquelas mais complexas, o acervo de projetos engendra programas variados [TABELA 03] atendendo esquemas para repartições públicas, hotéis, cinema, teatro, escola, faculdades, apartamentos completos, quitinetes, escritórios, restaurantes, lojas e galerias comerciais. Eles aparecem quase sempre associados em usos mistos – comercial-empresarial, comercial-habitacional, comercial-empresarial-habitacional, serviços-habitacional – e divididos entre público e particular, tal como sugerem seus elementos nas fachadas. Dentre eles, notar-se uma correspondência entre a variabilidade de usos e o experimentalismo da forma: quanto maior a mescla de funções atribuídas ao edifício, ou a capacidade de abrigá-las, mais nítida se mostra a exploração do desenho e de suas soluções espaço-formais.

Não obstante o leque de opções de programas, dos **45 projetos** analisados prevalecem aqueles do setor terciário que ocupam os térreos com lojas e os andares com salas para escritórios – a exemplo dos edifícios Assú, Ariús, Jacy, Macambira, Moisés Lira Braga, Floresta, Malaquias do Ó, Shangri-lá, Severino Guedes, Manoel Patrício, Alves Campos e o Augusto Pimentel. Quando incorporados a outros usos – como acontece nos casos dos projetos para os edifícios Campina Grande, Rique, Lucas, Canadá, Palomo, Prata, Raimundo Pedrosa, Motta, Mary Glaucia e Incotec – esse setor abocanha um número ainda maior de exemplares: 21 no total.

Embora essa tendência não tenha sido suficientemente capaz de executar as obras de boa parte dessa lista, ela sugere, por meio do número expressivo de projetos, um nicho de mercado específico, cujo desenvolvimento remonta a décadas anteriores, com os recém reformados logradouros do centro da cidade¹²⁴ e os sobrados que surgiram em substituição às construções térreas de outrora. Com comércio embaixo e depósitos ou salas comerciais e de serviço em cima, esses sobrados, resultantes da ação conjunta entre município e agentes privados,

¹²⁴ Especialmente as ruas Venâncio Neiva, João Pessoa, Cardoso Vieira e Maciel Pinheiro, onde as atividades de comércio e serviços se mostravam mais expressivas, tal como nos dias de hoje.

TABELA 03. PROJETOS E APROPRIAÇÕES

ANO	EDIFÍCIO	USOS
1942	ED. ANTIGO GRANDE HOTEL	SERVIÇOS
1942	ED. PREFEITURA MUNICIPAL	INSTITUCIONAL
1950	ED. ASSÚ	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1950	ED. CAMPINA GRANDE	HABITACIONAL
1954	ED. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	INST./ASSOCIAÇÃO
1955	ED. ARIÚS	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1956	ED. JACY	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1956	ED. GENÉCIO GOMES DA CRUZ	COMERCIAL/HABITACIONAL
1956	ED. INCOTEC I	SERVIÇOS/HABITACIONAL
1956	ED. INCOTEC II	SERVIÇOS/HABITACIONAL
1957	ED. INCOTEC III	SERVIÇOS/EMPRESARIAL
1957	ED. JOÃO RIQUE	COM./EMP./HAB.
1958	ED. MACAMBIRA	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1958	ED. HOTEL E EMP. C. LAURITZEN	SERVIÇOS/EMPRESARIAL
1958	ED. FACULDADE DE ODONTOLOGIA	EDUCACIONAL
1960	ED. INCOTEC IV	SERVIÇOS
1960	ED. MANOEL PATRÍCIO	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1960	ED. FACULDADE CAT. DE FILOSOFIA	EDUCACIONAL
1961	ED. JOÃO LYRA BRAGA	-
1961	ED. HOTEL OURO BRANCO	SERVIÇOS
1962	ED. SERRANO	HABITACIONAL
1962	ED. ANEXO TEATRO MUNICIPAL	SERVIÇOS
1962	ED. ALVORADA	HABITACIONAL
1962	ED. ED. DA IGREJA CONGREGACIONAL	EDUCACIONAL
1962	ED. MOTTA	COM./EMP./HAB.
1962	ED. MOISÉS LYRA BRAGA	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1962	ED. AUGUSTO PIMENTEL	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1962	ED. LUCAS	COM./EMP./HAB.
1962	ED. PRATA	COM./EMP./HAB.
1962	ED. MARGARIDA PALOMO	COM./EMP./HAB.
1962	ED. SHANGRI-LÁ	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1963	ED. JOSÉ PINTO DA SILVA	HABITACIONAL
1963	ED. RAIMUNDO PEDROSA	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1963	ED. MALAQUIAS DO Ó	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1963	ED. FLORESTA	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1963	ED. ALVES CAMPOS	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1964	ED. FÓRUM AFONSO CAMPOS	INSTITUCIONAL
1964	ED. JOSÉ CELINO ESTIVAS	COMERCIAL/HABITACIONAL
1964	ED. PIMENTEL MOTTA	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1964	ED. SEVERINO GUEDES	COMERCIAL/EMPRESARIAL
1965	ED. CANADÁ	COMERCIAL/HABITACIONAL
1966	ED. MARY GLÁUCIA	COM./EMP./HAB.
1966	ED. BANCO DO BRASIL	SERVIÇOS
1967	ED. SEDE S.E.E.B.	INST./ASSOCIAÇÃO
1968	ED. INPS	INSTITUCIONAL
1969	ED. BANCO DO BRASIL	INSTITUCIONAL

exploraram a natureza das atividades desempenhadas nas principais ruas do Centro (QUEIROZ, 2008, p. 182-207) e o incremento crescente de profissionais locais ou emigrados ávidos por ocupar a região e oferecer seus serviços¹²⁵.

Mas não apenas por isso estariam justificados. Ao investirem em uma maior segmentação da planta, com unidades de salas compactas, os investidores acabavam ampliando o valor de seus rendimentos. Tratava-se de uma alternativa que, convenientemente, os colocava à margem da desconfiança e dos preconceitos associados à moradia coletiva, tanto quanto os elevava a símbolos do desenvolvimento do trabalho e da economia. Lógica essa que vimos ser replicada e ressignificada nas décadas de 1950 e 1960, ao serem adicionados novos elementos à planta e gabaritos mais expressivos aos projetos, de modo que a própria especificidade de seus usos acabou por tornar-se imprecisa, capaz de abrigar, em determinados casos, não somente consultórios ou escritórios, como também habitação, na forma das mais singelas unidades. Ao assegurar-lhes maior versatilidade seus agentes tentavam contornar a desconfiança inerente à vida em apartamentos, ao mesmo tempo em que reconheciam uma outra parcela da população.

224

Se para alguns o conforto da casa unifamiliar, com seus espaços amplos, configurava uma variável decisiva, para esses novos clientes a localização do empreendimento, pelo menos do ponto de vista econômico e funcional, seria fator essencial. Unidades pequenas bem localizadas, disponíveis para aluguel ou com custo fatiado em diversas parcelas, conseguiriam se encaixar no orçamento dos que prefeririam permanecer nas áreas centrais da cidade, fosse pela inserção social e simbólica que proporcionavam, pela proximidade aos espaços de trabalho, serviço, comércio e lazer, ou pela infraestrutura urbana da qual usufruíam. E foi para essa camada da sociedade – possivelmente marcada por jovens casais, solteiros, estudantes¹²⁶ e pequenos funcionários do comércio e da indústria, com boa renda e dispostos a ocupar áreas mínimas –, que os edifícios verticais se tornariam opções de moradia. Uma clientela na qual o mercado imobiliário gradualmente passou a apostar ao promover tipologias multifuncionais que, ora se faziam de salas para escritórios, ora de unidades mínimas de habitação, com áreas que, surpreendentemente, partiam de 18m².

Enquanto o modo de vida desse grupo parecia estimular e, ao mesmo tempo,

125 Lembremos que, naquela época, Campina Grande colhia os louros do franco desenvolvimento do comércio, experimentava transformações urbanas e arquitetônicas, além de um crescimento populacional significativo.

126 Como vimos anteriormente, neste período Campina Grande passara a contar com instituições de ensino superior e técnico, atraindo estudantes de diferentes regiões.

adaptar-se aos modelos mais compactos da planta residencial, a cidade lhes dava suporte, ao tornar o espaço fora do âmbito do edifício não só lugar de trabalho, mas também de lazer, de consumo e de serviços, resultado dos processos de metropolização, modernização e, conseqüentemente, de uma nova sociabilidade urbana. A vida menos hierarquizada e mais despojada, gerada a partir de então, com o tempo foi se afirmando em uma visão de lar, mais simples e integrado, resumindo a tipologia habitacional oitocentista à variações do programa básico de sala, quarto, banheiro e cozinha, contendo áreas de serviço e dependência de empregado a depender da tipologia, do público a ser atendido e de sua capacidade de endividamento.

A miniaturização dos espaços domésticos e a adaptação das salas de escritórios trouxeram flexibilidade de funções às novas construções e unidades. A sala isolada passou a ganhar banheiro privativo e uma pequena cozinha que, quando não era simplesmente esquecida ou substituída por uma copa, ficava reduzida a um espaço capaz de comportar apenas os equipamentos fundamentais ao preparo do alimento (como fogão, geladeira, pia e armário), ganhando a nomenclatura norte-americana que dá origem à tipologia: *kitchenette*. Paralelamente, apartamentos de programa familiar passavam a integrar os projetos de unidades comerciais ocupando alguns andares ou se restringindo à cobertura, em uma ordem distributiva que procurou seguir, sempre que possível, os diferentes níveis de privacidade do edifício, indo do uso comercial ao empresarial e ao habitacional, necessariamente nessa ordem.

225

Essa evolução das unidades ou, melhor, esse ganho progressivo de elementos – chave para a flexibilidade e transitariedade de seus usos – está sistematizado na [TABELA 04], a fim de ilustrar os tipos e tipologias identificados nos projetos cujos programas contemplam desde módulos de salas isoladas para escritórios até apartamentos com programas mais complexos, voltados à vida em família

Com diferentes tamanhos e atribuições a produção de edifícios verticais, em sua maioria mistos, sugere a experimentação de soluções variadas na busca pelo aproveitamento máximo do lote e a resposta às necessidades, ainda em definição, de um novo mercado imobiliário local. Nesse universo, o Edifício João Rique, de 1957, acabou por tornar-se o modelo *sui generis* desses experimentos e o termômetro a indicar a reação dos campinenses, já que seu predecessor, o Edifício Campina Grande – mesmo adotando, em 1953, a mescla entre apartamentos completos com dois e três quartos, salas para escritórios e comércio –, não chegou de fato a sair do papel. O mesmo ocorreu com a proposta de 1956 para o Edifício Incotec, que pretendia contemplar cinema em seus primeiros pavimentos e apartamentos em oito de seus onze andares.

TABELA 04.
DA SALA AO APARTAMENTO. TIPOLOGIAS E EDIFÍCIOS

TIPOS	TIPOLOGIAS	EDIFÍCIOS
01.	SALAS P/ ESCRITÓRIO SEM WC, SEM COPA	ED. ASSÚ ED. CAMPINA GRANDE ED. ARIÚS ED. MACAMBIRA ED. MOISÉS LIRA ED. FLORESTA ED. MALAQUIAS DO Ó ED. SEVERINO GUEDES
02.	SALAS P/ ESCRITÓRIO COM WC, SEM COPA	ED. JACY ED. MARGARIDA PALOMO ED. MOTTA ED. AUGUSTO OLIVEIRA ED. FLORESTA ED. ALVES CAMPOS ED. JOSÉ CELINO ED. MARY GLAUCIA ED. SEVERINO GUEDES
02.	UNIDADES MULTIFUNCIONAIS SALAS COM BWC E COPA	ED. MANOEL PATRÍCIO ED. RAIMUNDO PEDROSA
03.	KITCHENETTES	ED. CAMPINA GRANDE ED. JOÃO RIQUE ED. MARGARIDA PALOMO ED. MOTTA ED. LUCAS ED. RAIMUNDO PEDROSA ED. PIMENTEL MOTTA
04.	AP. COM UM QUARTO COM DEP. DE EMPREGADA	ED. GENÉSIO GOMES ED. LUCAS
05.	AP. COM UM QUARTO SEM DEP. DE EMPREGADA	ED. JACY ED. JOÃO RIQUE ED. JOSÉ PINTO DA SILVA ED. MOTTA
06.	AP. COM DOIS QUARTOS OU MAIS COM DEP. DE EMPREGADA	ED. CAMPINA GRANDE ED. GENÉSIO GOMES ED. ALVORADA ED. MARGARIDA PALOMO ED. SERRANO ED. MOTTA ED. MARY GLAUCIA
07.	AP. COM DOIS QUARTOS OU MAIS SEM DEP. DE EMPREGADA	ED. JOÃO RIQUE ED. JOSÉ PINTO DA SILVA

O sucesso do Rique abriu precedente e é encarado como referência para a produção de edifícios verticais de uso misto ao longo dos anos 1960, seja por seu gabarito singular, por sua publicidade poderosa, pela volumetria audaciosa ou pela riqueza de tipologias trazidas com ele. Os edifícios Prata, Lucas, Motta, Palomo, Raimundo pedrosa, Canadá e Mary Gláucia deram sequência a esse tipo de empreendimento, articulando usos variados como recurso para expandir a capacidade de incorporar diferentes grupos da classe média campinense. E esta característica especulativa, certamente, lhes rendeu soluções planimétricas dignas de nota: a predisposição do térreo em se estabelecer como lugar de comércio, com lojas voltadas à rua e, em alguns casos, organizadas em galerias; a presença das sobrelojas; a criação de unidades multifuncionais; a racionalização e padronização na ordem espacial da planta baixa; a quase inexistência de áreas voltadas a serviços coletivos e domésticos¹²⁷, comuns ao ideário político do movimento moderno; e o desenho de fachadas uniformes, em grelha ou com janelas em fita, cujas dimensões e marcações costumam ir ao encontro da modulação da estrutura.

Deve-se mencionar que as dimensões variáveis das unidades contidas nestes e nos edifícios próprios a apartamentos maiores – como o Alvorada e Serrano – deixam ver alguns aspectos interessantes sobre a percepção das necessidades julgadas como básicas, assim como os perfis dos moradores e da vida doméstica. Tais aspectos se justificam tanto pela quantidade de cômodos, quanto pela definição do programa como um todo e dos arranjos gerados ali. Nesse sentido, podemos identificar uma dualidade marcante aos tipos de apartamentos idealizados na cidade entre os anos 1950 e 1960. Enquanto unidades compactas indicavam uma vida doméstica simplificada, sobrepondo diferentes funções à um único espaço e reconhecendo o binômio hidráulico banheiro-kit¹²⁸ ao espelhá-los repetidamente, apartamentos com um ou mais dormitórios preservavam o zoneamento doméstico tradicional, mais bem definido em termos práticos e funcionais com áreas de estar, repouso e serviço desempenhando papéis específicos.

Essa última tipologia, mais centrada na ideia de manutenção do modelo habitual da casa tripartida (entre social, íntimo e serviço), mesmo quando sugerindo um número mínimo de moradores, ganha variações interessantes na cobertura do Edifício Lucas ao serem adicionadas saletas que invocam timidamente o requinte dos grandes *halls* de entrada, além de áreas reservadas a empregados (quarto, banheiro, *hall*), agrupadas em prol da praticidade, da economia técnica e da hierarquia doméstica.

127 Excetuando-se o Edifício José Celino, o único a prever espaços coletivos de cozinha, sala de refeições e estar.

128 Estratégia que consiste em agrupar as áreas úmidas a fim de otimizar a infraestrutura hidrossanitária, reduzir custos e facilitar futuras manutenções.

O que se torna curioso nesse caso em especial é o fato de tratar-se de unidades destinadas à moradia de zeladores, o que nos impele a acreditar que a separação típica entre patrões e empregados, tão disseminada na história da casa brasileira¹²⁹, parece independe do número de moradores, tanto quanto de seu poder aquisitivo. E mesmo a escolha da cobertura, hoje reconhecida como área apropriada à moradia dos mais privilegiados, não fora pensada naquela época como tal, já que, nos outros cinco projetos que apresentam apartamentos exclusivos para zelador – Edifício Campina Grande, Edifício Jacy, Edifício Lucas, Edifício Palomo e Edifício Motta –, excetuando-se o Palomo¹³⁰, os demais edifícios os colocam sobre a última laje, separados dos outros condôminos e em proximidade ao telhado, à casa de máquinas e aos reservatórios d'água [198-200]. Proximidade que os tornava questionáveis como ambientes para a moradia da nova classe média e, talvez por isso, naquele momento, preferível de serem concedidos à funcionários. Por outro lado, nos programas dos edifícios Rique, Ouro Branco e Cristiano Lauritzen (que assumiam propostas de hotéis), no projeto inacabado para a Faculdade de Filosofia e na proposta de propriedade da sra. Vilma Motta, a cobertura seria apontada como ideal para alocar restaurantes e bares, com finalidade de fazer-se lucrativa, integrar terraços e coroar seus edifícios [201-02].

228

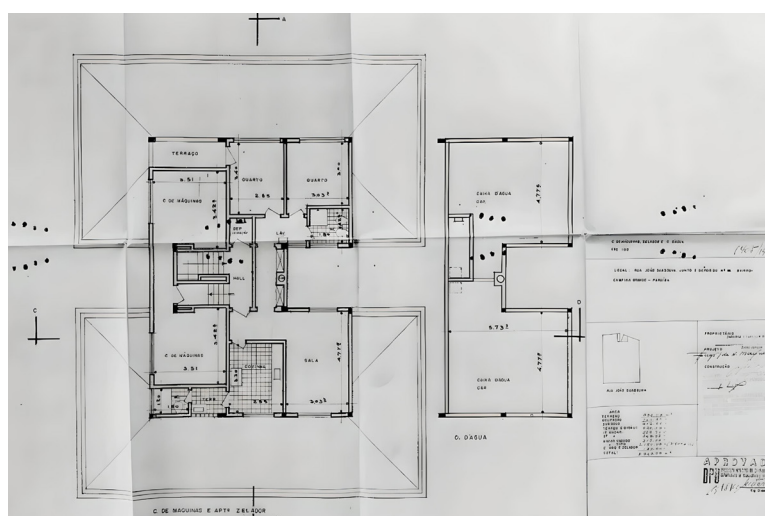
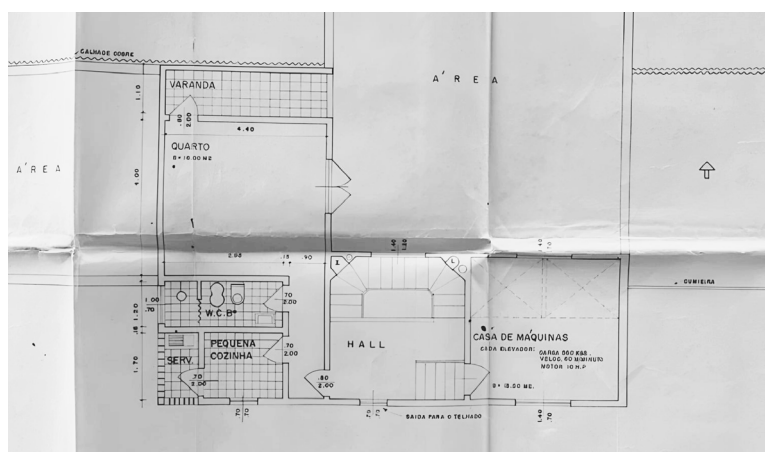
É oportuno observar que tais características segregacionistas, reminiscentes do período colonial¹³¹ e naturais à construção da arquitetura residencial do país, não se restringem a esses exemplares, sendo também usuais nos projetos de apartamentos maiores, destinados à casais com filhos. Tal permanência torna-se compreensível ao especulamos quão propenso encontrava-se o público-alvo desses apartamentos em contratar mão de obra doméstica. Isso ocorre sobretudo quando consideramos os atributos de distinção e *status* que se mantêm por trás disso e o fato de poderem ser exploradas como estratégias do mercado imobiliário para convencer aqueles que se dispunham a migrar da casa para o apartamento. Afinal de contas, como constata Lemos (1976, p. 162), “toda família que se preze tinha uma empregada morando em casa”, aspecto imprescindível que as diferenciava elegantemente do coletivismo dos cortiços e estalagens, historicamente nauseantes para a burguesia.

Sob essa condição, a habitação verticalizada campinense, assim como a operada nas demais cidades do país, acabou por reproduzir um zoneamento interno com rígida diferenciação entre áreas íntimas e de serviço, cuja permanência e circulação

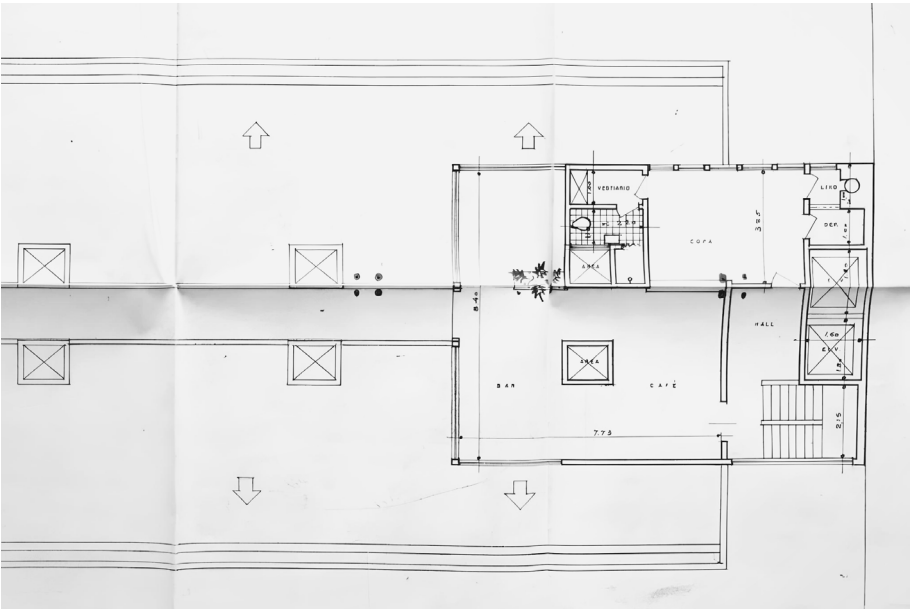
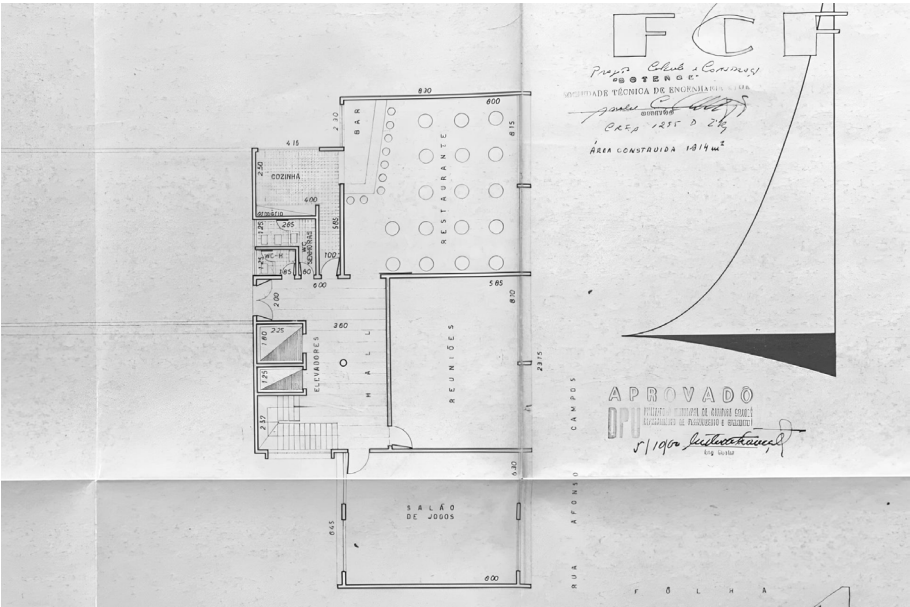
129 O que condiz com a fala de Reis Filho (2014, p.53), ao apontar a estreita ligação dos edifícios “aos esquemas rígidos dos tempos coloniais”, evidenciando que a sociedade brasileira ainda revelava “os compromissos de um passado recente com o regime de trabalho escravo”.

130 Tratando-se do Edifício Palomo, o apartamento do zelador foi posicionado na cobertura do bloco posterior, frente à rua Barão do Abaí e de menor altura.

131 Sobre o tema, ver Lemos (1976), Marins (1989) e Reis Filho (2014).



198-200. Plantas baixas das unidades localizadas nas coberturas dos edifícios Lucas, Campina Grande e Motta, respectivamente. Todas elas destinadas à moradia de zeladores e em proximidade com a casa de máquinas. Destaque para a variação do programa de necessidades. Fonte: APMCG.



201. Planta baixa do último piso do Edifício da Faculdade de Filosofia, com espaços voltados para restaurante, salão de jogos e reuniões. **202.** Proposta para bar/café no topo do Edifício Vilma Motta. Fonte: APMCG.

promoveram acessos e espaços distintos que acabavam por transferir à vida em apartamentos gêneros comuns à habitação unifamiliar, nucleada e aburguesada. Junto a esse novo padrão que se estabelecia, a sensibilidade da forma moderna comprimia os ambientes e substituía os esquemas hierárquicos convencionais de circulação por ilhas funcionais: ambientes rigidamente agrupados de forma clara, ordenada e eficiente. Assim, foram surgindo nos projetos de edifícios os elevadores e as entradas de serviço independentes, que iam ao encontro de cozinhas, saletas ou pequenos halls para o acesso de empregados, numa organização arraigada à uma noção de privacidade fechada em si e imersa em valores de salubridade, setorização, exclusão¹³² e economia de espaços.

Esses atributos e interpretações se fundamentam especificamente nos indícios deixados pelos projetos de usos mistos para os edifícios Campina Grande [203] e Mary Glauca [204], além daqueles dos edifícios Alvorada [205] e Serrano [206], os únicos exclusivamente residenciais e contendo garagens. No entanto, é imprescindível apontar que essas obras, quando não canceladas, acabaram por ser executadas parcialmente, com pouca altura e nenhum dos elevadores instalados. O que deflagra, não necessariamente o receio das famílias em aceitá-los como novos padrões de moradia¹³³, mas talvez a simples preferência pela casa térrea e unifamiliar, pondo em xeque a confiança dos investidores sobre seus empreendimentos.

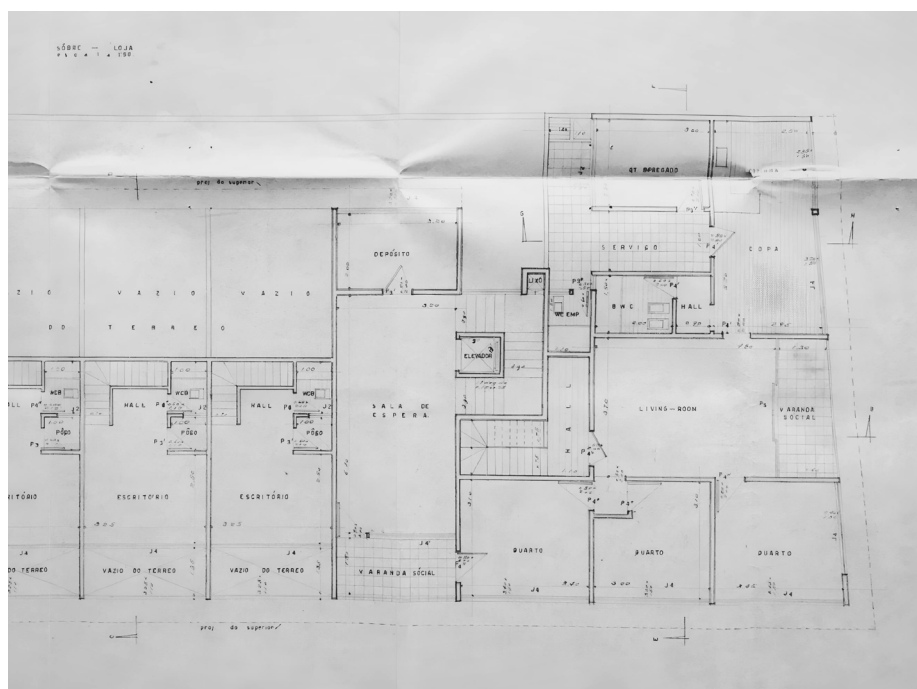
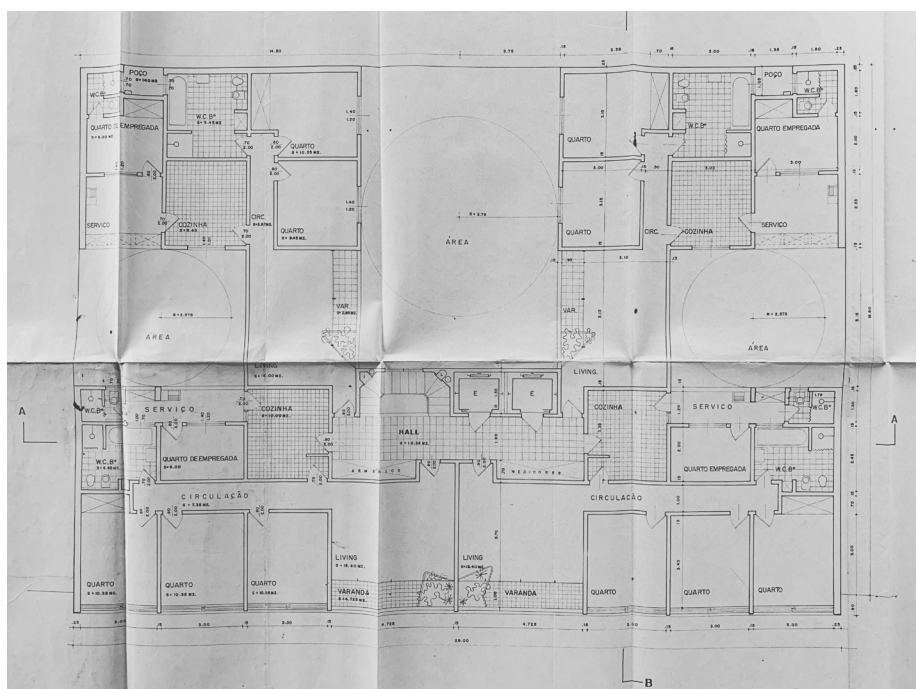
231

Sendo assim, o que nos apontam os números dessa produção e as tantas outras práticas associadas ao acervo faz crer que a verticalização operada aqui esteve longe de sanar uma eventual crise habitacional, contemplando famílias ansiosas pela compra de imóveis. Ela, em vez disso, estava associada à construção de salas um tanto quanto flexíveis, com programas simples e sem vagas para automóveis. Uma produção que não deve ser limitada a questões de ordem econômica, ao preço da terra e aos interesses em multiplicá-lo por meio de unidades de poucos metros quadrados e, por isso, em grande quantidade por edifício. Ao seu lado, estiveram também fatores de ordem social, urbana, estética e funcional, cenário para o qual os edifícios parecem funcionar, especialmente, como ícones de uma pujança econômica, de modernidade e progresso.

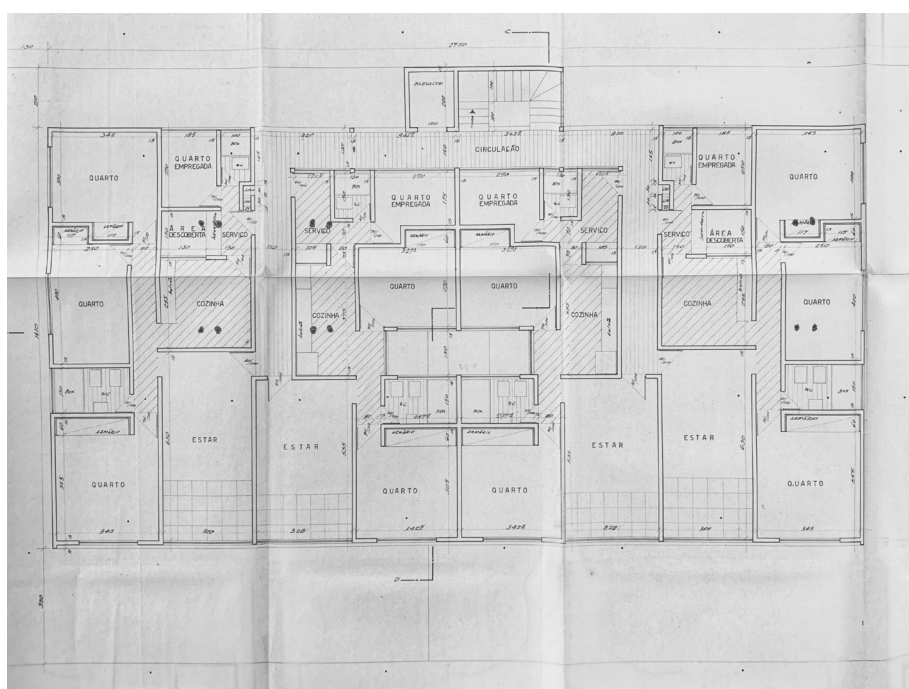
Apropriados ou não pelo mercado, altos ou baixos, largos ou estreitos, complexos ou simplificados, os projetos em análise revelam não só as adaptações dos modelos

132 Usando as palavras de Marins (1989, p. 192), “a permanência e a circulação mereceram a criação de caminhos e espaços diferenciados, sedimentando para os setores médios uma distinção em que se sente o bafejar dos tempos da escravidão”.

133 Reconhecê-los como tais não seria de fato o maior dos problemas, já que, como visto no capítulo anterior, agentes sociais e mídias logo promoveram uma inversão das críticas iniciais direcionadas aos edifícios altos. Campina Grande parecia ter compreendido o recado, mas não se convencera por completo de que essa seria a melhor opção.



203-204. Plantas baixas dos apartamentos nos edifícios Campina Grande e Mary Gláucia, respectivamente. Destaque para a setorização e hierarquia dos espaços, e a reprodução simplificada do programa habitacional unifamiliar. Fonte: APMCG.



205-206. Plantas baixas dos apartamentos-tipo nos edifícios Alvorada e Serrano, respectivamente. Destaque para a setorização e hierarquização dos espaços, e a reprodução simplificada do programa habitacional unifamiliar. Fonte: APMCG.

e ensinamentos colhidos por seus arquitetos e engenheiros, como indicam uma mudança significativa nas formas de construir, servir, morar e trabalhar, além dos diferentes perfis da clientela para a qual se destinavam e as motivações dos agentes públicos e privados diante dos processos urbanos e sociais que atingiam a cidade.

ENTRE MODERNIDADES, VERTICALIZAÇÃO

Campina Grande, a mais Bonita e verticalizada do interior do Nordeste.

Campina Grande, uma pérola do interior nordestino!

Campina Grande, uma bela e progressiva cidade.

Grande Campina! Grande mesmo! É incrível a sensação de “cidade grande” que campina transmite, com grandes avenidas, excelente comércio e, sobretudo, muitos, mais muitos prédios altos. É grande orgulho mesmo o interior nordestino ter uma cidade linda e desenvolvida como Campina Grande! (SKYSCRAPERCITY, 2005)

237

Os depoimentos podem nos confundir, mas estamos no século XXI, onde o primeiro ciclo de verticalização campinense se mostra incipiente, tímido, com pouca altura e exemplares construídos, restando muitos ainda incompletos. Não chegou de fato a pôr em prática soluções espaciais que sanassem uma eventual crise habitacional, tendo assumido, em sua maioria, funções terciárias com edifícios para escritórios e consultórios abrigando comércios e empresas em seus pavimentos inferiores. Procurou um espaço reduzido da cidade, o Centro, de olho na concentração populacional, na atuação de setores econômicos e nos seus atrativos de acessibilidade. E talvez por esses motivos seus exemplares permaneçam marginalizados pela historiografia.

Mas quando olhamos para trás, para além dos desenhos daqueles que conseguiram seu espaço nos postais, encontramos um conjunto significativo de projetos, um cenário otimista e um processo conturbado, dividido entre interesses e realizações. Trata-se de um pedaço da história local que deixa ver caminhos diversos e não necessariamente bem-sucedidos da produção imobiliária de Campina Grande, que

não só passava por uma profunda reestruturação, como se mantinha sensível à arquitetura moderna e às pautas vigentes da modernização.

Essa mesma sensibilidade, que acompanhou as transformações sociais e urbanas que outrora marcaram a cidade, formaliza-se como espécie de cultura moderna que, atravessando críticas e apoiando-se em discursos modernizadores, viu o processo de verticalização como espelho de seu progresso e desenvolvimento. Um estágio secundário da modernização arrasadora iniciada nos anos 1930 e intensificada na década de 1940, que atravessou administrações e respondeu a diferentes agentes e demandas para refletir uma imagem de cidade de acordo com seu tempo e, claro, usufruir dos rendimentos por ela gerados.

Começou acanhada, acompanhando as imposições e os incentivos pela construção de sobrados, tomou impulso nos anos 1950 e teve maiores resultados no começo dos 1960, alinhada aos planos desenvolvimentistas do país e, sobretudo, à difusão da arquitetura moderna nacional. Não por acaso, entrelaça-se ao aumento e diversificação das atividades econômicas e do número de profissionais liberais; à introdução do concreto armado e à perda dos ornamentos; às medidas em prol da qualificação de infraestruturas e do embelezamento do Centro; às novas demolições, reformas e incorporações; ao interesse pelo planejamento urbano e pelo incremento dos lucros imobiliários; ao disse-me-disse da opinião pública; aos desafios e preconceitos vindos com o coletivismo e aos questionamentos ferrenhos sobre sua viabilidade.

Entre modernidades diversas, a passagem do tempo foi imprimindo uma nova lógica social e urbana, um novo quadro ideológico e econômico que viria a confirmar os feitos da administração pública e da iniciativa privada, atestando suas posições e ampliando seus rendimentos ao incorporar um elemento expressivo à paisagem campinense: o edifício alto e, com ele, o instrumento-chave no processo de multiplicação do solo, o elevador.

Embora a própria noção de altura possa parecer controversa ao nos depararmos com edifícios de pouco mais de três pavimentos já validando a presença do elevador e sustentando, em sua época, o título de "*sui generis*" de arranha-céu, a ruptura de parâmetros, o contraste visual e as novas relações e dinâmicas socioespaciais que proporcionaram ou sugeriram, certamente, asseguram (desde as mais altas àquelas construções mais tímidas), um papel importante dentro do processo de verticalização, trazendo consigo outros modos de pensar e habitar a cidade.

Ao nos aproximarmos com lentes ampliadas do acervo de projetos entre 1942 e 1969, observamos que tais modos, no entanto, foram sendo incorporados

aos poucos. Ao que parece, acompanhando as expectativas do mercado, a disponibilidade de capital de seus investidores e a receptividade e demandas da sociedade, o que justificaria não só o crescimento gradual do gabarito e do número de projetos e programas propostos, como também os casos de desistência, de interrupção de obras e de adição de pavimentos em edifícios já construídos.

Foi também aos poucos que a verticalização foi traçando e explorando suas possibilidades, ganhando complexidade, reavaliando riscos, diversificando usos e soluções e contribuindo com as primeiras manifestações da linguagem moderna na cidade. Foi, inicialmente, compreendendo esquemas estilísticos hesitantes que progressivamente foram sendo substituídos por soluções consistentes, mais seguras e desenvoltas, obtidas com o ganho de experiência e com a atenção aos modelos e às condições específicas de orientação moderna. Foi unindo o vocabulário modernista a um repertório espacial enxuto, sobretudo aquele composto por salas, apartamentos e quitinetes, veiculados pelos meios de comunicação em massa disseminados no período. Foi explorando o uso do concreto armado, os preceitos da planta e fachadas livre, o desenho dos pilares à mostra, as cores dos materiais e a beleza dos murais azulejados. Foi se tornando uma trama complexa e extensa que nos surpreende especialmente por três motivos: o primeiro, e mais apreciável, porque acolhe edifícios notáveis; o segundo, porque comprova que o alcance da boa arquitetura não se restringe à demanda fausta, como faz crer o senso comum; o terceiro, porque nos permite divagar sobre a difusão e recepção da verticalização e os rótulos da vida moderna que tentava imprimir, deixando brechas e pistas para outros desdobramentos e temas, como a disseminação da ideia de domesticidade do lar no Nordeste, ou mesmo o registro e o aprofundamento sobre os modelos de apartamentos apresentados pelas revistas especializadas.

239

Hoje, (re)apropriados, ressignificados e inseridos na iconografia da cidade, em sua paisagem urbana, parte deste acervo testemunha as mudanças que a modernidade continua imprimindo nos espaços e no homem [APÊNDICE]. Modernidade da qual, paradoxalmente, os primeiros projetos foram tributários, mas da qual advém o esquecimento de sua importância e expressividade. Afinal, na modernidade tardia, o presente é a temporalidade que prevalece. Um presente no qual edifícios, mais modernos, mais confortáveis e mais altos, já despontam no céu campinense. Um tempo em que o progresso e o ufanismo ressoam como ecos de uma modernidade pesada, passada, que dá lugar à fluidez e à pluralidade dos novos vislumbres.

REFERÊNCIAS

A arquitetura de Duda. Roteiro e direção: Ítalo Tavares. Produção: Erik Medeiros; Carol Torquatto. Campina Grande. Bembe Filmes, 2019.

A ESCOLA Politécnica. **Jornal Diário da Borborema.** Campina Grande, p. 2, 19 dez. 1958.

A NOVA “Lei do Inquilinato” para prédios residenciais. **Jornal Diário da Borborema.** Campina Grande, p. 3, fev. 1969.

ABERTA concorrência pública para venda do Grande Hotel. **Jornal Diário da Borborema.** Campina Grande, p. 1, 13 jul. 1958.

ADQUIRA a sua casa própria... **Jornal Diário da Borborema.** Campina Grande, p. 1, 21 abr. 1968.

ADVOGADO comenta lei de incentivo à construção civil. **Jornal Diário da Borborema.** Campina Grande, p. 8, 23 jan. 1966.

AGORA não custa você desfrutar do melhor de Tambaú. **Jornal Diário da Borborema,** Campina Grande, p. 8, 12 dez. 1965.

AGORA, NÃO SÓ... **Jornal Diário da Borborema,** Campina Grande, p. 5, 20 dez. 1968.

ALMEIDA, A. L. **Arquitetura moderna residencial de Campina Grande:** registros e especulações (1960-1969). Monografia (graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

_____. **Da construção de uma arte nacional aos murais de Campina Grande.** In: 8º Seminário Docomomo Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes. Anais.

_____. **Difusão da arquitetura moderna em Campina Grande:** necessidades e desafios para preservação de um patrimônio ameaçado. In: 3 Seminário Docomomo Norte Nordeste, 2010, João Pessoa. Morte e Vida Severinas: Das ressurreições e conservações (im)possíveis do patrimônio moderno no Norte e Nordeste do Brasil. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

ALMEIDA, C. **Habitação social no Nordeste:** a atuação das CAPs e dos IAPs (1930-

1964). Tese (Doutorado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos. Universidade de São Paulo (IAU-SP), São Carlos, 2012.

ALMEIDA, E. Edital de concorrência pública para a venda do Grande Hotel. **Jornal Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 6, 4 ago. 1959.

ALMEIDA, E. História de Campina Grande. 2 ed. João Pessoa: UFPB, 1962.

APARTAMENTOS para veraneio, férias ou para o ano todo. **Jornal Diário da Borborema**, Campina Grande, p. 4, 28 abr. 1960.

APRESENTAMOS o novo refrigerador Champion. **Jornal Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 7, 14 set. 1958.

ARAGÃO, J. G. Os Candangos. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 28 fev. 1959.

ARANHA, G. B. **Campina Grande no espaço econômico regional**: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957). Dissertação (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba – Campus II, Campina Grande, 1991.

_____. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais simbólicas (1880-1925). In: Ó, Alarcon A. et al. **A Paraíba no império e na República**: estudos de história social e cultural. 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

_____. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas e práticas culturais (1980-1925). Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ASSIGNADO, ontem, o contrato para a execução dos serviços de água e esgotos de Campina Grande. **Jornal A União**, João Pessoa, 26 jun. 1936.

ATIQUE, F. Ensinando a morar: o Edifício Esther e os embates pela habitação vertical em São Paulo (1930-1962). **Revista Risco**, n. 2, p. 38-55, 2005.

_____. **Memória de um projeto moderno**: a idealização e a trajetória do Edifício Esther. Dissertação (mestrado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos. Universidade de São Paulo (IAU-SP), São Carlos, 2002.

AUSTRO de França Costa, um engenheiro e sua obra. **Revista Campina, século e meio**. v. 3, p. 23-25. Campina Grande, jun. 2015.

BANCO Industrial de Campina Grande... **Jornal Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 8, 30 abr. 1960.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BONATES, M. F. **Leis que (des)orientam o processo de verticalização**: transformações urbanas em Campina Grande à revelia da legislação urbanística. *La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Buenos Aires*, p. 2-7, mai., 2010.

BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do

Inquilinato, Difusão da Casa Própria. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BORGES, J. E. Campina, Brasília e o plano diretor. Jornal **Diário da Borborema**, Campina Grande, p. 6, 8 jul. 1960.

BRADBURY, M.; MACFARIANE, J. O nome e a natureza do modernismo. In: _____. (Orgs.). **Modernismo**: guia geral 1890-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CABRAL FILHO, S. **A cidade através de suas imagens**: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

CÂMARA, E. **Datas Campinenses**. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1947 (Reimpressão de 1998 pela Editora Caravela).

_____. **Os alicerces de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Moderna, 1943 (Reimpressão de 1999 pela Editora Caravela).

CAMPINA em cem anos: uma aldeia que se fez metrópole. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 1, 11 out. 1964.

CAMPINA GRANDE é grande de verdade. Revista Tambaú. João Pessoa, n. 4, p. 39-42, 1996.

CAMPINA Grande é grande, de verdade... Revista Tambaú. n.º 4, 1966, p.39-42.

CAMPINA GRANDE, um dos municípios de maior progresso. Jornal **Diário da Borborema**, Campina Grande, 4 Caderno Edição Especial, p. 3, 1957.

CAMPINA GRANDE: 100 anos de progresso. Revista **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XXXVI, n. 26, p. 88-93, 4 de abr. 1964.

CAMPINA GRANDE: porta do sertão e centro de trabalho incansável. Jornal **Diário da Borborema**, Campina Grande, 7 Caderno Edição Especial, p.1; 4, 1957.

CAMPINA Grande: uma cidade buliçosa... Jornal **Diário da Borborema**, Campina Grande, p. 1, 4; 31 mai. 1958.

CARDOSO, M. F. T. C. **Campina Grande e sua função como capital regional**. In: Separata da revista brasileira de geografia, Ano XXV, n.º IV. Edição comemorativa do centenário da cidade de Campina Grande, mai. 1964.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. Da “Organização” à “Produção” do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M.; SPOSITO, M. E. (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. **La question urbaine**. Paris: Maspero, 1972.

CHAVES, C. M. **João Pessoa: verticalização, progresso e modernidade**. Registro dos prédios altos (1958-1975). Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

CIDADE centenária. Jornal **Diário da Borborema**, Campina Grande, p. 2, 11 out. 1964.

CIDADE moderna. Jornal **Diário da Borborema**, Campina Grande, p. 2, 12 jan. 1958.

COMO verdadeiros pioneiros... Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 3, 11 out. 1957.

CONCLUSÕES do levantamento sócio-econômico de Campina Grande. Jornal **Diário da Borborema**, Campina Grande, p. 6-7, 25 ago. 1960.

CONGRESSO Pan-Americano da vivência popular. **Arquitetura e Urbanismo**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 67, nov-dez. 1939.

CONGRESSO Pan-Americano de Arquitetos. **Arquitetura e Urbanismo**, Rio de Janeiro, nº 2, p. 13-35, mar-abril 1940.

CONSTRUTORA Costa e Lima Ltda. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 5, 11 mar. 1958.

CONSTRUTORES. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 2;4, 8 nov. 1964.

244 CONTRATO para a construção da estação rodoviária. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 8, 9 mai. 1958.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORREIA, T. B. **A construção do habitat moderno no Brasil 1870-1950**. São Carlos: RiMa, 2004.

_____. O prédio de apartamentos e a moradia do operário: debates e realizações (Brasil, 1930 – 1960). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 195-232, 2017.

COTEC, arquitetura e engenharia Ltda. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 8, 3 jul. 1960.

CRESCIMENTO horizontal. Jornal **A União**. João Pessoa, p. 3, 18 jan. 1962.

DE TODOS. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 3, 29 abr. 1960.

DECORAÇÃO do seu apartamento. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 7, 22 fev. 1967.

DINOÁ, R. A arquitetura de Geraldino Duda. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, 28 ago. 1988.

DR. GIOIA: “O homem que construiu Campina”. Revista **Tudo**. Suplemento dominical do jornal **Diário da Borborema**. nº 186, 22 jul. 1979, p. 2-3.

EDIFÍCIO Banco Industrial de Campina Grande. Jornal **Diário da Borborema**.

Campina Grande, p. 5;7, 6 set. 1959.

ELEIÇÃO municipal de Campina Grande. Jornal **A União**. João Pessoa, 24 set. 1935.

EMPRESA nacional de mercados “ENAC”. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 5, 22 ago. 1958.

ESCOLA Politécnica da Universidade da Paraíba. Jornal **Diário da Borborema**, Campina Grande, p. 1, 27 dez. 1959.

ESTAÇÃO rodoviária – Super-mercado e hotel de linha internacional. Jornal **Diário da Borborema**, p. 4, 7 ago. 1958.

ESTAÇÃO rodoviária terá sua pedra fundamental fundada no dia 31 de julho. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 1; 4, 16 jul. 1958.

FERREIRA, E. P. A habitação e a moral. **Revista do Arquivo Municipal**, ano VII, v. LXXXI, p. 169-176, mar.-abr. 1942.

FICHER, S. Edifícios altos no Brasil. In: **Espaços & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, v.24, n.37, p.61-76, 1994.

FINALMENTE dia 26 a inauguração. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 7, 24 mai. 1960.

FINANCIAMENTO DA CASA PRÓPRIA. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 2, 14 jan. 1958.

FREIRE, A. L. A. **Modernização e modernidade: uma leitura sobre a arquitetura moderna de Campina Grande (1940-1970)**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos. Universidade de São Paulo (IAU-SP), São Carlos, 2010.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GORELIK, A. A produção da “cidade latino-americana”. **Tempo Social**, revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, v. 17, n.1. São Paulo, jun. 2005.

_____. O moderno em debate: cidade, modernidade e modernização. In: MIRANDA, W. M. (org.). **Narrativas da Modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2010.

GOVERNADOR abre crédito para o I centenário de Campina Grande. Jornal **A União**. João Pessoa, p. 3, 5 mai. 1963.

GRANDE HOTEL, o maior e o melhor hotel da Paraíba. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 7, 9 out. 1960.

GROAT, L. N.; WANG, D. **Architectural research methods**. 2nd edition, John Wiley & Sons, 2013.

GURJÃO, E. Q. (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**.

Campina Grande: Prefeitura Municipal / Secretaria da Educação, 2000.

HABERMAS, J. *Modernity: an incomplete project*. Trad. Seyla Ben-Habib. 1984.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARVEY, David. La modernidade como ruptura. In: _____, **París, capital de la modernidade**. Madrid: Akal, 2008.

HEYNEN, H. **Architecture and modernity: a critique**. Cambridge: MIT Press, 1999.

_____. *Modernity and domesticity: tensions and contradictions*. In: HEYNEN, H.; BAYDAR, G. **Negotiating Domesticity: Spatial productions of gender in modern architecture**. London: Routledge, 2005.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vol. XVII. Rio de Janeiro, 1960.

IMPONENTE...majestoso...aristocrático... Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p.4, 15 mar. 1963.

INAUGURAÇÃO em janeiro do Hotel “Ouro Branco”. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 3, 29 dez. 1964.

INCOTEC. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 6, 1 jan. 1958.

INSTANTÂNEOS da cidade. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 7, 8 abr. 1958.

KARL, F. R. **O moderno e o modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

LACERDA JÚNIOR, J. A.; LIRA, A. N. C. **Retratos de Campina Grande**: um século de imagens urbanas. 1 ed. Campina Grande: Editora UFCG, 2012.

LARA, Fernando Luiz. A insustentável leveza da modernidade. **Textos Especiais Arquitectos**, São Paulo, ano V, n.057.04, Portal Vitruvius, fev. 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 1924. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins do original: *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão: início – fev. 2006.

_____. **Introdução à modernidade**: prelúdios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEME, M. C. S. **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAUUSP/FUPAM, 1999.

LE MOS, C. **Cozinhas, etc.:** um estudo sobre a zona de serviços da casa paulista. São Paulo: Perspectiva/ Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

LEVANTAMENTO aerofotogramétrico: pronto o da cidade de Campina Grande. Jornal **Diário da Borborema**, Campina Grande, p. 1, 4; 30 dez. 1958.

LIMA, D. de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)**. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. História Econômica. São Paulo, 2004.

LIRA, E. Meta para o desenvolvimento do Nordeste. Jornal **Diário da Borborema**, Campina Grande, 4 Caderno Edição Especial, p.1, 4; 28 out. 1958.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____. Novos engenheiros campinenses. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 2, 13 dez. 1959.

_____. O arranha-céu. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p.7, 1958.

LOPES, J. S. Homo Campinensis. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 2, 1 set. 1959.

_____. **São Paulo nas alturas**: a revolução modernista da arquitetura e do mercado imobiliário nos anos 1950 e 1960. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

MAIOR em tudo. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 5, 31 ago. 1965.

MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: SEVENKO, N.; NOVAIS, F. A. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil**: República – da Belle Époque à Era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARINS, P. C. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVENKO, N.; NOVAIS, F. A. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil**: República – da Belle Époque à Era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MISSÃO cumprida. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 7, 24 abr. 1960.

NASCIMENTO, F. B.; SILVA, J. M.; LIRA, J. T.; RUBINO, S. (orgs.). **Domesticidade, gênero e cultura material**. Volume 5 de série Estudos CPC. São Paulo: Edusp, 2017.

NORDESTE, engenharia e comércio Ltda. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 7, 10 jan. 1958.

O QUE SÃO as metas do presidente Juscelino Kubitschek. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, 4 fev. 1958.

O QUE você queria agora ao seu alcance. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 5, 21 set. 1969.

OLIVEIRA, M. J. S. **Emblemas da modernidade campinense**. In: GURJÃO, E. Q. (org.). Imagens multifacetadas da história de Campina Grande. Campina Grande: Prefeitura Municipal / Secretaria da Educação, 2000.

PALÁCIO do Comércio e Indústria. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p.1;4, 10 ago. 1962.

PARA a decoração do seu lar. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 4, 8 dez. 1960.

PEREIRA, F. T. B. Do incentivo ao controle: o debate sobre a verticalização na cidade de João Pessoa (1956-1974). **Risco**, São Carlos, v.9, p. 3-21, 2009.

PIMENTEL, C. **Mais um mergulho na história campinense**. Campina Grande: Caravela, 2001.

_____. **Pedaços da história de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.

PINHEIRO, M. L. B. **Modernizada ou moderna?** A arquitetura em São Paulo, 1938-45. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PRÁTICO e decorativo. **Jornal Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 5, 30 mar. 1958.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **O homem que projetou o teatro municipal**: Geraldino Duda. Campina Grande, 2003.

QUEIROZ, M. V. D. **Quem te viu não te conhece mais**: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). Dissertação (Mestrado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos. Universidade de São Paulo (IAU-SP), São Carlos, 2008.

QUEIROZ, M. V. D; ROCHA, F. M. D. **Linhas cubísticas, quebradas e funcionais**: arquitetura moderna em Campina Grande. In: TINEM, N.; COTRIM, M. (orgs.). **Na urdidura da modernidade**: arquitetura moderna na Paraíba. Coleção Arquitetura: historiografia e projeto, 1. ed. João Pessoa, &A Editora, PPGAU-UFPB, 2014.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 13 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIBEIRO, R. A faculdade que forja memórias: o papel da Escola Politécnica da Paraíba na formação de uma memória de Campina Grande (1952-1958). In: **Anais II Encontro Nacional de História Política**, João Pessoa, 2017.

RIQUE Palace Hotel à altura do progresso e grandeza de Campina. Campina Grande existe, nós existimos. **Jornal Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 3, 4 jul. 1969.

ROLNIK, R. “História Urbana: História na Cidade”. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio. **Cidade e História**: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: Faculdade de Arquitetura, 1992.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SARAMAGO, José. **Todos os nomes**. São Paulo: Planeta De Agostini, 2003.

SAUDEMOS o próximo centenário de Campina Grande. **Jornal Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 3, 27 mai. 1962.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Campina Grande**: um centro comercial do Nordeste. SESC Departamento Nacional, 1964.

SILVA, I. A. **A crise da moradia**: a política habitacional para as classes de baixa renda em Campina Grande - PB. Rio de Janeiro: Agir; João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1987.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. Trad. Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, G. O.(org.). **O fenômeno urbano**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SIMPLIFICADA nova Lei do Inquilinato. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 5, 19 nov. 1964.

SITUADA à rua Afonso Campos... Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 1, 4 mar. 1958.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOMEKH N. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. 2nd ed. São Paulo: Mackenzie, Romano Guerra, 2014.

SOTENGE. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 5, 23 mar. 1958.

SOUZA, A. C. B. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SOUZA, F. G. R. B. **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande 1920-1945. Tese (Doutorado) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

SOUZA, M. A. A. **A Identidade da Metrópole**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1994.

_____. **A Identidade da Metrópole**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1994.

SURGE o empreendimento que a cidade exigia. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 6-7, 9 ago. 1958.

TEMPLO maior das artes campinenses. Teatro Municipal Severino Cabral. Disponível em: <<http://www.teatroseverinocabral.com.br>>. Acesso: set. 2019.

TERÁ, 5 pavimentos o novo edifício da Faculdade Católica de Filosofia. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 1;4, 14 jan. 1958.

The Holy Mountain. Roteiro e direção: Alejandro Jodorowsky, ABKCO Studio, 1973.

TINEM, N.; COTRIM, M. (orgs.). **Na urdidura da modernidade**: arquitetura moderna na Paraíba. Coleção Arquitetura: historiografia e projeto, 1. ed. João Pessoa, &A Editora, PPGAU-UFPB, 2014.

TOPALOV, Christian. **Le profit, la rente et a ville: elements de theorie**. Paris: Economica, 1984.

TRAJANO FILHO, F. S. **D.V.O.P.**: arquitetura moderna, estado e modernização: Paraíba, década de 1930. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

UM PASSO certo no caminho para a sua casa. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, p. 3, 24 nov. 1968.

URBANIZAÇÃO e Modernização. Jornal **Diário da Borborema**, Campina Grande, p. 2, 9 jan. 1958.

VASCONCELOS, P. A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

VAZ, L. F. **Modernidade e Moradia**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2002.

_____. **Uma história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro**: estudo da modernidade através da moradia. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

VELOSO, Maisa; MARQUES, Sonia. A pesquisa como elo entre prática e teoria do projeto; alguns caminhos possíveis. **Textos Especiais Arquitextos**, São Paulo, ano VIII, n. 088.08, Portal Vitruvius, set., 2007.

VERTIGINOSO surto de construções em Campina Grande. Jornal **Diário da Borborema**. Campina Grande, 2 Caderno, p. 3-4, out. 1957.

WILLS, Carol. **Form follows finance**: skyscrapers and skylines in New York and Chicago. New York: Princeton Architectural Press, 1995.





ÁTRIO CENTRAL, ANTIGO GRANDE HOTEL, 2019.



ANTIGO GRANDE HOTEL,
(ATUAL PREFEITURA MUNICIPAL), 2019.



ANTIGA PREFEITURA MUNICIPAL
(ATUAL BIBLIOTECA MUNICIPAL), 2019.



FORA
FEMER



ANTIGA PREFEITURA MUNICIPAL , 2019.

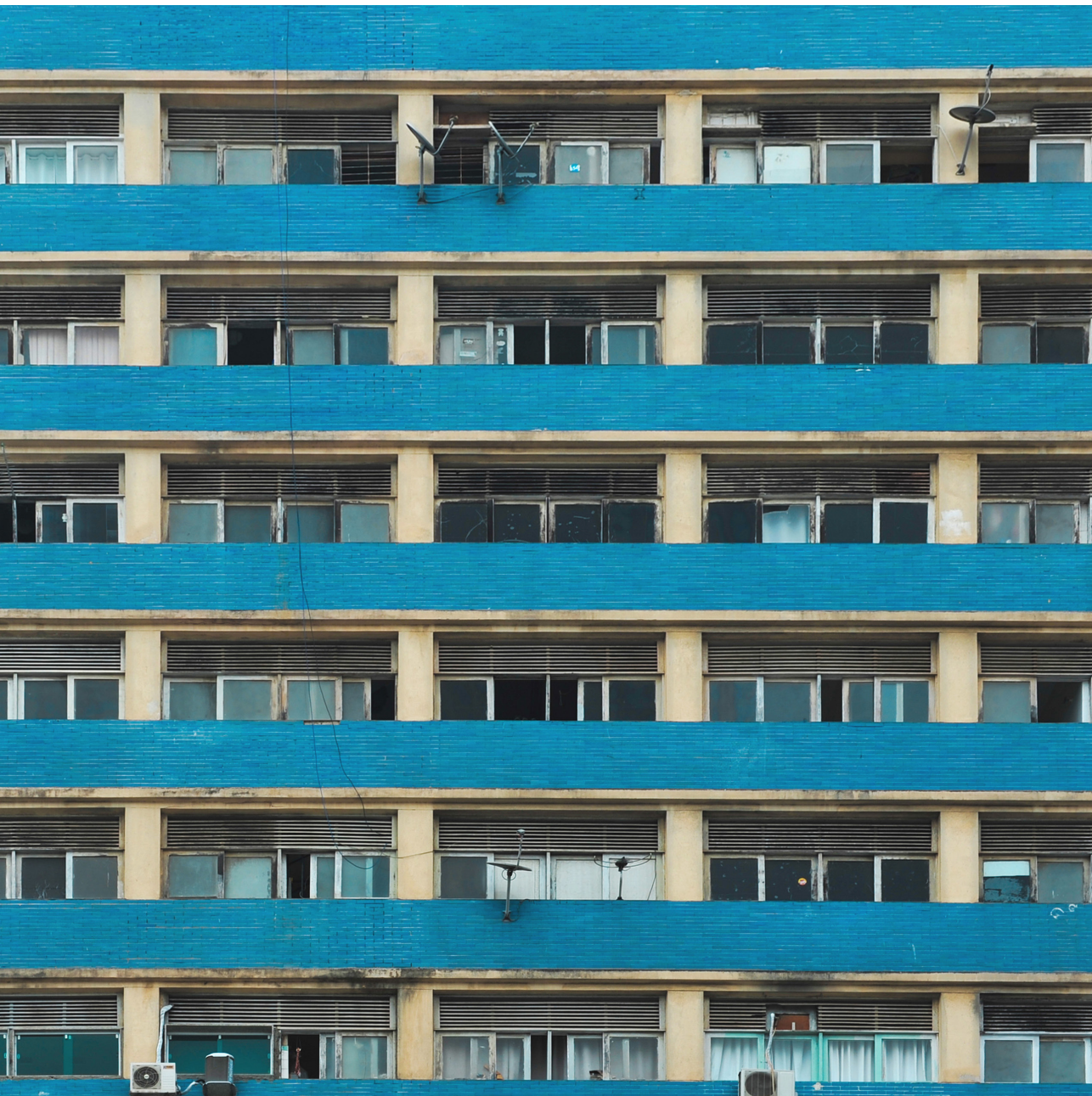


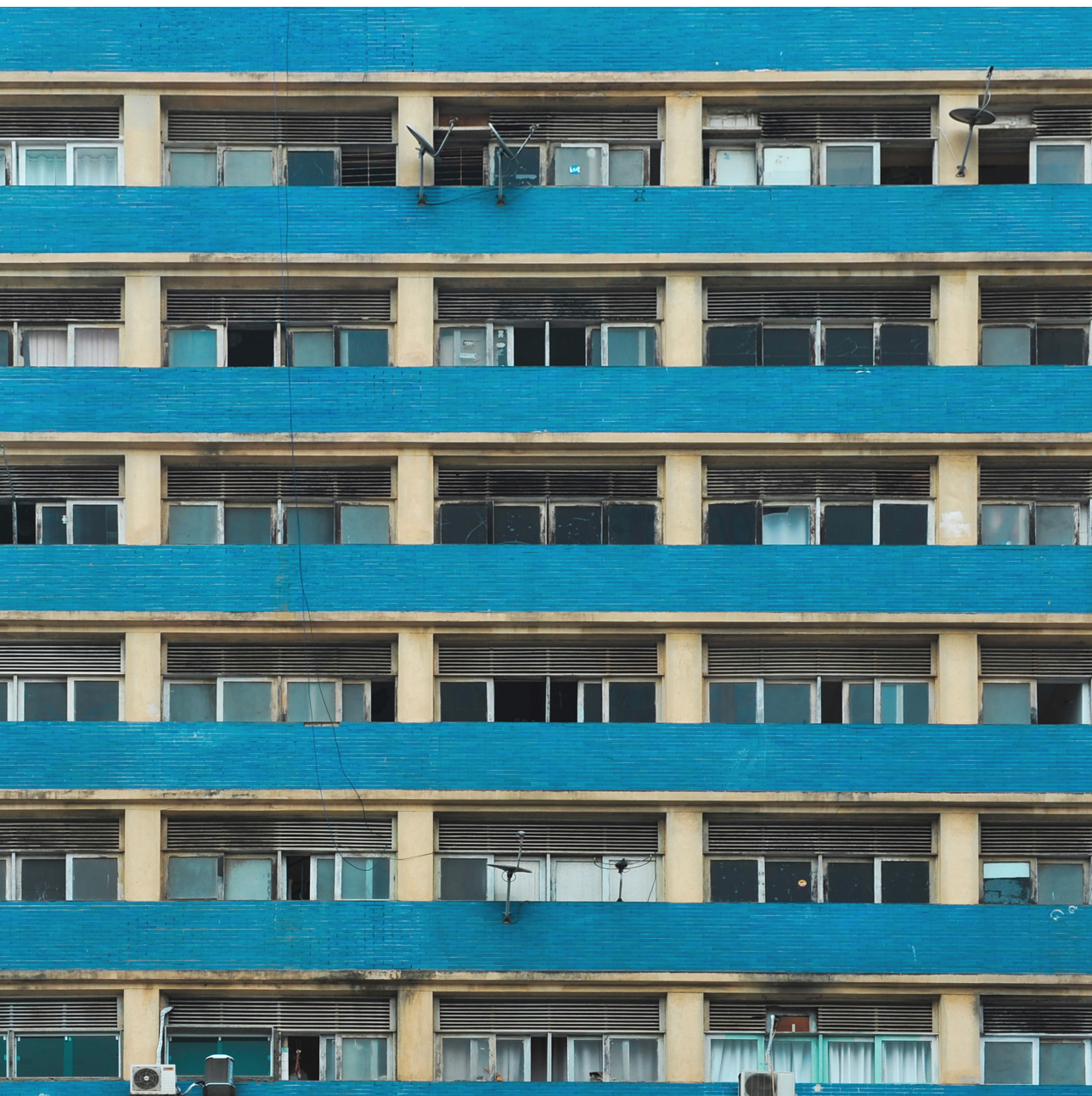
DA ESQUERDA PARA DIREITA:

EDIFÍCIO-SEDE DA ANTIGA PREFEITURA MUNICIPAL
(ATUAL BIBLIOTECA MUNICIPAL), EDIFÍCIO PALOMO, EDIFÍCIO ARIÚS E EDIFÍCIO-SEDE DA
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE CAMPINA GRANDE (ACCG), 2019.



CRUZAMENTO ENTRE A RUA MACIEL PINHEIRO
E AV. FLORIANO PEIXOTO, 2019.



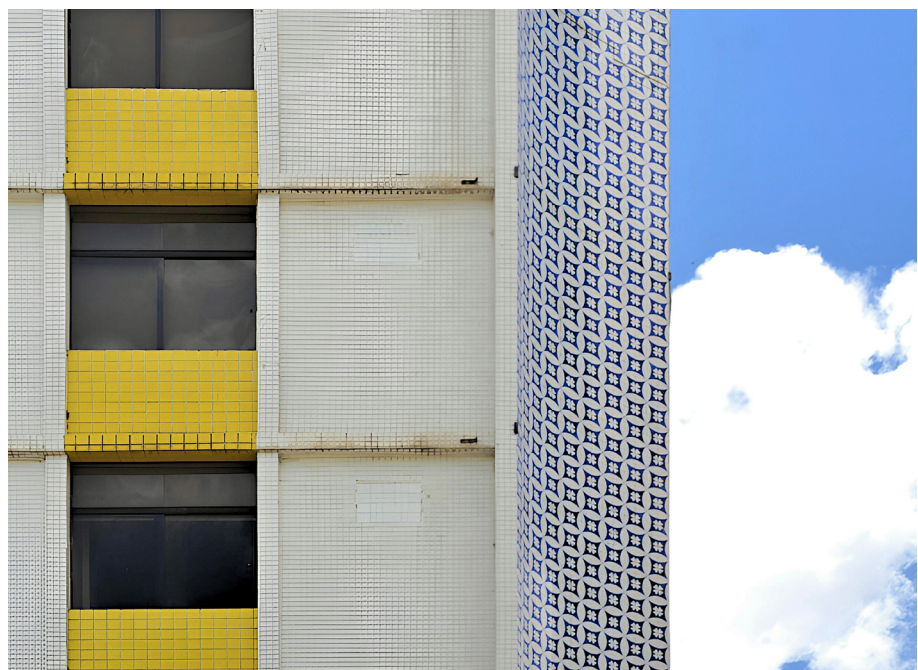
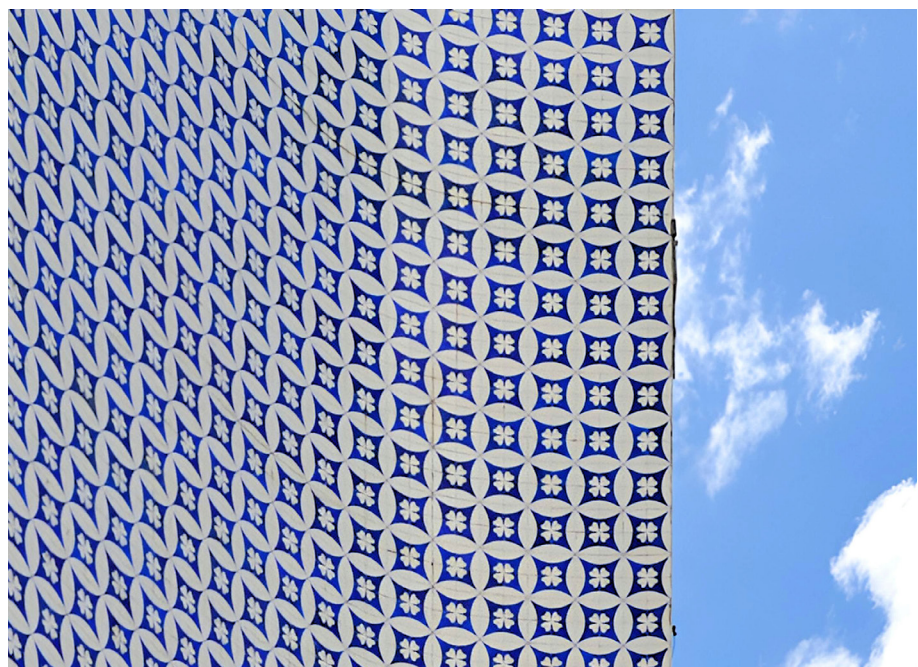


EDIFÍCIO JOÃO RIQUE, 2019.





EDIFÍCIO MANOEL PATRÍCIO, 2019.





ANTIGO HOTEL OURO BRANCO, 2019.



ANTIGO FÓRUM MUNICIPAL, 2019.



EDIFÍCIO ALVORADA, 2019.



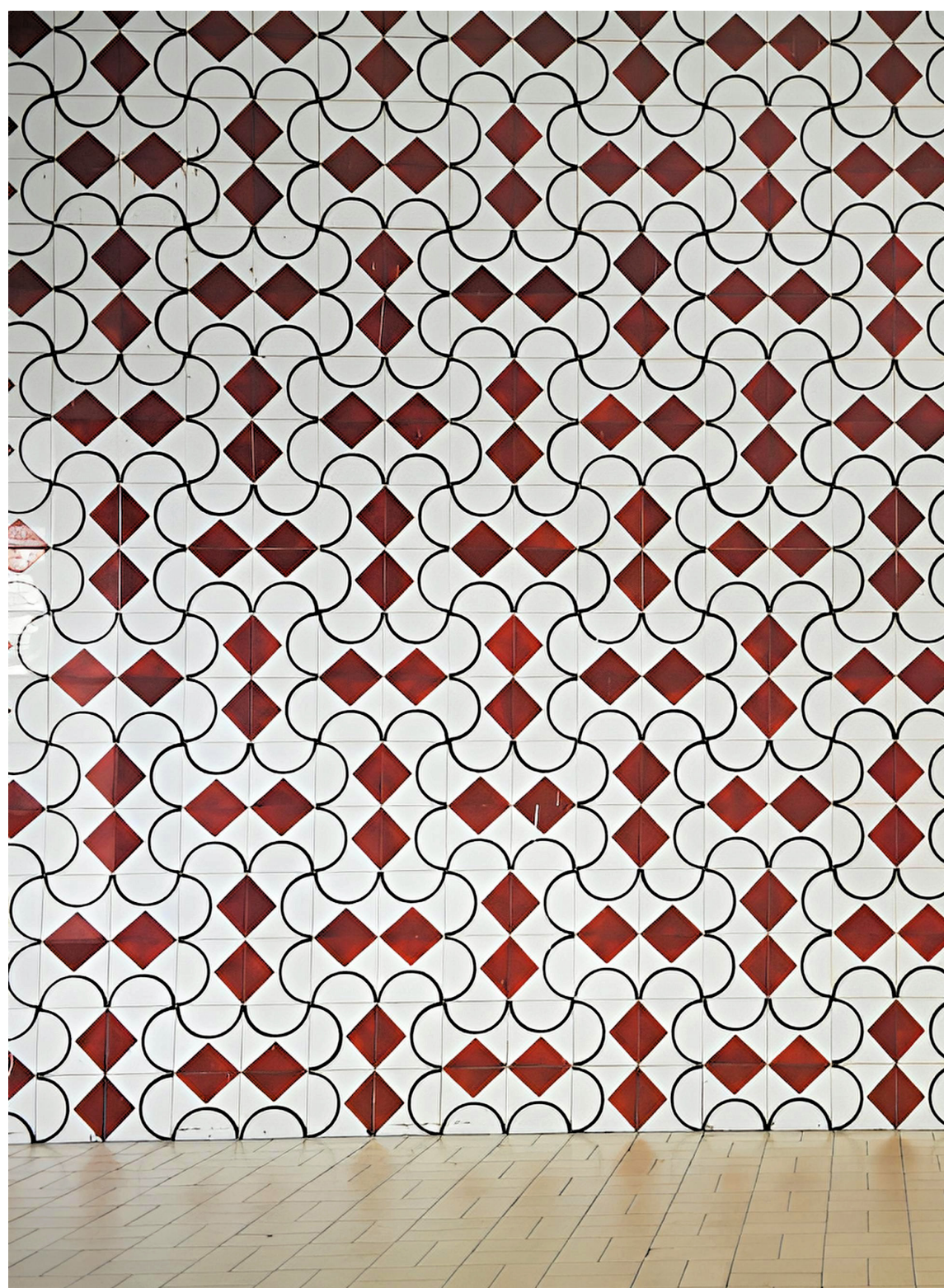


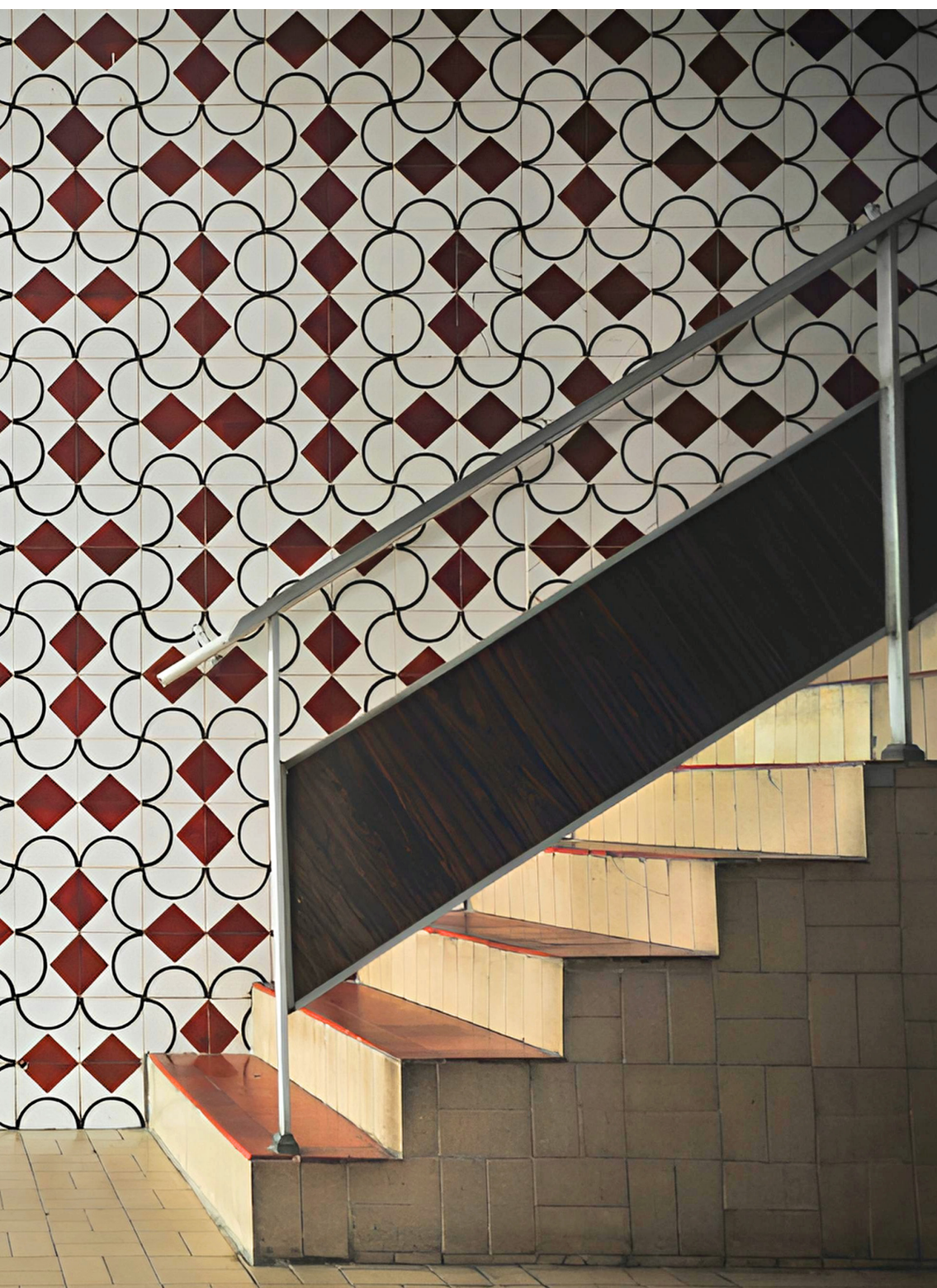
EDIFÍCIO MOTTA, 2019.





EDIFÍCIO LUCAS, 2019.





HALL DE ENTRADA DO EDIFÍCIO PRATA, 2019.

EDIFICIO PRATA	
SUBRE LOJA	LOJA
1º	2º
3º	4º
5º	6º
7º	8º
9º	10º
11º	12º
13º	14º
15º	16º
17º	18º
19º	20º
21º	22º
23º	24º
25º	26º
27º	28º
29º	30º
31º	32º
33º	34º
35º	36º
37º	38º
39º	40º
41º	42º
43º	44º
45º	46º
47º	48º
49º	50º
51º	52º
53º	54º
55º	56º
57º	58º
59º	60º
61º	62º
63º	64º
65º	66º
67º	68º
69º	70º
71º	72º
73º	74º
75º	76º
77º	78º
79º	80º
81º	82º
83º	84º
85º	86º
87º	88º
89º	90º
91º	92º
93º	94º
95º	96º
97º	98º
99º	100º
101º	102º
103º	104º
105º	106º
107º	108º
109º	110º
111º	112º
113º	114º
115º	116º
117º	118º
119º	120º
121º	122º
123º	124º
125º	126º
127º	128º
129º	130º
131º	132º
133º	134º
135º	136º
137º	138º
139º	140º
141º	142º
143º	144º
145º	146º
147º	148º
149º	150º
151º	152º
153º	154º
155º	156º
157º	158º
159º	160º
161º	162º
163º	164º
165º	166º
167º	168º
169º	170º
171º	172º
173º	174º
175º	176º
177º	178º
179º	180º
181º	182º
183º	184º
185º	186º
187º	188º
189º	190º
191º	192º
193º	194º
195º	196º
197º	198º
199º	200º
201º	202º
203º	204º
205º	206º
207º	208º
209º	210º
211º	212º
213º	214º
215º	216º
217º	218º
219º	220º
221º	222º
223º	224º
225º	226º
227º	228º
229º	230º
231º	232º
233º	234º
235º	236º
237º	238º
239º	240º
241º	242º
243º	244º
245º	246º
247º	248º
249º	250º
251º	252º
253º	254º
255º	256º
257º	258º
259º	260º
261º	262º
263º	264º
265º	266º
267º	268º
269º	270º
271º	272º
273º	274º
275º	276º
277º	278º
279º	280º
281º	282º
283º	284º
285º	286º
287º	288º
289º	290º
291º	292º
293º	294º
295º	296º
297º	298º
299º	300º
301º	302º
303º	304º
305º	306º
307º	



EDIFÍCIO PRATA, 2019.





EDIFÍCIO MARGARIDA PALOMO, 2019.

